



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DOUTORADO**

ÉMERSON SILVA SANTOS

**A BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS NO CORAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO:
Repertórios de interação socioestatais do Movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e
2020**

**CAMPINA GRANDE
2022**

ÉMERSON SILVA SANTOS

**A BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS NO CORAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO:
REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO SOCIOESTATAIS DO MOVIMENTO LGBT EM
PERNAMBUCO ENTRE 1980 E 2020**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande como parte das exigências necessárias para obtenção do título de doutor.

Área de Concentração: Sociologia.

Orientador: Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior.

**CAMPINA GRANDE
2022**

S237b

Santos, Émerson Silva.

A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro: repertórios de interação socioestatais do movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020 / Émerson Silva Santos. – Campina Grande, 2022.

233 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação: Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior".

Referências.

1. Sociologia. 2. Movimentos Sociais. 3. Sexualidades. 4. Gênero.
5. Movimento LGBT – Pernambuco-PE. I. Sales Júnior, Ronaldo
Laurentino de. II. Título.

CDU 316(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2022

CANDIDATO: Émerson Silva Santos. COMISSÃO EXAMINADORA: Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Luis Henrique Hermínio Cunha, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Elizabeth Christina de Andrade Lima, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; Allene Carvalho Lage, PPGE/UFPE, Doutora, examinadora externa; Benedito Medrado Dantas, Doutor, PPGP/UFPE, Examinador Externo. **TÍTULO DA TESE: "A BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS NO CORAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO: repertórios de interação socioestatais do Movimento LGBT em Pernambuco".** ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 14:30h – LOCAL: Sala Virtual (Google Meet). Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Doutor em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 29 de agosto de 2022.

Recomendações: A banca, por unanimidade, indicou o trabalho para publicação.

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

RONALDO LAURENTINO DE SALES JÚNIOR, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

LUIS HENRIQUE HERMÍNIO CUNHA, Doutor, PPGCS/UFCG

Examinador Interno

ALLENE CARVALHO LAGE, Doutora, PPGE/UFPE
Examinadora Externa

BENEDITO MEDRADO DANTAS, Doutor, PPGP/UFPE
Examinador Externo

ÉMERSON SILVA SANTOS
Candidato

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado do candidato **ÉMERSON SILVA SANTOS**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Émerson Silva Santos, Usuário Externo**, em 30/08/2022, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 01/09/2022, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO LAURENTINO DE SALES JUNIOR, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/09/2022, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE HERMINIO CUNHA, PROFESSOR**, em 20/09/2022, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/09/2022, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2672805** e o código CRC **BE7C96BC**.

ÉMERSON SILVA SANTOS

A BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS NO CORAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO:
repertórios de interação socioestatais do Movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e
2020

Tese em apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade Federal de
Campina Grande como parte das exigências
necessárias para obtenção do título de doutor.

Aprovado em: 29 / 08 / 2022.

BANCA EXAMINADORA:

RONALDO SALES (PPGCS-UFMG)
(Presidente/ Orientador)

ALLENE CARVALHO LAGE (PPGEduc/UFPE)
(Examinadora externa)

BENEDITO MEDRADO DANTAS (PPGpsi-UFPE)
(Examinador externo)

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA (PPGCS/UFMG)
(Examinadora interna)

LUÍS HENRIQUE HERMÍNIO CUNHA (PPGCS/UFMG)
(Examinador interno)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as pessoas que doaram sua estada no mundo às lutas pelo direito de viver, de amar e de gozar dos prazeres da existência.

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas me possibilitaram chegar até aqui. Sou grato a cada ser que me deu as mãos nesta caminhada.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, ao meu orientador e à banca examinadora.

Minha eterna gratidão à minha mãe que foi apoio, exemplo e fortaleza nos momentos mais difíceis deste percurso. Através de dona Maria Lúcia estendendo meus agradecimentos aos demais familiares que me apoiaram nesta empreitada.

Registro meus agradecimentos aos profissionais de saúde mental pelo acompanhamento e pelas ferramentas que possibilitaram reerguer-me nos momentos em que achei não ser mais possível levantar.

Agradeço a todas as relações de amor, amizade e fraternidade que estiveram comigo em algum momento ou durante todo o período desta travessia.

Minha profunda gratidão às lideranças do Movimento LGBT pelo farto material disponibilizado e pela inspiração diária.

Por fim, mas igualmente importante as menções anteriores, agradeço de modo especial ao Professor Dr. Benedito Medrado que foi a luz a iluminar os caminhos que resolvi desbravar. Obrigado, Bené.

RESUMO

A literatura estabelecida a respeito do Movimento LGBT no Brasil privilegiou as experiências dos Grupos de militância situados em São Paulo e no Rio de Janeiro para entender a constituição e a trajetória dessa forma de ação coletiva no país. Deslocando esse enquadramento, a presente investigação dedicou-se a estudar as experiências das lutas por respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero em um estado situado no nordeste brasileiro. O objetivo do estudo foi analisar como se constituíram os processos de reivindicação de direitos pelo Movimento social LGBT, em Pernambuco, a partir dos repertórios de interação socioestatais estabelecidos entre 1980-2020. Para tanto, em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo explicativa. Foram acessadas informações em fontes bibliográficas, documentais e em entrevistas realizadas com dezessete lideranças do Movimento. Os dados coletados foram agrupados constituindo o *corpus* da pesquisa e tratados a partir da perspectiva analítica proposta pela análise de conteúdo. O estudo evidenciou que desde o seu surgimento institucional na década de 1980, o Movimento LGBT em Pernambuco estabeleceu interações com o Estado com vistas a conquistar direitos e combater a discriminação. Este processo resultou na aprovação de legislações de enfrentamento à LGBTfobia, na ampliação do debate público a respeito das questões de diversidade sexual e de gênero, e sobretudo, na criação de diversos departamentos de políticas públicas e de serviços de atendimento especializado à população LGBT, tanto no âmbito do governo estadual, quanto em diferentes administrações municipais. A partir dos resultados alcançados, espera-se que a presente pesquisa contribua para possibilitar uma compreensão mais ampliada e democrática a respeito do surgimento e da trajetória das lutas por respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Movimento LGBT. História LGBT. Memórias LGBT.

ABSTRACT

To understand the formation and trajectory of this kind of collective action in the country, the established literature on the LGBT Movement in Brazil has favored the experiences of militancy groups based in Sao Paulo and Rio de Janeiro. Using a different setting, this investigation is dedicated to researching the experiences and struggles for free sexual orientation and gender identity in a state in northern Brazil. The objective of this study is to analyze how the processes of claiming rights by the LGBT social movement in Pernambuco were structured, using repertoires of society-state interaction established between 1980 and 2020. In this sense, in terms of methodology, a qualitative explanatory research was conducted. Bibliographic and documentary materials were consulted, as well as interviews with seventeen Movement leaders. The collected data were organized to form the research corpus, which was then processed using the analytical perspective proposed by content analysis. The study reveals that the LGBT Movement in Pernambuco has had interactions with the state from its institutional emergence in the 1980s, with the goal of gaining rights and combatting discrimination. This process resulted in the passage of legislation to combat LGBTphobia, the expansion of public debate on sexual and gender diversity issues, and, most importantly, the establishment of several public policy departments and specialized services for the LGBT population, both within the state government and in several municipal administrations. Based on the findings, it is hoped that this research will contribute to a more comprehensive and democratic understanding of the emergence and trajectory of struggles for sexual and gender diversity in Brazil.

Palavras-chave: Social movements. LGBT movement. LGBT history. LGBT memories.

RESUMEN

La literatura establecida respecto al movimiento LGBT en Brasil privilegió las experiencias de los Grupos de militancia situados en Sao Paulo y Río de Janeiro para entender la Constitución y la trayectoria de esa forma de acción colectiva en el país. Desplazando ese marco, la presente investigación se dedicó a estudiar las experiencias de las luchas por respeto a la libre orientación sexual e identidad de género en un estado situado en el nordeste brasileño. El objetivo del estudio fue analizar cómo se constituyeron los procesos de reivindicación de derechos por el movimiento social LGBT, en Pernambuco, a partir de los repertorios de interacción socioestatales establecidos entre 1980-2020. Por lo tanto, en términos metodológicos, se realizó una investigación cualitativa de tipo explicativo. Fueron accedidas informaciones en fuentes bibliográficas, documentales y en entrevistas realizadas con diecisiete liderazgos del movimiento. Los datos recolectados fueron agrupados constituyendo el corpus de la investigación y tratados desde la perspectiva analítica propuesta por el análisis de contenido. El estudio evidenció que desde su surgimiento institucional en la década de 1980, el movimiento LGBT en Pernambuco estableció interacciones con el Estado con miras a conquistar derechos y combatir la discriminación. Este proceso resultó en la aprobación de legislaciones de enfrentamiento a la LGBTfobia, en la ampliación del debate público respecto de las cuestiones de diversidad sexual y de género, y sobre todo, en la creación de diversos departamentos de políticas públicas y de servicios de atención especializada a la población LGBT, tanto en el ámbito del gobierno estadual, como en diferentes administraciones municipales. A partir de los resultados alcanzados, se espera que la presente investigación contribuya para posibilitar una comprensión más ampliada y democrática del surgimiento y de la trayectoria de las luchas por respeto a la diversidad sexual y de género en Brasil.

Palabras clave: Movimientos Sociales. Movimiento LGBT. Historia LGBT. Recuerdos LGBT.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA/ABREVIATURA	NOME
ABEH	Associação Brasileira de Estudos da Homocultura
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
ABRAFH	Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas
ABRAI	Associação Brasileira de Intersexos
ABRASITTI	Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo
ABHT	Associação Brasileira de Homens Trans
ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
AI-5	Ato Institucional número 5
AHTM	Associação de Homens Trans e Transmasculinidades
ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
ALIANÇA	Aliança Nacional LGBTI
AME	Articulação de Mulheres Entendidas
AMHOR	Articulação e Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana
AMOTRANS	Articulação e Movimento de Travestis e Transexuais de Pernambuco
ANAIDS	Articulação Nacional de AIDS
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APPS	Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARMA	Associação dos Rapazes e Moças do Amparo
ARTGAY	Articulação Brasileira de Gays
ARTJOVEM LGBT	Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ASSERCO	Associação Sertão das Cores
ASICAL	Associação para a Saúde e Cidadania Integral na América Latina e Caribe
Associação Arco-íris LGBT	Associação Arco-íris Belemita de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros da cidade de Belém de São Francisco
CANDACES	Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CCFL	Centro Cultural Luiz Freire
CECH	Centro Estadual de Combate à Homofobia
CEDP/LGBT	Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CISAM	Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros

CMC	Centro das Mulheres do Cabo
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CNPG	Conselho Nacional de Procuradores Gerais
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COMLESBI	Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIVAS	Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBGL	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
ECEM	Encontro Científico de Estudantes de Medicina
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
EGHON	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste
ENTLAIDS	Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS
EoP	Estruturas de Oportunidades Políticas
FBB	Frente Bissexual Brasileira
FMPE	Fórum de Mulheres de Pernambuco
FOGLGBT/PE	Fórum Estadual de Gestores(as) da Política LGBT em Pernambuco
FONGES	Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População LGBT
FÓRUM LGBT DE PERNAMBUCO	Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco
GAPA/PE	Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS de Pernambuco
GATHO	Grupo de Atuação Homossexual
GEMA-UFPE	Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco
GESTOS	Comunicação, Soropositividade e Gênero
GGAL	Grupo Gay de Alagoas
GGB	Grupo Gay da Bahia
GGP	Grupo Gay de Pernambuco
GHC	Centro Homossexual do Cabo
GLOS	Gerência de Livre Orientação Sexual
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
GTP+	Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
ILGA WORD	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexos
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras identidades dissidentes dos padrões dominantes de corpo, gênero e sexualidade

LUAS	Liberdade e União Afetivo-sexual de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco
MAP	Movimento Antônio Peixoto
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MI	Mandado de Injunção
MNU	Movimento Negro Unificado
MpD	Mães Pela Diversidade
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
MST	Movimento Sem Terra
NATRAPE	Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OHCA	Organização Homossexual do Cabo de Santo Agostinho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PGR	Procuradoria-Geral da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
RECIFEST	Festival de Cinema de Diversidade Sexual e de Gênero
REDE AFRO LGBT	Rede Nacional de Negras e Negros LGBT
	Rede Nacional de Adolescentes LGBT
REDE GAY	Rede Gay do Brasil
REDE LESBI BRASIL	Rede de Pesquisadoras e Ativistas Lésbicas e Bissexuais do Brasil
REDE SAPATÁ	Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas
REDE TRANS	Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil
RENOSPI-LGBTI+	Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+
RNP+	Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS
SDSCJ	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
SENALE	Seminários Nacionais de Lésbicas
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SESES	Secretaria Executiva de Segmentos Sociais
SindSaúde/PE	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Seguridade Social de Pernambuco
Sindsprev/PE	Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social no Estado de Pernambuco
SINTEPE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFPE
UNA LGBT

UNICAP
UPE
USP

Universidade Federal de Pernambuco
União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,
Transexuais e Transgêneros
Universidade Católica de Pernambuco
Universidade de Pernambuco
Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capa do jornal Diário da Noite. Ano 35 - Nº 190	91
Figura 2	Capa do Boletim Nº 01 do GATHO	92
Figura 3	Capa do Boletim Nº 02 do GATHO	98
Figura 4	Capa do Boletim Nº 04 do GATHO	99
Figura 5	Publicação do Extrato do Estatuto do GATHO no Diário Oficial de Pernambuco	103
Figura 6	Capa do Boletim Nº 03 do GATHO	107
Figura 7	Boletim Especial do GATHO, sem data	115
Figura 8	Capa do Relatório Final do 5º EBHO	119
Figura 9	Capa do Guia Prático do Projeto Somos	128
Figura 10	1ª Edição da Parada da Diversidade Pernambuco na Avenida Conde da Boa Vista em Recife	129
Figura 11	Exposição Virtual Memórias da Parada da Diversidade de Pernambuco: cartaz da 1ª edição	131
Figura 12	2ª Caminhada da Visibilidade Lésbica em organizada pelo COMLESBI em Recife	135
Figura 13	3ª Edição do Bloco da Diversidade	140
Figura 14	Membros do GGP e da Comissão Organizadora do Bloco da Diversidade	141
Figura 15	2º Encontro da Rede LGBT do Interior de Pernambuco	143
Figura 16	Homenagem do Deputado Estadual Isaltino Nascimento a Sandro Cipriano	144
Figura 17	Comemoração do aniversário de 5 anos do Coletivo Lutas e Cores	145
Figura 18	Cartaz da 1ª Edição da Semana Nordestina da Visibilidade Trans	148
Figura 19	Cartaz da 6ª Edição da Semana Nordestina da Visibilidade Trans	149
Figura 20	2º Workshop Nordeste da Rede Trans do Brasil organizado pela NATRAPE em Recife	151
Figura 21	Celebração de 1 ano de fundação da AHTM	153
Figura 22	Representantes do time de futebol do Instituto Transviver na 18ª Parada da Diversidade Pernambuco em 2019	154
Figura 23	Ativistas LGBT na Missa do Vaqueiro	155
Figura 24	Cartaz de divulgação da 7ª edição do RECIFEST	156
Figura 25	Ato de sanção da Lei Municipal 16.780 pelo Prefeito João Paulo (PT)	164
Figura 26	Convite do 2º Curso de Formação de lideranças LGBT em Pernambuco	166
Figura 27	Registro do 2º Curso de Formação de lideranças LGBT em Pernambuco	166
Figura 28	Marcha de encerramento do II curso de Formação de lideranças LGBT em Pernambuco	167
Figura 29	Protesto do Fórum LGBT na sede do Governo de Pernambuco em 2012	168
Figura 30	5ª Caminhada da Visibilidade Lésbica em Recife organizada pelo COMLESBI em Recife.	170
Figura 31	Capas dos Relatórios Finais das Conferências estaduais LGBT	177
Figura 32	Participantes da Assembleia de eleição para 1ª composição do CEDP/LGBT em 2015	180
Figura 33	Reunião do Conselho Estadual de Saúde que aprovou a criação da Política Estadual de Saúde integral da População LGBT em Pernambuco, realizada em 11 de fevereiro de 2015	184
Figura 34	Audiência em alusão ao dia de combate à homofobia, realizada em 05 de maio de 2015 na ALEPE	188
Figura 35	Debate promovido pelo Leões do Norte nas eleições de 2018	193

Figura 36	Capa da 257ª edição do Diário Oficial do município de Caruaru	198
Figura 37	Capa e contracapa da Cartilha de Direitos da População LGBT publicada pelo MPPE	199
Figura 38	Entrega do Troféu Monique Rodrigues ao Promotor Maxwell Vignoli	200
Figura 39	Encerramento do 2º Encontro Nordeste do FONGES LGBT	206
Figura 40	Material Digital da Campanha Folia sem LGBTfobia	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Organizações Nacionais com atuação no Movimento LGBT	71
Tabela 2	Encontros Nacionais do Movimento LGBT Brasileiro	73
Tabela 3	Paradas da Diversidade de Pernambuco	162
Tabela 4	Conferências estaduais LGBT realizadas em Pernambuco	178
Tabela 5	Instituições eleitas para o CEDP/LGBT entre 2015 e 2020	181
Tabela 6	Órgãos de controle social das políticas de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero em Pernambuco	186
Tabela 7	Participação de Militantes do Movimento LGBT de Pernambuco em conselhos nacionais de controle social entre 2000 e 2020	187
Tabela 8	Departamentos de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero em Pernambuco	204
Tabela 9	Equipamentos de atendimento da População LGBT em Pernambuco	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação das lideranças entrevistadas para a pesquisa	38
Quadro 2	Rotinas comuns de interação Estado-sociedade no Brasil	59
Quadro 3	Categorias de Análise	157

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
1.1 Percurso Metodológico do Pesquisa	32
1.2 Sobre Termos, Expressões e Nomenclaturas	43
2. MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTO LGBT E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS	45
2.1 Principais perspectivas teóricas na análise dos Movimentos Sociais	45
2.2 Repertórios de Interação Socioestatais	56
2.3 Movimento LGBT	60
3. ERGUENDO A BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS: O SURGIMENTO INSTITUCIONAL DO MOVIMENTO LGBT EM PERNAMBUCO	76
3.1 Sexualidades dissidentes em Pernambuco na década de 1970	77
3.2 Surgimento e principais ações do Grupo de Atuação Homossexual - GATHO	88
3.3 Início das Interações com o Estado e a Política Institucional	104
4. MAPEANDO AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO LGBT EM PERNAMBUCO	113
4.1 1980-1990: a vibrante experiência do GATHO	114
4.2 1991-2000: enfretamento da AIDS e ampliação da organização política	118
4.3 2001-2010: surgimento do Leões do Norte e da nova perspectiva de militância	125
4.4 2011-2020: ampliando o número de grupos, redes e conflitos	140
5. REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO SOCIOESTATAIS DO MOVIMENTO LGBT EM PERNAMBUCO	157
5.1 Protestos e ação direta	158
5.2 Participação institucionalizada	173
5.3 Política de proximidade	189
5.4 Ocupação de cargos na burocracia	200
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	221
APÊNDICES	232
Apêndice A - Roteiro de Entrevista	232

“Quem vive fora da norma merece estar neste mundo sem medo; merece amar e existir, merece buscar a criação de um mundo menos desigual e livre de violência”.

Judith Butler (2019).

1. INTRODUÇÃO

Reconhecido como um ator político de relevância nas últimas décadas no Brasil, o Movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e outras identidades dissidentes dos padrões dominantes de corpo, gênero e sexualidade (LGBT)¹, levou suas agendas e interesses para arena pública. Debates em torno do combate ao preconceito, relações entre pessoas do mesmo sexo e construção das identidades sexuais e de gênero ocupam hoje espaço nas escolas e universidades, no mercado de trabalho, na mídia, nas mais diversas expressões culturais e, sobretudo, no Estado.

Da organização de seminários e encontros, realizados pelos primeiros grupos de militância no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, até a apresentação de complexas petições ao Supremo Tribunal Federal na década de 2010, diferentes estratégias foram adotadas para reivindicação de direitos e enfrentamento às violências motivadas por intolerância à diversidade sexual e de gênero. Marchas e protestos combinaram-se com desbunde, festa e carnaval para dar origem às Paradas do Orgulho. Aproximações com a Política Institucional, por vezes colaborativas, noutras vezes conflituosas, resultaram na eleição de parlamentares, criação de setoriais em partidos políticos e ocupação de cargos em comissão em governos de todas as esferas da federação e de diferentes espectros ideológicos. Toda essa pluralidade de fenômenos contribuiu para que o Movimento LGBT se tornasse uma emergente agenda de investigação no campo das ciências sociais.

Nessa esteira, um conjunto significativo de pesquisas se dedicaram a revelar como se deu o surgimento desse sujeito político, as transformações ocorridas no seu interior ao longo dos anos, seus modos de atuação e articulação política. Concentrando seus olhares no cenário social e político do eixo territorial São Paulo-Rio de Janeiro, uma parcela significativa dessas investigações não explorou a contento outras experiências de ativismos e ação coletiva de sujeitos que subvertem as tradicionais normas de sexualidade e gênero em outras regiões do país. Uma emblemática evidência dessa questão é o restrito número de estudos a respeito da constituição, trajetória e atuação do Movimento LGBT em Pernambuco. Essa lacuna chama atenção quando se observa o protagonismo e um certo pioneirismo da militância a partir de duas dimensões: (i) organização política e (ii) conquista de direitos.

¹ Não existe um consenso na militância e na literatura acadêmica da área a respeito de qual sigla mais adequada para referir-se ao conjunto de grupos sociais que lutam contra discriminações motivadas por intolerância à diversidade sexual e de gênero. Utilizamos aqui o termo “Movimento LGBT” por ser o de uso mais recorrente e por ser majoritariamente adotado no campo empírico analisado no período da pesquisa. Para entender mais a respeito desta opção ver o item “Sobre termos, expressões e nomenclaturas” no final da Introdução.

O início da organização política da comunidade LGBT no estado é marcado pela fundação, em maio de 1980, do Grupo de Atuação Homossexual (GATHO), na cidade de Olinda. A emergência do GATHO ocorre no contexto de surgimento dos primeiros Grupos do então denominado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)² e sinaliza que Pernambuco foi um dos primeiros estados a contar com uma militância homossexual organizada. Dentre as principais ações do GATHO destaca-se a realização do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON), nas cidades de Recife e Olinda, no mês de abril de 1981. Como será discutido no Capítulo 2, durante seu período de existência, o GATHO realizou diversas reuniões, manteve interlocuções com a Política Institucional e também buscou apostar na ludicidade como estratégia de militância criando um hino, blocos carnavalescos e até bailes no período da folia de momo.

O GATHO também inaugurou o processo de conquistas de direitos do Movimento LGBT em Pernambuco. No contexto dos debates da nova Constituição Federal de 1988, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, a cidade de Olinda foi uma das poucas no país a incluir a proibição de discriminação por orientação sexual na sua Lei Orgânica Municipal. A conquista foi resultado de articulações realizadas por membros do GATHO junto ao então vereador Fernando Gondim, autor da proposta aprovada pela Câmara Municipal de Olinda. Mais recentemente, a militância pernambucana também celebrou vitórias pioneiras no Brasil. Pernambuco foi um dos primeiros estados do país a criar um Organismo Estadual de Políticas Públicas LGBT (2009)³, um Conselho de Políticas Públicas (2013)⁴ e uma Política Estadual de Saúde Integral da População LGBT (2015)⁵.

A obtenção de ganhos institucionais e políticos pelo Movimento LGBT em Pernambuco é resultado, em grande medida, dos processos de interação estabelecidos como o poder estatal e seus representantes. Conexões com o Estado através dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e com a Política Institucional através dos partidos políticos, fazem parte dos repertórios de atuação da militância pró-diversidade sexual e de gênero desde os primeiros anos da sua organização. Pouco mais de um ano após sua fundação, o GATHO participou da convenção regional do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme registrado em um fragmento

² “Homossexual” era o termo mais comumente utilizado no período que compreende o fim dos anos 1970 até o início dos anos 1990, para se referir ao conjunto de grupos e ativistas que atuavam na reivindicação de direitos e no enfrentamento à violência motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero.

³ Atendendo uma reivindicação do Movimento LGBT Pernambuco, o então Governador Eduardo Campos (2007-2014) criou no ano de 2009 a Assessoria Especial da Diversidade Sexual vinculada ao Gabinete do Governador. Posteriormente, no Governo Paulo Câmara (2015-2022), a Assessoria foi convertida em Coordenadoria, ampliando seu escopo de atuação.

⁴ Instituído pelo Decreto Nº 40.189, de 10 de dezembro de 2013.

⁵ Aprovada pela Portaria Nº 60/2015 da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco.

da matéria intitulada “Festiva”, publicada pelo jornal Diário de Pernambuco em 29 de dezembro de 1981. Descrevendo o evento partidário, suas atividades e participantes, a reportagem registra: “até a presença de um “grupo de atuação homossexual” que foi levar solidariedade ao Partido dos Trabalhadores”⁶. O comparecimento de militantes do grupo à convenção indica, no mínimo, relação de proximidade ideológica com o partido citado.

Esses processos de interação não ficaram restritos ao GATHO ou a um único Grupo da militância pernambucana. As interações entre organizações LGBT, partidos políticos e o Estado marcam a trajetória do Movimento LGBT em Pernambuco. Em novembro de 2009, o então Governador Eduardo Campos do Partido Socialista Brasileiro (PSB), criou a Assessoria Especial da Diversidade Sexual, organismo de fomento à criação de políticas públicas de direitos humanos e promoção da cidadania da população LGBT, vinculado ao seu Gabinete. Em evento solene no Palácio do Campo das Princesas, o sociólogo Rildo Veras foi nomeado assessor da pasta⁷. Longe de ser um desconhecido, Veras era líder de um dos principais e mais influentes grupos da militância no estado, o Movimento Leões do Norte. A nomeação de um ativista para ocupação de um cargo em comissão no Governo Estadual, juntamente com outros eventos empíricos mencionados nos parágrafos anteriores, indicam que, ao longo de sua trajetória, os Movimentos sociais LGBT de Pernambuco têm estabelecido diferentes repertórios de interação com o Estado objetivando à conquista de direitos.

Observando esse cenário, a presente pesquisa indaga a seguinte questão: **Como se constituíram os processos de reivindicação de direitos pelos Movimentos Sociais LGBT a partir dos repertórios de interação estabelecidos com o Estado?**

Formulado pelo sociólogo Charles Tilly, o conceito de repertório surgiu com o objetivo de oferecer uma ferramenta analítica para compreensão dos fatores políticos nos processos de mobilização coletiva. Em linhas gerais, “repertórios de ação coletiva” compreendem um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação através de um processo relativamente deliberado de escolha (TILLY, 1995). As manifestações de rua, por exemplo, constituem uma rotina bastante utilizada por movimentos sociais nos seus processos de reivindicação, podendo assumir diferentes formas como marchas, assembleias públicas com discursos, ocupação de espaços públicos (ruas, praças, avenidas), etc. Nessa perspectiva,

⁶ Fonte: RIBEIRO, José Adalberto. Festiva. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 157, n. 351, 29 dez. 1981. Política, p. A-2, grifos do original.

⁷ A nomeação foi noticiada em diversos blogs da imprensa local: https://www.blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=54493. Acesso em: 10/03/2021.

os processos de reivindicação de direitos ocorrem através do uso de um determinado conjunto limitado de repertórios em cada período histórico.

As primeiras formulações do conceito de repertórios foram desenvolvidas para analisar as dinâmicas conflituosas entre os detentores do poder e seus desafiantes, isto é, entre àqueles que ocupam momentaneamente os espaços de poder do Estado e àqueles que reivindicam direitos – a exemplo dos movimentos sociais. Todavia, considerando as singularidades das interações entre movimentos sociais e Estado no Brasil, algumas adaptações conceituais foram empreendidas com vistas a possibilitar uma maior compreensão desses processos de interação e das próprias dinâmicas de atuação dos movimentos. Modificações e adaptações no conceito de repertórios de ação coletiva para análise de realidades particulares não impõem limites à sua utilização, tendo em vista que já nas formulações de Tilly (2010), os repertórios variam de lugar a lugar, tempo a tempo, par a par.

Esse debate tem ocupado lugar importante nos estudos sobre movimentos sociais no Brasil. Aclamados como atores políticos protagonistas no cenário latino-americano no contexto das lutas em oposição às ditaduras civis-militares e peças chave para a construção dos processos de redemocratização do continente, alguns setores expressivos dos movimentos sociais passaram a ser criticados por uma argumentada falta de vigor devido a acomodação de seus representantes em dinâmicas e espaços institucionais, possíveis a partir de interações com o Estado (LAVALLE *et al*, 2019). A ênfase na perspectiva disruptiva e aposta na lógica do confronto como única alternativa de atuação dos movimentos passou a não corresponder à realidade empírica dessa forma de ação coletiva, tornando difícil a análise desses sujeitos políticos, suas interações com o aparato estatal e seus modos de organização política.

Buscando distanciar-se de perspectivas teóricas que defendem uma separação delimitada e estanque entre Estado e sociedade civil, esta tese caminha por abordagens mais relacionais no campo de estudo dos movimentos sociais. Tais abordagens destacam-se por questionar visões essencialistas desses sujeitos políticos e de suas interações com o Estado, Partidos Políticos e outros atores da sociedade civil. Conforme argumentam Rebecca Abers e Marisa Von Bülow (2011), a conformação de separações analíticas rígidas entre Estado e sociedade civil contribuem apenas para restringir a compreensão das dinâmicas de atuação dos movimentos em interação com atores do sistema político, inibindo reflexões que podem surgir a partir da investigação da diversidade de conexões possíveis entre esses atores e o Estado.

Dentro dessa discussão, Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba desenvolveram o conceito de “repertórios de interação”, uma adaptação do conceito de “repertórios de ação coletiva”, com vistas a possibilitar maiores reflexões a respeito das

conexões existentes entre movimentos e Estado no contexto brasileiro. A ênfase na perspectiva de permanente oposição entre essas duas esferas dá lugar à análise de dinâmicas colaborativas desenvolvidas entre atores no Estado e nos movimentos sociais. A partir de um estudo de caso, Abers, Serafim e Tatagiba (2014)⁸, propõem quatro rotinas comuns de “interação socioestatal” no Brasil, sendo elas: (i) protestos e ação direta; (ii) participação institucionalizada; (iii) política de proximidade; e (iv) ocupação de cargos na burocracia. A adaptação conceitual proposta pelas autoras se mostrou particularmente relevante para o estudo em tela, considerando o problema que buscou responder e os objetivos que pretendeu alcançar. Ao vincular ação e contexto, o conceito de repertório de interação tornou-se uma fértil ferramenta analítica para a presente pesquisa, conforme será debatido mais detidamente na revisão teórica presente no Capítulo 1.

As interações estabelecidas entre atores da sociedade civil, tais como movimentos sociais, e o Estado, não são necessariamente e apenas conflituosas. Ao contrário, as experiências das últimas décadas evidenciam novos modos de organização, atuação política e interlocução dos movimentos com o aparato estatal. De modo geral, no caso do Movimento LGBT, a ampliação do uso de táticas mais ou menos institucionais e de novos enquadramentos de suas agendas e interesses no poder público federal foi, em grande medida, ampliada a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República em 2003. Todavia, isso não significa que os Movimentos já não vinham fazendo uso de estratégias de colaboração e interlocução com o Estado nos seus processos de reivindicação de direitos. A atuação de militantes do GATHO na elaboração da Lei Orgânica do Município de Olinda é um exemplo de como essas dinâmicas de colaboração vêm sendo acionadas pelo Movimento LGBT desde a década de 1980⁹.

Situada nesse debate, esta tese teve como objetivo geral: Analisar como se constituíram os processos de reivindicação de direitos pelo Movimento Social LGBT, em Pernambuco, a partir dos repertórios de interação socioestatais estabelecidos entre 1980-2020. Para concretizá-lo, foram formulados os seguintes objetivos específicos: I- Apresentar o processo de surgimento institucional das lutas de combate à discriminação e por respeito à diversidade sexual e de gênero em Pernambuco; II- Mapear as principais organizações do Movimento LGBT

⁸ O Estudo de Caso analisa a combinação de rotinas de interações do Estado com os movimentos sociais na construção de políticas públicas durante o Governo Lula em três setores: desenvolvimento agrário, política urbana e segurança pública.

⁹ A existência de dinâmicas colaborativas não implica necessariamente numa lógica de adesão do Movimento LGBT aos projetos políticos representados no Estado. O presente estudo rejeita leituras que simplificam esse fenômeno classificando-o apressadamente como “cooptação” da militância por projetos partidários.

pernambucano; e III- Identificar os repertórios de interação socioestatais acionados pelo Movimento LGBT em Pernambuco.

O enquadramento dado ao estudo indica que ele também se trata de uma extensão da minha atuação política. Tendo uma trajetória de atuação no Movimento Estudantil desde o período da adolescência, minha inserção na Movimento LGBT ocorreu em meados de 2013. Neste ano, participei do II Encontro Nacional da Articulação Brasileira de Jovens LGBT¹⁰ (ArtJovem LGBT) e do II Encontro Nacional da Articulação Brasileira de Gays (ArtGay). A participação nos Encontros, realizados na cidade de Natal, me inseriu em duas redes nacionais do Movimento LGBT possibilitando o contato com ativistas de todas as regiões do país. Ao mesmo tempo, me tornei a referência dessas redes em Pernambuco, sendo permanentemente incentivado a fortalecer essas organizações em diversos municípios do estado.

Já em 2014, fui eleito Conselheiro da primeira composição do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco¹¹ (CEDP/LGBT). Nesse mesmo ano, juntamente com outros jovens ativistas, fundei o Coletivo Lutas e Cores no município de Caruaru-PE. As perspectivas políticas do Grupo, seus modos de organização interna e a capacidade de realização de um número considerável de ações, logo elevou o Coletivo ao *status* de uma das principais organizações do Movimento LGBT pernambucano.

A militância construída no Lutas e Cores partia de uma forte crítica ao rígido formato hierárquico da organização interna de outros Grupos, questionamentos a respeito da ausência de jovens ativistas nos espaços de poder do Movimentos e denúncia da inexistência de políticas públicas de combate à LGBTfobia nos municípios do interior do estado¹². O tensionamento decorrente dessa atuação resultou em algumas alterações. O Lutas e Cores foi convidado a compor o Fórum LGBT de Pernambuco¹³, até então composto exclusivamente por Grupos sediados na região metropolitana do Recife. As Prefeituras de Caruaru e de outros municípios localizados no interior do estado, criaram e/ou fortaleceram organismos de políticas públicas LGBT. A participação de jovens e de representantes de Grupos de militância de municípios fora

¹⁰ Fundada em agosto de 2011, a ArtJovem LGBT tem como principais objetivos formar jovens lideranças LGBTs, contribuir para o enfrentamento da LGBTfobia e combater à epidemia de HIV/Aids na população juvenil de gays, homens bissexuais, travestis e mulheres trans.

¹¹ A eleição dos membros da sociedade civil ocorreu em 23 de abril de 2014. Na ocasião foram eleitos 10 representantes de movimentos sociais. Posteriormente, o Governador de Pernambuco indicou 10 representantes governamentais para a primeira composição do CEDP/LGBT.

¹² Para mais informações a respeito da atuação e da trajetória do Lutas e Cores consulte Feitosa e Santos (2016a), Santos, Feitosa e Vieira (2017) e Santos e Lage (2020).

¹³ O Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco (Fórum LGBT de Pernambuco) é um dos principais espaços de articulação política da militância LGBT no estado. Uma das ações de maior destaque do Fórum é a organização da Parada da Diversidade Pernambuco, realizada anualmente na Avenida Boa Viagem, em Recife-PE.

da região metropolitana também foi ampliada significativamente na segunda composição do CEDP-LGBT¹⁴.

Juntamente com essas transformações no cenário mais geral do Movimento LGBT em Pernambuco, outros processos me atravessaram. Fui eleito Coordenador Nacional da ArtJovem LGBT em janeiro de 2018¹⁵. Um mês antes, em dezembro de 2017, representando a organização, havia tomado posse no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT)¹⁶. Desse período até o final de 2020, participei de inúmeros momentos de interlocução com representantes do Estado. Nas reuniões do CNCD/LGBT, realizadas em Brasília-DF, tive acesso a servidores da administração pública federal responsáveis pelo desenho de políticas públicas, chefes de departamentos e Ministros de Estado. A partir do CNCD/LGBT e também da ArtJovem LGBT, participei em diversas ocasiões de reuniões, audiências e debates nas duas casas do Congresso Nacional. Articulei iniciativas de defesa dos direitos da população LGBT junto ao Ministério Público Federal (MPF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). Por fim, através do CNCD/LGBT, acompanhei e fui um dos diversos ativistas que participaram das articulações que possibilitaram o Julgamento no STF que resultou na criminalização da LGBTfobia no Brasil¹⁷, em 2019. Essa trajetória ajuda a entender meu interesse pela investigação dos processos de interação entre Movimento LGBT e Estado¹⁸.

De posse das informações expressas nos parágrafos acima, o leitor desta tese deve compreender que para além dos seus objetivos formais já apresentados, este trabalho também buscou contribuir para uma construção de memórias afetivas e políticas das lutas travadas contra discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero em Pernambuco. Inspirado pelas provocações de Spivak (2010), busquei trazer aqui as potencialidades de duas experiências tidas, muitas vezes, como subalternas. A primeira diz respeito a trajetória do Movimento LGBT de Pernambuco, frequentemente invisível nas obras que discutem os processos de organização e reivindicação de direitos por sujeitos dissidentes das normas de sexualidade e gênero no Brasil. Por sua vez, a segunda trata de minha própria

¹⁴ A segunda composição do CEDP/LGBT teve mandato no biênio 2017-2019.

¹⁵ Eleito para o mandato no período de janeiro de 2018 à dezembro de 2020. Em janeiro de 2021, ocorreu a posse da nova Direção Nacional da ArtJovem LGBT, que havia sido eleita em Assembleia realizada no mês anterior. Ao final do mandato me afastei da organização para me dedicar ao processo de conclusão desta tese.

¹⁶ Para mais informações sobre o CNCD/LGBT consulte Feitosa e Santos (2016b).

¹⁷ Após o Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandado de Injunção (MI) 4773, o plenário do STF decidiu tornar crime a discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero no Brasil. A partir de então, os casos de LGBTfobia passaram a ser enquadrados na Lei 7716/1989, de forma provisória até que o Congresso Nacional aprove legislação específica.

¹⁸ Isso não significa que a existência do Movimento LGBT esteja restrita exclusivamente a lógicas institucionais. Trata-se apenas a delimitação dada ao estudo pelos motivos já expostos nesta introdução.

experiência enquanto ativista que se identifica como parte da militância LGBT pernambucana e como sujeito que carrega vários marcadores sociais da diferença. Assim, o conjunto de reflexões expostas ao longo deste trabalho foram atravessadas não apenas pelas contribuições dos teóricos e dos conceitos mobilizados, mas também pela experiência de quase uma década de atuação no Movimento LGBT.

Além das justificativas pessoais e políticas expostas nos parágrafos acima, há outros argumentos que convergiram para relevância da realização desta tese. A experiência da militância pelo respeito à diversidade sexual e de gênero em Pernambuco é singular para uma compreensão mais ampliada a respeito da trajetória do Movimento LGBT no Brasil. Isso porque evidências empíricas apontam para um investimento da militância pernambucana em processos de interlocução com a Política Institucional e com o Estado desde a década de 1980. Uma dessas evidências trata-se da aprovação da Moção de Repúdio ao código 302.0 da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) pela Câmara Municipal de Olinda, em 1983. O referido código apontava a homossexualidade como “Desvio e Transtorno Sexual”, passando a ser um dos principais alvos de protestos realizados por Grupos homossexuais em vários países. Juntamente com outros Grupos do Nordeste, a exemplo do Grupo Gay da Bahia (GGB), o GATHO foi uma das organizações pioneiras a levantar esse debate no Brasil, articulando a aprovação de Moção de Repúdio ao Código 302.0 da CID a partir de uma interlocução com o Vereador Fernando Gondim.

Os registros das primeiras experiências de organização política do Movimento LGBT em Pernambuco indicam que desde os seus primeiros anos, a militância apostou em repertórios de interação socioestatais como estratégia privilegiada para combater à violência, ampliar a repercussão positiva de suas agendas na sociedade e conquistar direitos. Ao longo de quatro décadas, essas estratégias tornaram-se cada vez mais recorrentes, articuladas e complexas. Em alguns casos, mudaram-se os atores, mas permaneceu a aposta nas interações socioestatais.

Mas por que a experiência pernambucana pode contribuir para uma compreensão mais ampliada da trajetória do Movimento LGBT no Brasil? Para ajudar a responder essa indagação convém trazer ao debate a experiência do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual. Surgido em São Paulo, no ano de 1978, o Grupo é considerado a primeira organização de militância homossexual do país. Dada sua relevância, simbolismo e localização geográfica privilegiada, a experiência do SOMOS passou a ocupar um lugar central em diversos estudos que se tornaram referência dentro desse debate, a exemplo dos trabalhos de Simões e Facchini (2009), MaCrae (2018 [1990]) e Facchini (2005). Essas e outras obras indicam que no fim dos

anos 1970 e início dos anos 1980, uma verdadeira celeuma havia se instalado no interior do Grupo, dividindo-o em duas perspectivas opostas.

De um lado, a ala aqui denominada “autonomista”, reivindicando a defesa de independência do Grupo em relação à política institucional. De outro, a ala denominada aqui de “esquerdista”, propondo a inserção do SOMOS em atividades e mobilizações políticas, a exemplo de marchas e passeatas, bem como a interlocução com organizações políticas de esquerda, a exemplo da Convergência Socialista, antiga tendência interna do PT que anos mais tarde resultou na fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). O SOMOS não suportou conviver com posições tão díspares em relação aos seus posicionamentos públicos, processos de interação e sua relação com a Política Institucional. A ala autonomista acabou retirando-se do Grupo, acusando a ala esquerdista de instrumentalizar a militância homossexual para fins partidários. Algum tempo depois, em 1983, o SOMOS desintegrou-se totalmente, encerrando suas atividades (MACRAE, 2018 [1990]; SIMÕES e FACCHINI, 2009; GREEN, 2018; TREVISAN, 2018).

Posicionamentos divergentes em torno da relação entre militância homossexual e Política Institucional parecem não ter tido grande relevância na experiência do GATHO. Apesar de ter atuado concomitantemente e em um período muito próximo à experiência do SOMOS, as interações com a Política Institucional não foram um impasse para o Grupo pernambucano. Ao contrário, representantes do GATHO participaram da Convenção Regional do PT em Recife no ano de 1981. Pouco tempo depois, nas eleições de 1982, o Grupo apoiou a candidatura de Fernando Gondim do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para Câmara Municipal de Olinda. Eleito, Fernando tornou-se um interlocutor da militância homossexual no parlamento local e o GATHO se movimentou na direção de estabelecer rotinas de interações socioestatais com vistas ao fortalecimento de suas agendas políticas e conquistas de direitos por meio da Casa Legislativa.

Os repertórios de interação socioestatais adotados por um setor expressivo do Movimento LGBT brasileiro na atualidade coincidem, guardadas as singularidades dos diferentes períodos históricos, com as estratégias adotadas pelo grupo pernambucano no início da década de 1980. Mais recentemente, algumas conquistas do Movimento LGBT em Pernambuco o tornaram referência para os Grupos de militância de outros estados. Um exemplo disso foi a Criação do CEDP/LGBT em 2013, conquista possível a partir das interações estabelecidas por ativistas LGBT com agentes estratégicos do Governo local. A criação de um Conselho Estadual de defesa dos direitos da população LGBT em Pernambuco serviu de base

para que Grupos de diversas regiões do país reivindicassem a criação desse organismo de controle social em seus respectivos estados.

Ainda no percurso de justificar a escolha desta tese em estudar a experiência do Movimento LGBT em Pernambuco, convém fazer mais alguns apontamentos. No contexto brasileiro, a realização de eventos regionais e nacionais que reuniam Grupos de militância homossexual de diferentes regiões, foi fundamental para constituição do próprio Movimento. Esses eventos também foram imprescindíveis para emergência de organizações com abrangência nacional que contribuíram para ampliação da visibilidade das agendas de reivindicação da militância que atua na luta por respeito à diversidade sexual e de gênero. Foi a partir desses eventos que foi possível a Fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)¹⁹ no ano de 1995, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL). A Associação segue em atividade e na atualidade ainda é uma das principais organizações do Movimento LGBT na América Latina.

Há certo consenso a respeito da relevância dos eventos regionais e nacionais para o processo de constituição do Movimento LGBT no Brasil (FACCHINI, 2003; FACCHINI, 2005; SIMÕES e FACCHINI; 2009). Os Encontros são apontados como momentos decisivos para a trajetória das lutas contra discriminação no nosso país. Todavia, apesar de boa parte desses eventos, realizados majoritariamente nas décadas de 1980 e 1990, contarem com a presença de ativistas pernambucanos, as experiências dos Grupos de militância do estado têm sido ignoradas pela literatura que se propôs a analisar, compreender e estudar a trajetória do Movimento LGBT no Brasil. Alguns Grupos de Pernambuco, a exemplo do GATHO, no máximo são citados apressadamente como uma das organizações que estavam presentes nesses tipos de eventos.

A invisibilização dessas experiências ocorre, em grande medida, devido à abordagem geograficamente sul-centrada de boa parte da literatura acadêmica que debate a trajetória do Movimento LGBT no Brasil. Os estudos de maior repercussão nesse campo partem dos grupos que atuaram localmente em São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados das regiões sudeste e sul, para discutir de forma mais ampliada a experiência do Movimento LGBT no nosso país²⁰.

¹⁹ Atualmente a organização possui a seguinte denominação: “Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos”. No entanto, manteve-se a sigla inicial: ABGLT. Mais informações sobre a Associação em: <https://www.abglt.org/>.

²⁰ Esse apontamento não significa que aqui serão desprezadas as pesquisas realizadas sobre Movimento LGBT no Brasil a partir de uma abordagem centrada geograficamente nas regiões sudeste e sul. Ao contrário, vários trabalhos que partiram das experiências dos Grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro já foram citados na introdução desta tese e serão utilizados como referências ao longo de todo trabalho. O que se pretende evidenciar com essa argumentação é a relevância de estudos que busquem explorar outras experiências de militância LGBT, pois quando observada a produção científica sobre este tema no Brasil, poucas experiências localizadas fora do eixo

Observando essa lacuna, se faz necessário explorar outras realidades que até então não tiveram espaço nessa discussão, a exemplo da experiência de Pernambuco. Esse deslocamento de olhares contribui para complexificar e enriquecer as discussões sobre a atuação do Movimento LGBT no Brasil. O caso pernambucano se torna particularmente relevante nesse debate quando observamos que o estado foi o único localizado fora das regiões sudeste-sul a sediar dois Encontros ao longo das décadas de 1980 e 1990, sendo eles o já citado EGHON, em 1981; e o V Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), em 1991. Além disso, há registros da presença de representantes de Grupos de Pernambuco em boa parte dos Encontro nacionais realizados nesse período, revelando que houve efetiva contribuição da militância pernambucana na constituição do Movimento LGBT no país.

Alguns esforços no sentido de lançar luzes sobre a trajetória do Movimento LGBT em Pernambuco vêm sendo realizado pelo professor Dr. Benedito Medrado no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco (GEMA-UFPE). Seu projeto de pesquisa mais recente nessa direção, intitulado “Produções culturais em gênero, sexualidade e direito: agenciamentos possíveis em tempos adversos” (MEDRADO, 2020)²¹, tem resultado na publicação de diversos artigos científicos em revistas especializadas (MEDRADO *et al*, 2022, no prelo-A, no prelo-B). Essas investigações têm contribuído com a ampliação da produção do conhecimento a respeito das lutas por respeito à diversidade sexual e de gênero no contexto pernambucano. Também situado neste cenário, este estudo se soma aos esforços já citados na direção de possibilitar uma compreensão mais ampliada a respeito do Movimento LGBT no Brasil.

Por fim, mas igualmente relevante, a pesquisa aqui apresentada também se justifica em função das inquietações pessoais, acadêmicas e políticas do seu autor. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (1987), as pesquisas refletem em muito questões que constituem as subjetividades dos indivíduos que as desenvolvem. Sendo um jovem pesquisador e ativista que atua no Movimento LGBT em Pernambuco, carrego comigo a curiosidade epistêmica de conhecer as trajetórias daqueles que foram precursores e que me antecederam nas lutas contra discriminação no meu estado natal onde me fiz ativista. De igual modo, me desperta curiosidade compreender como os repertórios de interação socioestatais foram acionados, quais estratégias foram adotadas, embates vivenciados e dificuldades enfrentadas.

Rio-São Paulo ocupam lugar de destaque. A exceção é o Grupo Gay da Bahia que já foi objeto de diversas pesquisas e que possui um amplo acervo de materiais autorais produzidos que registram a sua trajetória. Isso se deve, sobretudo, ao trabalho incansável e as produções realizadas pelo seu fundador, o Professor Luiz Mott.

²¹ Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq.

No atual contexto sociopolítico marcado pela ascensão da violência e intolerância, por recorrentes ataques ao conhecimento científico, ao pluralismo de ideias e a dignidade humana, reafirmar uma perspectiva de ciência que tenha entre seus objetivos a emancipação social de sujeitos subalternos é um compromisso que deve ser seguido por todos que estão comprometidos com a democracia e que se opõem ao obscurantismo e ao regresso civilizatório da humanidade.

1.1 Percurso Metodológico do Pesquisa

A realização de pesquisas que envolvem sujeitos dissidentes dos padrões dominantes de corpo, gênero e sexualidade passou por muitas transformações nas últimas décadas. As primeiras investigações nessa direção, levadas a cabo por pesquisadores sociais, se depararam com um conjunto de obstáculos para acessar indivíduos que corriam sérios riscos ao revelar suas vivências afetivas e sexuais, podendo até ser enquadrados como criminosos. Esse quadro de grande estigmatização social foi sendo gradativamente modificado a partir do fortalecimento das lutas coletivas por liberdade e direitos. A alteração desse cenário tem possibilitado, sobretudo, a partir do século XXI, que pesquisadores acessem com relativa facilidade indivíduos que se identificam como membros da “comunidade” LGBT.

A trajetória da pesquisa social que se detém ao estudo das sexualidades mantém forte similaridade e aproximação junto as investigações sobre mulheres e grupos étnico-raciais, como indígenas e negros. Essas pesquisas estão imbricadas com a política dos movimentos sociais dos grupos tidos como subalternos, mantendo cautela aos modos pelos quais a ciência tem sido utilizada historicamente contra populações marginalizadas, mostrando-se mais confortável com as estratégias de pesquisa qualitativa. Isso decorre da compreensão de que tal perspectiva metodológica preocupa-se mais com a criação de significados culturais e políticos, tende a objetivar menos os participantes/colaboradores da pesquisa e em geral buscam dar mais espaços às vozes e experiências até então silenciadas (GAMSON, 2006).

Num campo no qual pesquisa e política mantém uma relação de ligação tão próxima, os estudos que envolvem sujeitos LGBT têm reiteradamente conferido visibilidade a pessoas e formas de organização política frequentemente invisibilizadas. Ao invés de reforçar estigmas e discriminações se detendo na busca irrelevante de possíveis motivações para existência de sexualidades dissidentes, os estudos conduzidos nesse campo têm possibilitado o fortalecimento das demandas dos movimentos sociais por dignidade e cidadania, na medida em que também têm apresentado evidências científicas das violações de direito e das violências

praticadas contra àqueles sujeitos que não estão em conformidade com os padrões dominantes de corpo, gênero e sexualidade.

No entendimento de Gamson (2006), dada a valorização da criação de significados e compreensão das experiências da vida cotidiana, os métodos qualitativos têm sido majoritariamente empregados nas investigações que se detêm a analisar os movimentos sociais LGBT. Inserida dentro dessa perspectiva, a pesquisa aqui apresentada guiou-se por uma abordagem qualitativa realizando um estudo de tipo explicativo. Ao longo do trabalho explica-se o surgimento institucional da organização política para o enfrentamento da discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero, suas reconfigurações, enquadramentos, capacidade de atuação, efeitos, processos de reivindicação de direitos e repertórios de interação com o Estado.

A) Delimitação do Campo

A periodização do estudo se situa entre 1980, considerando a fundação do GATHO, primeiro Grupo de militância homossexual organizada em Pernambuco, e segue até 2020, compreendendo ao todo quatro décadas. Contudo, foi necessário recorrer a uma série de eventos ocorridos ao longo da década de 1970 para resgatar os contextos sociais e políticos que possibilitaram a organização institucional da luta contra discriminação sexual em maio de 1980. Esses eventos são discutidos no Capítulo 2 e dizem respeito, sobretudo, a repressão do regime militar, ao surgimento e diversificação dos espaços de sociabilidade homossexual em Recife, à emergência do Grupo Teatral Vivencial Diversiones e ao olhar da imprensa da época a respeito desses acontecimentos.

A investigação teve o Fórum LGBT de Pernambuco como ponto de partida. Fundado em 20 de abril de 2004 e ainda em atividade, o Fórum funciona como um espaço de articulação política dos Movimentos Sociais que atuam no combate à discriminação motivada por intolerância à orientação sexual e identidade de gênero no estado de Pernambuco. A partir das organizações e dos ativistas que integram essa articulação, foi possível identificar as principais lideranças e Grupos de militância nas quatro décadas aqui analisadas: 1980, 1990, 2000 e 2010. Essa rede permitiu ainda acessar um conjunto importante de documentos de interesse da pesquisa.

B) Levantamento Bibliográfico Preliminar

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o Movimento LGBT no Brasil. As obras mais citadas e consagradas nessa literatura passaram por uma leitura atenta com o objetivo de identificar registros e análises sobre a experiência desse Movimento Social em Pernambuco. Pouco foi encontrado além de raras menções as participações do GATHO em Encontros na década de 1980.

Em seguida, um novo levantamento bibliográfico foi realizado. Desta vez, com foco na literatura sobre a atuação do Movimento LGBT em Pernambuco. Foram selecionadas pesquisas de pós-graduação que abordavam o assunto na condição de objeto de estudo e outras investigações que se mostraram relevantes. Uma parte significativa dos trabalhos selecionados foi desenvolvida no âmbito do GEMA-UFPE sob orientação do Professor Dr. Benedito Medrado.

Acessar essa literatura possibilitou uma interpretação crítica a respeito da ausência da experiência da militância pernambucana nas obras mais citadas e consagradas como principais referências nos debates sobre Movimento LGBT no Brasil. Além disso, a bibliografia secundária foi fundamental para construir uma cronologia dos principais eventos, realizar um mapeamento do campo e identificar o Fórum LGBT de Pernambuco como locus privilegiado para iniciar a pesquisa empírica através da realização de entrevistas e coleta de documentos.

C) Documentos

As fontes documentais guardam um valor singular para a pesquisa social porque possibilitam que o pesquisador acesse outros dados para além daqueles disponibilizados através das fontes orais, ao mesmo tempo, permitem o detalhamento das informações obtidas através de entrevistas. Nessa investigação, adotou-se uma concepção mais elástica de “documento” que considera “documentos de domínio público” todo material físico ou digital, elaborado por uma pessoa ou organização, disponível ao acesso do pesquisador (SPINK *et al*, 2014).

Essa perspectiva toma como “documento” qualquer produção escrita desenvolvida para leitura e utilização do público geral ou mesmo para determinado público específico. Assim, bilhetes, cartas, formulários, panfletos, jornais, livros, cartilhas, relatórios, fotografias e imagens, páginas da internet e redes sociais, estatutos, atas de reuniões, legislações e outros materiais similares são considerados documentos que registram importantes evidências empíricas para o processo de investigação.

Nesta tese, os documentos foram sendo agregados à medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida. Inicialmente acessamos documentos produzidos pelo GATHO: Boletins

Informativos; o Relatório do Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON); e o extrato do Estatuto do Grupo publicado no Diário Oficial de Pernambuco no dia 09 de novembro de 1985. O material foi disponibilizado em formato digital²² por Jackson Cavalcanti Júnior, integrante do Fórum LGBT de Pernambuco e um dos membros mais ativos do GATHO na década de 1980, sendo o responsável por assinar o Estatuto do Grupo na condição de seu Presidente para publicação do documento no Diário Oficial.

Buscando compreender o contexto de surgimento do Movimento LGBT em Pernambuco, recorri também a matérias publicadas no jornal Diário de Pernambuco na década de 1980 que faziam menção ao GATHO. Esse material a mim disponibilizado foi selecionado por membros do Projeto de Pesquisa “Produções culturais em gênero, sexualidade e direito: agenciamentos possíveis em tempos adversos”, desenvolvido no GEMA-UFPE, sob coordenação do Professor Dr. Benedito Medrado²³.

Além do material do GATHO analisado inicialmente, também acessei outros documentos a partir do Fórum LGBT de Pernambuco. Através de membros e ex-membros do Fórum tive acesso a registros de vários Grupos de militância que me auxiliaram no processo de construção de uma cronologia com os principais episódios de interações socioestatais do Movimento LGBT pernambucano. A rede de ativistas que compõem ou já fez parte do Fórum possibilitou ainda acessar outras pessoas que guardavam documentos de interesse da pesquisa.

Leis, decretos, portarias, resoluções e outros documentos legais que versam sobre o combate à discriminação e a promoção da cidadania da comunidade LGBT no estado de Pernambuco também se constituíram como fontes de informação para pesquisa. A elaboração da ampla maioria dessas normativas contou com a participação de representantes do Movimento de forma direta ou indireta.

Documentos produzidos a partir de interações do Movimento LGBT com o Estado também se mostraram ricas fontes. Relatórios das Conferências Estaduais LGBT, o regimento interno e atas de reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, Cartilhas e outras publicações informativas construídas conjuntamente por representantes governamentais e da sociedade civil, são alguns dos materiais que resultaram dos repertórios de interação socioestatais e que auxiliaram na análise da constituição dos processos de reivindicação de direitos pelo Movimento LGBT em Pernambuco.

²² Os documentos citados estão disponíveis no site <https://grupogatho.blogspot.com/> criado por Jackson para compartilhar o material.

²³ Reitero meus agradecimentos ao Professor Dr. Benedito Medrado e todas as pessoas envolvidas no projeto de pesquisa citado.

Por fim, redes sociais, sites, blogs e outras páginas dos Grupos de militância, ativistas e órgãos governamentais acessáveis através da internet não foram desprezadas na construção da pesquisa. Textos, muitas vezes despretensiosos, acompanhados de fotografias e imagens publicados na rede virtual foram tomados como documentos por veicularem informações preciosas que contribuiriam significativamente para o estudo.

D) Entrevistas

A realização de entrevistas em investigações que se detêm a análise das vivências de determinados grupos sociais se mostra particularmente relevante tendo em vista que as memórias dos sujeitos entrevistados não são apenas narrativas individuais, mas antes elementos constitutivos das memórias coletivas de uma comunidade (POLLAK, 2010). As entrevistas se constituíram como uma ferramenta importante para acessar memórias do Movimento LGBT de Pernambuco a partir de ativistas que se destacaram em papéis de liderança em diferentes momentos do recorte temporal delimitado pela pesquisa. Lideranças das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010 compartilharam ricas informações sobre a constituição do Movimento na localidade e de suas interações socioestatais.

O Fórum LGBT de Pernambuco foi o ponto de partida para seleção das lideranças entrevistadas. Um total de 17 membros, ex-membros e ativistas de Grupos organizados concederam entrevistas realizadas ao longo do segundo semestre de 2021 através da plataforma Google Meet. O tipo semiestruturado foi considerado o mais adequado por possibilitar a elaboração de um roteiro prévio, mantendo-se aberto a novos questionamentos. Tendo em vista a delimitação temporal do estudo, o tipo semiestruturado também se mostrou mais adequado por permitir delimitar o volume de informações através da realização de indagações que contribuíssem diretamente para atingir os objetivos propostos pela investigação. Questionamentos adicionais foram incluídos sempre que as informações prestadas pelas lideranças aparentavam ser insuficientes. O roteiro das entrevistas realizadas está disponibilizado na seção Apêndice.

Considerando os aspectos éticos da pesquisa científica e a solicitação das lideranças entrevistadas, o conteúdo integral das entrevistas foi arquivado sob os cuidados do pesquisador. Buscando garantir o anonimato e a segurança das lideranças entrevistadas, as citações diretas ou indiretas de trechos das entrevistas serão acompanhadas da expressão “Participante” associada ao código de cada entrevistado. Além das medidas já apresentadas, evitou-se, ao longo do trabalho, realizar citações diretas de declarações concedidas pelos entrevistados que

porventura pudessem lhes identificar ou trazer qualquer prejuízo. Por outro lado, com a devida autorização, o nome dos participantes da pesquisa na condição de entrevistados está disponível abaixo no Quadro 1. Esse registro tem por finalidade conferir a devida visibilidade a essas lideranças que possuem um histórico de relevantes contribuições com o Movimento LGBT em Pernambuco.

Quadro 1 – Identificação das lideranças entrevistadas para a pesquisa

	Nome	Idade (anos)	Organizações/Grupos/ Redes/ Fóruns que integra ou já integrou	Período de atuação no Movimento LGBT em PE (por década)	Orientação Sexual	Identidade de Gênero	Raça	Escolaridade	Profissão/ Ocupação	Filiação Partidária
01	Alessandro Monte	50	ABGLT Os Defensores	1990 2000	Gay	Homem Cisgênero	Negro	Graduação	Educador Popular	-
02	Ana Carla Lemos	39	Fórum LGBT de Pernambuco Grupo LUAS Instituto PAPAI	2000 2010	Lésbica	Mulher Cisgênero	Negra	Mestrado	Antropóloga	PSOL
03	Chopelly Santos	39	AMOTRANS ANTRA FONATRANS Fórum LGBT de Pernambuco	2000 2010	Heterossexual	Mulher T Transgênero	Parda	Técnico de Nível Médio	Técnica em Enfermagem	PSB
04	Cristiano Oliveira ²⁴	49	ABGLT Fórum LGBT de Pernambuco Grupo Gay Satyricon	1990 2000 2010	Gay	Homem Cisgênero	Negro	Graduação	Enfermeiro	PCdoB
05	Edvaldo Souza	50	ABGLT Grupo Gay Satyricon	1990 2000	Gay	Homem Cisgênero	Pardo	Graduação	Aeroviário	-

²⁴ Em virtude de uma falha da plataforma Google Meet durante a gravação desta entrevista não foi possível realizar sua transcrição.

06	Heymilly Maynard	30	NATRAPE Rede Trans do Brasil	2010	Heterossexual	Mulher Transgênero	Negra	Técnico de Nível Médio	Funcionária Pública	PSB
07	Íris de Fátima	57	ABGLT AMHOR COMLESBI Fórum LGBT de Pernambuco	1990 2000 2010	Lésbica	Mulher Cisgênero	Negra	Técnico de Nível Médio	Funcionária Pública	PT
08	Jackson Cavalcanti Júnior	62	Fórum LGBT de Pernambuco GATHO	1980 2000 2010	Gay	Homem Cisgênero	Branco	Graduação	Servidor Público	PSOL
09	Jair Brandão	48	Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero Fórum LGBT de Pernambuco Movimento LGBT Leões do Norte	2000 2010	Gay	Homem Cisgênero	Branco	Pós- graduação/ Especialização	Assessor de Projetos	-
10	Micheline Américo	49	AMHOR Bloco da Diversidade CANDACES Centro das Mulheres do Cabo Fórum LGBT de Pernambuco	2000 2010	Lésbica	Mulher Cisgênero	Negra	Mestrado	Jornalista	PT

11	Pedro Henrique Pereira	23	Aliança Nacional LGBTI Coletivo LGBT de Passira Rede LGBT do Interior de Pernambuco	2010	Pansexual	Homem Cisgênero	Branco	Graduação	Gestor de Políticas Públicas	PSB
12	Rildo Veras	45	ABGLT Fórum LGBT de Pernambuco Movimento LGBT Leões do Norte Rede LGBT do Interior de Pernambuco	2000 2010	Gay	Homem Cisgênero	Pardo	Pós-graduação/ Especialização	Professor	-
13	Rivânia Rodrigues	48	AMHOR CANDACES COMLESBI Fórum LGBT de Pernambuco Grupo Somos Todos Iguais	2000 2010	Lésbica	Mulher Cisgênero	Negra	Graduação	Assessora Parlamentar	PT
14	Sérgio Moura	50	Fórum LGBT de Pernambuco Movimento LGBT Leões do Norte	2000 2010	Gay	Homem Cisgênero	Negro	Graduação	Assessor Político	PSB
15	Thiago Rocha	41	Fórum LGBT de Pernambuco	2000 2010	Gay	Homem Cisgênero	Indígena	Graduação	Empresário	-

			Instituto PAPAÍ							
16	Val Souza	45	AHTM IBRAT	2010	Pansexual	Homem Transgênero	Pardo	Graduação	Técnico em Enfermagem	-
17	Yudi Luiz Santos	29	AHTM IBRAT	2010	Heterossexual	Homem Transgênero	Indígena	Graduação	Auxiliar Administrativo	PSOL

Fonte: Elaborado pelo Autor.

E) Análise dos dados

O processo de análise foi guiado pela perspectiva analítica proposta pela análise de conteúdo (BARDIN, 2011; FRANCO, 2021). Embora preservado o objetivo inicial dessa perspectiva em oferecer um conjunto de técnicas para análise de comunicações, a análise de conteúdo passou por diversas inovações, sendo na atualidade amplamente utilizada em pesquisas qualitativas (CAMPOS, 2004; SILVA e FOSSA, 2015).

Nesta investigação, inicialmente procedeu-se a organização dos dados coletados. A bibliografia acessada, os diversos documentos selecionados e o material resultado da transcrição das entrevistas foram agrupados constituindo o *corpus* da pesquisa. Em seguida, realizou-se a categorização e a seleção das unidades de análise, definidas a partir dos objetivos específicos do estudo. Por fim, o caminho percorrido no processo analítico se deu na direção da construção de interpretações do *corpus*, considerando o método qualitativo adotado por esta pesquisa.

F) Partes da Tese

Juntamente com a introdução e as considerações finais, o presente estudo foi organizado em 4 capítulos. Na Introdução é apresentada a problemática do estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos, os argumentos que justificam a sua realização e o percurso metodológico da investigação.

Composto por três tópicos, o primeiro capítulo (item 2 do Sumário), apresenta as perspectivas teóricas que orientaram o estudo. No primeiro tópico, realizou-se uma revisão de literatura situando as três principais correntes teóricas para análise de Movimentos Sociais que se consolidaram no campo das ciências sociais nas últimas décadas do século XX. Em seguida, é discutido o conceito de repertórios de interação socioestatais, apresentando e as discussões que o precederam e sua viabilidade para o estudo em tela. Por fim, buscou-se realizar um debate conceitual a respeito do que é denominado aqui nesta tese de “Movimento LGBT”, expondo as diferentes compreensões deste fenômeno e a diversidade de modos pelos quais se organiza.

O segundo capítulo (item 3 do Sumário), intitulado “Erguendo a Bandeira do Arco-íris: o surgimento institucional do Movimento LGBT em Pernambuco” corresponde ao objetivo específico I e apresenta o contexto de emergência e os principais acontecimentos da então militância homossexual pernambucana na década de 1980. A experiência do GATHO, combinando interações socioestatais e ações culturais, torna-se ímpar para uma compreensão

mais ampliada do contexto de surgimento do Movimento LGBT no Brasil. As fontes de informação acessadas para construção desse Capítulo foram de natureza: (a) Bibliográfica: artigos, livros e dissertações de mestrado; (b) Documental: boletins informativos, relatórios de encontros, discursos de membros do GATHO e matérias publicadas na década de 1980 pelo jornal Diário de Pernambuco que fazem menção ao ativismo homossexual da época a partir das ações do Grupo; e (c) Entrevistas realizadas para pesquisa.

O terceiro capítulo (item 4 do Sumário), cujo título é “Mapeando as principais organizações do Movimento LGBT em Pernambuco”, corresponde ao segundo objetivo específico deste trabalho. Nele, são apontadas os principais Grupos, redes, ONGs e articulações que atuaram entre 1980 e 2020 no enfrentamento à discriminação e a violência motivada por intolerância a diversidade sexual e de gênero no contexto pernambucano. Recorreu-se as fontes bibliográficas, documentais e ao material da transcrição das entrevistas realizadas. Apesar do esforço realizado no processo de acesso ao material empírico, experiências de algumas organizações que tiveram relevância entre 1980 e 2020 muito possivelmente não foram descritas ou problematizadas como mereciam, dado o volume desses acontecimentos. Privilegiou-se neste mapeamento as experiências das principais organizações que mantiveram interações com o Estado no período citado.

O quarto capítulo (item 5 do Sumário) corresponde ao terceiro e último objetivo específico deste trabalho. Intitulado “Repertórios de Interação Socioestatais do Movimento LGBT em Pernambuco”, realiza uma análise a partir das quatro rotinas indicadas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014): (i) protestos e ação direta; (ii) participação institucionalizada; (iii) política de proximidade; e (iv) ocupação de cargos na burocracia. O *corpus* da pesquisa constituído pelas fontes bibliográficas, documentais e do material da transcrição das entrevistas possibilitou a construção do capítulo citado.

Finalmente, as considerações finais condensam os principais achados da pesquisa, possibilidades de respostas ao problema e aos objetivos do estudo e sugestões para futuras agendas de investigação. Realizada a devida apresentação, antes de iniciar a leitura do trabalho propriamente dito, é necessário compreender a opção pela utilização de determinados termos, expressões e nomenclaturas no tópico seguinte.

1.2 Sobre Termos, Expressões e Nomenclaturas

No período delimitado pelo estudo, ou seja, entre 1980 e 2020, a utilização do termo “Movimento LGBT” prevaleceu por um maior tempo. Do início da década de 2000 até o final

de 2020, esse foi o termo mais utilizado pela militância em Pernambuco. O termo “Movimento Homossexual” utilizado na década de 1980 foi perdendo espaço para “Movimento de Gays e Lésbicas” e “Movimentos de Gays, Lésbicas e Travestis” na década seguinte. Embora na atualidade exista uma série de variações²⁵, optou-se por utilizar o termo “Movimento LGBT” neste estudo, considerando a sua frequência na bibliografia utilizada, bem como nas fontes documentais e entrevistas realizadas. Entretanto, também foram utilizados outros termos ao longo desta tese, a exemplo de “Movimento Homossexual”, quando se tratava de períodos históricos em que tal termo citado era comumente utilizado.

Em relação ao conjunto de violências motivadas por intolerância à diversidade sexual e de gênero utilizou-se os termos “homofobia”, “lesbofobia”, “transfobia” e “LGBTfobia” como sinônimos, tal como já é comumente utilizado na literatura que discute esse fenômeno. Mais uma vez, considerou-se o período histórico que estava sendo tratado para utilização do termo mais adequado.

Sobre o uso de “estado”, “Estado”, “Grupo” e “Sexualidades dissidentes”. Na presente tese, “estado” se refere a unidade da federação. Já “Estado” é utilizado no sentido entidade soberana que governa um povo. Por sua vez, “Grupo”, grafado desta maneira, refere-se a uma organização do Movimento LGBT, tendo em vista a ampla utilização de tal expressão entre as lideranças entrevistadas e nos documentos acessados. O uso do termo “Sexualidades dissidentes” aqui, faz referência as identidades e expressões sexuais e de gênero que se encontram fora do modelo heterossexual e em desacordo com a heteronormatividade.

²⁵ “Movimento LGBT+”, “Movimento LGBTI”, “Movimento LGBTI+”, “Movimento LGBTQ”, “Movimento LGBTQI+”, “Movimento LGBTQIAP”, entre outros.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS, MOVIMENTO LGBT E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS

Estudar movimentos sociais, pelo menos da maneira que a maioria das pessoas faz, é estudar o modo pelo qual agentes individuais, trabalhando em conjunto, podem promover a mudança.

Nick Crossley. Alain Touraine. In: John Scott (Org). **50 Grandes sociólogos contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2009.

O presente capítulo situa as opções teóricas da pesquisa e está organizado em três tópicos. Primeiro é apresentada uma revisão de literatura das três perspectivas teóricas que se destacaram nas análises dos movimentos no campo das ciências sociais no final do século XX. Os desdobramentos desses debates ofereceram um conjunto de conceitos e abordagens para o estudo da ação coletiva. A proposta analítica dos repertórios de interação socioestatais, discutido no segundo tópico, é exemplo disso. Finalmente, um esforço na direção de realizar uma discussão conceitual a respeito do Movimento LGBT faz o fechamento do capítulo.

2.1 Principais perspectivas teóricas na análise dos Movimentos Sociais

Há certa convergência nas ciências sociais a respeito da importância das significativas transformações culturais ocorridas no ocidente no período entre o fim dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1970. Questionamentos a respeito do modo de vida capitalista catalisaram as angústias de uma nova geração de jovens insatisfeitos com as mais diversas formas de autoridade e dispostos a construir outros estilos de vida. É dessa oposição e negação da cultura em voga que emerge a contracultura desafiando as normas e os padrões até então vigentes.

A disponibilização da pílula anticoncepcional no mercado americano em agosto de 1960 marcou o início de uma verdadeira revolução sexual no mundo ocidental. O novo método contraceptivo surgiu uma década após a publicação da potente obra da filósofa Simone de Beauvoir (2009), “O Segundo Sexo”. O momento era de expansão dos ideais feministas que já

estavam em circulação desde o final do século XIX em virtude das lutas travadas por mulheres de diferentes países.

A contestação das desigualdades adquiriu notoriedade para além da tradicional chave de classes sociais “burguesia *versus* proletariado”, observando as violências e negação de direitos a partir das diferenças de gênero, sexualidade e raça/etnia. Assim como as pautas feministas, o Movimento pelos direitos civis ganhou centralidade nas mobilizações sociais do período. No contexto norte-americano, figuras como o muçulmano Malcolm X e o pastor protestante Martin Luther King Jr. se destacaram, cada um a seu modo, na luta contra a discriminação racial e na defesa de direitos para os afro-americanos que enfrentavam um vasto conjunto discriminações e violências amplamente consentidas e, em alguns casos, praticadas pelo próprio Estado.

Posições antinucleares, de preservação da natureza e defesa do meio ambiente também emergiram nesse período. De acordo com Manuel Castells (1999, p. 154), embalado pela contracultura dos anos 1960 em países da Europa e da América do Norte, o "movimento ambientalista de massas, entre as classes populares e com base na opinião pública, [...] se espalhou rapidamente para os quatro cantos do mundo”.

Apesar da forte reação do *establishment*, os movimentos de contestação continuaram existindo em diversos países. A contracultura evidenciava um conflito de gerações e provocava um considerável choque cultural no conservadorismo. Jovens organizavam e ocupavam diversos festivais de música e arte, contribuindo para emergência de novos artistas e tendências culturais. O Festival de *Woodstock*, realizado nos Estados Unidos em 1969, inspirou outros eventos semelhantes como o Festival *Rock y Ruedas de Avándaro*, realizado no México em 1971 e o Festival de Águas Claras²⁶, que teve sua primeira edição realizada em 1975, no pequeno município de Iacanga, localizado no interior do estado de São Paulo.

A contracultura conformou a inserção de novos e importantes questões na agenda social e provocou consideráveis mudanças nos comportamentos. A posição de negação, desconfiança e questionamento das instituições e de suas posições consideradas antidemocráticas, contribuiu para o florescimento de novas formas de mobilização e organização social. Não é coincidência que os movimentos feministas, negros, homossexuais e ambientalistas tenham começado a adquirir maior destaque e relevância social nesse período, conforme apontou Stuart Hall (2003).

²⁶ Em 2019 foi lançado o Documentário “O Barato de Iacanga”, sob a direção Thiago Mattar, na plataforma Netflix. A produção mostra os bastidores, as tensões e impasses na organização do Festival de Águas Claras e retrata seu caráter disruptivo para os padrões culturais da época.

É justamente dentro desse contexto de transformações culturais, questionamentos políticos e fortalecimento de novas agendas de reivindicações que cientistas sociais buscaram construir novas chaves interpretativas para analisar as mobilizações e movimentos sociais que estavam em circulação nas últimas décadas do século XX. A proposição do paradigma marxista, fixado na existência de dois sujeitos históricos em permanente conflito, foi alvo de intensos questionamentos. Contando com a participação de militantes pertencentes as classes médias e ao mesmo tempo de setores mais carentes do ponto de vista econômico, as lutas feministas, ambientalistas, por direitos civis dos negros e por liberação sexual, levaram a formulação de novas teorias ao longo das últimas décadas do século XX.

Muitos pesquisadores apresentaram alternativas teóricas e metodológicas para investigação e compreensão dos movimentos sociais. Tais perspectivas foram acompanhando as transformações que ocorreram no dia a dia dos movimentos ao longo dos anos. Isso contribuiu para formação de um referencial teórico bastante amplo. Ainda assim, é possível agrupar boa parte dessas discussões em três grandes paradigmas, denominados como Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP)²⁷ e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Com o objetivo de situar o presente trabalho na discussão teórica sobre movimentos sociais e proporcionar que o leitor tenha uma visão mais ampliada sobre os principais debates travados nas ciências sociais a respeito desse fenômeno, essas três perspectivas serão brevemente apresentadas aqui. Antes disso, faz-se necessário frisar que as formulações da Teoria Social de Karl Marx possuem grande relevância. Não se pretende aqui desprezar as contribuições do autor e dos demais pensadores que desenvolveram o pensamento marxista. Na análise de movimentos sociais, é possível observar duas tendências dessa corrente de pensamento.

A primeira está mais associada ao “jovem” Marx e suas reflexões sobre ideologia, consciência e alienação, influenciando o pensamento de Rosa Luxemburgo (1976), Antonio Gramsci (1971), György Lukács (1960) e da Escola de Frankfurt. A segunda tendência compreende as reflexões formuladas por Marx a partir de 1850, através dos seus estudos sobre o desenvolvimento do capital que privilegiam fatores econômicos e macroestruturais da sociedade, apontando a classe operária como o único agente capaz de transformar a ordem social vigente. Aproximando-se da primeira e críticos a segunda tendência do pensamento marxista, autores como Ernesto Laclau (1980), Jean Lojkin (1981), Manuel Castells (1983),

²⁷ Também denominada de Teoria da Mobilização Política.

Claus Offe (1988), Eric Hobsbawm (1982), Edward Palmer Thompson (1987) e George Rudé (1982), construíram novas alternativas teóricas para análise dos movimentos sociais a partir da Teoria Social de Marx. O conjunto de reflexões destes autores passou a ser denominado de paradigma neomarxista.

Apesar dos novos elementos trazidos pelo paradigma neomarxista, a questão da classe social ainda continuou a ocupar um lugar de grande destaque para análise dos movimentos sociais. A origem social dos militantes, os interesses dos grupos e a busca de um programa ideológico que orientasse as ações dos movimentos, permeou os estudos da vertente neomarxista. Assim, movimentos que não eram compostos majoritariamente por indivíduos oriundos das classes populares ou mesmo que contavam com a presença de membros das classes médias, foram muitas vezes reduzidos a “movimentos burgueses”, comprimindo a complexidade que permeou as experiências de ação coletiva que reivindicaram a superação do machismo, o respeito à livre orientação sexual, a preservação do meio ambiente, a luta por direitos civis e a igualdades racial. Nessa direção, em consonância com o conjunto de autores citados nos próximos parágrafos, compreende-se que as mudanças e os fenômenos que emergiram na segunda metade do último século requerem análises que se ampliem para além da dimensão econômica.

Já foram realizados alguns exercícios de revisão analítica da ampla literatura que se detém ao estudo dos Movimentos nas ciências sociais. Dentre eles, destacam-se dois. O primeiro diz respeito à obra “Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos” (1997), cuja autoria é da socióloga e cientista política Maria da Glória Marcondes Gohn. O segundo trata-se do artigo “As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate” (2009), de autoria da socióloga Angela Maria Alonso. Ambos fazem um esforço de compreensão e organização da reflexão teórica sobre a constituição, dinâmica interna e atuação dos movimentos sociais no espaço público.

O paradigma da Mobilização de Recursos emergiu nos Estados Unidos a partir do olhar dos pesquisadores às transformações ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 1960 (GOHN, 1997; ALONSO, 2009). A emergência de novos grupos organizados na arena pública que se opunham à normas consideradas discriminatórias, injustas e inadequadas, motivou analistas a observarem esses fenômenos como organizações similares a sindicatos e partidos políticos. As contribuições da sociologia das organizações serviram de base para construção de uma perspectiva teórica que posicionou os Movimentos como verdadeiras firmas, permeadas por uma forte burocracia interna.

John David McCarthy e Mayer Nathan Zald podem ser considerados os principais representantes da TMR. Eles argumentaram que movimentos como aqueles que lutaram por direitos civis para população afro-americana, nos anos 1960, não evidenciavam irracionalidade ou mera explosão de sentimentos individuais. Pelo contrário, tratava-se de estratégias de mobilização que possuíam sentido e organização. Para McCarthy e Zald (1977), os analistas de movimentos sociais não deveriam buscar explicar as razões pelas quais um determinado grupo de indivíduos se reuniam para protestar, mas sim observar e explicar o próprio processo de mobilização.

Um dos elementos centrais da Mobilização de Recursos é o enquadramento das “ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais” (GONH, 1997, p. 50), rejeitando o papel da identidade pessoal dos indivíduos e as crenças compartilhadas entre eles no processo de constituição e atuação dos movimentos sociais. Como seu próprio nome diz, a TMR dá ênfase aos recursos que possibilitam aos movimentos executarem suas atividades tendo em vista a obtenção de seus objetivos. Nessa perspectiva, tais recursos são classificados em três grupos, sendo eles: materiais, humanos e de organização (MCCARTHY e ZALD, 1977).

Os recursos materiais dizem respeito a infraestrutura e ao capital financeiro acessível ao movimento. Imóvel para sede do grupo, telefones, computadores, impressoras, entre outros materiais, são entendidos como infraestrutura necessária para o desenvolvimento organizacional e conseqüentemente sucesso do movimento. A disposição de capital financeiro é vista como igualmente importante. Por sua vez, os recursos humanos são representados pelos ativistas que compõe o movimento, bem como por seus apoiadores que podem ser membros de outros grupos, representantes de empresas e organismos internacionais ou mesmo autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Finalmente, os recursos de organização podem ser sintetizados nas capacidades dos movimentos sociais em coordenar indivíduos que desprovidos de liderança, não teriam se organizado para apresentar reivindicações.

Como é perceptível, a dimensão da cultura, sentimentos, crenças e identidades compartilhadas pelos indivíduos é amplamente negligenciada pela TMR. Conforme apontado por Alonso (2009), ao tentar se distanciar das explicações que tomaram as ações coletivas como processos de caráter irracional, a TMR superestimou a face racional e estratégica dos Movimentos. Sendo a cultura um elemento residual nessa análise, não há espaço para debates a respeito da constituição de uma identidade coletiva.

No paradigma da Mobilização de Recursos, Movimentos Sociais que se especializaram e fortaleceram sua burocracia interna, tinham maiores possibilidades de continuar existindo por períodos mais longevos que aqueles carentes de uma estrutura organizacional mais orgânica.

Isso porque para continuar existindo, os Movimentos teriam que competir entre si para obtenção de recursos. Apesar de considerar a existência de processos de cooperação entre os movimentos, a TMR supõe que a disposição de recursos materiais escassos leva a competição. Esse processo resultaria conseqüentemente na emergência de disputas, fragmentação e mesmo extinção de determinadas experiências de ação coletiva.

O enfoque fortemente racional da TMR acabou lhe rendendo em conjunto bastante amplo de críticas, resultando na rejeição dessa perspectiva analítica nas pesquisas sobre movimentos sociais na Europa e na América Latina (GOHN, 1997; ALONSO, 2009). Nessas regiões, poucos trabalhos buscaram o paradigma da Mobilização de Recursos para estudar experiências de ações coletivas. O contrário aconteceu entre os pesquisadores norte-americanos, onde a TMR fez bastante sucesso entre os anos 1970 e 1990.

As críticas ao paradigma da Mobilização de Recursos apontaram as fragilidades de uma perspectiva teórica que excluiu “valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados” (GONH, 1997, p. 56). A ênfase na análise dos movimentos sociais enquanto resultado de um cálculo racional entre benefícios e custos realizado por um determinado agrupamento de indivíduos, desacreditou a validade da TMR fora dos Estados Unidos. Com a publicação de “*Civil Society and Political Theory*” (1994), Jean L. Cohen e Andrew Arato emergiram como importantes críticos da Mobilização de Recursos, questionando também a efetividade de uma teoria que não apontava diferenças entre experiências de ação coletiva institucional e não institucional, além de apontar problemas no pressuposto conjuntural do paradigma, desvinculado os movimentos de macroestruturas ou de processos de maior amplitude histórica.

As lacunas da perspectiva teórica da Mobilização de Recursos ficam ainda mais evidentes ao observar alguns movimentos sociais que inicialmente possuíam um caráter mais disruptivo, como o então movimento homossexual dos Estados Unidos nos anos 1970. Preocupações com o fortalecimento de uma burocracia interna e a busca por recursos financeiros e de organização, não pareciam tão urgentes para uma forma de ação coletiva que questionou o controle e as normas que buscaram regular corpos, gêneros e sexualidades. A ausência de organizações estruturadas e de determinados recursos não impediu o relativo sucesso dessas experiências de Movimentos Sociais que atuaram por liberação sexual, respeito e não-discriminação.

Desprezada na Mobilização de Recursos, a dimensão macro-histórica ganhou espaço no Processo Político e nos Novos Movimentos Sociais. Ambas as perspectivas surgiram a partir da exaustão dos debates marxistas sobre a revolução, rejeitaram explicações deterministas da

ação coletiva, apontam as fragilidades da defesa um único sujeito histórico universal capaz de liderar todas as transformações sociais e construíram explicações macro-históricas que combinam cultura e política para analisar os Movimentos Sociais. As principais diferenças entre elas consistem no fato da TPP investir numa teoria da mobilização política e a TNMS se ancorar numa teoria da mudança cultural (ALONSO, 2009).

Autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow são intelectuais de destaque na abordagem do Processo Político²⁸. Considerado precursor da nova corrente, Tilly se destacou como grande pesquisador da ação coletiva com a publicação da obra “*From Mobilization to Revolution*” (1978). Seu livro passou a ter grande influência nos Estados Unidos e na Europa ao longo dos anos 1980 e 1990. Contrapondo-se as formulações economicistas, a TPP vai dar ênfase a discussão política para explicar os movimentos sociais. Embora a cultura tenha algum espaço na teoria através de variáveis como a solidariedade entre os indivíduos que atuam em ações coletivas, a ênfase é dada ao processo político. Nessa direção, o Estado passa a ocupar um lugar central nas análises sobre Movimentos Sociais.

A consolidação do conceito de ação coletiva se firma com o paradigma do Processo Político. Tilly defendeu o uso do termo argumentando seu potencial mais abrangente ao não se limitar apenas às manifestações como rebeliões e protestos. A ação coletiva adquiriu um significado mais alargado, compreendendo também petições, marchas, reivindicações diversas, etc. Assim, as ações coletivas passaram a ser entendidas como ocasiões nas quais um conjunto de pessoas aplicam recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns.

Observando diferentes períodos históricos na Alemanha, França e Inglaterra, Tilly (1978) afirma que os “repertórios” de ação coletiva se alteraram substancialmente entre os séculos XVIII e XIX. Assim, os indivíduos aprenderam a fazer greves, invadir locais de trabalho e queimar imagens de seus oponentes no século XVIII. Nesse contexto, assembleias e intervenções de grupos corporativos foram menos visíveis. Oposto a isso ocorreu no século XIX quando outros repertórios de ações coletivas adquiriram notoriedade. Grandes protestos, competições eleitorais, construção de associações para defender interesses e elaboração de mensagens escritas para públicos específicos deram a tônica desse novo momento. Na compreensão de Tilly (1978), isso ocorreu em virtude do processo de maior centralização política do Estado.

²⁸ Maiores detalhes a respeito dessa perspectiva teórica para análise de movimentos sociais podem ser encontrados nos trabalhos de: Tilly (1993; 2010), Gohn (1997), Tarrow (1998; 2005), McAdam, Tarrow e Tilly (2001) e Alonso (2009).

Grande parte da obra de Tilly se debruça sobre a interação Estado/movimentos, e especificamente sobre o papel da construção da nação e construção do Estado na determinação de características dos movimentos, sua emergência, mutabilidade dos repertórios de ação, a formação de identidades políticas e os processos de institucionalização de redes (RUZZA, 2009, p. 225)

Seguindo essa direção, a obra “*Power in Movement: social movements and contentious politics*” de Sidney Tarrow (1998) argumentou que os movimentos sociais obtêm sucesso quando há Estruturas de Oportunidades Políticas (EOPs) favoráveis as suas demandas. Eventos como a presença de aliados na condução do governo, crises na coalizão política e a redução da repressão a mobilizações sociais podem promover alterações nas EOPs. Esse processo torna as instituições administrativas e políticas mais permeáveis a interferência da sociedade civil (ALONSO, 2009). Nessa interação contenciosa entre Sociedade e Estado, as mobilizações são tomadas como um conflito estabelecido entre duas partes, uma delas ocupando momentaneamente o controle político do governo, enquanto a outra desafia o grupo estabelecido, num processo de tensão para obter influência sobre o governo e os demais recursos políticos.

Uma das principais fragilidades dessa concepção é tomar os movimentos sociais como reféns do ambiente externo, sobretudo das mudanças políticas (GOHN, 1997). Todavia, essa perspectiva e seus desdobramentos tornaram-se bastante férteis para analisar as interações dos movimentos com o Estado e com a Política Institucional. Com a ampliação do uso de táticas institucionalizadas na rotina de reivindicação dos movimentos sociais ao Estado, os pressupostos da TPP têm sido úteis para as investigações delimitadas a explorar essa dimensão da ação coletiva.

Com pouca importância no paradigma da Mobilização de Recursos e presença residual no Processo Político, a cultura adquiriu lugar de destaque nas formulações teóricas sobre ação coletiva tecidas no continente Europeu. Guardadas suas particularidades, é possível encontrar algumas similaridades sobre a interpretação da ação coletiva no pensamento de Jürgen Habermas, Alain Touraine e Alberto Melucci. De acordo com Alonso (2009), em alguma medida, esses três autores compartilham a compreensão de que o século XX foi marcado por uma mudança macroestrutural que alterou a natureza do capitalismo. Nesse contexto, a produção industrial e o trabalho deixaram de ser o centro, possibilitando a emergência de novas agendas de reivindicação, temas e sujeitos para as mobilizações coletivas. Habermas, Touraine

e Melucci²⁹ acabaram sendo consagrados como os principais nomes da perspectiva teórica dos Novos Movimentos Sociais.

O considerável crescimento do Estado no modelo *Welfare State*, resultado das mediações do conflito capital-trabalho, contribuiu para burocratização e normatização da vida privada. Essa explicação é dada por Habermas (1984), em sua obra “Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”. Na compreensão do autor, uma série de mecanismos jurídicos e administrativos da burocracia estatal serviram para disciplinar as famílias, a educação e a própria vida individual. Esse processo teria resultado na “colonização do mundo da vida” formando uma “nova zona de conflito” protagonizada pelos então emergentes Novos Movimentos Sociais (HABERMAS, 1987).

Em seu ensaio “*New Social Movements*”, publicado na Revista Telos, Habermas (1981) afirma que as novas formas de ação coletiva emergiram em oposição à colonização do mundo da vida, demandando direitos humanos, participação e qualidade de vida. Os Novos Movimentos Sociais também surgiram em oposição aos papéis de consumidor de bens do mercado e de cliente de serviços públicos oriundos do Estado de Bem-estar Social, afirmou o autor. Horizontalidade e formas autogestionárias de coordenação também seriam características relevantes desses atores sociais. Em suma, os novos sujeitos coletivos que estavam sendo analisados pelo autor apresentavam muitas diferenças em relação aos modos de organização e atuação dos trabalhadores na sociedade industrial.

Tendo uma compreensão semelhante, Touraine (1996), justifica na sua obra “O Retorno do Actor: ensaio sobre sociologia” que os trabalhadores foram os principais atores das mobilizações coletivas ocorridas até 1960 dado o padrão de sociedade que estava estabelecido, centrado na produção e no trabalho industrial. As mudanças sociais que ocorreram após esse período fizeram emergir uma “sociedade pós-industrial”, na compreensão do autor. Os conflitos que antes se concentravam no trabalho foram diluídos pelas instituições democráticas com a ampliação de direitos e pelas instituições capitalistas por meio de melhorias nas condições de trabalho. O processo de dominação teria se deslocado fortemente para esfera cultural e os conflitos antes restritos ao mundo do trabalho se expandiram para a dimensão da vida privada, no âmbito da família, educação, sexualidade etc., passando a adquirir dimensões mais simbólicas (ALONSO, 2009).

Num novo cenário social onde o conflito não se restringia mais ao mundo do trabalho, se expandindo a todas as dimensões da sociedade, novos sujeitos emergiram (TOURAINÉ,

²⁹ Uma leitura mais aprofundada sobre as particularidades de cada autor da TNMS pode ser realizada nos seguintes trabalhos: Gonh (1997), Pichardo, (1997), Alexander (1998) e Alonso (2009).

1989). Grupos marginalizados, excluídos e subjugados pelos padrões socioculturais, tais como negros, mulheres, homossexuais e imigrantes tornaram-se sujeitos de novas mobilizações coletivas. De acordo com essa perspectiva, os novos movimentos, oriundos dos conflitos existentes na sociedade civil, não tinham como principal finalidade o embate com Estado, mas sim a busca por transformações mais profundas nos valores presentes na própria sociedade, uma vez que a conquista do Estado por si só não seria capaz de promover as transformações desejadas. Gohn (1997) e Alonso (2009), apontam que a retomada do conceito de “sociedade civil” na análise das ações coletivas deve ser considerada uma das principais contribuições de Touraine.

Dentro dessa discussão, Melucci é outro autor de relevância. Seguindo a perspectiva defendida por Habermas e Touraine, suas contribuições teóricas ganharam grande notoriedade na Europa e nos Estados Unidos. Na América Latina e sobretudo no Brasil, Melucci passou a figurar entre as principais referências para análise de movimentos sociais a partir dos anos 1990. Reflexões a respeito dos “Novos Movimentos Sociais” começaram a ganhar força nas agendas de pesquisa da sociologia quando o autor publicou o artigo “*The new social movements: A theoretical approach*”, em 1980.

Além de criar um conceito, Melucci (1980) acrescentou a dimensão cultural a ação coletiva e pontuou as significativas diferenças entre os novos “sujeitos coletivos” e a “classe operária” para justificar a necessidade de outra perspectiva teórica para compreensão dos novos movimentos. O estudo das identidades coletivas e seu papel na construção da ação coletiva dos movimentos sociais tiveram lugar de destaque nas reflexões desenvolvidas por Melucci³⁰. Por isso, o autor se tornou-se particularmente relevante nas pesquisas sobre movimentos de mulheres, negros, ambiental e do então emergente movimento homossexual.

Assim como a TMR e a TPP, um conjunto de lacunas foram apontados na TNMS. Seu enfoque amplamente cultural não deixou espaço para compreensão das dinâmicas interativas entre movimentos sociais e Estado. Especialmente no Brasil, a ampliação dessas interações a partir do período da redemocratização e a consolidação dessa dinâmica nos governos petistas a frente da Presidência da República (2003-2016), trouxeram luzes as fragilidades da TNMS.

A compreensão em torno de que os novos movimentos concentram suas reivindicações em demandas “pós-materiais”, circunscritas ao campo da cultura tendo como enfoque a própria sociedade civil também se mostrou equivocada sobretudo no contexto latino-americano. Seja nos anos 1990 ou na atualidade, movimentos feministas, estudantis e por liberação sexual,

³⁰ Para uma compreensão mais detalhada ver: Melucci (1988; 1989; 1992; 1996).

apenas para citar alguns exemplos, também têm reivindicado acesso a cidadania, emprego, renda e outras demandas materiais. As críticas dirigidas a TNMS foram numerosas e por um longo período se concentraram na desconstrução da ideia de “novidade” dos movimentos que operaram fora da chave de classes sociais na segunda metade do século XX. Muitos questionamentos buscaram evidenciar que em diferentes momentos históricos movimentos sociais buscaram combinar demandas materiais e simbólicas. Assim, apesar de importante, os principais críticos da TNMS apontaram sua dificuldade em explicar os movimentos sociais no contexto Europeu e suas limitações para analisar os movimentos na América Latina (GONH, 1997; ALONSO, 2009).

Os paradigmas da Mobilização de Recursos, Processo Político e Novos Movimentos Sociais apresentam enfoques e visões distintas sobre um mesmo fenômeno. Embora as análises do presente trabalho sejam tecidas a partir do conceito de “repertórios” que, conforme exposto acima, está inserido na perspectiva do Processo Político, a compreensão das principais correntes teóricas que dominaram os debates sobre movimentos sociais na sociologia também é fundamental para este estudo.

As lacunas e incongruências da TMR, TPP e TMNS ainda tem alimentado as discussões em torno dos movimentos sociais no campo sociológico por meio dos diferentes desdobramentos e aprofundamentos surgidos a partir de tais correntes. É possível afirmar que a seu modo, cada uma dessas perspectivas, ajuda a explicar determinadas dimensões da ação coletiva. Aqui, o foco é nas interações dos movimentos com o Estado, por isso as contribuições de Charles Tilly, a partir do conceito de “repertórios”, e de seus sucessores se mostraram particularmente relevantes.

Entender as fragilidades das três perspectivas teóricas que na segunda metade do século XX centralizaram o debate em torno dos movimentos sociais, conforme evidenciado nas páginas anteriores, torna possível apontar as reflexões decorrentes da TPP como as mais adequadas para a presente tese. Isso porque, a partir das críticas recebidas por outros autores, Tilly empreendeu modificações no conceito de repertórios, acrescentando a dimensão cultural a perspectiva histórica já presente nos fundamentos do conceito. As adaptações realizadas por seus sucessores parecem também ter levado em consideração essa dimensão, considerada aqui fundamental para entender a própria constituição dos movimentos.

O capítulo seguinte deixa isto evidente ao levar em consideração os processos históricos e as influências culturais no contexto de surgimento institucional do Movimento LGBT em Pernambuco. Entretanto, antes de avançar a este ponto, se faz necessário entender as adaptações

que tornaram a concepção dos repertórios útil para o presente estudo, conforme disposto na próxima seção.

2.2 Repertórios de Interação Socioestatais

Inicialmente formulado por Tilly como “repertórios de ação coletiva”, o leque de maneiras pelas quais movimentos sociais constroem ação política em busca da concretização de seus objetivos passou por diversas transformações e adaptações. Os debates e revisões sobre “repertórios” tem atravessado décadas e evidenciado a importância do conceito e da obra do autor para análise dos movimentos sociais.

Charles Tilly é um dos grandes nomes da sociologia do século XX, em particular da sociologia política. Seus trabalhos sobre movimentos sociais, publicados a partir dos anos 1970, são um divisor de águas no estudo do assunto, por combaterem explicações economicistas e psicologizantes, oferecendo, em contraponto, teoria que focaliza fatores eminentemente políticos na compreensão do processo de mobilização coletiva. Ao edificar tal teoria, Tilly se deu conta da necessidade – e da dificuldade – de incorporar dimensões culturais à explicação dos processos políticos. Amante da música, abordou a imbricação entre cultura e ação política valendo-se da noção de “repertório” (ALONSO, 2012, p. 21, grifos do original).

O conceito de “repertórios de ação coletiva” surgiu em “*Getting together in Burgundy – 1675-1975*”, obra de Tilly publicada originalmente em 1976. Examinando conflitos a partir de publicações da imprensa do século XIX, foi em busca de padrões de ação coletiva que o autor deu vida ao conceito. Pouco depois, no livro “*From mobilization to revolution*”, publicado no ano de 1978, retomou o debate apresentando-o como um conjunto de formas de ação que pode ser identificado na atuação de movimentos sociais.

Com o sucesso do paradigma da TNMS e dos desdobramentos em torno do conceito de “sociedade civil”³¹ nos anos 1990, Tilly precisou revisar suas formulações. Isso porque Jean Cohen e seus colaboradores escancararam a sobrevalorização da dimensão estratégica em detrimento do simbolismo da ação coletiva dada pelo conceito de repertório. Se sua construção também buscava considerar a dimensão cultural nas análises empreendidas pelo paradigma do Processo Político, tal perspectiva necessitava ser melhor explicitada. No trabalho publicado em 1995 intitulado “*Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834*”, Tilly apresentou uma definição mais robusta do conceito buscando se esquivar das críticas recebidas até então:

³¹ Jean Cohen ganhou notoriedade nesse debate com a publicação de “*Strategy or identity: New theoretical paradigms and contemporary social movements*” (1985).

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta (TILLY apud ALONSO, 2012, p. 26).

Nesse período, surgiu a formulação “repertórios de confronto” em detrimento de “repertórios de ação coletiva” construído inicialmente. Na nova delimitação Tilly assumiu o enfoque do conceito na análise da dimensão estratégica da ação coletiva, firmando-se cada vez mais na sociologia política, buscando assim se blindar das críticas de autores mais especializados nos debates situados no campo da sociologia da cultura (ALONSO, 2012).

Com o arrefecimento da TNMS dada sua leitura focada eminentemente no contexto europeu e sua aplicabilidade controversa em cenários nacionais marcados por intensos processos de interação entre movimentos e Estado, novas revisões e rearranjos no conceito de repertório foram empreendidas. Nos anos 2000, já ocupando o posto de intelectual reconhecido com diversas premiações internacionais, Tilly retomou os esforços na direção de ceder lugar a cultura nas análises da sua sociologia política.

Em novos artigos e livros publicados até 2008, ano de sua morte, Tilly propôs o conceito de repertórios com uma roupagem eminentemente relacional e interacionista, adicionando a *performance* como elemento permanentemente transformador dos repertórios³². Assim, o conceito surgido inicialmente na perspectiva estruturalista, processualmente se modifica na direção de entender o envolvimento de atores e instituições a partir de um processo de mútua constituição. Antes rigidamente restrito a rotinas de confronto, repertório nas últimas formulações de Tilly, também passa a ser lido em outras dinâmicas interativas entre sociedade civil e Estado. No Brasil, a adaptação no conceito de repertório de ação coletiva via repertórios de interação está inserida justamente nesse debate.

Estudos teóricos e pesquisas empíricas conduzidas por Evelina Dagnino e seus colaboradores vem argumentando a favor da necessidade de uma compreensão menos rígida de sociedade civil e Estado nos contextos brasileiro e latino-americano³³. Essa argumentação ganhou mais fôlego com a eleição de Lula para Presidência da República. As experiências dos governos petistas no plano federal contribuíram para evidenciar as limitações da sustentação de leituras em torno da definição de fronteiras firmes entre os campos estatal e societal, resultando

³² As transformações do conceito de repertórios de ação coletiva na obra tillyana são evidenciadas na singular revisão de literatura realizada por Alonso no artigo “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito” (2012).

³³ Essa argumentação pode ser identificada em: Dagnino (2002); Dagnino, Olvera e Panfichi (2006); Dagnino e Tatagiba (2007).

num conjunto de novos trabalhos que oferecem uma leitura mais relacional dessas esferas. A literatura que emerge desse processo propôs alargar a compreensão da ação coletiva para também visualizá-la inserida em contextos institucionais:

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (ABERS e VON BÜLOW, 2011, p. 65).

Para fazer tais reflexões, Abers e Von Bülow se ancoram no contexto empírico dos movimentos sociais brasileiros e numa revisão de literatura que recorreu, dentre outros estudos, a pesquisa realizada por Sônia Alvarez (1998) sobre feminismos latino-americanos. A pesquisa evidencia que já na década de 1990 feministas ocuparam cargos em agências governamentais de execução de políticas públicas para mulheres em distintos países da região. Esse processo, na compreensão de Alvarez, não suplantou o papel de militantes dessas feministas que ao ocuparem espaços institucionais precisaram disputar recursos e conquistar influência interna para implementar políticas públicas.

Alargando esse debate, os estudos condensados na obra de Lavalle et al (2019) defendem que mais que influenciar a criação e os rumos de políticas públicas e outras ações governamentais, movimentos sociais também são atravessados por esse processo. A partir dessas interações novas organizações e redes são criadas, os objetivos dos movimentos podem ser redimensionados e táticas de atuação inovadoras podem emergir. Há, assim, na compreensão desses autores, um processo de mútua constituição entre movimentos e Estado.

Situadas nessa discussão, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) propõe uma adaptação significativa no conceito formulado por Tilly introduzindo a noção de “repertórios de interação Estado-sociedade”, também denominados “repertórios de interação socioestatais” para compreender as relações estabelecidas entre movimentos sociais e a esfera estatal nos governos Lula. Isso foi necessário porque, conforme já discutido, repertório surgiu inicialmente na obra tillyana para examinar dinâmicas conflituosas estabelecidas nesse tipo de relação. Todavia, no contexto brasileiro, argumentam as autoras recorrendo a Dagnino (2002) e a Abers e Von Bülow (2011), as relações socioestatais envolvem também dinâmicas colaborativas e processos de comunicação que estão para além do permanente conflito entre atores dentro e fora do Estado.

Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com o Estado (o que nos permitiria trabalhar com o conceito original de repertório de Tilly) mas também investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. Para incorporar este aspecto da política brasileira, sugerimos complementar a noção original de *repertoire of contention*, de Tilly, através do conceito de “repertório de interação” entre Estado e sociedade civil. Esta ampliação permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 331-332, grifos do original).

O reconhecimento das dinâmicas socioestatais colaborativas não suplanta a possibilidade de existência de embates entre as duas esferas, tampouco nega conflitos, tesões e disputas próprias dessas interações. Mesmo porque, dentro dessa concepção, colaboração não significa necessariamente adesão. O que essa abordagem permite é lançar luzes para compreender as formas pelas quais movimentos sociais têm utilizado, readaptado e transformado suas estratégias de atuação.

Foi nessa direção que Abers, Serafim e Tatagiba (2014), conduzindo um estudo de caso realizado em três setores de políticas públicas apontaram quatro rotinas comuns aos repertórios de interação socioestatais no Brasil. As rotinas foram sintetizadas no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2. Rotinas comuns de interação socioestatais no Brasil

Protestos e ação direta	Historicamente, movimentos sociais expressam demandas e, ao fazê-lo, pressionam os atores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização. A forma de protesto exemplar é a marcha, mas existem outros métodos que também buscam publicizar conflitos, reforçar identidades e compromissos, e demonstrar o poder dos números. A experiência do governo Lula sugere a necessidade de irmos um pouco além: quando governos são vistos como aliados, protestos não necessariamente desaparecem, mas seu significado é transformado.
Participação Institucionalizada	Esta forma de interação é caracterizada pelo uso de canais de diálogo oficialmente sancionados que são guiados por regras previamente definidas, aceitas pelos envolvidos (e em alguns casos estabelecidas pela lei). Arenas participativas formais são caracterizadas por reuniões públicas e documentadas, que têm o propósito explícito de influenciar decisões específicas sobre determinadas políticas. A participação é geralmente indireta, envolvendo diferentes formas de representação (por exemplo, representantes da sociedade civil são escolhidos em assembleias compostas por grupos da sociedade civil ativos no setor de política). Se na primeira rotina de interação atores de movimentos sociais definem a forma, o ritmo e a agenda tanto de protesto como de negociação, essa segunda rotina é caracterizada pela governança compartilhada, e por um papel central por parte dos atores estatais em criar e conduzir o processo. No Brasil, três modelos de participação institucionalizada tornaram-se predominantes: o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e as conferências.
Política de Proximidade	Esta forma de interação Estado-sociedade funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e sociedade civil. Atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos [...]. Os militantes frequentemente avançam suas bandeiras e objetivos através da negociação direta com os tomadores de decisão, tanto no

	Legislativo quanto no Executivo. Isso é facilitado quando ligações diretas entre os movimentos e o Executivo ampliam-se, como é tendência em governos de esquerda, em que os militantes assumem posições no Estado (ver abaixo). O recurso mobilizado pelos ativistas, neste caso, é sua posição como interlocutor reconhecido. No entanto, as razões pelas quais eles são capazes de “falar diretamente” com autoridades públicas podem variar substancialmente, envolvendo laços pessoais até o <i>status</i> da organização à qual pertencem.
Ocupação de cargos na burocracia	Para alguns movimentos sociais brasileiros, ocupar posições no governo é uma estratégia comum para o avanço de seus objetivos [...]. Ocupar posições no governo gera efeitos de retroalimentação sobre outras rotinas de interação. Por exemplo, movimentos sociais têm mais oportunidades de envolver-se na política de proximidade quando seus colegas ocupam cargos no governo. Quando amigos, aliados e companheiros de militância tornam-se funcionários do Estado, conexões personalizadas entre atores estatais e não estatais são facilitadas. As negociações são muito mais prováveis de ocorrer em reuniões informais, não apenas nos ministérios, mas também durante o jantar, ou outros espaços externos às instituições estatais. Talvez na maior parte dos casos, burocratas militantes iniciaram suas carreiras de militância fora do Estado.

Fonte: adaptado de Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 332-334).

Lançando mão da abordagem proposta por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), o presente estudo analisou como se constituíram os processos de reivindicação de direitos pelo Movimento social LGBT em Pernambuco a partir dos repertórios de interação socioestatais estabelecidos entre 1980-2020. Como ficará evidente já a partir da leitura do próximo capítulo, a militância pernambucana estabeleceu uma série interações com o Estado com vistas a obtenção de legislações, ações governamentais, políticas públicas e outros recursos de enfrentamento à violência motivada por intolerância a diversidade sexual e de gênero.

Concluída essa incursão nas transformações do conceito de repertórios e do surgimento da sua recém adaptação via repertórios de interações socioestais, é chegado o momento de tecer um debate conceitual a respeito do Movimento LGBT. Como será exposto a seguir, não há unanimidade em torno desse debate e as diferentes posições conceituais sobre essa forma de ação coletiva revelam a sua pluralidade.

2.3 Movimento LGBT

O debate em torno do que convencionou-se chamar no Brasil de “Movimento LGBT” foi precedido pela discussão da “homossexualidade”. Os primeiros relatos de relações eróticas entre pessoas do mesmo sexo no nosso país datam ainda do século XVI quando as primeiras expedições dos invasores portugueses chegaram em nossas terras. Envolvimentos afetivo-sexuais que hoje são apresentados como experiências de relações homossexuais constam em diversas cartas e diários de padres jesuítas e outros membros do clero católico no período do

Brasil Colônia. Tais relatos apontam que o nomeado “*peccatum nefandum*”³⁴ pela igreja católica, acontecia sem grandes constrangimentos tanto entre indígenas do sexo masculino, quanto do sexo feminino.

São fartas as descrições nesse sentido como se pode observar na clássica obra “Devassos no Paraíso” de autoria do escritor João Silvério Trevisan (2018 [1986]). Tupinambás, Guaicuru-Caduveo, Nambikwara, Xavante, Tapirapé e Kadiwéu são apenas alguns dos muitos povos indígenas onde foram relatadas a existência de relações homoeróticas e, em alguns casos, rupturas com os papéis de gênero associados ao sexo biológico, como os *Kudin*, “homens” do povo Kadiwéu que se comportavam como “mulheres” nas aldeias. Também há informação de algumas mulheres indígenas Tupinambá que cortavam seus cabelos, participavam de batalhas, seguiam os ofícios reservados ao gênero masculino e eram casadas com outras indígenas que desempenhavam o papel de gênero reservado hegemonicamente ao sexo feminino.

De acordo com Trevisan (2018 [1986]), o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss reportou a existência de relacionamentos homossexuais entre primos adolescentes no povo Nambikwara seguindo uma tradição tribal onde um deveria desposar a irmã do outro. Mesmo após adultos e casados, os homens Nambikwara continuavam a ter relações sexuais com seus cunhados. Essas observações feitas por Lévi-Strauss a partir das suas pesquisas no estado do Mato Grosso, em 1930, se somam a outras dezenas de registros de etnólogos e antropólogos que exploraram o cotidiano dos povos indígenas brasileiros e revelaram a existência de práticas homossexuais³⁵.

Envolvimentos homoeróticos também aconteciam entre negros africanos escravizados e seus donos, os homens brancos, sendo difícil distinguir quando se tratava de um estupro ou de desejo de ambos os envolvidos. A própria existência da relação de escravidão torna impossível a visualização das fronteiras entre sexo forçado e desejo/sexo consentido. Homens negros escravizados também mantinham relações sexuais entre si, embora os relatos desses episódios sejam mais escassos, assim como os de envolvimento entre negros e indígenas.

Boa parte dos registros dessas relações são oriundos dos arquivos dos Visitadores do “Tribunal do Santo Ofício”³⁶ no Brasil, especialmente entre os anos de 1591 e 1620. Analisados

³⁴ Pecado Nefando na tradução para a língua portuguesa, significa “o que não pode ser dito” ou “cujo nome não pode ser pronunciado”.

³⁵ Uma discussão mais aprofundada a respeito da diversidade sexual e de gênero nos povos indígenas e os impactos do colonialismo sobre elas pode ser apreciada na obra de Fernandes (2017).

³⁶ Instituição eclesiástica de caráter judicial, o Tribunal do Santo Ofício tinha por objetivo “inquirir heresias”, ou seja, buscar informações sobre ideias, teorias ou práticas que não estavam de acordo com a doutrina católica. Em função disso também é conhecido como “Santa Inquisição”, “Tribunal da Inquisição” ou simplesmente “Inquisição”.

pelo antropólogo Luiz Mott no seu artigo intitulado “Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial” (1992). Documentos dos tribunais instalados na Bahia e em Pernambuco entre o final do século XVI e início do século XVII apontam o crime de “sodomia³⁷” como o segundo mais recorrente nos processos da “Santa Inquisição”. Mott (1992) evidenciou a antiguidade das práticas homossexuais no país, apesar da forte repressão praticada no período colonial.

Tamanha era a perseguição imposta pela legislação da época que denunciados pelo crime de sodomia poderiam ser degradados, açotados, humilhados através da confissão pública do seu “crime” e ter todos os seus bens confiscados e transferidos para os denunciantes³⁸. Os praticantes da “sodomia perfeita”, ou seja, “penetração do membro viril desonesto no vaso traseiro com derramamento de semente”, poderiam ser levados à fogueira (MOTT, 1992). Nesse último caso, uma única performance homoerótica era considerada um crime suficiente para condenar o réu. O medo e o tormento da condenação à fogueira eram tão aterrorizantes que levou alguns a assassinar seus então parceiros como uma forma de apagar as provas da prática considerada criminosa.

Mais que evidenciar a antiguidade das relações entre pessoas do mesmo sexo, essas fontes revelam a força da perseguição e quão longínqua é a violência praticada contra os indivíduos que ousam cruzar, ainda que com o máximo de descrição possível, as fronteiras da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória. Tal violência também é percebida por meio do grande silenciamento dessas questões na ciência durante séculos que só vieram à tona em função das virtuosas pesquisas empreendidas por Mott.

Outro intelectual de destaque nesse debate é Peter Fry. Sua contribuição não se restringe apenas ao esforço de conferir credibilidade ao tema da sexualidade enquanto agenda de pesquisa. Então professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Fry atuou no Grupo Somos. Destaca-se também o pioneirismo de suas pesquisas sobre identidade e cultura homossexual no país. É de sua autoria o ensaio “Da Hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”. Nele, o intelectual buscou contribuir para o conhecimento a respeito da sexualidade masculina no contexto brasileiro, deslocando essa

³⁷ O termo “sodomia” possui origem bíblica e originalmente refere-se aos atos praticados na cidade de Sodoma. De acordo com a narrativa bíblica, as cidades de Sodoma e Gomorra foram destruídas em função dos pecados cometidos pelos seus habitantes, sobretudo o pecado do coito anal entre indivíduos do sexo masculino. Até o século XIX com a invenção e emergência da categoria “homossexual” oriunda do discurso médico, era comum a utilização do termo “sodomita” para referir-se a indivíduos que estavam envolvidos em práticas homoeróticas, principalmente homens.

³⁸ Como estratégia de obter informações sobre os pecados cometidos pelos habitantes da época, a Inquisição garantia que os bens dos culpados seriam confiscados e transferidos para os acusadores. Além disso, nos casos em que os acusadores eram um dos envolvidos na relação, o detratador receberia o perdão e pagaria penas mais leves não correndo o risco de ser queimado vivo na fogueira do tribunal.

discussão do campo da medicina “para colocá-la firmemente no campo da antropologia social” (FRY, 1982, p.87).

Essa preocupação de Peter Fry em levar a investigação das sexualidades para o campo das ciências sociais se dava em virtude de boa parte dos estudos dessa questão estarem situados dentro de subáreas da medicina. Conforme levantamento realizado ao longo dos anos 1980 por Mott (1992), boa parte dos mais de 100 artigos, livros, teses e comunicações encontradas sobre o tema no Brasil, abordavam o “problema homossexual” a partir da medicina legal, psiquiatria, psicopatologia e criminologia. Outro elemento importante dentro dessa discussão é a especial atenção das ciências biomédicas no século XIX ao desejo sexual orientado para pessoas do mesmo sexo, conforme formidavelmente desvelado por Foucault (1988).

Antes de refletir a respeito das principais contribuições do ensaio precursor de Peter Fry, cabe aqui abrir um parêntese para dedicar alguns parágrafos para evidenciar os principais discursos que contribuíram para o surgimento da noção de “homossexualidade”, a qual desempenhou um papel importante na “construção” da noção de uma “identidade homossexual” no Brasil, elemento que se tornaria fundamental para o surgimento e consolidação da organização política desses sujeitos na forma de ação coletiva.

Discutindo sobre esta questão, Júlio Simões e Regina Facchini afirmaram que o contemporaneamente nomeado “Movimento LGBT” pode ser considerado um desdobramento de um complexo processo de “reapropriação e reelaboração da noção de ‘homossexual’ estabelecida, primordialmente, no campo das teorias biomédicas do século XIX” (2009, p. 37, grifos do original). Surgidas na Europa, tais teorias “abriram caminho à moderna disciplina da sexologia, articularam a variedade de expressões da sexualidade humana a determinadas condições biológicas e constituições corporais supostamente inatas e imutáveis” (2009, p. 37).

Foi nesse contexto que se iniciou a consolidação da definição de homossexual como um tipo específico de sujeito com constituições físicas e psicológicas singulares, expressa sobretudo pela ideia da “alma de mulher aprisionada num corpo de homem”, ainda tão difundida atualmente pela indecorosa necessidade de atribuir uma “causa” para a homossexualidade, tida nessa perspectiva como um “desvio”.

As classificações biomédicas não se constituíram, porém, sem a influência de sujeitos que atualmente são considerados pioneiros do ativismo pelo respeito à diversidade sexual e de gênero, a exemplo de Karl-Heinrich Ulrichs. Advogado alemão, Ulrichs escreveu mais de uma dezena de volumes sobre o tema, a exemplo dos ensaios “*Forschungen über das Räthsel der*

mannmännlichen Liebe”³⁹. Nesses textos, Ulrichs defendia que a atração e o desejo afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo se tratava de uma questão biológica, classificando esses sujeitos como “Uranistas” e definindo a si mesmo como tal. O termo se refere a uma passagem da obra “O Banquete” escrita pelo filósofo grego Platão, onde uma Afrodite, Deusa do Amor, nasceu homem (Urano).

O pioneirismo de Ulrichs fica ainda mais evidenciado quando solicitou, em 1867, que o Congresso de Juristas Alemães apoiasse a eliminação de todas as normas legais que criminalizavam as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, tornando-se o primeiro homossexual, que se tem registro, a apresentar publicamente uma demanda de cidadania num espaço político. Hostilizado pelos seus colegas, Ulrichs não abandonou essa que era uma de suas bandeiras prioritárias.

De acordo com Simões e Facchini (2009), o conjunto de escritos de Ulrichs teve grande influência em diversas formulações médicas sobre a homossexualidade que emergiram posteriormente apontando-a como uma “inversão sexual” que seria “decorrente sobretudo de causas biológicas, tais como degeneração hereditária, patologia congênita ou defeitos hormonais” (p. 38). Embora patologizantes, esses discursos foram utilizados muitas vezes para oferecer subsídios científicos na defesa de sujeitos acusados de crimes sexuais perante os tribunais judiciais. Com base neles foi possível afirmar que homossexuais não poderiam responder criminalmente por seguirem o desejo da sua natureza.

Cunhado por Ulrichs, o termo “Uranista/Uraniano” logo caiu em desuso quando o jornalista e escritor austríaco Karl-Maria Kertbeny lançou o termo “homossexual” em publicações realizadas em dois folhetos posicionando-se contra a legislação prussiana que estabelecia punições para o crime de sodomia masculina (SIMÕES e FACCHINI, 2009). A partir de então, “homossexual” se constituiu num termo comum para referir-se a homens e mulheres que mantêm relações sexuais e afetivas com pessoas do mesmo sexo.

Certamente não foi a sexologia com suas afirmações biomédicas que “inventaram” os homossexuais, pois conforme já evidenciado por Trevisan (2018 [1986]) e Mott (1992), inúmeros registros apontam para existência de práticas homoeróticas há muitos séculos e especificamente no Brasil, seguramente pelo menos a partir do século XVI, conforme os relatos examinados por estes autores. Todavia, ao tentarem compreender os fenômenos que estavam diante dos seus olhos, dentro dos consultórios médicos, nos bares, cafés, casas de dança e teatros, aqueles profissionais da medicina foram responsáveis por lançar as “bases do que viria

³⁹ Tradução livre: “Pesquisas sobre o Enigma do Amor Entre Homens”.

a se desenvolver como uma nova identidade sexual e social” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 39).

Se pode soar como exagero afirmar que a homossexualidade foi “inventada” pelos saberes médicos, talvez não o seja dizer que ela foi discursivamente construída por narrativas oriundas das experiências em consultórios e programas de experimento clínicos. Esses discursos oriundos de esforços de classificação e intervenção biomédicos foram reapropriados pelos primeiros ativistas homossexuais que passaram a utilizá-los como argumentos que confirmavam a necessidade de reformas legais e sociais que reduzissem ou mesmo acabassem com a perseguição a homossexualidade. Do mesmo modo, também é verdade que a influência dos discursos a respeito da naturalização e essencialização da homossexualidade e das identidades sexuais e de gênero também provocaram inúmeros impasses na constituição do Movimento LGBT enquanto uma forma de ação coletiva, problema que persiste até a atualidade.

Retomando o ensaio de Peter Fry (1982), o texto é tido como uma das principais referências entre os primeiros trabalhos sobre homossexualidade no contexto brasileiro. Nele, o autor buscou investigar “a construção das categorias sociais que dizem respeito à sexualidade masculina no Brasil”. Nessa esteira, descreve três sistemas taxonômicos que na sua compreensão estariam disseminados pelo país de forma distinta em determinadas regiões e classes sociais.

O primeiro desses sistemas, nomeados por Fry (1982) de “modelos”, organizaria as identidades sexuais masculinas com base no estabelecimento de uma hierarquia de gênero ancorada no dualismo masculino/papel de “ativo” *versus* feminino/papel de “passivo” na relação sexual. Ou seja, no “modelo hierárquico”, são considerados masculinos todos os homens que praticam a penetração, não importando se isso ocorre em relações sexuais com mulheres ou outros homens. Já aqueles que são “passivos”, ou seja, que recebem a penetração, são tidos como “bichas” e/ou “veados”, associados ao gênero feminino; as famosas almas femininas aprisionadas em corpos masculinos. A caracterização desse primeiro modelo ocorreu a partir das observações feitas pelo antropólogo no ano de 1974, quando realizou uma etnografia em terreiros de candomblé da periferia de Belém, buscando estudar as relações entre homossexualidade masculina e religiões afro-brasileiras. De acordo com Fry (1982), esse primeiro modelo tido como hierárquico estaria mais presente sobretudo nas periferias do norte-nordeste e nos locais mais afastados dos grandes centros urbanos.

Por sua vez, o segundo modelo, tido como intermediário, nomeado por Fry (1982) de “médico-psicológico” seria a gênese da moderna identidade homossexual e nele orientação

sexual e gênero se desarticularam de maneira progressiva. Assim, todos os homens que mantivessem relações sexuais com outros homens estariam classificados como homossexuais, não importando sua posição de “ativo” ou “passivo”. Embora em um primeiro momento esse modelo preservasse hierarquias de gênero definindo como “homossexuais de verdade” aqueles que desempenham o papel de “passivo”, essa formulação perde espaço para a compreensão da homossexualidade a partir da atração, relação e práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Derivado das formulações dos já citados Karl Ulrichs e Havelock Ellis, o segundo modelo foi fortalecido pelos escritos de médicos psiquiatras e especialistas na medicina legal brasileira como Pires de Almeida e Viveiros de Castro. Apesar da progressiva separação entre orientação sexual e gênero, o modelo médico-psicológico acaba mantendo uma certa hierarquia com base na oposição entre normalidade e anormalidade/doença, colocando a homossexualidade como uma anomalia/doença resultado de um desvio da heterossexualidade, tida como normal e saudável. Assim, essa compreensão “apenas desloca a homossexualidade do campo do pecado para o controle muito mais totalizante da medicina” (FRY, 1982, p.100).

Por fim, o “modelo igualitário” representaria uma reação ao “modelo médico-psicológico”, do qual é derivado. Nessa direção, consolida uma separação entre orientação sexual e gênero, mas preserva o dualismo heterossexual vs. homossexual. A principal formulação desse modelo diz respeito a contestação do estigma de anormalidade/doença atribuído à homossexualidade, numa tentativa de dotá-la de qualidades positivas e torná-la uma experiência da sexualidade humana tão legítima quanto a heterossexualidade. Para Fry (1982), o “modelo igualitário” estaria presente em centros urbanos mais populosos e foi articulado sobretudo pelos grupos de defesa dos direitos de homossexuais que lutaram expressamente contra o modelo hierárquico e buscaram fortalecer uma compreensão de que todos aqueles que sentem atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo são homossexuais, independente da sua posição na “transa”.

O autor sugere uma tendência geral de transição do “modelo hierárquico” para o “igualitário”. Esse processo teria contado, na compreensão de Fry, com forte influência dos primeiros grupos de militância homossexual. Todavia, conforme apontado por James Green (2019 [2000]), há evidências de que no cenário urbano brasileiro do fim do século XIX e início do século XX já circulavam ideais de identidades homossexuais que não se restringiam as classificações da díade ativo/passivo, ou seja, algumas décadas antes do surgimento dos primeiros grupos políticos que reivindicaram a não discriminação da homossexualidade.

Embora não seja possível afirmar que as concepções sobre a homossexualidade refletidas pelo "modelo igualitário" tenham sido "inventadas" pelo então Movimento

Homossexual, é possível afirmar que o surgimento dos primeiros grupos de militância e sua atuação nas últimas décadas do século XX contribuíram em grande medida para difusão dos ideais do "modelo igualitário" numa parcela significativa da comunidade LGBT. Reuniões com representantes do poder público, realização das paradas do orgulho e aparições dos ativistas e de suas narrativas em veículos da imprensa foram fundamentais nesse sentido. O crescimento da visibilidade do Movimento LGBT no Brasil acompanhou a expansão dos debates públicos sobre as sexualidades e identidades de gênero.

Outra questão importante do ensaio de Peter Fry que deve ser problematizada, conforme refletido por Simões e Facchini (2009), é a insistência no termo "modelo". Tendo em vista que sua proposta reflete valores, compreensões culturais, representações e categorias sociais por meio das quais buscamos tornar comportamentos e identidades facilmente classificáveis. Todavia, os modos de relacionamento e envolvimento afetivo-sexuais nem sempre podem ser facilmente postos em conformidade com esses modelos, sejam eles hierárquicos ou igualitários, conforme ilustrado na rica etnografia realizada por Néstor Perlongher.

Passados mais de trinta anos da publicação da primeira edição do livro "O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo"⁴⁰, o estudo ainda é uma referência fundamental para os estudos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil. Em um período onde os debates em torno da "identidade homossexual" no país estavam assentados em "modelos" bem articulados e esquematizados, Perlongher (2008 [1987]) revela como o desejo, sobretudo o desejo "homo orientado", está muito para além de classificações e taxonomias. Tendo entre suas referências teóricas Gilles Deleuze, Felix Guattari e Michel Foucault, "O Negócio do Michê" surpreende pela forma precursora como debate questões inerentes a sexualidade no Brasil.

A sintonia das análises de Perlongher, realizadas em meados dos anos 1980, com a Teoria Queer e os estudos sobre sexualidade e desejo surpreendem também pela qualidade e coerência entre suas perspectivas teóricas e inovações metodológicas. Ilustrando a riqueza das estratégias metodológicas e capacidade inovadora do objeto de pesquisa desse importante estudo etnográfico, Richard Miskolci e Larissa Pelúcio no prefácio da mais recente edição de "O Negócio do Michê", afirmam que "Perlongher escolheu a prostituição viril como objeto de investigação, de forma que o mercado do sexo se revela o pretexto para discussão do seu verdadeiro negócio: o segredo, o desejo socialmente proscrito, enfim, a homossexualidade" (2008, p. 10).

⁴⁰ Resultado da etnografia realizada por Perlongher para sua dissertação de mestrado em Antropologia Social na Unicamp, orientada por Peter Fry e Marisa Corrêa, a obra publicada pela primeira vez em 1987 se destaca pela qualidade dos registros de campo e análises realizadas pelo autor.

Além das contribuições dos autores citados nas páginas anteriores para o debate em torno da homossexualidade, o surgimento do Movimento LGBT no Brasil também foi influenciado pelas lutas das mulheres no Movimento Feminista. As experiências de organização política para enfrentar as desigualdades de gênero inspirou algumas das primeiras tentativas de articulação do então Movimento Homossexual. Além disso, as denúncias empreendidas pela teoria feminista também contribuíram para ampliar o debate em torno do enfrentamento das assimetrias de gênero e sexualidade.

Paralelamente a publicação desses estudos, os anos 1980 foram palco para o surgimento de diversos Grupos organizados de militância homossexual. Na região nordeste se destacaram GATHO de Olinda-Pernambuco; GGB de Salvador-Bahia; Nós Também de João Pessoa-Paraíba; e DIALOGAY de Aracaju-Sergipe. Também se destacaram o Beijo-Livre na região Centro-Oeste e Grupos do Sudeste como o Somos de São Paulo e Triângulo Rosa do Rio de Janeiro.

Ao longo desses mais 40 anos de trajetória do Movimento LGBT no Brasil, um conjunto bastante diversificado de estudos já foram desenvolvidos. Apesar disso, não há consenso teórico a respeito de qual seria a definição mais adequada para essa forma de ação coletiva. As obras de autoria de Simões e Facchini (2009) e Colling (2015) oferecem um conjunto de informações a partir das quais é possível compreender que o Movimento LGBT se constituiu como um movimento diversificado e plural, formado por uma variedade de sujeitos/as que atuam com o objetivo de promover a cidadania, demandando a efetivação e ampliação de direitos. Os militantes do Movimento objetivam ainda realizar modificações no campo da cultura, com vistas a superação das violências motivadas por intolerância, discriminação e ódio praticadas contra aqueles que não atendem os padrões hegemônicos de gênero e sexualidade.

De acordo com Facchini (2005), a trajetória do Movimento LGBT no país pode ser classificada em três “ondas”. A “primeira onda” (1978-1983) é marcada pelo surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro no contexto da ditadura civil-militar. Outras marcas da primeira onda são criação, em 1980, da primeira organização não-governamental homossexual registrada no Brasil, o GGB, ainda em funcionamento; forte caráter antiautoritário; concentração da maioria dos Grupos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo; e a reivindicação de agendas presentes até hoje a exemplo da luta contra discriminação, defesa de tratamento digno pela mídia e educação sexual nas escolas.

Por sua vez, a “segunda onda” (1984-1991) apresenta como características a redução do número de Grupos; deslocamento da distribuição geográfica de Grupos do movimento para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste; a chegada da epidemia do HIV/Aids no Brasil, contribuindo para

o aumento do preconceito contra os/as homossexuais e desmobilizando as propostas de liberação sexual surgidas na primeira onda do movimento; desenvolvimento de uma atuação mais pragmática, com foco na garantia de direitos civis e no enfrentamento a violência; menor resistência a institucionalização; e valorização da construção de relações com o Movimento LGBT de outros países, especialmente com os do continente Europeu e com os Estados Unidos (FACCHINI, 2005; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

A “terceira onda” do Movimento LGBT discutida por Facchini (2005) compreende o período de 1992-2005 e foi palco de mudanças significativas. Nesse período, ampliam-se as relações o Estado, por meio de reivindicação de políticas públicas e legislações específicas, e com o Mercado através da realização de eventos, muitos deles de grande porte, como as Paradas do Orgulho. Outras características da “terceira onda” (FACCHINI, 2003; FACCHINI, 2005) são a ampliação do número de Grupos; realização de vários encontros nacionais do movimento; a fundação da ABGLT em 1995; diversificação da distribuição geográfica dos Grupos para todas as regiões do país e em cidades de médio e até pequeno porte; maior organização de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, demandando mais espaço nas pautas do movimento em confronto direto com os gays; ampliação das pesquisas sobre sexualidade nas universidades brasileiras; e a criação do Programa Brasil Sem Homofobia, considerada a primeira política pública de caráter intersetorial para a população LGBT no Brasil.

Embora importante, a classificação proposta por Facchini (2005) tem sido alvo de críticas. A principal delas ocorre em torno da generalização realizada pela autora. Com a ampliação de pesquisas que tratam de experiências de organização política das dissidências sexuais e de gênero em localidades para além do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, novas compreensões têm emergido, desafiando algumas das afirmações delineadas pelas três ondas.

Abraçando a perspectiva teórica dos Estudos Queer, Leandro Colling, por sua vez, conduziu uma pesquisa de pós-doutorado a respeito das lutas das “dissidências sexuais e de gêneros” em cinco países da ibero-américa: Equador, Chile, Argentina, Espanha e Portugal. O estudo resultou na publicação do livro “Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer” (2015). Como o próprio título já anuncia, o trabalho discute os embates entre essas duas formas de militância nos países onde a pesquisa foi realizada, com exceção dos materiais coletados no Equador que ficaram de fora da publicação do livro.

Na compreensão de Colling (2015), o Movimento LGBT “*mainstream*” ou “institucionalizado” compreenderia as organizações que possuem sede própria, vários anos de existência, registro legal e estrutura administrativa hierarquizada. Além disso, também seriam reconhecidos pelo Estado como os interlocutores da sociedade civil para construção de políticas

públicas de promoção da cidadania e outras ações governamentais/estatais de fortalecimento do respeito às sexualidades e gêneros dissidentes. Já os ativismos Queer, seriam aqueles não normatizados, com práticas autogestionárias, valorização da horizontalidade na tomada de decisões por meio de assembleias e da recusa aos processos de cristalização de lideranças. Tais ativismos também apresentariam formas alternativas para apresentação de demandas, rejeitariam noções heteronormativas para angariar a desejável respeitabilidade e manteriam uma posição mais crítica ao Estado, tendendo a concentrar seus espaços na busca por transformações culturais mais amplas que a conquista de direitos através de legislações.

A obra escrita por Colling (2015) apresenta uma contribuição relevante, na medida em que revela as diferentes estratégias que têm sido utilizadas por distintos sujeitos para o enfrentamento das desigualdades instituídas pela heteronormatividade. Além disso, ao deslocar os olhares das experiências de militância nos Estados Unidos, o estudo também contribui para ampliar a discussão levando em conta realidades nacionais muitas vezes desconsideradas neste debate. Todavia, como já apontaram Santos, Feitosa e Vieira (2017), a classificação elaborada pelo autor pareceu não levar em conta a possibilidade de existência simultânea das duas concepções políticas nas militâncias que atuam no vasto campo do Movimento LGBT/Ativismo Queer. Tais classificações também podem ser perigosas e contribuir para instituir dicotomias, hierarquias e binarismos – “Movimento LGBT x Ativismos Queer” –, que não contribuem para superação ordem sexual e de gênero discriminatória.

Mudanças ocorridas nos últimos anos no contexto social brasileiro como a ampliação das universidades, a criação de inúmeros grupos de pesquisa sobre sexualidade e gênero e o acesso de jovens ativistas às perspectivas teóricas Queer também resultaram em transformações na militância, até mesmo nas organizações consideradas “*mainstream*”. De igual modo, acontecimentos no cenário político como o *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, o fortalecimento de agendas conservadoras no Governo Michel Temer e a eleição de Jair Bolsonaro, um ex-parlamentar declaradamente homofóbico, para Presidência da República, também provocaram consideráveis mudanças nos modos de atuação das lutas por direitos sexuais e de gênero no Brasil.

Nesse cenário, quais experiências podem ser situadas unicamente enquanto Movimento LGBT ou ativismos Queer? Será que essas perspectivas estão entrelaçadas e coexistem nas experiências brasileiras de militância das “dissidências sexuais e de gênero”? Apostar em classificações e separações rígidas pode ser arriscado em demasia. O principal risco, talvez, seja não localizar na realidade empírica brasileira uma separação tão evidente. Um indício disso pode ser constatado ao observar a grande pluralidade existente em eventos como as Paradas do

Orgulho que reúne ativistas que se engajam na apresentação de demandas para cobrar e tensionar o Estado, ao mesmo tempo que congrega performances artísticas nada convencionais, algumas delas fortemente disruptivas. Se tal divisão poderia ser mais facilmente observada na segunda metade do século XX, quando há o surgimento das perspectivas teóricas e políticas Queer, contemporaneamente essas separações não parecem tão simples de serem efetuadas.

Isso porque o Movimento LGBT no Brasil tem se mostrado cada vez mais complexo. Desde o surgimento da ABGLT em 1995, primeira organização de abrangência nacional nesse campo, até os dias atuais, foram fundadas mais de vinte (20) organizações dessa natureza. A criação excessiva dessas redes acabou sendo incentivada pela possibilidade de ocupação de espaços políticos, a exemplo de comissões, conselhos e grupos de trabalho na estrutura de governos municipais, estaduais e federal para apresentação de demandas específicas de cada um dos sujeitos políticos do Movimento. Nesse contexto, a abordagem teórica na qual este estudo se ancora decorrente da TPP, a partir da perspectiva dos repertórios de interação, contribui para iluminar a compreensão da constituição e das reconfigurações que tem atravessado a trajetória do Movimento LGBT no Brasil. Estudar essa forma de ação coletiva via os repertórios de interação estabelecidos com o Estado, também possibilita apresentar novas contribuições e introduzir outras questões ainda não amplamente discutidas na literatura que se consolidou nesse debate.

Tabela 1 - Organizações Nacionais com atuação no Movimento LGBT

Nome	Sigla	Fundação
Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos	ABGLT	1995
Associação Nacional de Travestis e Transexuais	ANTRA	2000
Liga Brasileira de Lésbicas	LBL	2003
Articulação Brasileira de Lésbicas	ABL	2004
Rede Nacional de Negras e Negros LGBT	Rede Afro LGBT	2005
Associação Brasileira de Estudos da Homocultura	ABEH	2006
Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas	CANDACES	2007
Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil	Rede Trans	2009
Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+	RENOSP-LGBTI+	2010
Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais,	ArtJovem LGBT	2011

Travestis e Transexuais ⁴¹		
Articulação Brasileira de Gays	ARTGAY	2011
Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas	Rede Sapatá	2013
Instituto Brasileiro de Transmasculinidades	IBRAT	2013
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas	ABRAFH	2015
União Nacional LGBT	UNA LGBT	2015
Aliança Nacional LGBTI	---	2016 ⁴²
Rede Nacional de Adolescentes LGBT	---	2016
Mães Pela Diversidade	---	2016
Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo	ABRASITTI	2017
Associação Brasileira de Intersexos	ABRAI	2018
Rede Gay do Brasil	Rede GAY	2018
Rede de Pesquisadoras e Ativistas Lésbicas e Bissexuais do Brasil	Rede LesBi Brasil	2019
Frente Bissexual Brasileira	FBB	2020

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além das organizações específicas elencadas acima na Tabela 1, também foram estruturados Grupos que discutem questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero em entidades da sociedade civil das mais diversas áreas. Exemplo disso é a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a instituição de comissões semelhantes em outras entidades de classe como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Organismos de militância LGBT também foram criados em federações sindicais, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Até os movimentos sociais mais sintonizados com a perspectiva da “luta de classes” aderiram a essa agenda. Um exemplo significativo desse processo é o surgimento do Coletivo LGBT do Movimento Sem Terra (MST) no ano de 2015.

⁴¹ Fundada sob o nome Articulação Brasileira de Jovens Gays, alterado em 2018 para sua denominação atual.

⁴² Teve seu registro formal em 2003, passando a atuar como uma rede em 30 de maio de 2009, inicialmente na forma de uma lista de discussão na internet. Em 2016, passou a atuar de forma estruturada em todas as regiões do país.

Muitas das organizações nacionais com atuação no Movimento LGBT surgiram nos diversos Encontros realizados para reunir militantes e grupos de todas as regiões do país. Iniciando com a denominação de Encontro Brasileiro de Homossexuais ainda em 1980, passando a ser chamado de Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT) no ano de 1997, esses eventos reuniram dezenas de Grupos cujo ativismo destinava-se ao combate do preconceito e da violência LGBTfóbica juntamente com algumas ONGs que concentravam sua atuação no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Tais encontros passaram a contar com financiamento estatal e se transformaram no principal fórum de construção de estratégias de caráter nacional e de deliberações do Movimento LGBT.

Tabela 2 - Encontros Nacionais do Movimento LGBT Brasileiro

Ano	Encontro	Local
1980	I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	São Paulo-SP
1984	II Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Salvador-BA
1989	III Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Rio de Janeiro-RJ
1990	IV Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Aracaju-SE
1991	V Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Recife-PE
1992	VI Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Rio de Janeiro-RJ
1993	VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO)	Cajamar-SP
1995	VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL)	Curitiba-PR
1997	IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	São Paulo-SP
2001	X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Maceió-AL
2003	XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Manaus-AM
2005	XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Brasília-DF
2008	XIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis ⁴³ (EBGLT)	Porto Alegre-RS

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Facchini (2005) e Reis (2018).

As alterações no nome dos encontros revelam os tensionamentos ocorridos no período. Ativistas lésbicas passaram a exigir mais espaço no Movimento, apontando recorrentes atitudes

⁴³ Em função da realização da 1ª Conferência Nacional destinada ao debate sobre direitos humanos LGBT, em 2008, os participantes do XIII EBGLT deliberaram pelo não realização de novos encontros, por entender que outras Conferências LGBT seriam convocadas e realizadas pelo poder público com certa regularidade. Outro fator que pesou para o encerramento dos EBGLTs foi a constatação da existência de muitas organizações de caráter nacional no movimento, ficando cada um responsável por realizar seus encontros.

machistas de alguns grupos formados exclusivamente por gays. Estes, por sua vez, argumentavam que o termo “homossexualidade” dizia respeito tanto a identidade gay quanto a identidade lésbica, sendo assim, portanto, já era suficiente para dar a visibilidade pleiteada pelas mulheres. Noutro lado, travestis denunciavam a dupla exclusão que vivenciavam dentro do Movimento, sofrendo com o machismo de algumas lideranças gays e com a transfobia de algumas lideranças lésbicas que não as aceitavam nos espaços destinados as mulheres.

Desse processo, pelo menos dois desfechos são bastante significativos. Primeiro, conforme apontam Simões e Facchini (2009), há uma forte segmentação do Movimento que passa a contar com a participação de segmentos bem definidos, com demandas específicas e delimitadas. Segundo, também há o fortalecimento e consolidação das identidades lésbicas, travestis e transexuais no interior do Movimento LGBT, contribuindo para maior visibilidade de suas pautas e para o surgimento de novas lideranças.

A visibilidade conquistada por lésbicas, travestis e transexuais também é resultado do processo de maior organização dessas ativistas. Apesar das dificuldades enfrentadas, cada qual com suas particularidades, conseguiram inserir suas demandas na agenda do então Movimento Homossexual, provocando transformações e deslocamentos que estão para além das alterações na nomenclatura de encontros e Grupos. Organizando seus próprios fóruns de discussão, como os Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALE)⁴⁴ e os Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS)⁴⁵, as mulheres alcançaram êxito no fortalecimento de suas identidades, criaram redes de militância e obtiveram sucesso na organização coletiva de suas demandas.

Se por um lado essa segmentação expõe o problema da fragmentação, por outro, reflete um avanço significativo dos debates a respeito das desigualdades motivadas por diferenças sexuais e de gênero na sociedade. A existência de um número considerável de Grupos, comissões, redes e associações indica que as demandas do Movimento LGBT estão sendo, cada vez mais, incorporadas nas mais diversas organizações da sociedade civil, também sendo um elemento importante que aponta um processo de consolidação dessa agenda de reivindicação de direitos.

⁴⁴ A primeira edição do SENALE teve lugar no Rio de Janeiro-RJ e foi realizada no dia 29 de agosto de 1996, data em que hoje é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. As participantes da VIII edição do evento, realizada em Porto Alegre-RS, decidiram renomeá-lo para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI), nome que segue sendo usado até então.

⁴⁵ A primeira edição do ENTLAIDS foi realizada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em 1993. O encontro foi organizado pela Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) e contou com a participação de cerca de 40 pessoas. Para mais informações a respeito dos primeiros passos da organização política de travestis e transexuais no Brasil, ver “Movimento Político Social da População T no Brasil” (SILVA, 2018).

Esse processo de maximização do número de organizações no campo do Movimento LGBT não se restringe ao âmbito nacional. Localmente, em estados e municípios, o número de Grupos organizados passou por significativa ampliação nas últimas décadas. Em Pernambuco, conforme será discutido nos capítulos a seguir, o surgimento institucional do Movimento LGBT ocorre logo no início dos 1980, passando por um processo de ampliação do número de grupos a partir do final da década seguinte.

Concluindo essa breve discussão, convém destacar a obra de Renan Quinalha (2022) intitulada “Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias”. O livro é o mais recente esforço explicativo na direção de compreender essa forma de ação coletiva. Nele, priorizou-se o debate a respeito dos primeiros passos das lutas organizadas contra discriminação homofóbica na Alemanha, nos Estados Unidos e no Brasil. Embora detenha inúmeros méritos, a obra segue as mesmas escolhas realizadas por publicações anteriores quando se trata do surgimento do Movimento LGBT no contexto brasileiro. Novamente, prioriza-se as experiências dos Grupos de militância sediados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro para refletir a respeito do surgimento dessa forma de ação coletiva no país.

Nesse contexto, os resultados do presente estudo podem contribuir para ampliação desse debate. Conforme será possível constatar nos capítulos seguintes, o surgimento e a atuação do Movimento LGBT no Brasil não se restringem aos acontecimentos registrados em estados da região sudeste que vem sendo recorrentemente mobilizados por diferentes pesquisadores. As diversas evidências empíricas mobilizadas nesta tese vão na contramão da explicação até aqui estabelecida.

3. ERGUENDO A BANDEIRA DO ARCO-ÍRIS: O SURGIMENTO INSTITUCIONAL DO MOVIMENTO LGBT EM PERNAMBUCO

Quem vem ao Recife e quer se entrosar na vida guei da cidade não precisa de guia ou cicerone, pois tudo aqui funciona às claras, sem camuflagens. Nosso movimento guei está cada dia melhor e mais aberto. O pessoal nas ruas, aos bandos, em revoadas nas noites de sexta e sábado pelas ruas centrais... Como diz um dos nossos jornalistas: “a população já acostudou a vê-los desfilando pelas ruas, descontraídos, mais soltos do que pensamentos de anistiado, e tão perdidos quanto o rumo do Skylab”

Jota Elle. Roteiro Gay. **Diário da Noite**, Recife-PE, Sábado, 20/10/1979, seção Mundo Guei, p. 4.

O debate em torno da emergência do que chamamos hoje de Movimento LGBT no Brasil tem, tradicionalmente, privilegiado a experiência dos primeiros Grupos localizados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Um conjunto de dissertações, teses, projetos de pesquisas, coletâneas, artigos e memoriais contribuíram para constituição de um amplo registro histórico-analítico da atuação dos Grupos Triângulo Rosa do Rio de Janeiro e do Somos de São Paulo⁴⁶. Além dos trabalhos que se detiveram especificamente a estudar esses Grupos, boa parte do conhecimento científico produzido a respeito do Movimento LGBT no nosso país acaba passando quase que obrigatoriamente pelo registro dessas duas experiências para iniciar suas reflexões. Compreendendo a relevância das trajetórias desses Grupos, mas já situando esta tese a partir do seu objeto de pesquisa, será tratado aqui do processo de surgimento institucional das lutas de combate à discriminação e por respeito à diversidade sexual e de gênero em Pernambuco. Para isso, este Capítulo que corresponde ao objetivo específico I foi dividido em três seções. A primeira discorre a respeito do contexto das sexualidades dissidentes na década de 1970 em Pernambuco, período imediatamente anterior à fundação do GATHO, datada do

⁴⁶ Interessados em pesquisas sobre o Triângulo Rosa e o Somos devem consultar as obras de MacRae (2018 [1990]), Câmara (2002), Facchini (2003; 2005) e Simões de Facchini (2009).

mês de maio do ano de 1980. Por sua vez, a segunda seção tratará justamente do surgimento deste que é considerado primeiro grupo de militância homossexual fundado em Pernambuco. Por fim, a terceira seção lançará luzes nas interações do Movimento LGBT pernambucano com o Estado e com a Política Institucional durante o período de existência do GATHO.

3.1 Sexualidades dissidentes em Pernambuco na década de 1970

O contexto social e político dos anos 1970 em Pernambuco ainda era de tensão, vigilância e repressão. Governadores biônicos⁴⁷ filiados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), “eleitos” pela Assembleia Legislativa, conduziam o estado seguindo a cartilha autoritária imposta pela ditadura civil-militar (1964-1985). A última vez que os pernambucanos haviam eleito um governador através do voto popular havia sido em 1962, quando Miguel Arraes de Alencar, símbolo da emergência das forças políticas de esquerda no nordeste brasileiro, venceu as eleições. Com o Golpe Militar instaurado em 1º de abril 1964, Miguel Arraes foi preso na ilha de Fernando de Noronha, permanecendo em cárcere até 25 de maio de 1965, data em que conseguiu exilar-se na Argélia. Sinalizando aos opositores que a repressão seria ampliada, os militares trataram de manter a perseguição. Mesmo no exílio, o então governador foi condenado à revelia pela Justiça brasileira pelo crime de “subversão”, em março de 1967, com pena de 23 anos de prisão. Miguel Arraes só retornaria ao estado em 1979, beneficiado pela Lei da Anistia no início do lento processo de abertura democrática.

Sob a égide do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o início dos anos 1970 foi marcado por um conjunto de ações severamente inconstitucionais e antidemocráticas. Amparado pelo AI-5, o Presidente da República teve poderes para fechar o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, instaurar a censura prévia, caçar os direitos políticos, suspender habeas corpus, intervir na condução administrativa de estados e municípios, entre outras arbitrariedades. Na dimensão sexo-gênero, as ações do Governo Militar incentivaram batidas policiais nos espaços de sociabilidade homoerótica e fortaleciam narrativas morais muito semelhantes aos discursos religiosos mais conservadores. As prescrições carentes de amparo científico dos discursos médicos para condenar e controlar as homossexualidades e as

⁴⁷ Os mandatos biônicos em Governos estaduais, Senado Federal e até Prefeituras de determinadas brasileiras surgiram na ditadura civil-militar. Esses mandatos não receberam a outorga do sufrágio universal, levando a ocupação de importantes cargos políticos através de eleições indiretas ou mesmo nomeação de autoridades militares que ocuparam os poderes da república no período de 1964-1985.

travestilidades também ganharam ainda mais espaço nesse período ditatorial (GREEN e QUINALHA, 2014; LOPES; 2016).

Uma matéria publicada pelo jornal Diário de Pernambuco em 24 de fevereiro de 1970 evidencia a perseguição promovida pelo Estado:

O delegado Fernando Albuquerque, do 2º distrito policial, fechou ontem em Santo Amaro uma residência, onde grande número de homossexuais se reuniam para a realização de bacanais. Somente duas bonecas foram presas e na delegacia negaram-se a fornecer o verdadeiro nome, ficando por isso no xadrez por mais de 72 horas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO apud SILVA, 2011, p. 104).

A retórica de moralidade pública emanada pelo Estado sob o comando dos militares atuou para silenciar o debate em torno da questão homossexual censurando jornais, revistas, filmes e outros veículos que abordaram o assunto fora dos limites até então tolerados. Além de interditar essa discussão no início dos anos 1970, o Governo Militar “modulou uma série de discursos positivamente normativos que decantavam socialmente determinadas representações dos homens que amavam outros homens e das mulheres que amavam outras mulheres” (QUINALHA, 2018, p. 37).

Respaldados pelo Estado, autoridades vinham a público condenar e patologizar as sexualidades dissidentes. Em 1976, o criminalista Eurico Reis defendeu em um artigo⁴⁸ publicado no jornal Diário da Noite que a homossexualidade deveria ser compreendida como uma espécie de inversão sexual (SILVA, 2011). Segundo Reis, médicos já haviam se dedicado a estudar o “homossexualismo” e compreendido esse fenômeno como um problema de ordem psiquiátrica. O artigo publicado no jornal pernambucano era, na verdade, mera reprodução das teses formuladas pelo médico criminalista Leonídio Ribeiro, no Rio de Janeiro, durante a década de 1930. Carentes de amparo empírico e rigor científico, nos anos 1920, 1930 e 1940 foram publicados diversos trabalhos sobre o tema da homossexualidade no campo da medicina legal. Resultado de estudos realizados por médicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, as obras apresentavam grandes incongruências. O brasileiro James Green (2019 [1990]) expôs as contradições e fragilidades desses trabalhos que apresentaram argumentos para patologização da homossexualidade⁴⁹. Muitas vezes, a ausência de rigor metodológico e de sustentação empírica das afirmações era camuflada por argumentos de cunho moral na tentativa de comprovar teses que atualmente já foram totalmente invalidadas pelo conhecimento científico.

⁴⁸ REIS, Eurico. Homossexualismo (I). **Diário da Noite**, Recife-PE, quarta-feira, 14/01/1976, seção 1º Caderno, p. 06.

⁴⁹ Ver o capítulo 3 “Controle e cura: reações médico-legais” da obra “Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX”. P. 199-259. (GREEN, 2009 [1990]).

Intervenções dos saberes médicos e jurídicos no campo da sexualidade não eram exclusividade da realidade brasileira no século XX. Michel Foucault (2001; 2002) demonstrou como esses dois campos do conhecimento lançaram discursos de patologização e controle sobre a sexualidade já em meados do século XVIII no caso da medicina, e do século XIX quando pensamos na justiça penal. Resultado do imbricamento desses dois campos, a medicina legal exerceu um papel significativo na regulação das formas de exercício da sexualidade humana. Mais que afirmar a heterossexualidade como a única forma legítima de experiência da sexualidade, narrativas, como a apresentada por Reis (1976) em seu artigo de opinião no *Diário da Noite*, também reforçaram um modo de vida, uma forma de representação social das sexualidades e dos gêneros. Ao examinar, condenar, patologizar e criminalizar a homossexualidade, esses discursos reforçaram a heterossexualidade como sadia, legítima e legal.

Esse processo denominado de heterossexualidade compulsória consiste na reiteração sistemática da exigência que todos sejam heterossexuais. Estruturando-se a partir do dualismo heterossexualidade *versus* homossexualidade, onde a primeira passa por um processo de naturalização e a segunda de patologização, busca-se recorrentemente identificar as causas que motivem a existência das “anomalias”, com vistas a corrigi-las e levá-las de volta ao padrão “natural” (COLLING e NOGUEIRA, 2014; MISKOLCI, 2012).

Dentro dessa discussão, a noção de heteronormatividade também se mostra relevante. Enquanto que na heterossexualidade compulsória a afirmação da orientação heterossexual é o principal mecanismo, na heteronormatividade exige-se que todos se comportem socialmente como heterossexuais. De acordo com Miskolci (2012), a heteronormatividade consiste na reprodução do modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Seu controle alcança todos que ocasionarem algum rompimento ou descontinuidade nas normas sexuais e de gênero. Tal controle se expressa através das mais diversas formas de violência: física, psicológica, simbólica, etc., punindo sujeitos indisciplinados para que retornem à norma padrão. Em linhas gerais, essa ordem sexual exige que todas as pessoas, sejam heterossexuais ou não, organizem suas vidas em conformidade com o modelo heterossexual, familiar e reprodutivo.

As sexualidades tidas como dissidentes, ou seja, aquelas que não estão a princípio enredadas pelo modelo heterossexual são assim denominadas por, em alguma dimensão, escapar o modelo heteronormativo. Colling (2016; 2019) tem utilizado também o termo “dissidências sexuais e de gênero” para se referir a essas formas de expressão da sexualidade e da identidade de gênero.

Retornando ao contexto pernambucano, a reiteração da heterossexualidade ocorria de diversas formas, inclusive através de perseguições. Nem mesmo no período carnavalesco, conhecido por maior liberdade, homossexuais e travestis passavam despercebidos. Publicada pelo Diário de Pernambuco em janeiro de 1970, a matéria intitulada “Travestis estão proibidos de brincar o Carnaval⁵⁰” nos dá indícios do clima da época:

Os travestis, homossexuais e bêbados sofrerão severa repressão durante o carnaval, tanto por parte da Polícia Federal como da Polícia Estadual. Quer estejam provocando balbúrdia ou não, fazendo o passo ou mesmo observando quietinhos o movimento. Diz o delegado de Polícia Federal que seu departamento não tolerará qualquer ato que atente contra a moral e os bons costumes da sociedade. [...] A decisão da Secretaria de Segurança Pública, entretanto, é um pouco mais rigorosa. Além de proibir a presença de travestis e bêbedos (promovendo desatinos ou não), serão recolhidos ao xadrez os homossexuais que estiverem ou não fazendo o passo durante o Carnaval (DIÁRIO DE PERNAMBUCO apud SILVA, 2011, p. 120).

Apesar do controle exercido pelos militares e por mecanismos como a heterossexualidade compulsória, houve espaço para subversão. Conforme já aprendemos com Foucault (2001), o poder está em toda parte e que lá onde há poder há resistência. A experiência de um grupo de artistas pernambucanos da década de 1970 evidencia bem isso. Trata-se do Grupo Teatral Vivencial Diversiones. Com muita irreverência, desbunde e transgressão, a trupe marcou a cena cultural pernambucana até meados dos anos 1980.

Nascendo inesperadamente em um ambiente tido como guardião de valores mais conservadores, o Vivencial Diversiones surgiu no seio de um trabalho pastoral da igreja católica com jovens na cidade de Olinda. Guilherme Coelho, responsável e diretor do grupo, montou um espetáculo para marcar a data solene de aniversário de 10 anos da Associação dos Rapazes e Moças do Amparo (ARMA). Coelho, estudante do Colégio São Bento, almejava o posto de Monge beneditino e era um dos responsáveis da Arquidiocese de Olinda e Recife pelo trabalho pastoral com a juventude da ARMA (TREVISAN, 2018 [1986]; DOURADO, 2003). Foi nessa condição que em 1974 dirigiu o espetáculo “Vivencial I”, em comemoração ao aniversário da Associação. Trazendo na encenação temas sensíveis na época a exemplo de homossexualidade, violência, drogas, política e tecnologia, o “Vivencial I” provocou reações ambíguas no público como admiração, estranheza, encantamento e temor.

Depois da realização desse primeiro espetáculo, os monges beneditinos desalojaram o Grupo que passou a se chamar Vivencial Diversiones. Coelho se afastou da vida religiosa e voltou sua dedicação integral à trupe que encontrou abrigo inicialmente no Teatro do

⁵⁰ Na época a identidade travesti ainda era associada ao gênero masculino.

Bonsucesso, também na cidade de Olinda. A partir de então, ano após ano, uma série de espetáculos foram produzidos e o Vivencial circulou por diversas casas teatrais. O Grupo adquiriu notoriedade como símbolo da produção cultural nas artes cênicas em Pernambuco, atraindo um público cada vez maior e mais intelectualizado para suas apresentações. O escracho consagrou-se como sua marca permanente. De acordo com Matheus Santos (2018, p. 13), “a trupe, ativa oficialmente entre 1974 e 1983, ficou conhecida por uma estética tropicalista, pela sensualidade, pelas performances polêmicas – para público, imprensa e Estado [...] – e pela sexualidade desmesuradamente escancarada”.

Desvinculado da ARMA e dos trabalhos pastorais da Arquidiocese, a trupe assumiu a personalidade jurídica denominada “Grupo de Teatro Vivencial Ltda”, sob direção de Coelho e participação de diversos atores⁵¹. Após cinco anos de trabalho, poupando os recursos obtidos com suas apresentações, foi possível acumular fundos suficientes para erguer o Café Teatral Vivencial Diversiones, em 1979. A sede do Grupo ocupava uma área de mangue, no Complexo de Salgadinho, área periférica de Olinda já próxima da fronteira com a cidade do Recife. O espaço foi muito frequentado e causou um verdadeiro rebuliço cultural no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

O debate em torno das sexualidades perpassava todo trabalho do Grupo. Seja do ponto de vista estético ou literário, a arte que provinha do Vivencial colocava em evidência problematizações não só sobre a homossexualidade, mas também sobre os papéis de gênero e sobre a política. Visitando Pernambuco na condição de representante do famoso jornal “O Lampião da Esquina”⁵², João Silvério Trevisan se referiu à sua experiência no Café Teatral Vivencial Diversiones como “o espetáculo mais vibrante da cidade” (TREVISAN, 1979, p. 15). O jornalista e escritor ainda classificou a encenação como “um verdadeiro discurso sexo-político” (TREVISAN, 1979, p. 15).

⁵¹ Além de Guilherme Coelho, o Vivencial contou inicialmente com a participação de Américo Barreto, Alfredo Neto, Miguel Ângelo e Fábio Coelho. Depois se juntaram ao grupo Suzana Costa, Ivonete Melo, Auricéia Fraga, Fábio Costa e Beto Diniz. Para conhecer mais detalhes sobre a trajetória do grupo deve-se consultar a enciclopédia do Itaú Cultural: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo514477/grupo-de-teatro-vivencial>.

⁵² Tendo sua primeira edição lançada em abril de 1978, o jornal O Lampião da Esquina foi a primeira publicação que abordava questões sobre a sexualidade em uma perspectiva política a conseguir ter seus exemplares espalhados pelo Brasil, contribuindo para fomentar os debates a respeito da politização das homossexualidades e consequentemente do surgimento de novos grupos de militância por todo país. Apesar do seu curto período de vida, encerrando suas atividades em junho de 1981, o Lampião deu visibilidade a muitos debates que posteriormente passariam a ser pautados com grande intensidade pelas organizações do Movimento LGBT. Além disso, algumas pesquisas que estudaram o Jornal já revelaram o seu papel na aproximação de diferentes grupos de militância homossexual e os espaços reservados nas suas edições para divulgação das atividades realizadas pelas organizações do Movimento na época. Para um maior aprofundamento a respeito do Lampião, consultar os seguintes trabalhos: Bandeira (2006); Rodrigues (2010); Mariusso (2015); Cruz (2016), Brito, (2016) e Tanganelli (2019).

Diante de toda essa efervescência político-cultural protagonizada pelo Vivencial Diversiones, o Movimento LGBT organizado em Pernambuco acabou emergindo na cidade de Olinda, sede da trupe. Foi justamente nesse município onde foi fundado o primeiro Grupo de militância homossexual pernambucana. Evidentemente que toda agitação provocada pelo Vivencial contribuiu para o surgimento do GATHO alguns poucos meses após a inauguração da sede do Grupo Teatral. Juntos, GATHO e Vivencial realizaram ações políticas pela via da cultura e da arte, a exemplo de um bloco carnavalesco. Um trabalho de autoria de Colling (2018), intitulado “A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade”, discutia como as linguagens artísticas têm sido um mecanismo de expressão e construção de resistências e lutas para as sexualidades dissidentes.

O encerramento das atividades do Vivencial Diversiones em 1983 não significou o fim da influência do Grupo nos campos das artes, cultura e política pernambucana. Além de contribuir para o surgimento do Movimento LGBT organizado em Pernambuco e para realização de diversos trabalhos artísticos nos anos 1980 e 1990, a trajetória da trupe inspirou o Filme *Tatuagem*⁵³, exibido em 2013 e dirigido por Hilton Lacerda, cujas gravações foram realizadas nas cidades de Cabo de Santo Agostinho, Recife e Olinda. Além disso, de acordo com Trevisan (2018 [1986], p. 548), o cantor pernambucano Johnny Hooker “descende diretamente do Grupo Vivencial Diversiones, que, desde a década de 1970, veio deixando pegadas profundas na cultura LGBT”⁵⁴.

Juntamente com o espaço do Café Teatral Vivencial em Olinda, havia outros espaços de sociabilidade das sexualidades dissidentes em Pernambuco na década de 1970. Nessa época a capital pernambucana figurava como o polo principal de interação homossexual no estado em virtude de uma maior permissividade aos desregramentos, pelos pontos de entretenimento e a possibilidade de anonimato (SILVA, 2011). O texto em epígrafe neste capítulo ilustra bem isso. Em tom irreverente, a publicação do jornal *Diário da Noite* afirma haver grande circulação de homossexuais pelas ruas centrais da cidade do Recife, possivelmente em busca de encontros afetivos e sexuais, espaços de diversão e novas relações de amizade.

⁵³ O premiado longa metragem pernambucano retrata um drama que se passa no ano de 1978 e mostra como um o grupo de artistas impactava o cenário cultural da época, ao mesmo tempo que também contestava o regime militar. Dentre o elenco do filme destaca-se as presenças de Irandhir Santos, Jesuíta Barbosa e Rodrigo García. Após receber diversos prêmios, “*Tatuagem*” passou a fazer parte da seleta lista de 100 melhores filmes brasileiros de todos os tempos, editada pela Associação Brasileira de Críticos de Cinema. Para uma análise mais detida nos debates sobre sexualidades presente no filme, consultar o trabalho de Santos e Rosa (2017).

⁵⁴ Para acessar análises mais completas a respeito do Vivencial Diversiones consultar os trabalhos de Medeiros (1986), Dourado (2003) e Santos (2018).

Uma maior concentração da circulação de gays, lésbicas e travestis se situava na região mais central da capital pernambucana, entre os bairros do Recife Antigo, São José, Santo Antônio e Boa Vista. Esse território compreendia boa parte das boates, bares, pontos de pegação (parques, banheiros públicos, praças), cinemas e espaços de prostituição (SILVA, 2011). Pode-se afirmar que embora esse território fosse tido como um lugar de maior permissividade, ele também estava marcado por desigualdades de classe, gênero e raça. Tais desigualdades se expressavam no acesso aos ambientes que possibilitavam maior liberação sexual. As boates são um grande exemplo disso.

No Recife da década de 1970, três boates se destacaram pela grande frequência de homossexuais: “a *Misty*, também chamada de Mister situada na Rua do Riachuelo, próxima ao bar *Mustang*, a *Vogue* e a *Stok*, ambas instaladas no edifício Novo Recife, por trás do cinema São Luís, no Bairro da Boa Vista” (SILVA, 2011, p. 191). Os altos valores cobrados para entrar nas casas noturnas impossibilitava a presença de pessoas que não faziam parte da classe média. E mesmo quem possuía recursos para pagar a taxa de entrada poderia enfrentar outras barreiras. Travestis que praticavam a prostituição eram frequentemente impedidas de acessar esses locais.

Alguns bares também eram conhecidos pela presença de homossexuais. O *Mustang* se destacava neste circuito, localizado no Condomínio do Edifício Embaixador, esquina com a Avenida Conde da Boa Vista, no fim dos anos 1970 era conhecido como “Mustangay,” dada a grande frequência do público homossexual masculino e feminino. Próximo a ele existia o Bar do Urso, com menor frequência, mas com maior permissividade. Inclusive o aconselhado era deslocar-se do *Mustang* para o Urso assim que se encontrasse um parceiro, pois quem permanecia no ambiente mais frequentado poderia correr o risco de perder seu acompanhante para um novo flerte (SILVA, 2011).

Enquanto o “Mustangay” era tido como um ambiente de maior prestígio no circuito da sociabilidade homossexual em Recife, outros bares também frequentados por esse público gozavam de um *status* bem menor. Especialmente aqueles localizados no trajeto da Avenida Guararapes e da Avenida Dantas Barreto, a exemplo do Bar *Savoy*, Aero Bar, Bar Douro e Bar Central. Creditava-se a esses espaços a presença de um público mais pauperizado, oriundo de localidades periféricas como Alto Santa Isabel e Casa Amarela (SILVA, 2011). O menor poder aquisitivo também era associado ao distanciamento dos padrões de beleza mais venerados (homens brancos de corpos esbeltos). Apesar das narrativas de reprovação contra o *Savoy*, Aero Bar, Douro e Central, esses bares também possuíam grande frequência. Havia ainda outros

estabelecimentos, abertos por períodos de tempo mais curtos, que tinham homossexuais como clientes cativos⁵⁵.

Se no fim da década de 1970 já havia alguma tolerância para o funcionamento de boates e bares com grande frequência do público homossexual, o mesmo ainda não havia sido conquistado por travestis que lidavam com dificuldades para circular em alguns espaços na capital pernambucana. Ser “boneca”, como também eram conhecidas, compreendia motivação suficiente para acabar sendo fichada pela polícia e passar a noite, ou algumas noites, em cárcere (SILVA, 2011). Expulsas de casa e com os vínculos familiares rompidos, boa parte das travestis da época tinham a prostituição como único meio de subsistência. Frequentemente associadas à marginalidade pelos noticiários, seus deslocamentos muitas vezes eram restritos ao período noturno em determinadas ruas e bares.

Os cinemas da cidade do Recife também foram outro espaço de intensas trocas homoeróticas na década de 1970. Localizados nos bairros São José, Santo Antônio e Boa Vista, em alguns horários acabavam se tornando ambientes bastante propícios para homens interessados em rápidas atividades sexuais com outros homens. Em geral, o processo ocorria com certa convivência dos estabelecimentos que começavam a amargar um declínio financeiro em função do maior número de aparelhos de TV a cores nas residências. Assim, os cinemas também eram lugar de flerte e sussurros.

Não faltavam opções de salas de projeção mais ou menos ideais para o exercício da “pegação”. Existia, por exemplo, o cinema Trianon (o da foto acima), localizado na Avenida Guararapes, esquina com a Rua do Sol, em frente à Agência Central dos Correios; o cinema Moderno, localizado na Praça Floriano Peixoto, próximo a Estação Central do Metrô; o São Luís situado na Rua da Aurora e os cines duplex Ritz e Astor, localizados na Avenida Visconde de Suassuna, próximo ao Parque 13 de Maio (SILVA, 2011, p. 171).

As trocas de beijos e carícias não se restringiam às exibições de filmes eróticos. Era possível encontrar uma companhia até mesmo assistindo comédias, romances e histórias de terror. Obviamente o horário noturno compreendia o período mais privilegiado para tais aventuras, mas mesmo nas primeiras sessões da tarde, logo após o almoço, havia a presença de indivíduos do sexo masculino à procura de semelhantes para possíveis envolvimento sexuais.

Para além de Recife e Olinda, há registros de espaços de sociabilidade homossexual em outras cidades da Região Metropolitana do estado na década de 1970, a exemplo da “Noite da Metamorfose”. Realizada no município de Camaragibe, a festa teve boa parte de suas edições

⁵⁵ Um informante da pesquisa de Silva (2011), citou os nomes dos seguintes bares: Capri, Canavial, Sócrates, Tatuagem e Balcão. Todos com grande frequência do público homossexual na cidade do Recife durante a década de 1970.

realizada na residência de Josenita Duda Ciríaco⁵⁶, ativista lésbica percussora do movimento organizado de mulheres em Pernambuco. No fim dos anos 1970, Nita, como também era conhecida, abria as portas da sua casa para realização da famosa “Noite da Metamorfose” que contava com grande frequência de gays e lésbicas. De acordo com Lemos (2019), o espaço da festa também foi aproveitado para instalação de “grupos de vivências”, onde gays e lésbicas compartilhavam experiências de vida e fortaleciam suas identidades. Alguns anos mais tarde, esse processo resultou na fundação da Articulação e Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana (AMHOR), segundo Grupo de Militância a se institucionalizar em Pernambuco, conforme será discutido na seção 4.

A “Noite da Metamorfose” revela que o contexto de sociabilidade das sexualidades dissidentes no Pernambuco dos anos 1970 estava para além dos espaços comerciais. Certamente o aumento do número de bares, discotecas, boates e cinemas contribuiu para dar maior publicidade à questão homossexual. De acordo com Green (2019 [1990]), a ampliação desses estabelecimentos ocorreu justamente na fase conhecida como “milagre econômico”, período do Governo Militar onde houve grande crescimento da economia nacional. Buscando maximizar seus lucros, empresários permitiam que seus estabelecimentos fossem frequentados por homossexuais e, em alguns casos, abriram novos espaços com frequência específica deste público.

Esse processo não passou despercebido pelos veículos de imprensa da época. Programas de rádio, revistas e jornais impressos noticiavam frequentemente as novidades da cena homossexual pernambucana. Na segunda metade de 1979, o jornal vespertino Diário da Noite lançou a Coluna “Mundo Guei” que passou a publicar notícias da militância homossexual. A coluna também abria espaço para “os leitores mandarem poemas, histórias de vida, contos, fotos, sugestões de bares, cinemas, boates e espaços públicos da cidade frequentados por homossexuais (SILVA, 2011, p. 12)”.

De início, o título da coluna chama bastante atenção. Grafada em língua portuguesa, a palavra “Guei”, diferente da versão inglesa “gay”, demarca certo distanciamento da realidade estrangeira ao mesmo tempo que busca colaborar com o processo de construção da ideia de uma comunidade homossexual brasileira. O título da coluna do jornal pernambucano também pode ter sido grafado em português para se diferenciar de outra publicação de título homônimo: “Mundo Gay: o Jornal dos Entendidos”. De acordo com James Green (2019 [1990]), o Jornal

⁵⁶ Josenita faleceu em 01 de março de 2020 aos 63 anos de idade. Esse acontecimento acabou repercutindo na imprensa pernambucana: <https://www.folhape.com.br/cultura/morre-a-ativista-e-agitadora-cultural-josenita-duda-ciriaco/132233/>.

dos Entendidos foi criado em 1977, na cidade de São Paulo. Em sua curta duração entre outubro e dezembro do ano citado, publicou apenas três edições e teve circulação limitada.

O debate em torno da utilização do termo “guei” na sua forma aportuguesada alcançava diversos espaços no fim da década de 1970. Integrantes do Grupo Somos de São Paulo compartilhavam certa resistência à utilização da palavra “gay” para designar homossexuais do sexo masculino argumentando que não cabia a utilização da palavra em sua forma inglesa no Brasil (MACRAE, 2018 [1990]). Dentre eles, destaca-se o escritor João Silvério Trevisan que fez questão de utilizar o termo “guei” em várias passagens da sua famosa obra “Devassos no Paraíso” (2018 [1986]). Possivelmente, os jornalistas que compunham o corpo editorial⁵⁷ da Coluna “Mundo Guei” estavam inseridos, em alguma medida, nessa discussão.

A divulgação de notícias sobre o emergente movimento homossexual brasileiro e até de experiências de organizações em outros países, era um assunto recorrente na Coluna. Na sua dissertação de mestrado, Aida Carneiro B. Rodrigues (2016) mostra como a publicação ao mesmo tempo em que traçava os contornos do circuito de sociabilidade homossexual em Recife, também divulgava informações sobre ações de grupos de militância em diferentes localidades do mundo. Algumas das matérias faziam expressamente um chamado à organização política da comunidade homossexual, a exemplo do texto intitulado “Cartas na Mesa” de Humberto Lelahel, publicado em 06 de outubro de 1979⁵⁸:

O momento exige uma tomada de posição. É inclusive, anti-histórico ficar alheio a todas as modificações que estão acontecendo no país e no mundo.

Aí eu me pergunto: e o gay onde fica nisso tudo? Será que vale a pena continuar se alienando a uma luta restringente?

[...]

Acabar com a discriminação só será plausível quando a própria população gay esquecer a lenda da auto-suficiência e começar a se integrar, a assumir um papel digno de qualquer pessoa (LELAHEL apud RODRIGUES, 2016, p. 59).

Com pretensões ousadas para época, a Coluna buscava ampliar os debates sobre a homossexualidade e anunciava que seu objetivo era “ajudar as pessoas a conhecerem mais profundamente certos aspectos psicológicos, sociológicos e filosóficos do assunto⁵⁹” (DIÁRIO DA NOITE apud RODRIGUES, 2016, p. 14). Publicada inicialmente aos sábados, a “Mundo Guei” movimentava a subcultura homossexual da região metropolitana do Recife com uma série de questões até então nunca abordadas de tal maneira pela imprensa jornalística local. Para

⁵⁷ O corpo editorial da Coluna “Mundo Guei” era composto pelas jornalistas Ana Farache (coordenadora), Paulete Godard e Pier Paranoise.

⁵⁸ Humberto Lelahel, Cartas na mesa, Diário da Noite, Recife, 06/10/1979, sábado, p. 4.

⁵⁹ Trecho extraído da coluna publicada em 15/12/1979.

Rodrigues, “a coluna dedicou-se à criação de um estilo de vida que confere à homossexualidade um lugar central de debate; um conjunto de estratégias utilizadas com vistas a reivindicar uma noção positiva da identidade guei, forma de resistência possível e viável historicamente” (2016, p. 62).

Em 08 de abril de 1980, a Coluna “Mundo Guei” publicou a matéria intitulada “Encontro Nacional”. Tratava-se de uma reportagem do I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), realizado em São Paulo na semana anterior, entre os dias 04 e 06 de abril:

Pela primeira vez homossexuais de todo o país se reuniram para discutir seus problemas – principalmente o que considera “a repressão imposta pela sociedade” – e também para lançar as bases do Movimento Brasileiro de Homossexuais que, fundamentalmente, deverá encaminhar a luta à nível nacional, para que o homossexual seja respeitado como ser humano.

O encontro foi promovido por dez grupos homossexuais organizados, de diversos estados brasileiros, que vêm surgindo no País, há aproximadamente três anos. O encontro se iniciou na última sexta-feira e, nesse dia e no sábado, as reuniões foram fechadas ao público. Ontem a discussão foi aberta e o tema central debatido foi a discriminação social sofrida pelos homossexuais.

[...]

Os organizadores do encontro acreditam que somente se unindo, discutindo a opressão e se organizando contra ela é que os homossexuais conseguirão ser respeitados como indivíduos. Em vista dessas necessidades é que foram lançadas, as bases para a formação do Movimento Brasileiro de Homossexuais que deverá reunir os grupos organizados existentes no país. Acreditam que ano que vem, quando o 2º Encontro Brasileiro se realizar, no Rio de Janeiro, esse movimento já deverá estar organizado (DIÁRIO DA NOITE apud RODRIGUES, 2016, p 68-69).

Com uma extensão considerável, a matéria trouxe detalhes das discussões levantadas no 1º EBHO dando destaque aos debates sobre os processos de discriminação sofridos pela comunidade homossexual. De igual modo, o texto também destacava a importância da organização política de Grupos para a construção do “Movimento Brasileiro de Homossexuais” que ficaria responsável por organizar a luta contra a discriminação em todo o país.

O público leitor da Coluna estava sempre bem-informado a respeito das ações do emergente movimento de homossexuais no Brasil, tendo até mesmo a possibilidade de trocar correspondência com os Grupos em atividade, dada a disponibilização dos seus respectivos endereços pela “Mundo Guei” em publicação realizada no dia 22 de março de 1980:

SOMOS/RJ – Caixa postal 135 – Duque de Caxias – Estado do Rio – CEP 25.000.

SOMOS/SP – Caixa Postal 22.196 – CEP 01.000 – São Paulo – SP.

AUÊ/Rio – Caixa Postal 16.218 – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.000.

SOMOS/Sorocaba – Rua Fuado Bachir Abdala, 53/31, Sorocaba – São Paulo – CEP 18.100.

Beijo livre – Caixa Postal 070812 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.000.

EROS/SP – Caixa Postal 5140 – São Paulo – SP – CEP 01.000.

FACÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA – Caixa Postal 22.196 – São Paulo – SP – CEP 01.100.
 LIBERTOS/Guarulhos – Rua Cabo Antônio P. da Silva, 481 – Jardim Tranquilidade – Guarulhos – São Paulo (a/c de Oswaldo Izidoro) – CEP 07.000.
 GRUPO DE AFIRMAÇÃO GUEI – Caixa Postal 135 – Duque de Caxias – RJ. (DIÁRIO DA NOITE apud RODIGUES, 2016, p. 66).

Ao fim do mês de abril de 1980, o jornal Diário da Noite encerrou a publicação da “Mundo Guei”. Apesar do curto período de existência, apenas 7 meses, pode-se afirmar que a Coluna contribuiu para fomentar um debate menos hostil e mais aberto ao tema da homossexualidade em Pernambuco. A publicação também teve um papel importante na divulgação da organização de Grupos homossexuais em outros estados do Brasil e até em outros países, compartilhando informações sobre as ações realizadas por meio de uma narrativa que apontava para a emergência de um novo cenário marcado pelo enfrentamento à discriminação. Algumas semanas após o encerramento da publicação da Coluna nas páginas do Diário da Noite ocorreu a reunião de fundação do primeiro Grupo de militância homossexual politicamente organizada em Pernambuco, o GATHO, conforme será discutido a seguir.

3.2 Surgimento e principais ações do Grupo de Atuação Homossexual - GATHO

Conforme discutido na seção anterior, ao longo dos anos 1970 houve um processo de ampliação da visibilidade das sexualidades dissidentes em Pernambuco. Apesar da repressão e perseguição do Estado através da polícia e da censura, o contexto era de grande efervescência cultural. Recife e Olinda concentravam boa parte dos espaços de circulação da comunidade homossexual na região metropolitana, contando com bares, boates, cinemas, saunas e outros estabelecimentos onde era possível conquistar parceiros afetivo-sexuais, fazer novas amizades e se inteirar das últimas novidades do “universo homossexual”. No final dos anos 1970 a existência de “boates gays” era de conhecimento público na capital pernambucana:

Com a proliferação de discotecas e “travoltas” regionais, Recife está devidamente inserida no contexto geral, inclusive no que se refere à quebra de tabus sexuais e sociais. Isto pode ser observado na primeira boate GAY – Misty – funcionando há quatro meses, com forte sedimentação na clientela de “entendidos classe A”, na Rua do Riachuelo [...] Apesar da neblina insinuada no nome “Misty”, o clima da casa noturna deixa transparecer todo o “gay power” da cidade, no ambiente decorado com alcatifa vermelha e espelhos, dando uma idéia de via pública. (JORNAL DO COMMERCIO apud SILVA, 2011, p. 197)⁶⁰.

⁶⁰ Recife começa a quebrar tabus com sua primeira boate “gay”. Jornal do Commercio, Recife, sexta-feira, 07/04/1979, Caderno I, p. 07.

As duas cidades, Recife e Olinda, também abrigavam diversos espaços de “pegação” onde era possível obter rápidas aventuras homoeróticas preservando o anonimato. Banheiros públicos, praças, ruas de circulação limitada e até pontos turísticos ficaram conhecidos como lugares possíveis para trocas sexuais efêmeras. Toda essa movimentação se constituiu como uma rica fonte para imprensa jornalística de Pernambuco que de forma recorrente produzia notícias sobre as sexualidades dissidentes, explorando os espaços de sociabilidade, os assassinatos homofóbicos, a formação de grupos de militância em diferentes localidades e os crimes cometidos por travestis e homossexuais, dando grande ênfase a este último tema.

É verdade que a experiência do Vivencial *Diversiones* com suas poderosas apresentações, atraindo um público numeroso e, por vezes, sofisticado, contribuiu para que o tema da homossexualidade, antes restrito às páginas policiais, passasse a figurar em cadernos culturais e outras áreas dos jornais. A criação da Coluna “Mundo Guei” no jornal *Diário da Noite*, no fim da década de 1970, ilustra muito bem como o debate em torno da homossexualidade também passou a ser abordado de forma menos hostil pelos jornais em Pernambuco. Todavia, ainda prevalecia uma abordagem jornalística que predominantemente associava homossexualidade e travestilidade à criminalidade.

Essa perspectiva criminalizadora da imprensa para com as sexualidades dissidentes se constituiu como um dos fatores que motivaram a organização institucional da militância homossexual em Pernambuco através da fundação do GATHO. Vejamos abaixo um trecho extraído do Discurso de Jackson Cavalcanti Júnior, um dos membros do Grupo, por ocasião da homenagem realizada em 2010 pela Câmara Municipal de Olinda em celebração aos 30 anos de fundação da organização:

Há trinta anos surgia o Grupo de Atuação Homossexual, o GATHO, aqui em Olinda, no Centro de Cultura Professor Luiz Freire. Iniciando, efetivamente, numa reunião de quatro amigos, acontecida no dia 12 de maio de 1980: José de Albuquerque Porciúncula Filho – Zé Popó, Sávio Regueira, Rinaldo Pereira de Almeida e João Antônio Caldas Valença que, preocupados com os assassinatos de homossexuais do Recife: o do pianista do antigo Grande Hotel, Bamba; do bailarino Tony e do médico Marcos e, principalmente, com o tratamento dispensado pelos jornais do Recife na época (CAVALCANTI JÚNIOR, 2010, s.p.)⁶¹.

Conforme expresso no Discurso, além das narrativas discriminatórias proferidas pelos jornais da época, os crimes de assassinatos de homossexuais se constituíram em um outro fator que contribuiu para o surgimento do GATHO. Com a ampliação dos debates a respeito da homossexualidade em Pernambuco nas décadas de 1970 e 1980, os diversos jornais da capital

⁶¹ O discurso na íntegra pode ser acessado no site do Fórum LGBT de Pernambuco: <http://flgbtpe.blogspot.com/2010/07/discurso-de-jackson-cavalcanti-junior.html>.

do estado passaram a publicar notícias de assassinatos onde a orientação sexual das vítimas figurava em destaque. Uma pequena matéria intitulada “Morte de Homossexual é apurada”, publicada em 3 de fevereiro de 1978 na página policial do jornal Diário de Pernambuco, ilustra esse cenário:

Na noite de 16 de novembro um homossexual conhecido por Genival, ou “Sandra”, de 21 anos, residência ignorada, foi assassinado com um golpe de faca-peixeira, à altura do coração, por motivo fútil pelos marginais Nilson José da Rocha e Paulo Lopes de Souza, residentes na Ilha de Janeiro, em Campo Grande que se encontravam embriagados.

[...]

Segundo declarações das testemunhas visuais do crime, os desordeiros tomavam aguardente em uma barraca próxima à casa onde “Sandra” se hospedara. Complemente embriagados, resolveram “dar uma surra no pederasta” que passava no local. Paulo Lopes de Souza, “Barata”, residente na Rua B, 117, Ilha de Janeiro, segurou-a enquanto Nilson José da Rocha, portando uma faca-peixeira na cintura o esbofeteava. Em dado momento, retirou a arma com a qual o golpeou à altura do coração. O homossexual ainda conseguiu ir até a casa de Inaldo, gritando no portão: “Socorro, me acudam”. Antes de chegar ao Hospital da Restauração, ele veio a falecer (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978, p. A-15)⁶².

De acordo com Jackson, membro do GATHO, os jornais de Pernambuco nos anos 1970/1980 quase sempre dispensavam um tratamento indigno às vítimas de violência motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero. Em alguns casos, inclusive, era possível identificar uma certa celebração aos crimes cometidos, ainda que nas entrelinhas das reportagens. Os assassinatos e outras violências aconteciam não apenas em Recife, mas em diversos municípios da região metropolitana e até no interior do estado. Nesse período, conforme possível constatar nas matérias publicadas pela imprensa jornalística, boa parte das vítimas de assassinatos LGBTfóbicos em Pernambuco estava situado num mesmo perfil: travestis, homens gays tidos como efeminados e homens gays de mais idade que buscavam parceiros sexuais mais jovens, estando mais vulneráveis a assaltos, agressões e assassinatos. Todavia, isso não significa que os homossexuais que buscavam ter uma vida com maior discrição estavam imunes à violência.

Na esteira desses acontecimentos, um grupo de quatro amigos resolveram fundar uma organização de militância que apresentasse uma contraposição ao tratamento dispensado pela imprensa e ao mesmo tempo desse ênfase aos problemas da discriminação e da violência contra homossexuais em Pernambuco. Assim surgiu o GATHO que logo também se transformou num

⁶² Fonte: Diário de Pernambuco. **Morte de Homossexual é apurada**. Recife, ano 153, n. 33, 03 de fev. de 1978, Polícia, p. A-15.

espaço de fortalecimento da identidade homossexual através do compartilhamento de vivências realizado pelos frequentadores das reuniões.

Figura 1 - Capa do jornal Diário da Noite. Ano 35 - Nº 190



Fonte: acervo pessoal de Jackson Cavalcanti Júnior, 2020.

As queixas do Grupo contra as reportagens dos jornais pernambucanos eram constantes. O incômodo dos militantes com alguns jornalistas era tamanho que esse tema foi a pauta no primeiro Boletim publicado pela organização:

Em maio de 1980, por ocasião dos assassinatos de Tony e Bamba, e devido à forma com que foi encarado o envolvimento de homossexuais em crimes de caráter passional, um grupo de homossexuais percebeu que já seria o momento de se organizar e reagir contra o tom pejorativo e sensacionalista dessas reportagens. Dentro desse contexto social, sabemos que os protagonistas da violência, na maioria das vezes, são heterossexuais.

Não se justifica colocar a homossexualidade como responsável pela criação de assassinos em potencial. A nível da opinião pública a consequência é desastrosa. A tiragem diária dos jornais se alimenta do preconceito e discriminação a que estamos submetidos, vistos como pervertidos e figuras abomináveis pela moral e bons costumes da “nobre família brasileira” (GATHO, 1980a, p. 1, grifos do original)⁶³.

Dentre os fundadores do GATHO, José de Albuquerque Porciúncula Filho – Zé Popó, Rinaldo Pereira de Almeida e João Antônio Caldas Valença eram engenheiros. Sávio Regueira era atleta e chegou a fazer parte do time da seleção pernambucana de voleibol. Então residentes na Região Metropolitana do estado, realizaram a reunião de fundação do Grupo em 12 de maio de 1980 e logo empreenderam a divulgação da existência do mesmo, atraindo, ao longo dos

⁶³ GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. *Boletim Informativo do GATHO*. N. 1, out., 1980a, Olinda.

3. Lutar por uma sociedade justa, sem repressão, discriminação ou exploração de qualquer tipo, entendendo que a repressão à sexualidade é parte de uma repressão maior que atinge à sociedade como um todo, não sendo aceitável portanto o isolamento de nossas lutas do conjunto das lutas sociais.
4. Evitar a discriminação entre os próprios homossexuais.
5. Incentivar a criação de novos grupos de homossexuais sempre na perspectiva de lutarmos juntos.
6. Manter contato com outros grupos homossexuais organizados, tanto a nível local, quanto nacional e internacional (GATHO, 1980a, p.3).

As reuniões do GATHO aconteciam na sede do Centro Cultural Luiz Freire (CCFL), localizada na Rua 27 de janeiro, Bairro do Carmo, em Olinda. O CCFL é uma organização que atua no campo da defesa dos direitos humanos. Fundado em 1972 com o objetivo de contribuir com a restauração da democracia por meio do desenvolvimento de atividades culturais e projetos comunitários, o CCFL desempenhou um papel importante no surgimento do GATHO, na medida em que possibilitou ao Grupo ter um espaço com localização privilegiada e boa estrutura física para realização de suas reuniões⁶⁵.

Charles Tilly, autor responsável pela formulação do conceito de repertório, defendeu que para a ação política coletiva de um novo movimento social se consubstanciar e tomar forma, é imprescindível se apropriar de “estruturas de mobilização” preexistentes e partir de redes de relacionamento com outras organizações (ALONSO, 2012). Essas “estruturas de mobilização” oferecem as bases organizacionais que possibilitam a emergência e o processo inicial de estruturação e mobilização de novos movimentos. No contexto da emergência do Movimento LGBT em Pernambuco, é possível identificar a apropriação de uma “estrutura de mobilização” preexistente, a sede e o aparato organizacional do CCFL, para dar forma ao processo de fundação e ao desenvolvimento da ação política do GATHO.

A estrutura do CCFL utilizada inicialmente para as reuniões do Grupo, geralmente realizadas aos sábados, posteriormente tornou-se o endereço oficial para as correspondências enviadas ao GATHO. O Centro também foi um espaço para realização de atividades de grande relevância no processo de emergência do Movimento LGBT no Brasil, a exemplo do EGHON. Realizado entre os dias 19 e 21 de abril de 1981, em Olinda e Recife, o Evento reuniu os seguintes Grupos de militância homossexual com atuação na região nordeste: GATHO de Olinda-Pernambuco, organizador do Encontro; GGB de Salvador-Bahia; Nós Também de João Pessoa-Paraíba; e DIALOGAY de Aracaju-Sergipe.

A ideia de realizar encontros regionais para maior integração dos Grupos Homossexuais então existentes surgiu no evento intitulado “Prévia do II EBHO”, realizado em 6 de dezembro

⁶⁵ O Centro Luiz Freire segue em atividade e em 2022 celebrará seu aniversário de 50 anos. Mais informações sobre a organização podem ser acessadas no seu site: <http://cclf.org.br/>.

de 1980 no Rio de Janeiro. Organizado pelo jornal *Lampião da Esquina* e pelos Grupos da região sudeste, sobretudo do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a *Prévia* contou com a participação de representantes de 15 Grupos de Militância Homossexual em atuação no país⁶⁶, dentre eles alguns membros do GATHO. Seu objetivo principal foi discutir e planejar a realização do II EBHO. Ao final do evento, foi deliberado que a segunda edição do Encontro Brasileiro de Homossexuais seria realizada na Semana Santa do ano seguinte, conforme notícia publicada no Boletim Nº 3 do GATHO⁶⁷. Todavia, uma série de fatores levaram à suspensão da realização do II EBHO e dois Encontros regionais foram realizados no seu lugar, sendo um em São Paulo⁶⁸ e o outro em Olinda/Recife. Com o cancelamento do Encontro Nacional, os militantes pernambucanos assumiram a responsabilidade de organizar um Encontro Regional com Grupos do Nordeste.

A realização do EGHON pelo GATHO em Olinda e Recife indica uma considerável capacidade organizativa do Grupo ao prover toda estrutura necessária para o Encontro que contou com cerca de 60 participantes, entre bissexuais, gays e lésbicas. Indica ainda a centralidade e o protagonismo do GATHO nesse período inicial de estruturação dos Grupos de Militância Homossexual no Nordeste. Ao mesmo tempo em que se tornaram referência, os militantes do Grupo pernambucano também buscaram ampliar suas redes de relacionamento.

A programação do EGHON contou com diversas atividades. Os grupos de debates ocorreram no CCFL, tendo como principais temas: violência e discriminação contra homossexuais; misoginia e sexismo; preconceito entre homens e mulheres homossexuais; e o preconceito contra homossexuais negros. Os participantes também discutiram longamente a respeito da discriminação realizada pelos meios de comunicação, explorando a homossexualidade quase sempre a partir de uma perspectiva preconceituosa e discriminatória (GATHO, 1981a)⁶⁹. O relatório final do encontro indica que as dificuldades enfrentadas pelo GATHO junto aos jornais pernambucanos também eram vivenciadas pelos outros Grupos do Nordeste em seus respectivos estados.

⁶⁶ De acordo com Mendes (2010), a *Prévia* do II EBHO contou com a participação dos seguintes Grupos: SOMOS do Rio de Janeiro/RJ; Auê do Rio de Janeiro/RJ; Bando de Cá de Niterói/RJ; SOMOS de São Paulo/SP; Outra Coisa de São Paulo/SP; EROS de São Paulo/SP; Convergência Socialista de São Paulo/SP, Grupo de Atuação Lésbico-Feminista (GALF) de São Paulo/SP; Terra Maria de São Paulo/SP; Alegria Alegria de São Paulo/SP; Grupo Opção de São Paulo/SP; Liberdade Sexual de Santo André/SP; GGB de Salvador/BA; GATHO de Olinda/PE; Beijo Livre de Brasília/DF; e o Terceiro Ato de Belo Horizonte/MG.

⁶⁷ GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 3, dez., 1980b, Olinda.

⁶⁸ Encontro Paulistano de Grupos Homossexuais (EPGHO), realizado nos dias 25 e 26, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP).

⁶⁹ GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do NE**. GATHO: Olinda, 1981a.

Entre os presentes no EGHON havia a preocupação de ampliar o número de organizações de militância homossexual na região e fortalecer relações com outros movimentos sociais. Vejamos um trecho do Relatório Final do Encontro:

Com o objetivo de ampliar nosso movimento na região conquistar novos espaços para a discussão da questão homossexual, resolvemos incentivar a criação de novos grupos nas demais cidades, ao mesmo tempo buscar um maior entrosamento e ação intergrupala, a edição da revista e promoção de debates e palestras sobre a questão homossexual.

É decisão e interesse do MH Nordeste fortalecer um maior relacionamento com outros grupos organizados, tais como os movimentos feminista, negro, de apoio ao índio, ecológico. Entendemos que a luta destes movimentos estão interligadas, assim como todas as lutas dos grupos oprimidos objetivam a erradicação do preconceito, da discriminação e buscam melhores condições de vida e uma sociedade igualitária. Pretendemos também com isso que a questão homossexual seja discutida e a luta pela liberdade sexual seja encampada por esses grupos, sendo intenção do MH Nordeste abrir um maior espaço de discussão sobre a mulher e o negro (GATHO, 1981a, p.1).

Essas deliberações indicam o interesse dos Grupos do Nordeste em fortalecer o debate sobre os processos de preconceito vivenciados por homossexuais junto a outros Movimentos Sociais, a exemplo do Movimento Feminista e do Movimento Negro. Além da preocupação com as diversas discriminações que um indivíduo pode sofrer em função de marcadores sociais de sexualidade, raça e gênero, o interesse em uma maior aproximação com outros Movimentos também pode ser lido como uma estratégia para ampliar a visibilidade dos debates em torno da homossexualidade em um período em que essa discussão ainda estava restrita a uma parcela bastante reduzida da sociedade.

A plenária de encerramento do EGHON realizada no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) deliberou ainda pela realização de uma segunda edição do Encontro no período da Semana Santa do ano seguinte; a criação da Revista Bichana – Revista do Movimento Homossexual Nordeste; e a participação de todos os Grupos presentes na 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em julho de 1981 na cidade de Salvador, como forma de ampliar a divulgação da organização do Movimento Homossexual no Brasil (GATHO, 1981a).

As propostas de realização de uma segunda edição do EGHON e da criação da Revista Bichana nunca saíram do papel. Por outro lado, a participação na 33ª Reunião Anual da SBPC rendeu grande visibilidade. Em um dos capítulos do Livro “História do Movimento LGBT no Brasil” (GREEN; QUINALHA; CAETANO; FERNANDES, 2018), Luiz Mott, antropólogo, historiador, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e fundador do GGB,

recuperou o documento de celebração do primeiro aniversário do Grupo baiano para retratar as ações da Militância Homossexual na Reunião da SBPC em 1982:

Julho foi aquele arraso na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no Campus da UFBA: rodamos de tal modo a baiana que um jornal de Salvador traduziu SBPC como sendo *Sociedade das Bichas Procurando Cartaz!* Cá estiveram representantes dos grupos Daialogay/Se, Nós Também/Pb, Gatho/Pe, Facção Homossexual da Convergência Socialista/Sp, Grupo de Ação Lésbico-feminista/Sp (Rosely Roth), Somos/Rj, Auê/Rj. O Outra Coisa/Sp mandou-nos telegrama e o Somos/Sp enviou “Carta Aberta à SBPC”. Nossas atividades mereceram reportagem em todos os principais jornais de Norte a Sul inclusive notas e fotos (a cores!) na *Veja, Istoé e Visão*. Fizemos um ato público num circo/auditório, com mais de 1.000 pessoas, com a presença de Abdias Nascimento; a “barraca gay” foi o ponto mais badalado e concorrido de toda a reunião: aí furamos mais de 60 orelhas de homens que aderiram à nova moda introduzida pelos gays estimulando homem também a usar brinco como contestação da rígida divisão dos sexos [...] (MOTT, 2018, p. 215-216, grifos do original).

Planejada no EGHON, a espetacular participação na 32ª Reunião Anual da SBPC atraiu os olhares da imprensa nacional e rendeu considerável visibilidade sobretudo pelo questionamento das normas de gênero. Situação semelhante ocorreu durante o próprio EGHON, quando os participantes do Encontro decidiram realizar uma passeata nas ruas do sítio histórico de Olinda com palavras de ordem nada convencionais para uma manifestação de um Movimento Social. Além de bradar em alto e bom som “gay unido, jamais será vencido!”, um grupo com cerca de 60 bissexuais, gays e lésbicas fez ecoar as seguintes frases pelas ladeiras de Olinda:

Au, au, au, é legal ser homossexual.
Éte, éte, éte, é gostoso ser gilete.
Ado, ado, ado, ser viado não é pecado.
U, u, u, é gostoso dar o cu.
Ona, ona, ona, é legal ser sapatona.
 O coito anal derruba o capital (MACRAE, 2018 [1982], p. 38, grifos do original)⁷⁰.

O EGHON se constituiu como um momento bastante singular no contexto dos primeiros anos do então Movimento Homossexual no nosso país. Em um período em que estava em jogo a própria constituição da identidade do Movimento, o Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste construiu uma agenda política de reivindicações, defendeu a

⁷⁰ Trecho extraído do artigo “Os respeitáveis militantes e as bichas loucas” de autoria de Edward Macrae publicado originalmente em: EULÁLIO, A. (Org.). **Caminhos Cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 99-111. Posteriormente publicado na coletânea: COLLING, L. (Org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: UFBA, 2011. p. 21-35. E mais recentemente publicado na nova edição de MACRAE, E. **A Construção da Igualdade Política e Identidade Homossexual no Brasil da “Abertura”**. Salvador: UFBA, 2018. p. 37-49.

aproximação com outros Movimentos Sociais, deliberou agendas importantes para os anos seguintes, como a participação na 32ª Reunião Anual da SBPC, e aproximou os Grupos de Militância da região, fomentando também a fundação de novas organizações. O encerramento do Encontro ocorreu na famosa Boate *Misty*, com direito a intervenções e manifestações dos militantes no palco do estabelecimento, ampliando a divulgação da luta contra a discriminação contra homossexuais no Nordeste para todos ali presentes.

Responsável pela organização, estrutura (alojamento, alimentação, materiais, etc.), construção da programação de atividades e elaboração do relatório final do EGHON, o GATHO impressionou pela sua capacidade organizativa e de relacionamento com outros Movimentos Sociais, instituições e organizações que colaboraram com o evento, oferecendo a estrutura necessária para sua realização. Através da organização do Encontro de Grupos do Nordeste em Pernambuco, os militantes do GATHO prestaram relevante contribuição para consolidação da formação do Movimento LGBT no Brasil.

Além de sediar boa parte das atividades do EGHON, o prédio do CCFL abrigava diversas atividades realizadas pelo GATHO, sobretudo debates temáticos e reuniões. Entre outubro e novembro de 1980, o Grupo promoveu um intenso debate sobre a experiência homossexual. Novamente se faz necessário recordar que nesse período havia grande predominância dos saberes médicos e jurídicos no debate sobre a homossexualidade. Estudos publicados na década de 1930, que apontavam a experiência homossexual como patológica, ainda subsidiavam as discussões sobre esse tema na imprensa jornalística, em filmes e até mesmo em cursos universitários⁷¹. Nesse contexto, era de grande relevância para o Movimento Homossexual formular uma compreensão a respeito da homossexualidade para se contrapor aos discursos então hegemônicos nesse campo.

O debate promovido pelo GATHO foi sintetizado no texto “Homossexualidade Latente e Consciência Homossexual”, publicado no Boletim Nº 2 do Grupo, sendo um dos destaques na capa do informativo. Sintetizando as discussões que emergiram no debate, o texto chama atenção para o permanente controle realizado pelas instituições sociais sobre a sexualidade: “vimos a família, à escola, a religião, enfim, todo meio ambiente, como células de repressão à nossa sexualidade. Elas nos puxavam as orelhas quando deixávamos transparecer as nossas tendências, pois íamos e vamos de encontro ao célebre conceito de “perpetuação” da espécie”

⁷¹ Ver o capítulo 3 “Controle e cura: reações médico-legais” da obra “Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX”. P. 199-259. (GREEN, 2009 [1990]).

(GATHO, 1980c, p.1, grifos do original)⁷² . Essas reflexões realizadas pelos militantes do GATHO hoje são compreendidas como resultados da operação da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, que agem para deslegitimar, punir e corrigir aqueles que não atendem padrão de sexualidade heterossexual.

Figura 3 - Capa do Boletim Nº 02 do GATHO.



Fonte: Blog do GATHO, 2020.

Os militantes do GATHO mantiveram participação frequente nos debates sobre sexualidade promovidos por outras instituições, sobretudo por universidades. O Boletim Nº 2 do Grupo contou também com um breve relato de um Seminário que ocorreu na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Tendo como título “Psicólogos debatem sobre nós”, o texto evidencia o desconforto dos membros do Grupo com as perguntas feitas pelos participantes do evento:

Na semana de 3 a 7 de novembro, houve na Católica um seminário sobre a questão homossexual. O Gatho falou na quarta-feira com o auditório do Centro Social da Soledade lotado com 400 pessoas. Todos se mantiveram até o fim, fazendo perguntas aos representantes do grupo. Constatamos uma completa ignorância por parte dos “leigos” do que é homossexualismo. Imaginem só toda uma platéia de heteros fazendo perguntas como, por exemplo, qual a diferença entre homossexual, bicha e travesti, ou mesmo se um homossexual trepa com outro homossexual ou ainda o que seria da reprodução da espécie se todos virassem homossexuais. Afinal de contas estávamos diante de um público universitário, e, portanto, supostamente mais esclarecido. Isto só demonstra o quanto é necessário uma atuação homossexual. Outro ponto importante foi o rompimento do bloqueio por parte da

⁷² GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 2, nov., 1980c, Olinda.

grande imprensa em levar a discussão ao grande público. Esperamos que este tenha sido o início de uma discussão aberta (GATHO, 1980c, p. 2, grifos do original).

Situação semelhante ocorreu no Encontro Científico de Estudantes de Medicina (ECEM), realizado na UFPE em julho de 1982 com a presença de 3500 participantes. Na ocasião os militantes do GATHO organizaram uma série de palestras e debates sobre homossexualidade⁷³ e tiveram que responder questionamentos semelhantes aos ocorridos no evento realizado dois anos antes na UNICAP. Indagações incomuns na atualidade, a exemplo da possibilidade de relacionamento sexual entre duas pessoas homossexuais, eram recorrentes nas participações do GATHO em eventos públicos. Apesar do incômodo causado por tais questionamentos, os militantes do Grupo reforçavam a necessidade de ampliação da atuação do Movimento Homossexual para desmistificar essas questões e expandir as discussões sobre a homossexualidade na sociedade.

A militância do GATHO não ficou restrita à realização de eventos formais como encontros, debates e palestras. Eventos culturais que traziam visibilidade à questão homossexual atraíam um público que nem sempre era alcançado através das atividades mais formais. Exemplo disso são as prévias carnavalescas anunciadas na capa do Boletim Nº 4 do Grupo⁷⁴.

Figura 4 - Capa do Boletim Nº 04 do GATHO.



Fonte: Blog do GATHO, 2020.

⁷³ Além do GATHO, o ECEM contou com a presença das seguintes organizações do então Movimento Homossexual: Auê, GGB e Nós Também.

⁷⁴ GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N.4, jan., 1981b, Olinda.

Realizado em 12 de fevereiro de 1981, o primeiro evento foi a noite “Gatho de Bothas” na Boate *Misty*, em Recife. A segunda prévia, denominada de “Gatho e Sapatho”, foi realizada na sexta-feira da semana seguinte (20/02/1981) e teve lugar no Café Teatral Vivencial Diversiones, em Olinda. Há registros também de um bloco carnavalesco criado pelo Grupo, o “Gatho da Madrugada” que desfilou nas ladeiras de Olinda no sábado e na terça-feira do carnaval de 1981 com direito a estandarte, fantasias e até um hino⁷⁵:

Já deu meia noite
 Hoje é carnaval
 Vesti minha fantasia
 De cor e alegria
 Pinte toda tristeza de sombras e purpurinas
 E vou descendo a ladeira
 Vou para praça do povo
 Trazendo Gatho e Sapatho [inaudível]
 Eu sou assim debochado
 Gostoso e degenerado
 Porque de longe meu bem
 Todos os Gathos são [inaudível]
 [...] ⁷⁶

O investimento dos militantes do GATHO na promoção de ações mais lúdicas, no campo da arte, como os eventos no período de carnaval aponta para uma compreensão mais alargada do que deveria ser a militância homossexual por parte do Grupo. Interessante notar a existência de uma certa interlocução, ou no mínimo parceria, entre o GATHO e o Vivencial Diversiones, este último conhecido por seus espetáculos provocantes, questionando os papéis sexuais e de gênero a partir de encenações nada convencionais. Nesse sentido, é possível identificar na experiência do GATHO a dimensão do “ativismo”, nos termos discutidos por Colling (2018). Essa dimensão se confirma ainda mais quando observado o formato dos Boletins publicados pelo Grupo que combinava relatos de reuniões, de promoção de debates e de participação em encontros com poemas, poesias e outros pequenos textos com linguagem poética.

Conexões com estabelecimentos comerciais também ocorreram na trajetória do GATHO. Além da prévia carnavalesca realizada na *Misty* em janeiro de 1981, há registros de outras ações promovidas pelo Grupo na Boate, como a festa de encerramento do EGHON que

⁷⁵ Diário de Pernambuco. **Olinda entra no oitavo dia de carnaval**. Recife, ano 156, n. 58, 28 fev. Carnaval, p. A-11..

⁷⁶ Transcrição realizada do vídeo “Hino do Gatho da Madrugada”, gravado por Jackson Cavalcanti Júnior onde outro integrante do GATHO, Nelson dos Anjos, canta um trecho do hino do bloco: <https://www.youtube.com/watch?v=mwHNFvCGU>.

ocorreu em abril do mesmo ano. No Brasil, o crescimento do Movimento LGBT acompanhou e foi alimentado pelo surgimento de um mercado segmentado com serviços e produtos das mais variadas espécies. Esse processo se deu gradativamente numa transição de espaços de sociabilidade homossexual que já aparecem nos estudos de Guimarães (2004), Perlongher (2008 [1987]) e MaCrae (2018 [1990]) - realizados nos anos 1970/1980 -, para estabelecimentos de consumo e comércio na virada dos 1990/2000, conforme foi verificado por Facchini, França e Braz (2014) em um levantamento acerca da produção acadêmica dentro do campo de estudos antropológicos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado.

Ainda no contexto das prévias carnavalescas organizadas pelo Grupo pernambucano chama atenção o nome dado ao evento realizado junto ao Vivencial Diversiones, o “Gatho e Sapatho”, numa explícita referência a homossexualidade feminina. Isso porque o GATHO era composto por homens homossexuais, não existindo registro de mulheres lésbicas, bissexuais ou travestis entre o quadro de membros da organização. Os fatores que levaram a essa presença exclusiva de homens no Grupo ainda não foram explorados e podem ser objeto de futuras investigações. Apesar da ausência de mulheres entre os integrantes do GATHO, havia uma aproximação com o Movimento Feminista conforme registro do Boletim Nº 2 que noticiou a realização de um “Debate Aberto sobre Sexualidade”, em novembro de 1980, promovido pelo Grupo e as organizações feministas “Ação Mulher, Brasil Mulher e Mulher do Nordeste” (GATHO, 1980c, p. 3). Em um período onde o número de Grupo Homossexuais era limitado, o processo de aproximação com outros Movimentos Sociais (Feminista, Negro, Estudantil, etc.) possibilitou a ampliação da visibilidade das lutas contra discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero.

Nessa direção, também havia iniciativas por parte dos militantes do GATHO em estabelecer maior integração entre as organizações do Movimento Homossexual. Além de organizar o EGHON, o Grupo pernambucano participou de reuniões e encontros do MHB em diferentes estados, dentre eles: Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Buscando ampliar sua agenda de interlocutores, houve um investimento na troca de correspondências com militantes de outros países.

Além da correspondência nacional, o GATHO está mantendo vastos contatos com grupos internacionais de homossexuais, entre eles, o NVIH-COC de Amsterdam, o Jornal “Le Gai Pied” da França, o CUARH, também da França e o Grupo “Paz y Liberacion” de Hollywood, com trocas de informações a todos os níveis (GATHO, 1981b, p.2, grifos do original)⁷⁷.

⁷⁷ GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 3, dez., 1981b, Olinda.

Por intermédio do GATHO, Pernambuco foi um dos estados que recebeu, em setembro de 1981, a visita do dinamarquês Tjerk Van Den Berg, membro do *Landsforeningen for Bøsser og Lesbiske, Forbundet af 1948*, um Grupo de Militância Homossexual da Dinamarca conhecido por “*Forbundet af 1948*”⁷⁸. Tjerk veio acompanhar de perto a situação dos homossexuais brasileiros no contexto do processo de abertura democrática e as dificuldades enfrentadas⁷⁹. No mês de julho de 1985, o GATHO recebeu a visita de outro militante do exterior. Dessa vez, o Grupo recepcionou em sua sede o norte-americano Winston Leyland⁸⁰, então Presidente da *International Gay Association*, atualmente denominada pela sigla ILGA WORLD⁸¹. A presença de lideranças do Movimento Homossexual Internacional em Pernambuco ao longo da década de 1980 é outro indicativo da relevância do GATHO na militância brasileira da época e da solidez de suas conexões e intercâmbio de informações com organizações de outros países.

Os militantes do GATHO privilegiaram ainda uma permanente troca de correspondências com organizações que construía a Militância Homossexual em diversos estados brasileiros. Esse diálogo resultou em um processo de mútua influência tendo o Grupo pernambucano inspirado algumas ações e, ao mesmo tempo, tomado decisões a partir do relato das experiências de outras organizações. A adoção de medidas para o registro formal do GATHO é resultado disso. Observando as experiências do GGB e do Grupo Triângulo Rosa, os militantes pernambucanos iniciaram os trabalhos de oficialização do GATHO enquanto pessoa jurídica. Conforme apontam Simões e Facchini (2009), no Brasil, o GGB foi pioneiro ao obter o registro como sociedade civil sem fins lucrativos na condição de agremiação de homossexuais, em janeiro de 1983. Cerca de dois anos depois, em fevereiro de 1985, o Grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro também obteve a concretização do seu registro. Caminhando nessa mesma direção, o GATHO realizou uma série de reuniões para construção do seu Estatuto, algumas delas divulgadas pela imprensa local⁸².

⁷⁸ Atualmente denominada “*LGBT Danmark - Landsforeningen para bøsser, lesbiske, biseksuelle og transpersoner*” (LGBT Dinamarca - Organização Nacional Dinamarquesa para Lésbicas, Gays Bissexuais e Pessoas Trans), a associação foi fundada em 1948. Sua denominação atual está em uso desde novembro de 2009.

⁷⁹ Fonte: Diário de Pernambuco. **Gay internacional vem para debate hoje no Varadouro**. Recife, ano 156, n. 147, 12 set. 1981, Geral, p. A-7.

⁸⁰ Fonte: CRAVEIRO, Paulo Fernando. **Ativismo Gay**. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 191, 13 jul. 1985, Opinião, p. A-7.

⁸¹ Fundada em 1978, atualmente possui a seguinte denominação Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexos (ILGA WORD). Para mais informações, ver: <https://ilga.org/>.

⁸² “A quem interessar possa: reúne-se hoje à noite no Centro Luiz Freire de Olinda, o Grupo de Atuação Homossexual. Na pauta dos debates estão os estatutos da instituição”. Fonte: CRAVEIRO, Paulo Fernando. **GATHO**. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 157, 09 jun. 1985, Opinião, p. A-11.

Figura 5 - Publicação do Extrato do Estatuto do GATHO no Diário Oficial de Pernambuco

Sábado, 09
DIÁRIO OFICIAL
Novembro de 1985

Grupo de Atuação Homossexual – GATHO

EXTRATO DO ESTATUTO DO GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL-GATHO

O Grupo de Atuação Homossexual-GATHO, é uma associação civil sem fins lucrativos, sendo indeterminado seu tempo de duração. A Associação objetiva: a proteção em nosso país, dos direitos e liberdades individuais dos homossexuais, como de outros segmentos da Sociedade injustamente discriminados; e apoiar juridicamente os homossexuais. O Grupo tem sede e foro na Cidade de Olinda, e reúne-se provisoriamente à rua 27 de janeiro, 181, carmo; O ingresso de novos sócios se dará mediante apresentação por um membro da Associação, e aceitação por parte da Assembléia Geral Extraordinária, sendo para tanto indispensável: mínimo de 18 (dezoito) anos de idade; A Diretoria será composta de Presidente, Secretário e tesoureiro, eleitos em Assembléia Geral, com mandato de 12 meses. Compete ao Presidente: representar, ativa e passivamente, a Associação. Compete ao Tesoureiro: guarda e investimento de fundos; escrituração contábil. Compete ao Secretário: contatos com entidades e imprensa. A Assembléia Geral é o órgão supremo de deliberação da Associação e será composta por todos os sócios, devendo se reunir uma vez por ano ou quando convocado por um quinto dos seus sócios. A decisão de dissolução do Grupo será tomada por dois terços dos sócios, caso em que seus bens serão doados a Instituições sem fins lucrativos de PE, registradas no CNSS. O Estatuto só será modificado ou reformado em Assembléia Geral Extraordinária para este fim convocada. Os cargos eletivos da Associação serão exercidos gratuitamente. Os sócios não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da Associação. Olinda 16 de Agosto de 1985. Presidente: JACKSON CAVALCANTI JUNIOR, Identidade nº 1.359.241-SSP/PE. (126972)

Página 22.

Fonte: Blog do GATHO, 2020.

Após uma série de debates e impasses entre os membros do Grupo, o extrato do Estatuto do GATHO foi publicado no Diário Oficial de Pernambuco na data de 09 de novembro de 1985 (Figura 4). Tendo a sua diretoria composta pelos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro, sede registrada no endereço do CCFL, na cidade de Olinda, o extrato do Estatuto foi assinado pelo Militante Jackson Cavalcanti Júnior⁸³ na condição de Presidente do Grupo, formalizando-o enquanto uma associação civil sem fins lucrativos. O processo de registro provocou algumas tensões internas no GATHO que a partir do final de 1985, com a sua formalização, passou a se reunir em períodos irregulares, tendo seus militantes se dispersado totalmente no início dos anos 1990. Apesar de ser afetado por um grande esvaziamento no número de militantes, o período pós-registro do Grupo foi marcado por iniciativas importantes, inclusive de interações com o Estado e a Política Institucional. É justamente a respeito dessa questão que trata a terceira e última seção deste capítulo, a seguir.

⁸³ A construção do Estatuto do GATHO contou com a colaboração do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), através do advogado Jayme Benvenuto Lima Júnior. O GAJOP é uma entidade da sociedade civil, criada em 1981. Tem como missão institucional “Defender e promover os Direitos Humanos, com foco no Acesso à Justiça e Segurança, em especial, dos segmentos socialmente vulneráveis, através da Educação em Direitos Humanos, do Controle Social e do Monitoramento de Políticas Públicas, visando à construção de uma sociedade digna, justa e democrática”. Para mais informações ver: <https://gajop.org/sobre-o-gajop/>.

3.3 Início das Interações com o Estado e a Política Institucional

Antes mesmo do surgimento do GATHO, homossexualidade e política institucional já eram pauta de debates em Pernambuco. Nas eleições gerais de 1978, ainda sob amplo controle militar, um candidato a deputado federal chamou atenção dos setores mais conservadores da sociedade pernambucana. Com discursos de combate à discriminação, Baiardo de Andrade Lima candidatou-se pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com o objetivo de representar o estado de Pernambuco na Câmara Federal. Indignado com a expressa defesa do “movimento gay”, realizada pelo então candidato, um leitor enviou uma carta ao jornal do *Commercio* que foi publicada na edição de 2 de novembro de 1978⁸⁴, alguns dias antes do pleito eleitoral, realizado no dia 15 de novembro do mesmo ano. Vejamos um trecho da carta:

Falo do candidato a deputado federal Baiardo de Andrade Lima. É claro que este cidadão não deve se eleger. Todavia, mais claro ainda está que ele, de maneira desumana se apresenta como incentivador festivo de um problema muito sério que é o homossexualismo, apresentando-se como defensor de movimento “gay” (denominação dada agora a homossexual).
Esse tipo de movimento (creio inclusive ser sem nenhuma convicção por parte do seu novo líder) é simplesmente estarrecedor.
É submeter ao ridículo uma comunidade que mais merece assistência médica e psicológica do que propriamente alguém que, mesmo de gozação, isso é o que o tal Baiardo faz, agrave o problema. (MAGALHÃES apud SILVA, 2011, p. 198-199).

A associação entre homossexualidade e patologia é evidente. Para o autor da carta publicada no jornal do *Commercio*, a ideia de organização política de homossexuais a partir de um Movimento Social era estarrecidora justamente porque tais sujeitos deveriam receber assistência médica para conter seus “desejos impróprios”. O exercício da livre sexualidade entre pessoas do mesmo sexo, ou o “homossexualismo” nas palavras do missivista, aparece como transtorno e desvio, não havendo assim qualquer justificativa para a defesa de tal condição.

Além das reações em oposição expressas na carta, outros elementos carecem ser problematizados nessa experiência. A candidatura de Baiardo Lima pelo MDB pode ser considerada pioneira ao trazer o debate em torno da homossexualidade e do combate à discriminação para o processo eleitoral no Brasil. Embora houvesse progressiva ampliação dos espaços de sociabilidade frequentados por homossexuais na década de 1970 em Recife, a discussão a respeito da organização de um Movimento Homossexual ainda era bastante incipiente. No ano em que Baiardo Lima lançou sua candidatura, havia apenas uma organização que atuava em defesa do respeito à homossexualidade, o Grupo Somos de São Paulo, localizado

⁸⁴ Julio Magalhães, Gay, *Jornal do Comercio*, Recife, quinta-feira, 02/11/1978, Caderno I, p. 02.

na região sudeste. Não se sabe ao certo como o então candidato teve acesso aos discursos da organização política de homossexuais. Mas é possível afirmar que sua candidatura foi bastante inovadora para aquele contexto histórico.

Nas eleições de 1978, a política brasileira ainda era formatada pelo bipartidarismo instituído pelo regime militar. Apenas dois partidos eram elegíveis. O MDB reunia amplos setores da oposição ao governo militar. Já a ARENA, congregava políticos que estavam alinhados aos militares. Nessa configuração, uma candidatura que apresentasse a defesa do Movimento Homossexual só poderia existir no âmbito do MDB, embora o partido também não tivesse a defesa do combate à discriminação contra homossexuais como uma de suas agendas oficiais.

A relação entre ativistas homossexuais e política institucional no Brasil remonta a década de 1960. De acordo com De La Dehesa (2010), grupos estudantis e organizações da luta armada contra a ditadura civil-militar funcionaram como “porta de entrada”. Todavia, essa relação só vai se consolidar com a aprovação da lei orgânica dos partidos políticos, lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que extinguiu o bipartidarismo no Brasil, possibilitando a fundação e/ou legalização de diversas agremiações partidárias. Nesse contexto, muitos ativistas homossexuais contribuíram com o processo de fundação do PT em 1980, filiaram-se oficialmente ao partido e participaram das eleições de 1982 na condição de candidatos (CRUZ, 2015; SANTOS, 2016). Assim, a literatura acadêmica que discute as conexões entre Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil⁸⁵ vem apontando para a consolidação dessa relação a partir da fundação do PT, não havendo grandes ligações de ativistas do então Movimento Homossexual com o MDB, partido pelo qual Baiardo Lima foi candidato em 1978.

Uma década após essa primeira experiência eleitoral que aproximou o debate em torno da homossexualidade da política institucional, Josenita Duda Caríaco⁸⁶, militante precussora na organização política do movimento de lésbicas em Pernambuco, candidatou-se ao cargo de vereadora no município de Camaragibe nas eleições de 1988. Conhecida também como Nita ou Jô de Camaragibe, organizava a “Noite da Metamorfose” na sua residência desde o final dos anos 1970. O evento reunia homens e mulheres homossexuais, proporcionando um espaço de

⁸⁵ Um ensaio de autoria de Cleyton Feitosa apresenta um rico levantamento das conexões entre Movimento LGBT e Partidos Políticos no Brasil. Para compreender melhor essa discussão deve-se consultar o trabalho intitulado “Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisa” (FEITOSA, 2017a).

⁸⁶ Reconhecida como importante liderança popular no seu município, Josenita foi homenageada na “2ª Periférica - Mostra de Cinema de Camaragibe”. O vídeo em homenagem a sua trajetória pode ser conferido em: <https://www.youtube.com/watch?v=exN72W-Qlfw>.

discussões e trocas de experiências que resultou na fundação de uma organização de militância no início dos anos 1990, o AMHOR.

Engajada também com os Movimentos Negros e Feministas, sendo peça central na articulação dessas lutas em Pernambuco, Josenita Ciríaco mantinha participação ativa no PT, tendo atuado na fundação do partido. Reconhecida como militante lésbica com relevante potencial político na época, levou as agendas de feministas, de igualdade racial e de combate à discriminação sexual para o debate eleitoral. Ao final do pleito, obteve 197 votos, sendo a candidata mais votada entre os petistas no município⁸⁷. Apesar do expressivo resultado, não conseguiu ser eleita em razão do partido não ter alcançado quociente eleitoral mínimo para eleição de um representante na Câmara Municipal de Camaragibe.

As interações de militantes homossexuais em Pernambuco com partidos políticos entre o fim da década de 1970 e ao longo da década de 1980 revelam o interesse pela política institucional, observando esse espaço como um lócus privilegiado para o combate à discriminação e a conquista de direitos. As experiências das candidaturas de Baiardo Lima e Josenita Caríaco vão na direção contrária de uma certa compreensão já consolidada pela literatura que se debruça sobre a atuação do Movimento Homossexual nesse período. Tomando as publicações de MacRae (2018 [1990]), Facchini (2005) e Simões e Facchini (2009) como referências, as interações entre militância homossexual e política institucional adquiriram maior relevância a partir do engajamento dos Grupos na Assembleia Nacional Constituinte, com vistas à inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual na nova Carta Magna. Embora não neguem a existência de interações pontuais antes da Constituinte, esses trabalhos afirmam que é somente com o processo redemocratização, a criação de políticas de enfrentamento à AIDS e abertura de alguns espaços de participação social na década de 1990 que o Movimento passa a estabelecer interações de modo mais sistemático com a política institucional e o Estado.

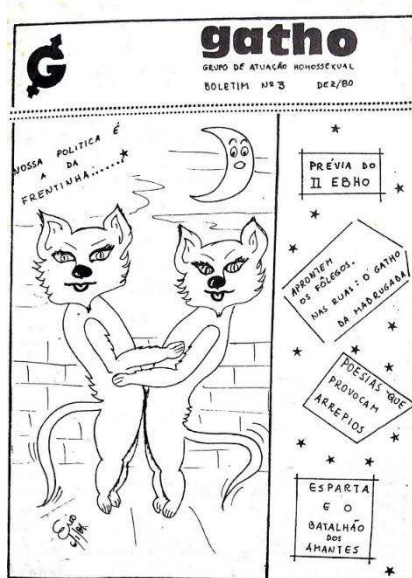
Na direção do que Cruz (2015) apontou, essa perspectiva vem sendo questionada por algumas investigações que indicam interações de militantes homossexuais e partidos de esquerda já em um período anterior ao processo de redemocratização do país (GREEN, 2012; GREEN e QUINALHA, 2014; DE LA DEHESA, 2010). Avançando nessa argumentação, a partir das evidências empíricas pontuadas acima na experiência do Movimento Homossexual em Pernambuco, a caracterização de uma relação de tensão e afastamento entre esse Movimento e a política institucional (MACRAE, 2018 [1990]; FACCHINI, 2005; SIMÕES e FACCHINI, 2009) parece mais ser uma questão inerente ao Grupo Somos de São Paulo que um quadro mais

⁸⁷ A chapa do PT foi composta por 12 candidatos ao cargo de vereador no município de Camaragibe nas eleições de 1988. Fonte: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1988/candidatos-1988>.

geral do período inicial de atuação do Movimento LGBT no Brasil. Essa compreensão pode ser ainda mais confirmada quando observada as interações do GATHO com a política institucional e o Estado.

Pouco mais de um ano após sua fundação, o GATHO participou da convenção regional do PT de Pernambuco. A participação ficou registrada em um texto publicado na edição do jornal Diário de Pernambuco de 29 de dezembro de 1981⁸⁸. Descrevendo o evento partidário, a reportagem registrou: “até a presença de um “grupo de atuação homossexual” que foi levar solidariedade ao Partido dos Trabalhadores”. O grupo citado pela matéria trata-se do GATHO e o comparecimento de seus militantes ao evento indica relação de proximidade ideológica com o PT.

Figura 6 - Capa do Boletim Nº 03 do GATHO



Fonte: Blog do GATHO, 2020.

O debate a respeito da relação da militância homossexual com a política institucional ganhou espaço no Boletim Nº 3 do GATHO (Figura 6). Destaque na capa da publicação, o título “Nossa política é a da frentinha”, aparece logo na parte superior esquerda, acima de uma ilustração. Na segunda página do Boletim, um texto esclarece que o GATHO não pretendia apoiar especificamente nenhum partido político nas eleições de 1982 e faz a seguinte ressalva: “entretanto o nosso movimento é político por natureza, pois batalhamos contra a discriminação e repressão que sofremos e vamos de encontro a uma ordem social que nos prejudica” (GATHO,

⁸⁸ RIBEIRO, José Adalberto. Festiva. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 157, n. 351, 29 dez. 1981. Política, p. A-2.

1980b, p.2)⁸⁹. Analisando especificamente esse texto, o Grupo parece compreender que a participação da militância homossexual na política institucional não significa a adesão voluntária a determinado partido político.

Marcando esse posicionamento nas eleições de 1982, a militância do GATHO buscou identificar candidatos dispostos a defender as agendas de reivindicação do então Movimento Homossexual nas cidades de Recife e Olinda. Apesar de não ter obtido êxito na capital pernambucana, o Grupo se aproximou do candidato Fernando Gondim da Mota (MDB) em Olinda. Deficiente físico, Fernando Gondim, como era conhecido, fez de sua campanha um espaço para defesa de grupos vulnerabilizados e discriminados. Além de denunciar o preconceito contra homossexuais e pessoas com deficiência, a campanha também fez coro às críticas ao Regime Militar, reivindicando o reestabelecimento da democracia. Fernando Gondim foi o candidato mais votado do município de Olinda, sendo eleito para seu primeiro mandato de vereador em 1982.

Assim, além de ter participado de eventos do PT, o GATHO manteve interações com políticos de outros partidos. Um exemplo disso é a relação do Grupo com o então Vereador de Olinda, Fernando Gondim (MDB). No ano de 1983, a Câmara Municipal do município aprovou uma Moção de Repúdio ao Código 302.0 da CID/OMS também adotado no Brasil pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que determinava a homossexualidade enquanto um “Desvio e Transtorno Sexual”⁹⁰. A apresentação da Moção ocorreu por iniciativa do Vereador Fernando Gondim (MDB), a partir das interações estabelecidas pelo GATHO.

Desde a 1ª edição do Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), realizado nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1980, as primeiras organizações brasileiras do então Movimento Homossexual vinham discutindo ações para pressionar os organismos de saúde pela extinção do Código 302.0 que na prática classificava a homossexualidade como patologia (MACRAE (2018 [1990])). Em 1981, a partir de uma iniciativa do GGB, teve início a realização de uma campanha⁹¹ pela retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais do INAMPS. Após uma intensa mobilização que reuniu milhares de assinaturas e contou com o apoio de

⁸⁹ GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. Boletim Informativo do GATHO. N. 3, dez., 1980c, Olinda.

⁹⁰ Informação extraída do discurso de Jackson Cavalcanti Júnior disponível no site do Fórum LGBT de Pernambuco: <http://flgbtpe.blogspot.com/2010/07/discurso-de-jackson-cavalcanti-junior.html>.

⁹¹ Embora a realização de uma campanha desse tipo já tivesse sido deliberada no 1º EGHO, 1º EBHO e nas prévias do 2º EGHO, o GGB foi o grupo responsável por concretizar a proposta (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

personalidades importantes da época⁹², o INAMPS retirou a homossexualidade da sua classificação de doenças em 1985⁹³. No mesmo ano, o GGB juntamente com o Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, lideraram uma nova mobilização, desta vez para a inclusão da proibição de discriminação de “orientação sexual” no novo texto constitucional que seria promulgado em 1988.

Dentro desse debate, os militantes pernambucanos obtiveram conquistas importantes. Representantes do GATHO já vinham participando de encontros regionais e nacionais das organizações homossexuais desde o ano da fundação do Grupo e assim se mantiveram ao longo da década de 1980. Tendo presença frequente em boa parte desses eventos, a militância do GATHO estava inserida nas discussões que possibilitaram a realização de duas grandes campanhas do MHB nesse período: (i) extinção do código 302.0 e (ii) aprovação da proibição da discriminação por orientação sexual na Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, é possível constatar a importância central da aproximação do GATHO com o Vereador Fernando Gondim (MDB). Além da Moção de Repúdio ao Código 302.0, aprovada em 1983, o mesmo Vereador também foi responsável pela emenda que incluiu a proibição da discriminação por orientação sexual na Lei Orgânica do município de Olinda, aprovada no ano de 1990.

As conquistas obtidas pela militância do GATHO evidenciam os resultados dos repertórios de interação estabelecidos pelo Grupo com o Estado, nesse caso específico através do Poder Legislativo. Para Abers, Serafim e Tatagiba (2014), essa interação compreende uma rotina denominada de “política de proximidade”. Nas palavras das autoras:

Essa forma de interação Estado-sociedade funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e sociedade civil. Atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos. [...] Os militantes frequentemente avançam suas bandeiras e objetivos através de negociação direta com tomadores de decisão, tanto no Legislativo quanto no Executivo. [...] O recurso mobilizado pelos ativistas, neste caso, é sua posição como interlocutor reconhecido. No entanto, as razões pelas quais eles são capazes de “falar diretamente” com autoridades públicas podem variar substancialmente, envolvendo laços pessoais e até o *status* da organização a qual pertencem (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 332-333, grifos do original).

Considerando o ano de aprovação de cada uma das matérias com as reivindicações do Movimento Homossexual na Câmara Municipal de Olinda, nota-se que a rotina da “política de

⁹² Destaca-se o apoio de algumas lideranças políticas dos anos 1980 como Franco Montoro, Ulisses Guimarães e Darcy Ribeiro.

⁹³ Em 09 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) tornou a classificação do Código 302.0 sem efeito no Brasil.

proximidade” estabelecida pelo GATHO junto ao Vereador Fernando Gondim (MDB) se deu em um período de longo prazo. A aprovação da Moção de Repúdio ocorreu em 1983, enquanto que a definição da proibição da discriminação por orientação sexual no Art. 7º da Lei Orgânica Municipal foi aprovada em 1990. Nesse período, a militância do GATHO manteve essas agendas em discussão. O colunista Paulo Fernando Craveiro do jornal Diário de Pernambuco noticiou a realização de uma reunião do Grupo, no início de maio de 1985, em que a Assembleia Nacional Constituinte foi o principal ponto de pauta⁹⁴. O mesmo colunista, publicou o seguinte texto na edição do Diário de Pernambuco de 27 de julho de 1986⁹⁵:

Orientação Sexual

O Grupo de Atuação Homossexual de Pernambuco enviou ofício ao presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos de Melo Franco, no sentido de reafirmar a não discriminação do cidadão pela cor, pelo credo, pela raça e pela “orientação sexual”.

O ponto básico é este:

- o grupo defende a expressão orientação sexual;
- Para ele o que melhor qualifica o conjunto da hetero-homo-bissexualidade (CRAVEIRO, 1986, p. A-7).

A matéria revela participação ativa do GATHO na campanha pela inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual na Constituição Federal. Iniciada em 1985 sob liderança do GGB e do Grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, a campanha contou com a colaboração de outras organizações do MHB na segunda metade da década de 1980, a exemplo do GATHO. O Grupo Pernambuco mantinha regular troca de correspondências com Luiz Mott, líder do grupo baiano, e com João Antonio Mascarenhas, principal liderança do grupo carioca. Este último foi um grande entusiasta da campanha junto à Assembleia Constituinte, posteriormente incentivando a inserção de militantes homossexuais nos debates de elaboração de diversas constituições estaduais e de leis orgânicas municipais.

Analisando a trajetória do Triângulo Rosa, Cristina Câmara (2002) verificou o protagonismo do grupo na inserção do Movimento LGBT no cenário político brasileiro, sobretudo junto ao Poder Legislativo, durante os anos 1980. Ainda segundo a autora, nesse contexto o Triângulo Rosa também realizou um grande esforço para legitimação do conceito “orientação sexual” em detrimento da expressão “opção sexual”, de recorrente uso até então.

⁹⁴ CRAVEIRO, Paulo Fernando. Coluna do meio. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 120, 03 mai., 1985. Opinião, p. A-7.

⁹⁵ CRAVEIRO, Paulo Fernando. São 10% do mundo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 161, n. 253, 13 set. 1986. Opinião, p. A-7.

Em plena ascensão do número de novas infecções por HIV entre homossexuais e travestis⁹⁶, João Antonio Mascarenhas, então diretor de comunicação do Triângulo Rosa, discursou na Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, bem como na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da Assembleia Nacional Constituinte, nos meses de abril e maio de 1987. Apesar de toda articulação realizada, a proposta de proibição da discriminação por “orientação sexual” perdeu força nas próprias subcomissões e foi definitivamente derrotada no Plenário da Assembleia, em 28 de janeiro de 1988. Uma nova tentativa de aprovação foi feita na Revisão Constitucional de 1994, sofrendo derrota mais uma vez (SANTOS, 2018).

Embora a campanha não tenha obtido sucesso e a proposta rejeitada, a presença de um ativista homossexual no Congresso Nacional foi considerada uma conquista para a militância da época. Além das exposições de Mascarenhas, a discussão sobre a proibição de discriminação por “orientação sexual” também se fez presente nas intervenções de diversos deputados constituintes, com destaque para José Genuíno e Benedita da Silva, ambos filiados ao PT. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o debate seguiu nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais, resultando em algumas importantes vitórias, a exemplo da Lei Orgânica Municipal de Olinda, em decorrência das interações estabelecidas pelo Grupo pernambucano com o Legislativo local.

Após a conquista na Lei Orgânica de Olinda, o GATHO passou por um processo de desarticulação. Tendo baixa participação dos integrantes desde meados de 1985, tornou-se difícil manter suas atividades. Alguns de seus ex-membros mantiveram algum nível de ligação com a militância homossexual. Todavia, o Grupo enquanto organização desintegrou-se totalmente em 1990.

A trajetória da Movimento Homossexual em Pernambuco entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1990 aponta para relativa proximidade com partidos políticos como o MDB e o PT. As candidaturas de Baiardo Lima e Josenita Ciríaco buscaram inserir a agenda de combate à discriminação no debate eleitoral e nas casas legislativas. A militância organizada no GATHO, por sua vez, também estabeleceu interações com partidos políticos, obteve acesso junto a agentes estratégicos no Estado e conquistou aprovação de legislação estabelecendo a proibição da discriminação por orientação sexual em Olinda.

⁹⁶ A epidemia de AIDS decorrente da infecção pelo vírus do HIV acabou sendo convertida em mais um dispositivo de controle do exercício da sexualidade entre pessoas do mesmo sexo. Em função de algumas vulnerabilidades que a atravessam, a comunidade homossexual foi fortemente impactada pela doença. Esse contexto impactou decisivamente o processo de organização e as agendas do Movimento LGBT, conforme será melhor detalhado nas seções 4 e 5.

A experiência do GATHO pode ter influenciado a atuação de outras organizações do Movimento LGBT que surgiram em Pernambuco nas décadas seguintes. Como poderá ser melhor compreendido no próximo capítulo, através do mapeamento realizado, muitas dessas organizações mantiveram constante proximidade com partidos políticos e com representantes do Estado que lhes conferiram acesso a espaços estratégicos para apresentação de suas agendas.

4. MAPEANDO AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO LGBT EM PERNAMBUCO

[...]

Que eu me organizando posso desorganizar

Que eu desorganizando posso me organizar

Que eu me organizando posso desorganizar

[...]

Letra de Da Lama ao Caos. Chico Science, 1994.

Considerando o marco temporal de 1980 a 2020, foi possível identificar a existência de um conjunto significativamente amplo de organizações no estado de Pernambuco que tinham como objetivo central o combate à discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero. Com vistas a tornar a investigação exequível dentro do prazo estabelecido pela universidade, privilegiou-se neste mapeamento as experiências das principais organizações que mantiveram interações com o Estado, conforme previsto pelo segundo objetivo específico da pesquisa. Tal levantamento se revelou necessário considerando o lugar fundamental da dimensão histórica na análise dos repertórios, presente desde a formulação do conceito elaborado por Tilly.

O mapeamento dos principais Grupos de militância e a produção de memórias a respeito do Movimento LGBT em Pernambuco se coaduna com a perspectiva teórica abraçada pelo estudo, já apresentada no primeiro capítulo (seção 2). A análise dos repertórios de interação dispostos no próximo capítulo (seção 5), só poderia ser realizada precedida de uma observação histórica da trajetória das lutas por respeito à diversidade sexual e de gênero tocada pelos Grupos organizados.

A produção de memórias do Movimento LGBT em Pernambuco, presente neste capítulo, foi possível a partir de um cuidadoso e paciente trabalho de sistematização de fontes primárias. Relatórios, boletins, imagens, publicações em sites e redes sociais dos Grupos de militância, documentos produzidos pelo Estado e o material obtido com a realização de entrevistas com lideranças do Movimento, compuseram um valioso acervo de informações. Quando necessário, as fontes primárias foram associadas ao material disponível em fontes secundárias, especialmente, estudos realizados anteriormente por diferentes pesquisadores.

A partir do material sistematizado, também foi possível identificar características gerais

em cada uma das décadas situadas na delimitação temporal do estudo. O período que vai de 1980 até 1990, é marcado fortemente pela experiência do GATHO. Entre 1991 e 2000, há uma concentração de esforços em torno do enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS e o surgimento de novos Grupos de militância. Já o período que compreende de 2001 até o ano de 2010 se caracteriza pelo surgimento do Movimento Leões do Norte que inaugura uma nova perspectiva de militância. A partir de 2001 há uma considerável ampliação da visibilidade da diversidade sexual e de gênero com a realização de paradas da diversidade, fundação de Fórum LGBT de Pernambuco e criação de organismos de políticas públicas LGBT na Prefeitura da capital e no Governo Estadual. Finalmente, entre 2011 e 2020 ocorre um processo de crescimento da organização política e visibilidade de pessoas trans, maior articulação das experiências de ativismo em municípios localizados nas regiões interioranas com a fundação da Rede LGBT do Interior de Pernambuco e a consolidação de uma estratégia de militância que concentra seus esforços na responsabilização do Estado.

Além das características gerais pontuadas acima, cada uma das décadas mencionadas também foi permeada por um conjunto de conflitos entre as organizações do Movimento LGBT pernambucano tendo em vista seus interesses nos processos de reivindicação de direitos. Eventualmente, tais conflitos foram responsáveis por afastar lideranças da militância e até mesmo por desarticular algumas organizações. Todavia, as disputas e os conflitos travados ao longo das últimas quatro décadas também resultaram na criação de novos Grupos, ampliação do volume de ações realizadas e das articulações com outros movimentos sociais, resultando em um progressivo crescimento da visibilidade do Movimento. Vejamos um detalhamento maior de tais processos no mapeamento a seguir.

4.1 1980-1990: a vibrante experiência do GATHO

Conforme apresentado no Capítulo 2, o GATHO surgiu em meados de maio de 1980 e desarticulou-se por completo por volta no ano de 1990. Ao longo desse período, fomentou a discussão em torno da homossexualidade e do combate à discriminação a partir de um conjunto bastante diversificado de ações. Nesse contexto, o investimento nos processos de comunicação chama atenção.

Opondo-se à maneira jocosa pela qual os veículos de comunicação, sobretudo os jornais impressos, abordavam a homossexualidade nas suas reportagens diárias, o Grupo escreveu uma série de cartas com críticas às redações jornalísticas. Embora quase sempre fossem ignorados, os militantes do GATHO fizeram um considerável investimento nessa estratégia. É relevante

recuperar que uma das motivações para o surgimento do Grupo foi justamente o sentimento de indignação com tal abordagem depreciativa da homossexualidade nos jornais pernambucanos no final da década de 1970.

Ainda no que diz respeito às estratégias de comunicação, o GATHO produzia um boletim informativo que sintetiza suas principais ações e que era distribuído entre os participantes das reuniões e pessoas interessadas em ingressar na militância homossexual. As edições do informativo chegaram a ser enviadas para Grupos de outras regiões do país. Num contexto em que a internet ainda não existia do modo como a conhecemos na atualidade, os militantes pernambucanos conseguiram, através do envio e recebimento de correspondências via correios, compartilhar suas ações com outros Grupos sediados em diferentes estados do país.

Figura 7 - Boletim Especial do GATHO, sem data.



Fonte: Blog do GATHO, 2020.

Frequentemente, o envio de correspondências resultava no recebimento de respostas com materiais e informações de outras organizações do então Movimento Homossexual Brasileiro. Além disso, o GATHO também mantinha diálogo com organizações de outros países, a exemplo da Holanda, França e Estados Unidos. O material recebido alimentava as discussões do grupo pernambucano, contribuindo para o estabelecimento de uma maior sintonia com as experiências de grupos de outras localidades, sem desconsiderar as principais demandas da realidade na qual estavam inseridos.

No contexto de surgimento do Movimento LGBT no Brasil, a realização de encontros de caráter nacional e regional foi condição elementar para organização e construção de uma identidade política da militância que, à época, lutava por liberação sexual e combate à discriminação. Encontros realizados ao longo da década de 1980 funcionaram não só para construção de uma agenda em comum, mas necessariamente para própria constituição do Movimento. Nesse processo, é possível identificar a importância do GATHO não apenas enquanto Grupo organizado que enviou representantes para atividades e eventos em outros estados, mas também como protagonista na construção do Movimento, buscando fomentar a articulação local das organizações sediadas no Nordeste através da realização de um encontro regional no ano de 1981. Há registros de participações de militantes pernambucanos vinculados ao GATHO em encontros, reuniões e outros eventos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba e Sergipe.

No período carnavalesco, festa e militância se misturavam resultando na organização de atividades inesperadas e criativas. Ainda no período pré-carnaval, o Grupo organizou as prévias “Gatho de Bothas” na Boate Misty, em Recife; e a “Gatho e Sapatho” no Café Teatral Vivencial Diversiones, em Olinda. Durante a festa propriamente dita, o bloco “Gatho da Madrugada”, cujo nome faz um trocadilho com o grandioso bloco pernambucano “Galo da Madrugada”, desfilou pelas ladeiras de Olinda, atraindo grande visibilidade para o emergente Movimento Homossexual no início dos anos 1980⁹⁷.

A astúcia e sagacidade dos militantes que integravam o GATHO impressionam, como se pôde observar nas páginas dispostas acima. Até aqui destacou-se as seguintes ações do Grupo: participação e organização de encontros; realização de reuniões periódicas; manutenção de comunicação regular com Grupos de militância homossexual sediados em outras regiões do país e também do exterior; publicação de boletins informativos; protestos contra a homofobia dos jornais pernambucanos através do envio de cartas contestando reportagens, manchetes e o uso de termos que já eram considerados inadequados. Além desse conjunto de ações, também merece destaque as interações com o Estado e com a Política Institucional.

Um ano após a fundação do GATHO, em 1981, uma comissão de militantes foi a convenção regional do PT de Pernambuco levar a solidariedade e a simpatia da militância homossexual ao recém-nascido partido de base operária. Já em 1982, o Grupo participou da campanha que ajudou a eleger Fernando Gondin vereador da Câmara Municipal de Olinda pelo

⁹⁷ Reflexões mais densas a respeito da relação entre carnaval, homossexualidade e militância podem ser encontradas nas pesquisas conduzidas pelo antropólogo Fabiano Gontijo, sobretudo no seu livro: “O rei momo e o arco-íris: carnaval e homossexualidade no Rio de Janeiro”, (2009).

MDB. A partir desse mandato, foi possível aprovar pautas importantes do então Movimento Homossexual Brasileiro no Legislativo local, a exemplo de uma moção de repúdio ao CID 302.0 e da inclusão de proibição de discriminação por orientação sexual na Lei Orgânica Municipal da cidade de Olinda.

A importância da experiência do GATHO deve ser considerada não apenas pelo que produziu no contexto dos anos 1980 em Pernambuco, mas enxergada como relevante contribuição para a própria constituição do Movimento LGBT no Brasil. Mesmo após a desintegração total do grupo em 1990, alguns de seus ex-membros desempenharam um papel importante no apoio ao surgimento de novas organizações e de fortalecimento de outras já existentes. Exemplo disso foi o apoio de Rinaldo Almeida, um dos fundadores do GATHO, no processo de fundação do Movimento Leões do Norte, organização ainda em atuação e que passou a ocupar lugar de destaque no Movimento LGBT pernambucano conforme será exposto ainda neste capítulo. Outro exemplo de igual importância foi o ingresso de Jackson Cavalcanti Júnior no Fórum LGBT de Pernambuco na condição de ativista independente na década de 2010, mantendo desde então participação ativa neste espaço.

O encerramento das atividades do GATHO guarda semelhança com o avanço da epidemia de HIV/AIDS no fim da década de 1980. Todavia, não foi identificada relação entre o crescimento da epidemia e o declínio da organização. Também não foram identificadas informações que apontem para um forte investimento da militância do Grupo em ações de prevenção ou debates mais sistemáticos a respeito dos impactos da epidemia na comunidade homossexual. A exceção da iniciativa do psicólogo João Valença, um dos idealizadores do GATHO, que em 1986 fundou o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA) Pernambuco.

Inspirado pela emergência de organizações que atuavam sobretudo no apoio às pessoas doentes de AIDS, Valença resolveu fundar o GAPA-PE que se manteve mais ou menos ativo até o final da década de 1980 e extinguiu-se oficialmente em 1993, quando o idealizador do Grupo passou a residir na cidade de Salvador. Apesar da vida curta, o GAPA-PE desempenhou um papel fundamental para a abertura de leitos no hospital Correia Picanço⁹⁸ para acolher quem precisava de atendimento mais intensivo e atuou na organização do primeiro leilão de obras de arte, realizado no Clube Internacional do Recife, para arrecadar fundos e adquirir equipamentos para o hospital (LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2015).

As reuniões do GAPA-PE ocorriam na residência de João Valença que conduzia a instituição de modo mais informal. O Grupo contou com a participação do artista de teatro

⁹⁸ Localizado no bairro Tamarineira da cidade do Recife, o Hospital Correia Picanço hoje é uma referência estadual para o tratamento de doenças infecto-contagiosas, especificamente Aids e meningite.

popular e transformista Paulo Roberto França, conhecido por “Pernalonga”, um ex-integrante do Vivencial Diversiones (LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2015). Valença e Pernalonga se conheciam de longa data por ambos serem originários de Olinda e por terem realizados atividades em parceria no período inicial de surgimento do GATHO.

Apesar de importantes, as atividades do GAPA-PE não adquiriram tanta visibilidade se comparadas às experiências do GATHO. O surgimento de Grupos de militância homossexual mais articulados impulsionados pela preocupação com o crescimento dos números de novas infecções pelo HIV em Pernambuco ocorre já na década de 1990, conforme exposto no próximo tópico.

4.2 1991-2000: enfrentamento da AIDS e ampliação da organização política

Entre os dias 07 e 13 de janeiro de 1991, a capital pernambucana sediou o 5º Encontro Brasileiro de Homossexuais. Nesse período, Recife foi palco do principal evento realizado no Brasil para discutir a homossexualidade e questões que circulavam em torno dessa temática. Embora muitas pessoas tenham conhecimento da realização do Encontro, um conjunto extremamente restrito de militantes conhece ou já ouviu falar a respeito do organizador do evento. Trata-se de Antônio Peixoto, considerado pioneiro na defesa pública do enfrentamento ao HIV e da luta por políticas públicas de prevenção a novas infecções pelo vírus entre homossexuais.

Estudante de sociologia e ex-funcionário da Air France, Peixoto adquiriu notoriedade no início dos anos 1990 por ganhar uma ação judicial condenando a companhia aérea por demiti-lo em função da sua soropositividade. A repercussão do caso resultou na publicação de matérias nos jornais impressos, notícias nos programas de rádio e uma considerável visibilidade ao problema do preconceito contra pessoas vivendo com HIV, sobretudo contra homossexuais. Diante disso, decidiu então fundar o Movimento Antônio Peixoto (MAP), que basicamente contava com a participação única do próprio militante (LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2015).

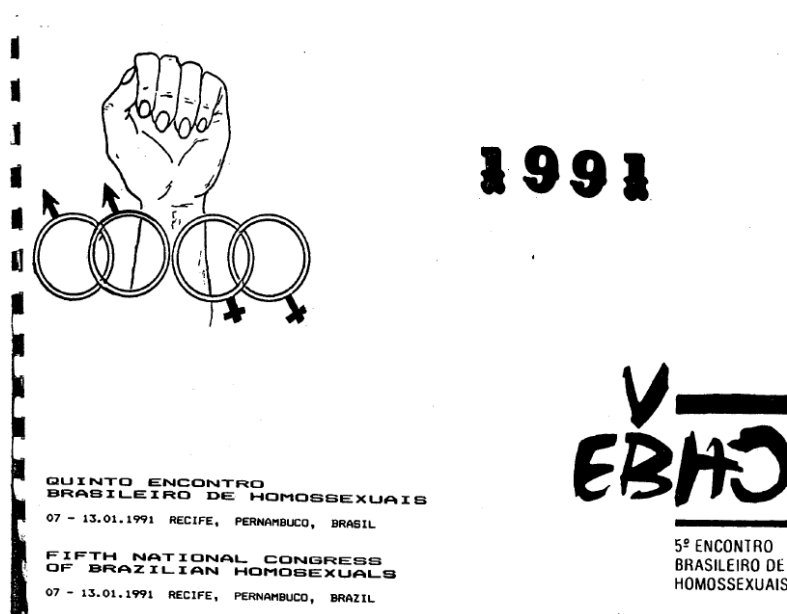
Apesar de solitária, a experiência do MAP foi pioneira e de grande importância:

O movimento é considerado muito importante por profissionais de saúde, por duas razões. A primeira, porque a aids começava a se disseminar no Recife e as políticas públicas estavam apenas se estruturando. Sua ação solitária demonstrou a importância dos dispositivos jurídicos para defender os pacientes de aids. A segunda se refere ao fato de Peixoto ter sido o primeiro ativista a criar uma ONG direcionada à defesa de homossexuais atingidos pela doença [...] no início dos anos 1990, a prevenção no

estado ficou praticamente restrita às palestras de Antônio Peixoto (LAURINDO-TEODORESCU e TEIXEIRA, 2015, p. 149-150).

A visibilidade adquirida pelo MAP chamou atenção de Grupos de militância de outras regiões do país. Não por acaso, Recife foi escolhida para sediar o 5º EBHO, em 1991, que contou com uma extensa programação. Ao longo de sete dias de evento foram realizadas discussões sobre as interfaces entre homossexualidade e religião, legislação, prostituição, saúde, prevenção e organização política. O Encontro contou com a participação de diversos palestrantes, com destaque para Luiz Mott e o próprio Antônio Peixoto, este último responsável pelo debate a respeito do fortalecimento da militância homossexual no Brasil⁹⁹.

Figura 8 - Capa do Relatório Final do 5º EBHO.



Fonte: Acervo do Centro de Documentação Luiz Mott (CEDOC LGBTI+), 2021.

O período de atuação do MAP foi curto. Não foi possível identificar com clareza a data que sua atuação foi completamente cessada. Relatos de lideranças da época apontaram que o avanço da doença foi impondo cada vez mais barreiras ao seu corpo. Militantes do Movimento LGBT de Pernambuco entrevistados para esta pesquisa apontaram também que o MAP já não era visto em atividades e eventos por volta do ano de 1994. Além disso, não há registros da

⁹⁹ 5º EBHO – V Encontro Brasileiro de Homossexuais. Relatório e Anexos. Recife: Movimento Antonio Peixoto, 1991; Londres: Toni & David, 1991.

participação do MAP na 6ª edição do EBHO, realizado no ano de 1992¹⁰⁰. Esses dados indicam que o solitário movimento teve breve existência.

Mesmo após reduzir sua atuação militante, Peixoto continuou a incentivar a organização política de homossexuais. Entre 1992 e 1993 recebeu em sua casa na cidade de Olinda a visita de um jovem residente no município de Carpina, localizado na região da zona da mata pernambucana, que buscava informações a respeito da militância homossexual. Chamado Edvaldo Souza, o jovem foi o fundador do Grupo Satyricon, cujo objetivo principal era fortalecer o combate à discriminação contra homossexuais em regiões interioranas como o município de Carpina.

O surgimento do Satyricon pode ser considerado um tanto inusitado, pois é resultado de uma pesquisa realizada para feira de ciências de uma escola localizada no município de Carpina. Estudante do que hoje equivale ao ensino médio, Edvaldo Souza reuniu um grupo de colegas, a maioria heterossexuais, e resolveu pesquisar sobre um tema até então bastante nebuloso: a homossexualidade. Esse grupo de estudantes resolveu nomear-se “Satyricon” e permaneceu em atividade mesmo após a realização da feira de ciências na escola.

Edvaldo Souza, um dos poucos homossexuais do Grupo, seguiu realizando pesquisas e estabelecendo contatos. Assim, chegou até Antônio Peixoto que lhe ofereceu todo um panorama do cenário do então MHB, inclusive compartilhando muitos materiais. As informações obtidas na visita o instigaram a ampliar a atuação do Satyricon, passando a trocar correspondências com o GGB, recebendo diversos materiais produzidos pela militância homossexual que eram enviados via correios pelo líder do Grupo baiano, Luiz Mott.

Por volta de 1995, Edvaldo Souza passa a residir em Recife e a partir daí ampliou sua rede de relações no Movimento. No mesmo ano, participou do 8º EBGL, em Curitiba-PR¹⁰¹. Considerado um marco importante, o Encontro resultou na fundação da ABGLT, primeira Organização de caráter nacional a reunir Grupos de todas as regiões do país com o objetivo de combater a discriminação e reivindicar direitos. Além da participação do representante do Grupo Satyricon, a assembleia de fundação da ABGLT também contou com a participação de Josenita Ciríaco, liderança do AMHOR, conforme evidenciado mais adiante.

Nucleado na capital pernambucana, o Satyricon passou a contar com a presença de outros militantes a exemplo de Cristiano Oliveira, Edson Axé e Alexandre Magno. O Grupo se

¹⁰⁰ 6º EBHO – VI Encontro Brasileiro de Homossexuais. Convocação, Relatório. Rio de Janeiro: Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual, 1992; Curitiba: Grupo Dignidade, 1992.

¹⁰¹ 8º EBGL – I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids. VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Curitiba: Grupo Dignidade, 1995.

manteve mais ou menos ativo até meados de 2008, quando Edvaldo Souza passou a trabalhar como consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Brasília, na área de participação e controle social em direitos humanos.

Durante seus anos em atividade, o Satyricon teve importante protagonismo no Movimento LGBT pernambucano. Edvaldo Souza, presidente do Grupo, o representou em diversos encontros nacionais do Movimento LGBT e Cristiano Oliveira foi responsável pela articulação e coordenação da primeira iniciativa de organização de uma Frente Parlamentar de combate à homofobia em nível estadual. O Satyricon também foi um dos idealizadores e fundadores do Fórum LGBT de Pernambuco. Além disso, o Presidente do Satyricon compôs a Direção Nacional da ABGLT em diversas ocasiões no período de 1995 até 2008, quando afastou-se da militância por escolhas profissionais.

Outra militante pernambucana que contribuiu com a fundação da ABGLT em 1995 foi Josenita Ciríaco. Conforme já apontado na Seção 3, no final dos anos 1970 a líder comunitária organizava a festa intitulada “Noite da Metamorfose” em sua residência localizada no município de Camaragibe. Em meados da década de 1980, o evento resultou na criação de um espaço de convivência para trocar experiências e realizar discussões sobre a homossexualidade numa perspectiva acolhedora. Considerando o contexto de grande preconceito contra homossexuais na época, o espaço cedido e potencializado por Nita, como era conhecida, se estabeleceu como uma rede de apoio mútuo para posteriormente ser entendido como um Grupo de militância homossexual denominado pela sigla AMHOR.

Em Pernambuco, o AMHOR nasce com a necessidade de pensar inicialmente os processos das pessoas para se reconhecerem enquanto homossexuais, para depois pensar na atuação política, com influência acadêmica, pois os fundadores vinham de formação teológica e dos movimentos sociais de base da Igreja Católica (LEMOS, 2019, p. 141).

Muitos dos frequentadores da festa Metamorfose eram estudantes que residiam em Recife, com participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), possuíam formação teológica e acadêmica. Tendo contato com organizações sociais, despertaram o interesse de transformar o grupo informal que organizava a festa em uma organização formal. Ao receber a proposta que nomeava a organização como “Articulação e Movimento Homossexual do Recife”, Josenita fez uma ressalva apontando que Camaragibe não pertencia a cidade do Recife, sendo um município autônomo. A partir disso, o Grupo foi denominado de Articulação e Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana, recebendo a sigla AMHOR. A ata de fundação datada do ano de 1991 só foi registrada em 1998 no município de Jaboatão dos

Guararapes. Sua primeira direção foi composta por: Mário Israel Oliveira, José Lucimar Lourenço da Silva, Aldenice Maria de Lima, Cleide Maria Evaristo da Silva e Josenita Duda Ciríaco (LEMOS, 2019).

Apesar do registro civil e da inscrição como pessoa jurídica ter ocorrido somente no ano de 1998, o AMHOR passou a realizar atividades na região metropolitana do Recife e a participar de encontros nacionais já no início dos anos 1990. Há registros da participação do Grupo em diversos eventos, tais como: no 7º EBLHO que ocorreu no ano de 1993 em Cajamar-SP¹⁰²; no 8º EBGL que teve lugar em Curitiba-PR, cuja principal deliberação foi a criação na ABGLT; no 1º SENALE realizado em 1996 no Rio de Janeiro; no 9º EBGLT sediado em São Paulo no ano de 1997; e na 18ª Conferência da ILGA WORLD realizada na Alemanha também no ano de 1997.

Representando o AMHOR, Josenita Ciríaco foi eleita Secretária Adjunta regional nordeste na primeira composição da direção nacional da recém fundada ABGLT, em 1995. Ocupando esse espaço, contribuiu com o fortalecimento dos Grupos de militância da região. A partir de então, eleição após eleição, um representante de Pernambuco foi eleito para o cargo da Secretaria Regional Nordeste na direção nacional da ABGLT. A preocupação em fomentar e fortalecer o Movimento LGBT no Nordeste é uma característica interessante dos Grupos originados em Pernambuco. Se faz necessário lembrar que o GATHO organizou o 1º EGHON em 1981, buscando justamente fomentar a criação de novos Grupos e estabelecer maior articulação regional entre as organizações existentes.

Além do protagonismo de Josenita, o AMHOR também se destacou a nível local e nacional a partir da militância de Íris de Fátima. Natural da Paraíba, mudou-se para Pernambuco no início da década de 1990 após ser aprovada em um concurso público, passando a fazer parte do quadro estadual de servidores da saúde. Ainda no início de sua carreira como servidora, se integrou ao movimento sindicalista através do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Seguridade Social de Pernambuco (SindSaúde/PE) (LEMOS, 2019). Atuando no movimento sindical, despertou interesse e conquistou expertise em processos de articulação política e de controle social do sistema de saúde.

Entre os anos de 1996 e 1997, Íris de Fátima foi convidada a ingressar no AMHOR e juntamente com Josenita potencializou a atuação do Grupo. Participante do I SENALE, em 1996 no Rio de Janeiro, ministrou uma oficina sobre controle social no evento com o objetivo de formar lideranças lésbicas para construção de políticas públicas de saúde voltadas às suas

¹⁰² 7º EBLHO – VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. Registro e Memória. São Paulo: Deusa Terra, Etcetera e Tal, Grupo de Homossexuais do PT, Rede de Informação Lésbica um Outro Olhar, 1993.

demandas específicas junto aos órgãos locais de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) nas diversas regiões do país.

O AMHOR que iniciou sua atuação como um Grupo misto, formado por homens e mulheres homossexuais, passa então a ser uma referência de organização de defesa de combate à discriminação e defesa dos direitos de lésbicas. Assim como Edvaldo Souza e Josenita Caríaco, Íris de Fátima na condição de representante do AMHOR ocupou espaços na Direção Nacional da ABGLT e foi uma das Fundadoras da ABL (LEMOS, 2009). Em nível local, Íris contribuiu com a fundação e atuou na coordenação do Fórum LGBT de Pernambuco; integrou o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), provocando intensos debates sobre o lugar das mulheres lésbicas no Movimento Feminista; e é tida como uma das principais lideranças responsáveis pela ampliação da visibilidade lésbica nas agendas de reivindicação e nos espaços de direção do Movimento LGBT no Brasil.

No contexto da segunda metade dos anos 1990, o AMHOR através da militância de Íris de Fátima e Josenita Duda se articulava com outros Grupos organizados na defesa da comunidade homossexual e no enfretamento da discriminação. Nesse período, além do Satyricon e do AMHOR, outras organizações que se destacaram foram o Grupo Gay de Pernambuco (GGP)¹⁰³, o Via Láctea¹⁰⁴ e Os Defensores, com destaque para este último.

Fundado em Olinda no ano de 1998 por Alessandro Monte, Luiz Amorim e José Botelho, o Grupo denominado como Os Defensores se destacou pelas ações de prevenção ao HIV realizadas na Região Metropolitana do Recife. Percorrendo os principais pontos de prostituição nas Ruas da Aurora e Mário Melo no bairro de Santo Amaro da capital Pernambucana, Os Defensores distribuía preservativos, material informativo e prestavam orientação para travestis e transexuais que atuavam como profissionais do sexo nessas localidades, buscando levar informações sobre prevenção ao HIV numa linguagem acessível e próxima da realidade dessas trabalhadoras. Embora fossem prioritárias, as ações de prevenção realizadas pelos Defensores não eram restritas a comunidade de homossexuais e de travestis. Os militantes do Grupo também realizaram uma série de intervenções em diversos espaços como nas festas de carnaval e nas festas juninas. Em geral, as ações ocorriam em Olinda e Recife, estendendo-se eventualmente para outras cidades da região metropolitana.

¹⁰³ Não foi possível realizar entrevistas com militantes que atuaram no GGP com vistas a obter maiores informações sobre o Grupo, em que pese os esforços feitos pelo pesquisador. O cenário pandêmico impôs dificuldades para as tentativas de encontros com ex-membros da organização.

¹⁰⁴ Apesar de ser recorrentemente mencionado pelas lideranças entrevistadas que atuaram no final dos anos 1990, não foram encontrados registros do Grupo Via Láctea nem estabelecer contato com “Alexandre”, indicado como sendo o fundador da organização.

Em meados de 1997, o baiano Alessandro Monte mudou-se para Pernambuco se instalando na cidade de Olinda. Nesse mesmo ano, passou a frequentar o circuito “GLS”¹⁰⁵ da capital pernambucana, sobretudo o bar Pit House e o Parque Treze de Maio, ambos localizados no bairro da Boa Vista, em Recife. Nesses espaços, obteve informações sobre algumas ações de combate à discriminação contra homossexuais realizadas em Recife e a existência de reuniões dessa militância que ocorriam na sede do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, também sediado no barro da Boa Vista.

Realizadas sempre ao final da tarde, essas reuniões contavam com a frequência de representantes do AMHOR, Satyricon e de militantes independentes. As pautas geralmente versavam sobre a divulgação de eventos e o relato de casos de discriminação. Incomodado com a baixa objetividade dos encontros em termos de definição de construção de agendas e ações, Alessandro Monte passou a questionar o propósito daquele espaço e apresentar críticas aos modos de atuação dos Grupos até então existentes. Desse processo, duas novas organizações foram criadas, Os Defensores em Olinda e o Via Láctea em Recife.

Além das ações de prevenção, o Grupo Defensores destacou-se também pela busca de visibilidade das demandas do Movimento LGBT na imprensa, dando início a uma estratégia que foi predominante na década de 2000. Tendo o formato de ONG, com CNPJ, sede e estrutura formal, Os Defensores contaram também com uma assessoria de imprensa que articulava a publicação de matérias sobre o problema da violência contra homossexuais e travestis na cidade do Recife¹⁰⁶. O objetivo era dar visibilidade a essa problemática e a ausência de políticas públicas de combate à discriminação.

Noutra frente, Os Defensores seguiam sendo percussores de ações até então inéditas no contexto da militância LGBT em Pernambuco. Nas eleições municipais de 2000, em parceria com o Movimento Negro Unificado (MNU), o Grupo organizou um debate com os candidatos à Prefeitura do Recife para fomentar a construção de propostas de políticas públicas com foco na promoção da cidadania LGBT e da igualdade racial. No ano seguinte, em 2001, Os Defensores realizam a primeira tentativa de organização de uma Parada do Orgulho LGBT em Pernambuco. O evento ocorreu no Parque Treze de Maio e apesar do público limitado foi importante em termos de visibilidade.

¹⁰⁵ A sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) passou a ser utilizada na década de 1990 para se referir aos espaços de sociabilidade abertos à frequentação e consumo de pessoas LGBT.

¹⁰⁶ Exemplo disso foi a matéria publicada intitulada “Preconceito Assassino” pela Revista Isto É, no mês de junho de 2000. A reportagem destaca Recife como sendo a cidade mais violenta do país contra homossexuais e traz o depoimento de um representante dos Defensores. O texto publicado na revista impressa, também pode ser acessado no site da Isto É através do link: https://stg.istoe.com.br/37114_PRECONCEITO+ASSASSINO/.

Alessandro Monte, presidente dos Defensores, também ocupou espaços na Direção Nacional da ABGLT e é apontado como uma das principais lideranças do Movimento LGBT pernambucano entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000. A liderança dos Defensores tanto em termos de projeção quanto na realização de ações entra em declínio com o surgimento do Movimento Leões do Norte, em 2001. Perdendo espaço e protagonismo, Os Defensores foram se desarticulando e encerram suas ações enquanto Grupo organizado poucos anos depois. Alessandro Monte, sua principal liderança, seguiu atuando de forma independente, fomentando ações e reivindicando políticas públicas de combate à discriminação no município de Olinda.

Para concluir o mapeamento das principais organizações da década de 1990 convém destacar a importância da Articulação AIDS Pernambuco. Fundada em 1996, a instituição é considerada pioneira no país por ser o primeiro fórum no Brasil a congregar Grupos, redes, movimentos e ativistas independentes que atuam no campo da prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e ao HIV. A experiência da Articulação AIDS contribuiu, conforme será apresentado a seguir, com o surgimento do Fórum LGBT de Pernambuco, principal espaço de interlocução dos Grupos de militância por respeito à diversidade sexual e de gênero no estado.

4.3 2001-2010: surgimento do Leões do Norte e da nova perspectiva de militância

O surgimento do Leões do Norte inaugura um novo período no Movimento LGBT em Pernambuco. Se na década de 1990 os Grupos organizados existentes trabalhavam numa perspectiva de parceria tendo pequenos conflitos pontuais, a partir da fundação dos Leões esse cenário se modifica completamente. A chegada de uma nova organização mais estruturada do ponto de vista dos recursos financeiros, humanos e materiais provocou um conjunto de disputas internas que resultou no encerramento de alguns Grupos, surgimento de outros e o estabelecimento de uma nova perspectiva de atuação política para o Movimento LGBT pernambucano.

A fundação oficial, em 2001, do Movimento Gay Leões do Norte¹⁰⁷ é resultado de uma série de acontecimentos ocorridos nos anos anteriores. Na segunda metade da década de 1990, Rinaldo Pereira, um dos fundadores do GATHO, conheceu e passou a namorar Sérgio Moura, um jovem que atuava profissionalmente como impressor gráfico do Sindicato dos

¹⁰⁷ Atualmente denomina-se Movimento LGBT Leões do Norte.

Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social no Estado de Pernambuco (Sindsprev/PE). Nessa relação, Sérgio Moura conheceu em detalhes a trajetória do GATHO e compartilhou os relatos com outro funcionário do Sindicato, Wellington Medeiros, que atuava como digitador da instituição.

A partir disso, Sérgio Moura e Wellington Medeiros passaram a se interessar e buscar informações a respeito da militância LGBT da época com o objetivo inicial de apoiar os Grupos então existentes por meio da estrutura de recursos disponível no Sindsprev/PE. As conversas realizadas com lideranças dos principais Grupos em atuação causaram inquietação nos funcionários do Sindicato. Com formação sindical de base marxista, defendiam que os Movimentos Sociais deveriam ter um programa de agendas de reivindicações ao Estado e capacidade de articulação política para pressionar pela transformação dessas agendas em políticas públicas. Faltava ao Movimento LGBT em Pernambuco, no entendimento dos fundadores do Leões do Norte, a definição de um projeto político com objetivos claros e estratégias para concretizá-los.

Apesar da visão crítica dos funcionários do Sindsprev/PE, os Grupos pernambucanos então existentes seguiam com protagonismo no cenário nacional do Movimento LGBT. Em maio de 2001, por articulação dos militantes pernambucanos, o estado sediou a 6ª Assembleia Geral da ABGLT¹⁰⁸, realizada no hotel Barramares localizado no município de Jaboatão dos Guararapes. Ao final da Assembleia Edvaldo Souza (Satyricon), Josenita Ciríaco (AMHOR)¹⁰⁹ e Alessandro Monte (Os Defensores), foram eleitos para nova composição da Direção Nacional da ABGLT¹¹⁰.

Insatisfeitos com a perspectiva de militância dos Grupos que existiam na época, Sérgio Moura e Wellington Medeiros resolveram organizar um seminário para discutir a importância da organização política de gays, lésbicas e travestis para enfrentar à discriminação e reivindicar políticas públicas. O seminário financiado pelo Sindsprev/PE foi realizado no Plaza Hotel, localizado no bairro da Boa Vista em Recife, no ano de 2002¹¹¹. Entre os convidados estavam Rinaldo Pereira, fundador do GATHO, e membros da direção do Sindicato, a exemplo de

¹⁰⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS – ABGLT. **Ata da 6ª Assembleia Geral**. 2001. Jaboatão dos Guararapes.

¹⁰⁹ Em 2003, Josenita Ciríaco deixou o AMHOR após uma série de divergência internas e fundou a Articulação de Mulheres Entendidas (AME).

¹¹⁰ Edvaldo Souza foi eleito Tesoureiro-Geral, Josenita Ciríaco 2ª Tesoureira e Alessandro Monte Secretário de Comunicação. Monte também contribuiu com a condução dos trabalhos da assembleia, segundo os registros da Ata da Assembleia Geral (ABGLT, 2001).

¹¹¹ O seminário foi realizado em 23 de março de 2002.

Isaltino Nascimento¹¹² e Socorro Cadengue¹¹³. No decorrer das discussões ao longo do evento, os presentes convergiram na importância de fortalecer o recém criado Movimento Gay Leões do Norte.

Sérgio Moura e Wellington Medeiros já vinham sendo provocados a liderar a fundação de uma nova organização por Isaltino Nascimento desde meados do segundo semestre de 2000, ano em que o líder sindical foi eleito vereador da cidade do Recife. A partir desse período, os funcionários do Sindsprev/PE começaram a se inserir nas diversas atividades que vinham sendo realizadas pela ABGLT, quando tiveram a oportunidade de participar de uma das oficinas do Projeto Somos realizada em Salvador no mês de dezembro de 2001.

O Projeto Somos foi idealizado pela Associação para a Saúde e Cidadania Integral na América Latina e Caribe (ASICAL), sendo realizado em parceria entre a ABGLT e o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (DST/AIDS)¹¹⁴ do Ministério da Saúde (REIS e HARRAD, 2005). Suas linhas de ação compreendiam: 1- Desenvolvimento organizacional dos Grupos do então Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis (GLT)¹¹⁵, por meio da organização burocrática das instituições com a construção de estatutos, registros em cartório e inscrição como pessoas jurídicas; 2- Advocacy, privilegiando a formação de lideranças do Movimento para articular a criação de políticas públicas de prevenção ao HIV e de combate à homofobia; e 3- Intervenção, por meio da realização de ações de prevenção e cidadania junto à comunidade GLT.

O Projeto Somos foi executado pelas afiliadas da ABLGT entre 1999 e 2007 em todas os estados brasileiros, atingindo aproximadamente 200 organizações. Apesar de ter foco prioritário em ações de combate à epidemia de HIV/AIDS, o projeto contribuiu efetivamente para o fortalecimento, interiorização e ampliação do número de Grupos com atuação no campo do Movimento LGBT no Brasil. As oficinas do Projeto Somos ocorriam através dos Centros Regionais de Capacitação e Assessoria. Designados pela ABGLT, os Centros eram coordenados por Grupos mais estruturados com capacidade de oferecer assessoria e capacitação as novas instituições que estavam sendo criadas. A coordenação do Centro Regional instalado em Pernambuco coube ao Satyricon. Outros estados do Nordeste também abrigaram Centros Regionais, a exemplo de Alagoas, Bahia, Ceará e Maranhão¹¹⁶. Foi justamente em uma Oficina

¹¹² Coordenador Geral do Sindsprev nesse período.

¹¹³ Então Secretária de Formação do Sindsprev.

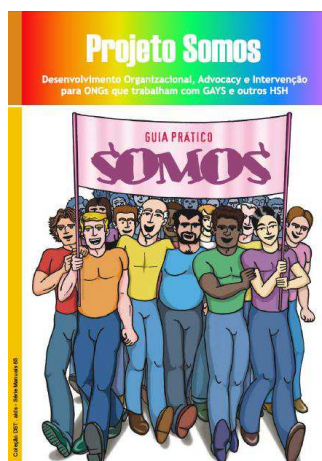
¹¹⁴ Atualmente a expressão foi substituída por Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

¹¹⁵ Sigla utilizada na época.

¹¹⁶ Foram coordenados respectivamente pelas seguintes organizações: Grupo Gay de Alagoas (AL), Grupo Gay da Bahia (BA), Grupo de Resistência Asa Branca (CE) e Gayvota (MA).

do Projeto Somos realizada em Salvador, no ano de 2001, que o Grupo surgido no âmbito do Sindsprev/PE foi denominado Movimento Gay Leões do Norte e passou a existir oficialmente¹¹⁷.

Figura 9 - Capa do Guia Prático do Projeto Somos.



Fonte: Ministério da Saúde. 2005.

Marcelo Nascimento, então presidente do Grupo Gay de Alagoas (GGAL) e recém eleito Presidente da ABLGT durante a 6ª Assembleia Geral da entidade, retornou ao estado de Pernambuco algumas vezes no ano de 2001 na tentativa de construir pontes entre os funcionários do Sindsprev/PE e as organizações então existentes. Em uma das tentativas, Marcelo Nascimento sugeriu que ingressassem no Grupo Os Defensores, liderando por Alessandro Monte. Todavia, o arranjo sugerido pelo então presidente da ABGLT não avançou. E a fundação oficial do Leões do Norte encerrou qualquer possibilidade desta composição

A relação com um dos mais importantes e influentes sindicatos de Pernambuco proporcionou aos Leões terem uma estrutura de recursos até então desconhecida por outras organizações. O Grupo dispunha de estrutura para impressão de materiais, carros de som para organização de mobilização de rua, espaço físico bem localizado para realização de reuniões e apoio político das lideranças do Sindsprev/PE. Com isso, passam a liderar o Movimento LGBT pernambucano tanto em número ações como também em projeção pública.

Em junho de 2002, o Movimento Leões do Norte organizou a realização da 1ª Parada da Diversidade de Pernambuco. O evento ocorreu na Avenida Conde da Boa Vista tendo como ponto de concentração a frente do Bar Mustang e contou com um público estimado em 5000 participantes. Apesar de terem idealizado e articulado a realização da Parada, as lideranças do

¹¹⁷ Inspirado pela composição “Leão do Norte” de Lenine e Paulo César Pinheiro, o impressor gráfico Sérgio Moura sugeriu o nome do Grupo.

Leões do Norte adotaram a estratégia de integrar outras instituições na organização do evento, a exemplo do AMHOR, Satyricon, Articulação AIDS Pernambuco, Instituto Papai, Gestos, Prefeituras de diversos municípios da região metropolitana e estabelecimentos comerciais do Mercado GLS ¹¹⁸.

Figura 10 - 1ª Edição da Parada da Diversidade Pernambuco na Avenida Conde da Boa Vista em Recife.



Fonte: Facebook do Movimento LGBT Leões do Norte, 2020.

A 2ª edição da Parada ocorreu no ano seguinte, em 2003. Conduzida novamente pelo Leões do Norte, contou desta vez com maior participação e engajamento de outras organizações. O sucesso do evento ficou evidente com a notável ampliação do público participante em relação a edição anterior. Entrevistas nos principais veículos de comunicação do estado passaram a ser concedidas para falar sobre combate à discriminação, políticas públicas específicas para o segmento e a importância da mobilização para o enfrentamento da homofobia. Uma mudança efetiva no modo de abordagem da imprensa sobre as questões de diversidade sexual começava a ser provocada. Se até pouco tempo prevalecia a ênfase nos crimes cometidos por homossexuais e travestis, esse cenário começa a ser gradativamente alterado a partir do crescimento exponencial da Parada da Diversidade de Pernambuco.

A organização de um evento de grande porte como a Parada também trouxe outras implicações para o Movimento LGBT pernambucano. Os Grupos passaram a se reunir de forma mais regular para discutir a construção do evento e a visibilidade adquirida com ele contribuiu para ampliação dos canais de diálogo com o Poder Público. Os conflitos também se ampliaram.

¹¹⁸ No cartaz de realização da 1ª Parada da Diversidade de Pernambuco constam como apoiadores as Prefeituras de Recife, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho e Olinda. Os estabelecimentos comerciais que figuram como apoiadores são Boate Clube Metrópole, Boate MKB, Thermas Boa Vista, entres outros que não puderam ser identificados.

Dispondo de maior estrutura e articulação política, o Leões do Norte acabava sendo percebido pelos agentes externos ao Movimento, a exemplo do Governo do Estado, como uma espécie de representante e líder das demais organizações. Para equacionar todas essas questões e aliviar as tensões existentes funda-se o Fórum LGBT de Pernambuco.

Inspirados pelo Movimento Feminista e do Movimento AIDS, através respectivamente das experiências do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Articulação AIDS Pernambuco, os Grupos do Movimento LGBT resolveram criar uma instância de construção coletiva. Assim, o Fórum surgiu com objetivo de ser um espaço de articulação política dos movimentos sociais com atuação na defesa de direitos humanos e da promoção do respeito à diversidade sexual. Seu lançamento oficial ocorreu em 20 de abril de 2004 em evento realizado na sede da ONG Feminista SOS Corpo e contou com a presença de diversos convidados, tais como o Professor Luiz Mott, então membro da Direção Nacional da ABGLT. Personalidades políticas, lideranças sindicais e de outros movimentos sociais também se fizeram presentes. A partir de então, a Parada da Diversidade deixa de ser um evento organizado pelo Movimento Leões do Norte e passa a ser construída por um conjunto mais amplo de Grupos articulados no Fórum LGBT de Pernambuco.

No mesmo ano, 2004, o Leões do Norte passa a promover de forma regular, em todas as eleições, um debate entre os candidatos a chefia do Executivo da capital pernambucana e do governo estadual. Realizados sempre em um espaço de sociabilidade da comunidade LGBT, como no Clube Metrópole¹¹⁹, o evento tem se mostrado como um espaço de visibilidade e de apresentação de reivindicações de direitos a políticos de diferentes agremiações partidárias e filiações ideológicas. Com o apoio do Fórum LGBT de Pernambuco e do Clube Metrópole, o debate organizado pelo Leões tem sido noticiado pela imprensa e contado com a presença da maioria dos candidatos aos cargos eletivos em disputa.

Além de contribuir com a consolidação da Parada da Diversidade e com as demais ações que vinham sendo realizadas pelo Leões do Norte, o processo de fundação do Fórum também colaborou para a aproximação do Movimento LGBT pernambucano com outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a exemplo do Instituto Papai. Fundada em 1997 em Recife, a ONG surgiu com a missão de promover a cidadania e a justiça social atuando

¹¹⁹ Situada no bairro na Boa Vista no mesmo endereço da antiga boate *Misty*, a boate Clube Metrópole inaugurada em 2002 é um dos principais espaços de sociabilidade LGBT da Região Metropolitana de Pernambuco. A dissertação de Souza (2016) apresenta uma compreensão mais aprofundada a respeito dos estabelecimentos comerciais com grande frequência da comunidade LGBT em Recife.

prioritariamente com homens e sobre masculinidades¹²⁰. Sua aproximação com o Movimento LGBT se deu no contexto das primeiras edições da Parada da Diversidade, passando também a integrar o Fórum LGBT de Pernambuco.

Desde o seu surgimento, o Papai manteve forte relação com o campo acadêmico. Seus fundadores, Benedito Medrado e Jorge Lyra, tornaram-se professores da UFPE, ampliando ainda mais o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão por meio de um processo de mútua colaboração entre a ONG e a universidade. O Grupo de Pesquisa coordenado pelos professores, o GEMA-UFPE, também foi envolvido nas atividades.

Figura 11 - Exposição Virtual Memórias da Parada da Diversidade de Pernambuco: cartaz da 1º edição.



Fonte: <http://paradadiversidade.blogspot.com/>

A Figura 11 acima apresenta uma das iniciativas do GEMA e do Instituto Papai em Parceria com o Fórum LGBT de Pernambuco. A exposição virtual “Memórias de futuro”, apresentou os cartazes e informações importantes das edições da Parada da Diversidade realizadas entre 2002 e 2013, posteriormente também foram inseridos os cartazes das edições realizadas nos anos de 2014, 2015 e 2016. A exposição foi um dos produtos resultado do projeto de pesquisa e intervenção política “Fabricações de Gênero: memórias, verdades e processos de

¹²⁰ Informações mais detalhadas sobre o Instituto Papai podem ser acessadas no seguinte endereço eletrônico: <https://institutopapai.blogspot.com/>

subjetivação na trilha dos Movimentos político-culturais LGBT nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil”¹²¹, coordenado pelo professor Benedito Medrado.

A atuação do Papai e do GEMA resultou numa série de ações como formações para lideranças e Grupos do Movimento, realização de pesquisas sobre violência homofóbica em Pernambuco¹²² e aperfeiçoamento no processo de organização da Parada da Diversidade. A relação dessas instituições com a militância LGBT também foi permeada por alguns conflitos. Durante alguns anos houve uma espécie de veto a ocupação da coordenação colegiada do Fórum LGBT de Pernambuco pelo representante do Instituto Papai na articulação, Thiago Rocha. Entendia-se que o Instituto não se tratava de uma organização do Movimento LGBT, portanto não possuía legitimidade para ocupar tal espaço de condução dos trabalhos. Esse entendimento foi sendo gradativamente superado e o Instituto, através do seu representante, foi eleito para o espaço de coordenação.

Além dos processos que envolvem a relação com a academia, outra disputa relevante que ocorreu no âmbito do Fórum LGBT de Pernambuco diz respeito ao protagonismo das militantes Lésbicas. A articulação já nasceu adotando a sigla “LGBT”, trazendo o “L” na frente das demais identidades. Isso é particularmente relevante quando se observa que entre 2003 e 2004, ano de fundação do Fórum, ainda prevalecia o uso da sigla “GLBT” pelos movimentos sociais que atuavam no campo da diversidade sexual e de gênero no Brasil.

O debate a respeito da visibilidade lésbica no âmbito das lutas de combate à discriminação por intolerância à diversidade sexual remonta a década de 1980, ainda na experiência dos primeiros Grupos organizados. Todavia, é a partir da realização do 1º SENALE, em 1996, no Rio de Janeiro que a discussão passa a ganhar maior capilaridade entre a militância. Íris de Fátima e Josenita Círicaco, então militantes do AMHOR, estiveram entre as lideranças lésbicas que protagonizaram essa discussão no país.

Mais tarde, entre os anos de 2003 e 2004 no processo de construção do Fórum LGBT de Pernambuco, Íris de Fátima articulou junto com outras militantes lésbicas a configuração que mantinha o “L” como primeira letra da sigla que buscava sintetizar a representação da diversidade de identidades sexuais e de gênero não hegemônicas. Tal configuração só foi possível devido a forte atuação das militantes lésbicas no contexto de fundação do Fórum e o Movimento pernambucano foi um dos pioneiros nesse sentido no contexto brasileiro. Além do AMHOR, através da representação de Íris de Fátima, outras organizações de mulheres também

¹²¹ O projeto foi executado entre 2012 e 2017, contando com financiamento do CNPq.

¹²² CARRARA, Sérgio *et al.* **Política, direitos, violência e homossexualidade**: Pesquisa 5ª Parada da Diversidade - Pernambuco 2006. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

tiveram participação ativa no período inicial de estruturação do Fórum, tais como: Grupo DIVAS – Instituto de Defesa da Diversidade Sexual; Centro das Mulheres do Cabo; e Grupo LUAS – Liberdade e União Afetivo-sexual de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco.

O DIVAS esteve diretamente envolvido no processo de fundação do Fórum LGBT de Pernambuco através de sua principal liderança, Marylucia Mesquita Palmeira. Assistente social formada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mudou-se do seu estado natal para Pernambuco onde realizou o curso de mestrado em serviço social pela UFPE. Também inseriu o DIVAS no Fórum de Mulheres de Pernambuco sendo protagonista na defesa da visibilidade lésbica e na luta contra as opressões machistas e lesbofóbicas.

Em 2006, o Grupo DIVAS participou da organização da 6ª edição do SENALE que foi realizada em Recife. O evento reuniu 246 lideranças lésbicas de todas as regiões do país na capital pernambucana. A programação do Seminário cujo tema foi “Movimento de Mulheres Lésbicas como Sujeito Político: Poder e Democracia”, contou com diversas mesas de debates e de atividades culturais, a exemplo do espetáculo “Qual é a bronca?”, encenado pelo Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás¹²³.

Além de destacar-se na militância junto ao DIVAS, Marylucia Mesquita também atuou no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), desenvolvendo uma série de ações tanto a nível nacional, como também em nível estadual nos conselhos regionais de Pernambuco e do Ceará¹²⁴. Entre 1999 e 2015, a fundadora do DIVAS ocupou diferentes cargos na Direção do CFESS, atuando como Coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos da entidade representativa dos profissionais da assistência social na gestão 2011-2014.

As ações de combate à homofobia do CFESS lideradas por Marylucia Mesquita conferiram grande visibilidade a entidade de classe que acabou sendo eleita para composição do CNCD-LGBT no biênio 2013-2015. Na ocasião, a fundadora do DIVAS foi indicada pelo CFESS e atuou como Conselheira Nacional LGBT, sendo uma das responsáveis pela organização da 3ª Conferência Nacional LGBT realizada no ano de 2016, em Brasília. Lamentavelmente, foi acometida por uma série de fragilidades e agravos de saúde mental, falecendo no ano de 2017¹²⁵. O acontecimento teve grande repercussão entre as principais

¹²³ Um relatório registrando o histórico do SENALE até 2006 foi organizado pela militante do DIVAS, se constituindo como um importante documento do Movimento Lésbico no Brasil (MESQUISA, 2008).

¹²⁴ Sua atuação de destaque junto ao CRESS e ao Movimento LGBT do Ceará resultou em um convite para assumir a Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, cargo que ocupou entre 2010 e 2012.

¹²⁵ A notícia que Marylucia Mesquita cometeu suicídio em dezembro de 2017 chamou atenção para os processos de agravos de saúde mental vivenciados por diversas lideranças do Movimento LGBT no Brasil. Muitas notas de pesar foram publicadas, lamentando a partida precoce de Marynha, como era carinhosamente chamada pelos colegas: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1444>.

lideranças do Movimento LGBT brasileiro, levando a uma maior discussão a respeito dos processos de autocuidado e de atenção à saúde mental de ativistas.

O Centro das Mulheres do Cabo (CMC) foi outra organização cuja contribuição foi relevante para o Fórum LGBT de Pernambuco. Seu surgimento remonta a década de 1980, tendo sido fundado oficialmente no ano de 1984. Surgiu no município do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife, no contexto das lutas pela redemocratização com o objetivo de enfrentar as desigualdades de gênero. Em 1989, contribuiu com a construção do Fórum de Mulheres de Pernambuco. No final da década de 1990, após intensos debates internos, as demandas de mulheres lésbicas passaram a entrar na ordem do dia do CMC a partir das provocações de Micheline Américo, uma das funcionárias da instituição que atuava na coordenação do eixo de direitos reprodutivos e sexuais.

Passando a representar o CMC no Fórum de Mulheres de Pernambuco, Micheline Américo conheceu Josenita Ciríaco e Íris de Fátima, tendo uma rápida passagem pelo AMHOR. Nessa articulação estadual do movimento feminista, se somou a outras vozes na reivindicação por visibilidade e respeito as demandas das mulheres lésbicas. Jornalista de formação, contribuiu efetivamente no processo de fundação do Fórum LGBT de Pernambuco e na organização de diversas edições da Parada da Diversidade.

A atuação de Micheline Américo juntamente com outras militantes lésbicas no Fórum LGBT de Pernambuco é tida como de grande relevância para a afirmação da identidade lésbica no contexto da militância LGBT pernambucana. Mesmo após se afastar do CMC e do Fórum de Mulheres de Pernambuco, Micheline Américo se inseriu e passou a colaborar com outras organizações do Movimento LGBT, a exemplo do CANDACES, organização nacional de lésbicas e bissexuais feministas e negras, fundada em 2007.

Em Pernambuco, o CANDACES teve Rivânia Rodrigues como principal articuladora no seu processo de fundação. Feminista, lésbica, negra, militante partidária bastante ativa no PT, atuou como assessora da Gerência de Livre Orientação Sexual (GLOS) da Prefeitura do Recife. Posteriormente, em 2009, assumiu o posto de Gerente do departamento e foi responsável por coordenar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania LGBT no governo municipal da capital pernambucana.

A atuação de Rivânia Rodrigues junto aos movimentos sociais antecede a sua participação no CANDACES. Já no início dos anos 2000 se inseriu em organizações feministas. Também mantinha militância ativa nas bases do PT, motivo pelo qual foi convidada a assumir cargos de livre nomeação na Prefeitura do Recife durante os governos dos prefeitos João Paulo e João da Costa. Anos depois, em 2016, foi eleita Secretária LGBT do PT de Pernambuco.

Paralelamente a militância partidária, ampliou sua atuação nos movimentos sociais após ter deixado o posto de Gerente da GLOS, em 2012. Alguns anos depois, assumiu a coordenação colegiada do Fórum LGBT de Pernambuco. Em 2009, ainda na condição de Gerente da GLOS, contribuiu com a fundação do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (COMLESBI)¹²⁶ juntamente com outras militantes¹²⁷.

O surgimento do COMLESBI reflete o fortalecimento das articulações entre as militantes lésbicas no Movimento LGBT em Pernambuco. Embora também tenha sido permeado por conflitos, esse processo resultou em importantes conquistas. No âmbito da sociedade civil, o período de 2001 a 2010 foi marcado pela ampliação da visibilidade das agendas de reivindicação das militantes lésbicas. Já no âmbito governamental, a partir das interações socioestatais estabelecidas, se inicia a construção de ações governamentais e políticas específicas para atendimento das reivindicações apresentadas.

Figura 12 - 2ª Caminhada da Visibilidade Lésbica organizada pelo COMLESBI em Recife.



Fonte: Site da Prefeitura do Recife, 2009.

Nesse contexto, outra organização de destaque é o Grupo Liberdade e União Afetivo-sexual de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco (LUAS). A criação do Jornal LUAS no ano de 2006 antecede o surgimento do Grupo de Militância. A publicação do periódico foi idealizada pelas militantes lésbicas e feministas Ana Carla Lemos e Elisângela Nunes. O Jornal trazia textos sobre relações amorosas entre mulheres, compartilhava eventos culturais e espaços de sociabilidade LGBT em Recife, além de divulgar ações de militância e de enfrentamento à discriminação (LEMOS, 2019).

¹²⁶ Inicialmente, na fundação do coletivo, adotou-se a sigla COMLES. Posteriormente, já em 2018, em decorrência das discussões realizadas nas últimas edições do SENALESBI, o coletivo passou a adotar a sigla COMLESBI.

¹²⁷ Para uma compreensão mais ampliada sobre o surgimento do COMLESBI ver o trabalho de Lemos (2019).

A partir de 2007, o LUAS se estabelece como Grupo de militância com ênfase na defesa dos direitos de lésbicas em Pernambuco, desenvolvendo uma série de ações de grande visibilidade, a exemplo da fixação de outdoors no dia das mães com uma fotografia de uma das fundadoras do LUAS acompanhada da sua companheira e da sua filha¹²⁸. O Grupo teve grande relevância na fundação e estruturação do COMLESBI e realizou diversas atividades formativas que tiveram como público-alvo militantes lésbicas e mulheres interessadas em conhecer e atuar no movimento lésbico.

No âmbito da 3ª Conferência Estadual LGBT de Pernambuco realizada em 2016, Ana Carla Lemos, principal liderança do LUAS, destacou-se por articular a eleição de um número significativo de militantes lésbicas para etapa nacional do evento, mediando uma série de conflitos entre lideranças do movimento de lésbicas e de mulheres trans. Ao longo de sua trajetória, o LUAS se inseriu em diversos espaços de controle social como os Conselhos Estaduais de Juventude e LGBT.

O processo de fortalecimento e o nível de organização dos Grupos de lésbicas e mulheres bissexuais no período de 2001 a 2010 no enfrentamento da lesbofobia contrasta com a baixa representação de travestis e mulheres trans no âmbito do Movimento LGBT pernambucano no mesmo período. É somente no ano de 2008 que ocorre a fundação da Articulação e Movimento de Travestis e Transexuais de Pernambuco (AMOTRANS), primeira organização desse segmento no estado.

O surgimento da AMOTRANS está diretamente relacionado ao Projeto Tulipa. Executado pela ANTRA a partir de 2003 com apoio da Associação Pathfinder do Brasil e do então Departamento de DST/AIDS do Ministério da Saúde, o Tulipa fomentou o desenvolvimento de uma série de ações de prevenção e de incentivo a criação de organizações locais de travestis e transexuais em todas as regiões do país. Com um modelo metodológico semelhante ao Projeto SOMOS, realizou a formação de lideranças regionais que ficaram responsáveis pelo acompanhamento das suas respectivas regiões, estimulando a fundação de Grupos organizados de travestis e transexuais e prestando apoio as organizações já existentes.

Em meados de 2008, Pernambuco era o único estado do nordeste que não contava com uma organização específica de travestis e mulheres transexuais. Através das ações do Projeto Tulipa, houve a realização de uma série de atividades e reuniões que resultaram na fundação da

¹²⁸ A campanha foi realizada em 2008 e teve grande repercussão social, resultando em diversas reportagens de diferentes veículos de comunicação em Pernambuco. O financiamento para fixação dos Outdoors e realização da campanha ocorreu através do Fundo Ângela Borba, atualmente denominado Fundo ELAS. A iniciativa denominada “Uma mãe ama e protege, duas mães amam e protegem”, foi amplamente reconhecida por diversos setores da sociedade e foi premiada pelo Ministério da Cultura (LEMOS,2019).

AMOTRANS em 16 de maio de 2008. A criação de uma organização específica desse segmento social já vinha sendo estimulada pelo Movimento Leões do Norte, todavia é somente com a iniciativa executada pela ANTRA que a primeira organização de travestis e transexuais surge no contexto do Movimento LGBT pernambucano.

Pouco tempo após a fundação da AMOTRANS, a organização passou a ser liderada por Chopelly Santos. Técnica em enfermagem e servidora pública, se aproximou dos movimentos sociais a partir de atendimentos recebidos no Centro de Referência LGBT localizado em Recife, equipamento a época coordenado pelo Movimento Leões do Norte¹²⁹. Sob a liderança de Chopelly Santos, a AMOTRANS passou a desenvolver uma série de ações que lhe renderam destaque nacional.

No ano de 2011 a capital pernambucana sediou o 18º ENTLAIDS, organizado pela AMOTRANS. Considerado o principal evento da militância de travestis e mulheres transexuais no Brasil, reuniu mais de 180 participantes, contando com uma extensa programação de debates, mesas redondas e apresentações culturais. Com o sucesso do evento e ampliação das ações da AMOTRANS, Chopelly Santos passou a figurar entre as principais lideranças da ANTRA e do movimento de travestis e transexuais no Brasil.

Localmente, a AMOTRANS também se fez presente no Fórum LGBT de Pernambuco a partir da chegada de Chopelly Santos à coordenação colegiada da articulação. O protagonismo do Leões do Norte no Movimento LGBT pernambucano passa a ser dividido com a AMOTRANS e outras organizações. Com a intensificação das disputas no Fórum, o Leões iniciou novas articulações para fundação de um novo espaço de interlocução de Grupos organizados para o combate à homofobia. Esse processo resultará na fundação da Rede LGBT do Interior de Pernambuco no ano de 2011, conforme será discutido logo a seguir no próximo período. Antes disso, se faz necessário apontar a importância de outras organizações no contexto do Movimento LGBT pernambucano no período que vai de 2001 a 2010.

Além das instituições descritas ao longo desta seção, participaram da fundação do Fórum LGBT de Pernambuco ou desempenharam um papel importante na década de 2010, o Centro Homossexual do Cabo (GHC), a Organização Homossexual do Cabo de Santo Agostinho (OHCA), a Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS) e as ONG AIDS Gestos e GTP+.

¹²⁹ O Centro foi financiado pelo Programa Brasil Sem Homofobia e executado pelo Movimento Leões do Norte. Posteriormente, em 2012, o Grupo repassou a responsabilidade do equipamento ao Governo de Pernambuco que o denominou de Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH). O estudo de Feitosa (2017b) discute esse processo de forma mais detalhada.

O GHC surgiu no início dos anos 2000 no município de Cabo de Santo Agostinho, localizado na região metropolitana do Recife. Atuando no campo de prevenção ao HIV junto a comunidade LGBT, o Grupo liderado por Fernando Rodrigues também levantou a bandeira do combate à discriminação homofóbica e passou a se articular em rede através do Fórum LGBT de Pernambuco e da ABGLT. No ano de 2013 Fernando Rodrigues foi eleito Secretário Nordeste da ABGLT durante assembleia geral da associação realizada em Curitiba.

A militância do GHC também teve como foco a responsabilização do poder público pela garantia da cidadania da população LGBT. As interações estabelecidas pelo Grupo com o Estado possibilitaram a criação de importantes equipamentos públicos no município de Cabo de Santo Agostinho, a exemplo da Coordenadoria LGBT, do Serviço de Assistência Especializada em HIV/AIDS e de um Ambulatório LGBT cujo atendimento prioritário tem sido destinado as pessoas trans em processo de transição de gênero.

Ao contrário do GHC que segue em atividade, a OHCA teve uma vida curta. Seu surgimento se deu em meados dos anos 2000 e sua atuação foi marcada por um conjunto de conflitos com o GHC, sobretudo nas disputas pelo protagonismo de representatividade da comunidade LGBT no Cabo de Santo Agostinho. Após ter ingressado no Fórum LGBT, a OHCA passou a se destacar e sua principal liderança, Henrique Eduardo, chegou a compor a coordenação colegiada da articulação. Apesar da sua rápida permanência, a OHCA também foi importante na trajetória do Fórum LGBT pernambucano.

Já a APPS foi fundada em 2002 e surgiu com o objetivo de representar as profissionais do sexo em Pernambuco, lutando pelo reconhecimento da prática da prostituição como direito e atividade laboral legalizada. Desde seu surgimento, a instituição tem forte incidência nas áreas da saúde, educação, cultura e defesa dos direitos humanos das profissionais do sexo. Em 2004 a APPS esteve presente no processo de fundação do Fórum LGBT de Pernambuco e sua principal liderança, Nanci Feijó¹³⁰, manteve participação ativa nesse espaço, contribuindo com a organização da Parada da Diversidade e com outras ações desse espaço articulação política. A instituição representativa das profissionais do sexo também passou a integrar o Fórum de Mulheres e a Articulação AIDS Pernambuco, além de participar de espaços de controle social, a exemplo do Conselho estadual de saúde.

¹³⁰ Uma homenagem a Nanci Feijó foi realizada pelo Fórum LGBT de Pernambuco na 16ª Parada da Diversidade no ano de 2017. Para conhecer mais a respeito da trajetória de Nanci Feijó ver o episódio 14 da 1ª Temporada do Programa Pé na Rua produzido pela Ateliê Produções, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=brKy80amcw>.

A ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero foi fundada oficialmente em Recife no ano 1993 por quatro profissionais: Aciolli Neto, sociólogo; Alessandra Nilo, jornalista; Silvia Dantas, assistente social; e Márcia Andrade, socióloga. As condições para emergência da organização foram possíveis devido o interesse de Aciolli Neto pela questão da prevenção ao HIV. Após ter projetos contemplados por organizações internacionais, o sociólogo fez o convite as demais integrantes que participaram do processo de fundação do Grupo. Na sua atuação, a Gestos especializou-se em produção de material comunicativo na área de prevenção ao HIV e outras ISTs, além de se destacar por oferecer assessoria jurídica as pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Ao longo da década de 1990, Aciolli Neto esteve a frente da Gestos e buscou inserir a instituição nas lutas contra discriminação do então movimento de gays, lésbicas e travestis. Já na década seguinte, após o afastamento do sociólogo, a Gestos participou da fundação do Fórum LGBT de Pernambuco. A partir de 2005, Jair Brandão é indicado pela ONG para representá-la no âmbito do Fórum, contribuindo de forma assídua com a organização da Parada da Diversidade e de outras atividades da articulação.

Já o Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo (GTP+) surgiu em Recife no ano de 1998. O GTP+ lançou mão das linguagens das artes cênicas para realizar ações de prevenção junto às populações mais vulneráveis ao HIV. Wladimir Reis, fundador da ONG, testou positivo para o vírus no ano de 1993. Desde então passou a conviver com diversas experiências discriminatórias tanto em virtude da sua orientação sexual como também devido a soropositividade. Indignado com esse contexto, reuniu forças para fundar o GTP+ que passou a desenvolver uma série de ações de prevenção em diversos municípios, com ênfase na capital pernambucana. O GTP+ também foi um dos Grupos que participou da fundação do Fórum LGBT de Pernambuco e contribuiu com a fundação da AMOTRANS, inclusive cedendo o espaço da sua sede para as reuniões iniciais do primeiro Grupo de travestis e mulheres trans do estado.

Apesar de ter perdido a predominância, o enfrentamento ao HIV/AIDS continuou sendo uma agenda com espaço relevante no contexto da militância LGBT em Pernambuco. Isso se deve, em grande medida, ao trabalho das ONG AIDS. Com o novo contexto social e político do país, o Movimento LGBT passou a investir cada vez mais na reivindicação de políticas públicas e legislações de promoção da cidadania e de combate à discriminação. Com isso, não foram raras as vezes que organizações como a Gestos e o GTP+ tiveram que disputar os rumos das agendas de reivindicação do Movimento LGBT pernambucano.

4.4 2011-2020: ampliando o número de grupos, redes e conflitos

O ano de 2011 começou com os preparativos para o desfile do Bloco da Diversidade nas cidades de Recife e Olinda. Fundado em 2009 sob a liderança de Irene Freire¹³¹, além de agremiação carnavalesca, o Bloco se constituiu como uma ONG, com registro legal e objetivos definidos com vistas a promoção de atividades socioculturais de valorização da diversidade sexual e de gênero. Ao longo dos anos seguintes, o desfile do Bloco foi atraindo um público cada vez maior e a agremiação se consolidou como uma das principais atividades do Movimento LGBT pernambucano no período do carnaval. Passado o período da folia de momo, o Bloco da Diversidade manteve atuação integrando-se ao COMLESBI, Fórum LGBT de Pernambuco e outros espaços de articulação política para o enfrentamento da discriminação.

Desde a sua fundação em 2009, representantes da direção do Grupo mantém diferentes interações com o Estado. A figura 13 abaixo expressa isso. O registro da 3ª edição do Bloco, realizada no ano de 2012, com o tema “Na Zona vote na Diversidade”, Irene Freire posa para foto ao lado do então Prefeito do Recife, João da Costa, acompanhados por um folião inspirado em Carmem Miranda que carrega o estandarte da agremiação. Filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a fundadora do Bloco já ocupou diversos cargos em comissão na administração pública municipal da capital pernambucana.

Figura 13 - 3ª Edição do Bloco da Diversidade.



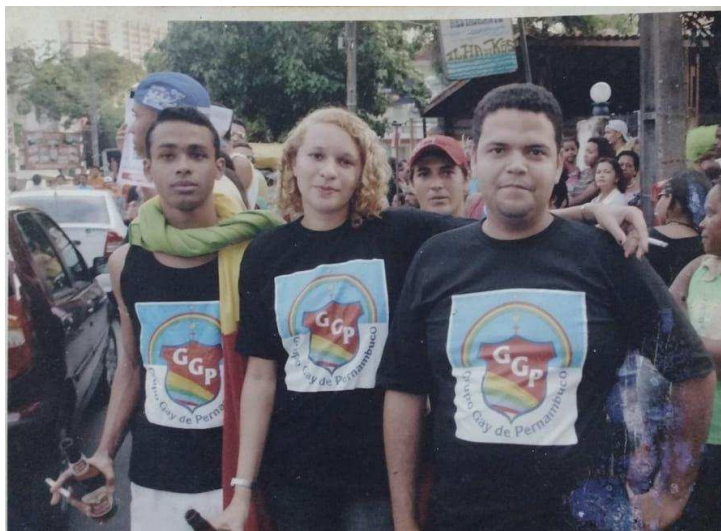
Fonte: Facebook Bloco da Diversidade, 2012

¹³¹ Também participaram da fundação da organização Bloco da Diversidade Irene Maria Fonseca Freire, Fernanda Costa Lima, Micheline Américo, Gerailton Jorge Barbosa, Kátia da Paz Alves e Kalina Régia (LE MOS, 2019).

Quando se trata do Bloco da Diversidade se faz necessário abrir um parêntese para resgatar outra experiência do mesmo nome que ocorreu entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000. Nesse período, o Grupo Gay de Pernambuco¹³², organização liderada por Gilvan Nixon, realizou anualmente alguns desfiles na Avenida Conde da Boa Vista de uma agremiação denominada como Bloco da Diversidade. A atração contava com trios elétricos e ocupava a principal avenida do bairro boa vista no carnaval da cidade do Recife.

O Bloco da Diversidade organizado pelo GGP foi descontinuado com o falecimento do Presidente do Grupo, conhecido como Gilvan Nixon, posicionado a direita no registro fotográfico abaixo. Sua morte causou grande consternação e mobilização no Movimento LGBT de Pernambuco no início dos anos 2000. Gilvan era servidor da Prefeitura do Recife e de acordo com o sistema previdenciário do município, regulado pela Lei 16730/2001, seus dependentes estavam aptos ao recebimento de pensão por morte. Entre os dependentes assegurados pela legislação estão “companheiro ou companheira homossexual”. De posse dessa informação e com apoio de diversos militantes, o então companheiro de Gilvan, conhecido como Júnior Nixon, posicionado a esquerda da Figura 14, solicitou o benefício que foi deferido pela Prefeitura do Recife no ano de 2003. Esta foi a primeira concessão de benefício previdenciário por reconhecimento de uma relação homoafetiva que se tem registro em Pernambuco.

Figura 14 - Membros do GGP e da Comissão Organizadora do Bloco da Diversidade.



Fonte: Acervo pessoal de Adriano. Ano desconhecido.

¹³² Apesar de lançar mão de diferentes estratégias e em inúmeras tentativas, não foi possível localizar mais informações a respeito da trajetória do GGP.

Apesar de ambos serem denominados Bloco da Diversidade, há diferenças entre o evento organizado pelo GGP e a ONG liderada por Irene Freire. O desfile idealizado por Gilvan Nixon trouxe importante visibilidade para o debate da diversidade sexual entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000, mas se tratava de um evento anual e pontual. Por outro lado, a ONG Bloco da Diversidade, fundada no ano de 2009, se trata de uma organização de atuação permanente que se consolidou em diferentes espaços de articulação política do Movimento LGBT de Pernambuco a partir de 2011.

Outros eventos político-culturais também foram organizados pelo Movimento no início da década de 2010 em Pernambuco. No mês de dezembro de 2011 foi realizada a 6ª Parada da Diversidade LGBT de Caruaru e região agreste. Contando com um público considerável, o evento recebeu apoio da Prefeitura do município através da então Secretaria Especial da Mulher que pouco depois viria a abrigar uma Assessoria de Diversidade Sexual.

As diversas Paradas da Diversidade organizadas em municípios de todas as regiões do estado passavam a contar cada vez mais com apoio de órgãos governamentais, inclusive em municípios de pequeno e médio porte. Na maioria das vezes, a organização da Parada resultava em abertura de novos canais de diálogo do Movimento LGBT junto ao poder público. Isso ocorreu sobretudo nas cidades localizadas no interior do estado, onde na maioria dos casos os processos de invisibilidade e violência contra indivíduos que não se enquadram nos padrões heteronormativos podem ser ainda mais intensos.

No início da década de 2010, a região metropolitana do Recife concentrava uma série de iniciativas governamentais, legislações e organizações da sociedade civil especializadas no enfrentamento à LGBTfobia. Já nos municípios situados nas regiões mais interioranas de Pernambuco a realidade era bastante distinta. Mesmo nos locais onde grupos de sujeitos LGBTs haviam se reunido e fundado algum tipo de organização política, a ausência de ações governamentais de combate à violência persistia. Três acontecimentos ocorridos respectivamente nas regiões da zona da mata, agreste e sertão contribuíram para desestabilizar esse processo, sendo eles os surgimentos: (i) da Rede LGBT do Interior de Pernambuco; (ii) do Coletivo Lutas e Cores; e (iii) da Associação Arco-íris Belemita de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros da cidade de Belém de São Francisco (Associação Arco-íris LGBT).

A Rede LGBT do Interior de Pernambuco surgiu em 2011 através do Grupo Sete Cores de Pombos, município da zona da mata pernambucana. A principal liderança do Grupo, Sandro Cipriano, possuía uma trajetória de militância em diferentes movimentos sociais, tendo atuado em organizações estudantis, juvenis e de defesa da agroecologia. Após fundar a ONG Grupo

Sete Cores, Cipriano, com apoio de lideranças do Movimento Leões do Norte iniciou as mobilizações para fundação de uma rede que articulasse as experiências de Grupos de militância LGBT sediados em municípios do interior do estado.

Pouco mais de um ano após a fundação da articulação, o Grupo Sete Cores através de Sandro Cipriano organizou o 2º Encontro da Rede LGBT do Interior de Pernambuco no mês de outubro de 2012. O evento ocorreu na sede do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), uma ONG com atuação na área da agroecologia e da defesa da agricultura familiar. Contando com a participação de lideranças LGBT de diversos municípios localizados no interior do estado, o Encontro recebeu financiamento do Governo de Pernambuco que ajustou a custear as despesas de sua realização. Na Figura 15 abaixo há o registro de uma das mesas de exposição e palestras do evento. Da esquerda para direita é possível identificar Sandro Cipriano, eleito coordenador da Rede LGBT do Interior; Rildo Veras, assessor especial de diversidade sexual do Governo de Pernambuco; e Rhemo Guedes, coordenador do Centro Estadual de Combate à Homofobia.

Figura 15 - 2º Encontro da Rede LGBT do Interior de Pernambuco.



Fonte: Facebook Cleyton Feitosa, 2012.

Sob a liderança do Grupo Sete Cores, tendo apoio permanente do Movimento Leões do Norte, a Rede LGBT do Interior de Pernambuco passou a realizar uma série de eventos de formação de lideranças LGBTs em municípios da zona da mata, agreste e sertão do estado. Muitos desses processos formativos tinham por objetivo fomentar processos de *advocacy*¹³³

¹³³ Advocacy corresponde às tentativas de influenciar o clima político, as decisões sobre políticas públicas, programas e orçamentos, as percepções da população sobre normas sociais, o desenvolvimento e o apoio da sociedade para um determinado tema ou causa, através de um conjunto de ações bem planejadas e organizadas,

para criação de políticas públicas de enfrentamento à discriminação em municípios localizados no interior. Durante os eventos, os participantes passaram por capacitações que deveriam ser replicadas por eles nas suas respectivas cidades.

Essas iniciativas da Rede LGBT contribuíram significativamente para o surgimento de assessorias, coordenações e gerências de diversidade sexual e de gênero em municípios localizados em diferentes regiões de Pernambuco. O trabalho da Rede também possibilitou um espaço de compartilhamento de estratégias de atuação e de experiências políticas de lideranças LGBT do interior do estado. Esses processos também contribuíram para que algumas dessas lideranças assumiram cargos de livre nomeação em municípios que criaram organismos de políticas públicas LGBT.

As ações da Rede LGBT do Interior de Pernambuco, sob a coordenação de Sandro Cipriano, provocaram uma série de modificações no Movimento LGBT pernambucano. Lamentavelmente, Cipriano foi ao que tudo indica mais uma vítima da LGBTfobia. Em 27 de junho de 2019, véspera do Dia do Orgulho LGBT, o ativista foi assassinado com um tiro na cabeça. Seu corpo foi encontrado dois dias após ao crime em um sítio da zona rural de Pombos. Ao ser capturado pela polícia, o assassino negou motivação homofóbica e interesse patrimonial. O inquérito da polícia civil concluiu não haver qualquer indício de crime de ódio em virtude da sexualidade da vítima. A conclusão da investigação despertou indignação em lideranças LGBT de todo o país e revela os processos de silenciamento e negação da violência LGBTfóbica no Brasil, sobretudo em contextos interioranos.

Figura 16 - Homenagem do Deputado Estadual Isaltino Nascimento a Sandro Cipriano.



Fonte: Facebook Deputado Estadual Isaltino Nascimento, 2020.

Um ano após o crime que tirou sua vida, Sandro Cipriano tornou-se patrono da causa da diversidade em Pernambuco. A honraria foi instituída pela Lei 16948/2020, de autoria do Deputado Estadual Isaltino Nascimento, aprovada pela Assembleia Legislativa em junho de 2020. Anualmente, uma série de homenagens continuam a ser realizadas nas redes sociais por organizações da sociedade civil, veículos de imprensa e parlamentares.

Após a morte de Sandro Cipriano, o apoio de lideranças do Leões do Norte tornou-se ainda mais presente no dia a dia da Rede LGBT do Interior de Pernambuco. Os materiais de divulgação dos eventos organizados pela Rede contam, quase sempre, com a logomarca dos Leões. O Grupo da capital pernambucana ampliou sua aproximação junto aos militantes do interior do estado, fortalecendo sua influência.

Enquanto o Sete Cores de Pombos, Grupo responsável pela fundação da Rede LGBT do Interior, se destacou como principal organização de militância LGBT na zona da mata na década de 2010, o Coletivo Lutas e Cores ocupou esse posto no agreste pernambucano. Fundado no final de outubro de 2014, o Coletivo nasceu da inquietação de jovens ativistas com a militância LGBT que até então havia no município de Caruaru. Com uma perspectiva horizontalizada onde não havia uma direção instituída, o Lutas e Cores passou a atrair cada vez mais interessados, chegando a contar com cerca de 40 membros.

Figura 17 - Comemoração do aniversário de 5 anos do Coletivo Lutas e Cores.



Fonte: Facebook Lutas e Cores, 2019.

A divulgação de registros em imagem e vídeo das atividades realizadas pelo coletivo nas redes sociais impressionava os Grupos organizados já existentes em Pernambuco diante da frequência em que ocorriam e do público participante. Pouco tempo após a sua fundação, o Lutas e Cores já contava com representantes no Conselho estadual LGBT e na Rede LGBT do Interior de Pernambuco. Sua atuação influenciou diretamente a fundação ou rearticulação de Grupos de militância em diferentes municípios da região agreste, a exemplo de Belo Jardim, Gravatá, Garanhuns, Pesqueira e Santa Cruz do Capibaribe.

Na 3ª Conferência Estadual LGBT, realizada na capital pernambucana em 2016, a militância do Coletivo Lutas e Cores articulou os delegados representantes dos municípios do interior e a partir disso uma série de propostas dessas regiões foram aprovadas. Em geral, as demandas consistiam na criação, por parte do Governo de Pernambuco, de centros de referência em cidadania e combate à discriminação, ambulatórios especializados no apoio a pessoas em transição de gênero e transferências de recursos para desenvolvimento de outras ações por parte dos municípios. Após a participação de destaque na conferência, o Lutas e Cores foi convidado a integrar o Fórum LGBT de Pernambuco, sendo o primeiro Grupo do interior do estado a compor a articulação.

Além de cobrar a criação de políticas públicas de combate à discriminação e denunciar a negligência dos governos municipal e estadual, o Lutas e Cores se destacou pela diversidade de atividades promovidas, a exemplo de palestras em escolas e universidades, rodas de diálogo, atos, performances, seminários, panfletagens, entre outras. Por iniciativa do Coletivo, a festa do São João de Caruaru passou a abrigar na sua programação uma intervenção cultural LGBT, realizada anualmente no dia do orgulho, em 28 de junho. Confraternizações, festas e debates em estabelecimentos de frequência da comunidade LGBT local também foram promovidos.

Semelhante ao Lutas e Cores, a Associação Arco-íris LGBT de Belém do São Francisco também se destacou por sua atuação no interior do estado. Apesar da existência prévia de outras experiências de militância no sertão pernambucano, a exemplo da Associação Sertão das Cores (ASSERCO) que foi fundada no município de Salgueiro no ano de 2006 e do ativismo de Alzir Brasileiro na cidade de Petrolina desde o início dos anos 2000, a Associação Arco-íris ganhou relevante destaque na década de 2010 em virtude de inúmeras conquistas obtidas junto ao poder público municipal e das mobilizações que realizou.

A primeira edição da Parada da Diversidade em Belém do São Francisco foi organizada no ano de 2013 pela Associação Arco-íris LGBT. A principal liderança da organização, conhecida como Fábio Belíssima, se articulou com o poder público local para garantir o apoio necessário a realização do evento. Com a repercussão positiva da Parada, novos militantes se

engajaram na Associação e o evento passou a ser realizado anualmente. A edição de 2015 foi antecedida por uma semana de atividades que compreenderam a realização de palestras, de uma conferência municipal de políticas públicas LGBT e um ato em alusão ao dia nacional da visibilidade lésbica¹³⁴.

Esse conjunto de mobilizações e as interações estabelecidas pelos militantes com o chefe do poder Executivo e de representantes do Legislativo local possibilitou a instituição de um Conselho Municipal LGBT, a convocação de conferências municipais para discutir propostas de enfrentamento à discriminação, a aprovação de inúmeras legislações municipais incluindo no calendário municipal a celebração de datas comemorativas do Movimento LGBT e a criação de uma diretoria de promoção dos direitos LGBT no âmbito da Prefeitura do município, cargo que passou a ser ocupado por Fábio Belíssima. Em poucos anos, a pequena cidade de pouco mais de 20 mil habitantes localizada no sertão do estado passou a ser uma das principais referências em termos de políticas públicas de combate à discriminação e promoção dos direitos LGBT em Pernambuco.

A movimentação LGBT em Belém do São Francisco entrou em declínio no final de 2017. Esse processo foi resultado da morte de Fábio Belíssima em setembro do mesmo ano. O ativista cometeu suicídio em sua residência. A notícia colocou o Movimento LGBT pernambucano em luto e ascendeu novamente o alerta para as dificuldades de saúde mental enfrentadas por suas lideranças.

O Presidente da Associação Arco-íris e diretor do departamento LGBT de Belém do São Francisco também atuou como presidente do conselho municipal LGBT, membro titular do conselho estadual na primeira composição do colegiado, coordenador regional da Rede LGBT do Interior de Pernambuco e membro do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População LGBT (FONGES). Sua atuação marcou o Movimento LGBT em Pernambuco, sobretudo pelas ações de fortalecimento da organização política em localidades situadas fora dos limites da região metropolitana do estado.

Outro personagem importante na trajetória do Movimento LGBT pernambucano falecido na década de 2010 foi o professor José Ivo, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE). O professor compunha o Fórum LGBT representando a entidade Sindical da qual era dirigente. Sua atuação foi de grande relevância na articulação de apoio financeiro de diferentes Sindicatos para realização de diversas edições da Parada da Diversidade. José Ivo também foi um dos responsáveis por organizar o Encontro

¹³⁴ <http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2015/08/belem-do-sao-francisco-recebe-palestras-sobre-direitos-lgbt.html>.

Estadual sobre Diversidade Sexual LGBT dos Trabalhadores em Educação, em 2010. Liderou ainda o processo de fundação do Coletivo para Assuntos da Diversidade Sexual LGBT na estrutura do SINTEPE, uma espécie de núcleo na diretoria do Sindicato para fomentar ações de combate ao preconceito.

Com a morte do professor José Ivo, em decorrência de causas naturais no final de 2017, o Coletivo LGBT do SINTEPE desarticulou-se por um período de quase dois anos, retomando suas atividades somente em 2019 quando foi realizada a oitava edição¹³⁵ do Encontro de Diversidade Sexual promovido pelo Sindicato. O evento tem mobilizado os trabalhadores da educação de diferentes regiões de Pernambuco para discutir ações de enfrentamento ao preconceito nas escolas e fortalecido iniciativas dos docentes nessa mesma direção.

Observando a trajetória das lutas de combate à discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero no contexto pernambucano nota-se um apoio regular de setores expressivos do Movimento Sindical ao Movimento LGBT. Além da colaboração do SINTEPE na década de 2010, já foi apontado aqui o apoio do SindSaúde e Sindicato dos Bancários na década de 2010, já foi apontado aqui o apoio do SindSaúde e Sindicato dos Bancários na década de 1990 e do Sindsprev/PE nos anos 2000.

Figura 18 - Cartaz da 1ª Edição da Semana Nordestina da Visibilidade Trans.



Fonte: Facebook AMOTRANS, 2014.

Além do apoio regular do Movimento Sindical, do crescimento e da visibilidade adquirida pelos Grupos de militância em municípios interioranos e da ampliação dos debates sobre diversidade sexual e gênero no âmbito do movimento sindical em Pernambuco, a década

¹³⁵ <https://pe.cut.org.br/noticias/sintepe-retoma-coletivo-lgbt-e-realiza-encontro-pela-diversidade-sexual-lgbti-5d56>

de 2010 também registrou uma ampliação da organização política de pessoas trans. A AMOTRANS, fundada em 2008, passou a ocupar cada vez mais uma posição de destaque no Movimento LGBT pernambucano. Chopelly Santos, presidente da organização, foi uma das representantes a tomar posse no Conselho Nacional LGBT em 2011¹³⁶. Isso lhe conferiu uma posição de liderança nacional entre os Grupos organizados de travestis e mulheres trans.

No início de 2014 a AMOTRANS realizou a 1ª edição da Semana Nordestina da Visibilidade Trans¹³⁷. O evento organizado no final de janeiro contou com uma programação extensa envolvendo diversas palestras, atividades culturais e atos políticos. Passadas várias edições, a Semana tem chamado atenção para os processos de exclusão social, dificuldades de acesso a políticas públicas de saúde, educação, moradia, emprego e renda etc., além dos elevados índices de violência contra a população trans.

Figura 19 - Cartaz da 6ª Edição da Semana Nordestina da Visibilidade Trans.

VI SEMANA NORDESTINA DA VISIBILIDADE TRANS
HOMENAGEM AO ATIVISTA E ESCRITOR TRANS JOÃO W NERY
RECIFE | 27 JANEIRO A 01 FEVEREIRO | 2019

PROGRAMAÇÃO

DATA	REALIZAÇÃO	ATIVIDADE	LOCAL	HORA
27/01/19 Domingo	Amotrans-PE	Abertura Programa César de Alencar (Tribuna a Similinha Borba)	Teatro Apolo	18:00h
28/01/19 Segunda	Centro Estadual de Comb. Homo Grupo Liberdade - Goiana Sec. Mulher/Dir. LGBT - Igarassu Mov. Luta Força e Res. Paulista	Dia de Cidadania Trans	Av. Agm. Magalhães	09:00h
		Ação Itinerante	Centro Goiana	09:00h
		Ação Itinerante	Centro Igarassu Paulista	14:00h
29/01/19 Terça	Gestos+Regina+Lessa Andrade Amotrans - PE	Inauguração Jard. Marcela Brandão Cerimônia de Aclauso ao 29 de Janeiro	Pt. Lessa de Andrade Mem. Tortura Nunca Mais	09:00h 16:00h
30/01/19 Quarta	Cord. Saúde LGBT - Recife SERES - PE DADA - Grupo Pesquisa em Rel. Gên. Sexual. Saúde Cord. LGBT de Olinda Cord. Saúde LGBT Camaragibe Movimento Colorir de Pesqueira Projeto Transviver	1 Dia Formação Profissional USF Cine Debate Presidência	Centro F. Paulo Freire PAU/PIB	09:00h 10:00h
		Roda de Diálogo sobre os Avanços das Políticas Trans no SUS	Serra Talhada	10:00h
		Ação Itinerante	TI XAMBÁ	14:00h
		Ação Itinerante	Esp. Darien Gasparetto	18:00h
31/01/19 Quinta	Cord. Saúde LGBT - Recife Sec. da Mulher Caruaru/ Atraca Palmares/ AMAS-Sul	2 Dia Formação Profissional USF	Centro F. Paulo Freire	09:00h
		Chá das Trans / Ação Itinerante	Centro/Sec. Mulher	10:00h
01/02/19 Sexta	Cord. Estadual Int. Saúde LGBT Amotrans-PE SUS - Ser da Luta Orient. Sexual Fábrica Fazendo Arte Coord. Estadual LGBT	1 Seminário sobre Atendimento Humanizado às Pessoas Trans para Curso de Enfermagem	SES / Bengi	10:00h
		1 Festival de Cultura da Amotrans	R. Mamele Simões	18:00h

HOMENAGEADO JOÃO W NERY

João W. Nery (Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1950 - Niterói, 1) foi um psicólogo e escritor brasileiro. Primeiro homem transsexual a realizar cirurgia de redesignação sexual no Brasil, em 1977, ele se tornou ativista pelas causas LGBT, principalmente da população trans. Um projeto de lei do deputado Jean Wytty e da deputada Erika Kokay leva seu nome. Baseada na Lei de Identidade e Gênero da Argentina, o projeto garante o direito de reconhecimento e identificação de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias nem tratamentos hormonais. Em agosto de 2017, João descobriu um câncer de pâncreas. Faleceu às 15 horas de sábado, dia 26 de setembro de 2019, em decorrência de um câncer de pâncreas. Em setembro de 2018, João revelou nas redes sociais que o câncer tinha atingido o cérebro e ele morreu em Niterói, em 26 de outubro de 2019, aos 68 anos.

Fonte: Facebook AMOTRANS, 2019.

Ao longo das edições seguintes, as atividades da Semana continuaram a ser estendidas para diversos municípios da região metropolitana e do interior do estado. Outras Grupos passaram a colaborar com a realização do evento que também tem sido viabilizado com apoio de recursos públicos do governo estadual e de diversas prefeituras. No cartaz da 6ª edição da

¹³⁶ Indicada pela ANTRA, Chopelly Santos fez parte da primeira e da terceira composição do CNCD/LGBT.

¹³⁷ A data de 29 de janeiro foi escolhida para marcar a Visibilidade Trans no Brasil em virtude do lançamento da campanha “Travesti e Respeito” no ano de 2004. Idealizada pelo Ministério da saúde e por lideranças trans, a campanha levou 27 travestis e mulheres transexuais para o Congresso Nacional, buscando chamar atenção da sociedade para a necessidade de inclusão social dessa população.

semana, conforme figura 19 acima, é possível identificar as logomarcas das instituições apoiadoras. A referida edição do evento homenageou João W. Nery¹³⁸, pioneiro no debate a respeito das transmasculinidades no Brasil.

Apesar da homenagem realizada pela AMOTRANS a João W. Nery, a Articulação é alvo de um conjunto de críticas dos homens trans que atuam no Movimento LGBT em Pernambuco. Em geral, as queixas circulam em torno do estilo de liderança de Chopelly Santos, presidente da organização. As principais lideranças transmasculinas também tecem um conjunto de críticas a outras organizações lideradas por travestis ou mulheres trans, a exemplo da Nova Associação de Travestis e Transexuais de Pernambuco (NATRAPE).

Fundada no ano de 2013 em Recife, a NATRAPE é uma associação sem fins lucrativos institucionalizada na forma de ONG que atua na defesa da cidadania da população trans e na promoção dos direitos humanos no estado. Heymilly Maynard, fundadora e principal liderança da instituição no período 2010-2020, trabalhava em uma empresa do ramo *call center* na capital pernambucana. Neste emprego vinha enfrentando episódios de preconceito quando teve acesso a um curso de formação em ativismos LGBT organizado pela ONG Gestos, em 2013. A participação no processo formativo possibilitou o encontro com travestis e mulheres transexuais de diferentes gerações que tinham divergências com a AMOTRANS e propuseram a fundação de uma nova organização. Assim surgiu a NATRAPE que rapidamente passou a se inserir nas atividades do Movimento LGBT em Pernambuco.

Inicialmente, a Nova Associação atraiu uma série de militantes descontentes com a AMOTRANS. Esse processo acabou instaurando um clima de permanente disputa entre as duas organizações de travestis e mulheres transexuais em Pernambuco. O clima de acirramento local se estendia para o plano nacional. Enquanto a AMOTRANS compunha a ANTRA, primeira entidade a articular nacionalmente os Grupos de militância formados por travestis e mulheres trans; a NATRAPE associou-se à Rede Trans Brasil, outra articulação nacional que se fortaleceu após uma série de divergências ocorridas no interior da ANTRA.

No mês de novembro de 2016 a capital pernambucana sediou a 2ª edição do workshop regional nordeste da Rede Trans em Pernambuco. O evento organizado pela NATRAPE reuniu travestis, mulheres e homens trans de todos os estados do nordeste. O evento teve como

¹³⁸ Primeiro homem trans no Brasil, que se tem registro, a realizar cirurgia de redesignação sexual no ano de 1977 em plena ditadura civil-militar. Nery foi um dos pioneiros na reivindicação de direitos para homens trans no Brasil, denunciando a transfobia e a invisibilidade social desses sujeitos. Em 2011 lançou “Viagem solitária – memórias de um transexual 30 anos depois”. Faleceu em outubro de 2018 em decorrência do avanço de um câncer. No mesmo ano recebeu o título Doutor “Honoris Causa” da Universidade Federal do Mato Grosso por sua destacada atuação e militância a favor de direitos LGBT no Brasil.

objetivos fortalecer a Rede Trans na região, atrair novos Grupos para se filiarem a instituição e estimular o *advocacy* junto aos governos estaduais para atendimento das demandas apresentadas pelo segmento.

Figura 20 - Workshop Nordeste da Rede Trans do Brasil organizado pela NATRAPE em Recife.



Fonte: Facebook Heymilly Maynard, 2016.

Apesar de propor uma contraposição ao perfil da AMOTRANS, a NATRAPE também foi acusada de contribuir para invisibilidade das demandas e reivindicações realizadas pelo segmento de homens trans. Uma série de conflitos internos afastou os ativistas transmasculinos dos Grupos lideradas por travestis e mulheres transexuais. Na perspectiva deles, tanto a AMOTRANS quanto a NATRAPE tratavam suas demandas como questões em segundo plano que deveriam ser pautadas por uma espécie de “núcleo” de homens trans dentro dessas organizações. O lugar de núcleo, no entendimento deles, significa que essas Associações não estavam verdadeiramente abertas para suas pautas, tampouco haveria qualquer possibilidade de um homem trans ocupar o cargo de presidente dos referidos Grupos. As disputas por visibilidade e protagonismo também ocorreram na ocupação de cargos em comissão na burocracia estatal.

Quando comparada as experiências de outros segmentos do Movimento LGBT em Pernambuco, a organização política de homens trans é marcada por um conjunto de tensões, desencontros e períodos de desmobilização. Apesar das barreiras enfrentadas, muitas delas no âmbito da própria militância, as experiências transmasculinas tem adquirido cada vez mais visibilidade, obtendo significativas conquistas em termos de políticas públicas para atender as demandas do segmento.

A trajetória de organização política dos homens trans no Brasil passa teve o pontapé inicial durante o 18º ENTLAIDS, realizado em 2011, na cidade do Recife. Na ocasião, um total de 5 homens trans tiveram a possibilidade de participar do evento que contava com mais de uma centena de participantes do gênero feminino (travestis, transexuais e mulheres trans). Apesar de estarem em um número modesto, resolveram fundar uma articulação de caráter nacional que pudesse organizar politicamente homens trans de todas as regiões do país e vocalizar as demandas do segmento por políticas públicas e acesso a cidadania. Assim surgiu a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), formalmente fundada em um encontro realizado na cidade de São Paulo, em julho de 2012, que contou com a participação de 17 homens trans de diferentes estados brasileiros.

Leonardo Tenório e Luciano Palhano, à época residentes em Pernambuco, lideraram o processo de fundação da ABHT, sendo Tenório eleito presidente da rede. O primeiro evento de destaque da Associação foi realizado em Recife. Em 1º de março de 2012 ocorreu o lançamento do livro “Viagem Solitária - Memórias de um Transexual Trinta Anos Depois”, de autoria de João W. Nery, na Livraria Cultura localizada no Cais da Alfândega. Palhano e Tenório se surpreenderam com a grande participação no evento que contou com um público estimado em 400 pessoas. O lançamento do livro teve apoio do departamento de políticas LGBT da Prefeitura do Recife, a GLOS, então coordenada por Rivânia Rodrigues¹³⁹.

A ABHT teve vida curta, encerrando suas atividades em 2014 ao final da gestão da primeira direção eleita. A organização passou por um processo de esvaziamento em virtude de discordâncias do estilo de liderança do seu presidente, Leonardo Tenório. Já no ano de 2013, Luciano Palhano e outros ativistas dissidentes da Associação fundaram o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). A instituição surgiu com objetivos e estrutura similar a ABHT, buscando representatividade em todas as regiões do país.

No contexto local, após um período de desarticulação os ativistas transmasculinos se rearticularam na 3º Conferência LGBT de Pernambuco, realizada em 2016. A presença ativa nesse espaço de participação social rendeu a aprovação de diversas demandas do segmento, sobretudo em relação ao acesso a saúde integral e mais especificamente ao processo de transição de gênero. A reivindicação por visibilidade no Movimento LGBT também foi apresentada e alguns representantes do segmento foram eleitos para compor a delegação do estado na 3º Conferência Nacional LGBT, realizada no mesmo ano na capital federal.

¹³⁹<https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2012/02/29/primeiro-transexual-do-brasil-lanca-autobiografia-no-recife/index.html>.

A participação na 3ª Conferência estadual LGBT colocou diferentes ativistas transmasculinos em contato. Essa experiência resultou na fundação da Associação de Homens Trans & Transmasculinidades (AHTM), ocorrida no início de fevereiro de 2017 na cidade do Recife. O Grupo surgiu vinculado nacionalmente ao IBRAT com a missão contribuir para a construção do acesso a cidadania plena e aos direitos humanos dos homens trans em Pernambuco. Desenvolvendo ações e organizando eventos de forma periódica, a AHTM passou a reunir um número considerável de membros, conforme possível observar na figura 21 abaixo. Pouco mais de um ano após sua fundação, conflitos internos acabaram por fragilizar a associação dos homens trans pernambucanos que no final de 2019 já estava completamente desarticulada.

Figura 21. Celebração de 1 ano de fundação da AHTM.



Fonte: Facebook AHTM, 2018.

No seu breve período de existência a AHTM reuniu ativistas de diferentes municípios para pressionar o Governo de Pernambuco com vistas a ampliação e aperfeiçoamento dos serviços de acompanhamento dos homens trans em processo de transição de gênero no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), instituição pública estadual, integrante do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco (UPE). A Associação também recorreu ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para buscar a intervenção do órgão diante das dificuldades enfrentadas no acesso aos serviços de saúde, tendo a instituição como parceira fundamental nesse processo.

Conflitos no Movimento LGBT pernambucano não se restringiram aos processos de organização de pessoas trans. Recém-chegadas na militância, o núcleo local do Movimento

Mães pela Diversidade¹⁴⁰ se dividiu menos de um ano após sua instalação. Fundado por Gi Machado e Regina Guimarães, ambas mães de LGBTs e residentes na região metropolitana do Recife, o Grupo fundado em 2015 cindiu no início do ano seguinte em virtude de conflitos envolvendo a participação nas atividades da Semana Nordestina da Visibilidade Trans, organizada pela AMOTRANS. Após a divisão, Gi Machado seguiu na condução do Mães pela Diversidade no estado, mas a instituição deixou de compor o Fórum LGBT de Pernambuco. Por sua vez, Regina Guimarães continuou no colegiado como ativista independente e em 2018 fundou o Instituto Transviver com apoio do seu filho, o artista Juan Guiã¹⁴¹.

Figura 22 - Representantes do time de futebol do Instituto Transviver na 18ª Parada da Diversidade Pernambuco.



Fonte: Facebook Instituto Transviver, 2019.

O Instituto liderado por Regina Guimarães surgiu com a missão de acolher a população LGBT em situação de vulnerabilidade social, criando condições de empoderamento e de protagonismo para o exercício da cidadania plena. Desde a sua fundação, a organização tem realizado uma série de iniciativas em termos de promoção de atividades culturais e esportivas, qualificação profissional e acesso a emprego e renda com foco no atendimento de homens trans.

¹⁴⁰ Em Pernambuco, a organização política de mães, pais e familiares de LGBTs para o combate à discriminação foi iniciada com o Movimento Mães Pela Igualdade, liderado por Eleonora Pereira. Seu filho, José Ricardo, foi espancado até a morte no ano de 2010. O crime, defende Eleonora, teve motivação homofóbica. Por sua vez, o Mães pela Diversidade é um Movimento de caráter nacional cujo núcleo em pernambucano foi fundado por Gi Machado e Regina Guimarães.

¹⁴¹ Artista gay que transita pela música, dança, teatro e performance. Também tem atuação na militância da área de defesa dos direitos humanos.

Figura 23. Ativistas LGBT na Missa do Vaqueiro¹⁴².

Fonte: Site do Jornal Diário de Pernambuco, 2017.

A década de 2010 também foi marcada pela ampliação da realização de atividades culturais na temática da diversidade sexual e de gênero. Além dos eventos organizados pelos Grupos de militância, a exemplo das Paradas da Diversidade nos diversos municípios do estado, da intervenção cultural realizada pelo Coletivo Lutas e Cores no São João de Caruaru e do Bloco da Diversidade nas festividades de carnaval em Recife e Olinda, um número considerável de eventos foi organizado por grupos de pesquisa vinculados à universidades públicas e privadas, produtores culturais independentes e estabelecimentos privados com frequência da comunidade LGBT. Até mesmo a Missa do Vaqueiro, tradicional evento religioso realizado na zona rural do município de Serrita, localizado no sertão do estado, tem contado com a participação de ativistas LGBT empunhando a bandeira do arco-íris.

O Festival de Cinema de Diversidade Sexual e de Gênero (RECIFEST), que ocorre anualmente desde 2013, em novembro, no Cine São Luiz, na cidade do Recife, é uma das maiores expressões do processo de ampliação dos debates dessa temática na sociedade. Consolidado e figurando entre os principais Festivais de Cinema LGBT do país, o RECIFEST tem sido um espaço de fortalecimento e visibilidade da produção audiovisual sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil.

¹⁴² A Missa do vaqueiro é um tradicional evento religioso católico realizado à céu aberto, em intenção da alma de Raimundo Jacó, onde vaqueiros nordestinos de várias cidades se reúnem no parque nacional do vaqueiro, sítio Lages, zona rural de Serrita, localizado no sertão pernambucano. No ano de 2017, conforme possível observar na Figura 23, a produtora cultural e proprietária da Boate Metrópole de Recife, Mária do Céu, realizou um ato na Missa buscando chamar atenção para o número de assassinatos motivados por LGBTfobia em Pernambuco: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/movimento-lgbt-faz-ato-na-missa-do-vaqueiro.html>

Figura 24. Cartaz de divulgação da 7ª edição do Recifest.



Fonte: Facebook Recifest, 2019.

Idealizado por Rosinha Assis e Rutilio de Oliveria, ao longo de suas diversas edições o RECIFEST já passou por municípios de todas as regiões de Pernambuco. Palmares na mata norte, Caruaru no agreste e Arcoverde no sertão são algumas das cidades que o Festival já percorreu, mantendo sempre a realização de exhibições no Cine São Luís em Recife. Além dos filmes reproduzidos, a programação do RECIFEST geralmente prevê uma série de oficinas do audiovisual e de debates em torno das questões de diversidade sexual e de gênero. Praças, parques, universidades e escolas públicas estão entre os espaços que já abrigaram algum tipo de intervenção do Festival.

As edições do RECIFEST têm contado com o engajamento de diferentes Grupos do Movimento LGBT de Pernambuco na sua divulgação, mobilização de público e frequência das mostras que ocorrem anualmente no mês de novembro. O apoio estatal vindo de diferentes prefeituras e do governo estadual também tem sido imprescindível para realização do evento. O financiamento com recursos públicos de um Festival que promove a ampliação do debate a respeito da diversidade sexual e de gênero na sociedade, muitas vezes a partir de experiências consideravelmente disruptivas, revela o fortalecimento dessa agenda no contexto pernambucano. Em grande medida, esse processo é resultado dos repertórios de interações estabelecidos pelo Movimento LGBT com o Estado em Pernambuco. É exatamente dessas interações socioestatais que o Capítulo 4 tratará a seguir.

5. REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO SOCIOESTATAIS DO MOVIMENTO LGBT EM PERNAMBUCO

Tudo o que nós conquistamos até hoje não foi dado de mão beijada, não foi dado porque prefeito ou governador é bonzinho, tudo é fruto da luta, nessa luta temos parceiros e aliados, mas temos muitos adversários. Os aliados não nos deram nada de mão beijada, nós temos por que a gente reivindicou e a gente provou por A mais B que é necessário que a nossa população merecia essa reparação histórica, então são reparações históricas que tem acontecido.

Participante I, 2021.

Interações com o Estado são uma constante na trajetória das lutas por respeito à diversidade sexual e de gênero no contexto pernambucano. Desde a experiência do GATHO, na década de 1980, o uso de táticas dessa natureza se tornou comum. O presente capítulo busca responder ao terceiro objetivo específico do estudo identificando os repertórios de interação socioestatais acionados pelo Movimento LGBT em Pernambuco. Sua construção se deu a partir da análise dos dados do *corpus* da pesquisa observando as quatro rotinas das interações entre sociedade e Estado apontadas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), sintetizadas no Quadro abaixo.

Quadro 3 – Categorias de Análise

Repertórios de Interação Socioestatais				
Rotinas	1. Protestos e Ação Direta	2. Participação Institucionalizada	3. Política de Proximidade	4. Ocupação de Cargos na Burocracia

Elaborado pelo Autor. 2022.

Ao longo do Capítulo será possível compreender que entre 1980 e 2020, o Movimento LGBT em Pernambuco acionou diferentes rotinas, combinando uma variedade de repertórios de interação para conquistar seus principais objetivos. Um exemplo muito elucidativo deste

processo foi o conjunto de mobilizações realizadas para criação da Assessoria Especial para Diversidade Sexual vinculada ao gabinete do governador, primeiro departamento de políticas públicas LGBT a constar na estrutura administrativa do Executivo estadual. O anúncio da criação da Assessoria se deu após a realização de uma ação direta; um protesto no Palácio do Campo das Princesas. Anteriormente, em diferentes ocasiões, a demanda pela criação do órgão já havia sido evidenciada em espaços de participação institucionalizada, como nas Conferências LGBT. As lideranças do Movimento também vinham utilizando de suas aproximações com parlamentares para que estes intervissem junto ao poder Executivo em favor da reivindicação apresentada. Finalmente, logo após a criação da Assessoria, o então coordenador do Leões do Norte, Rildo Veras, importante liderança do Movimento, foi nomeado para ocupar o cargo na burocracia estadual.

Em outras situações, também é possível identificar a combinação de diferentes rotinas nas interações socioestatais do Movimento LGBT em Pernambuco. Militantes ocupando cargos na burocracia estatal ofereceram apoio institucional para realização de protestos e outras formas de ação direta, como as Paradas da Diversidade. Ao mesmo tempo, tais atos são mobilizados por gestores de políticas públicas para fortalecer suas demandas por recursos e outras formas de subsídios no interior da gestão governamental.

A combinação de diferentes repertórios de interação contribui, assim, para a ampliação da força do Movimento LGBT nos processos de reivindicação de direitos. Tal conclusão ficará evidente após o exame de cada uma das rotinas apresentadas a seguir.

5.1 Protestos e ação direta

A gente tenta o diálogo e ações advocacy e quando a gente não é ouvido vamos realmente para o tudo ou nada, vamos fechar a rua pra chamar atenção mesmo.

Participante I, 2021.

As primeiras experiências de protestos e ação direta do Movimento LGBT pernambucano datam ainda do início da década de 1980 e são resultado da atuação do GATHO. A principal delas consiste em uma marcha realizada pelas ruas do sítio histórico de Olinda em abril de 1981. Sob a liderança do Grupo olindense, militantes homossexuais de diferentes

estados do nordeste que estavam reunidos nas cidades de Recife e Olinda para participação no EGHON, marcharam ao som de palavras de ordem como “gay unido, jamais será vencido!”.

Embora o processo de abertura política estivesse em curso, o contexto ainda era de autoritarismo e repressão, sobretudo no campo da sexualidade, dada a vigência da ditadura civil-militar. A marcha realizada no EGHON e outras ações dessa espécie ao longo da atuação do GATHO, tinham como objetivo principal conferir visibilidade ao emergente movimento homossexual e estimular um debate mais livre a respeito da homossexualidade.

Marchas e outras formas de ação direta do emergente movimento homossexual pernambucano não pretendiam abrir canais de diálogo direto com o poder Executivo, tomado por presidentes militares no plano federal e por governadores e prefeitos biônicos no contexto local. No início da década de 1980, em Recife, o prefeito Gustavo Krause não havia sido eleito através do voto popular. Na mesma situação se encontrava o então governador Marco Maciel. Ambos exerciam mandatos biônicos. Neste cenário, atos como as marchas contribuíam mais na direção de publicizar demandas e angariar apoio de lideranças políticas mais progressistas para a luta contra a discriminação. Exemplo disso, é a aproximação do GATHO com o poder Legislativo da cidade de Olinda através do vereador Fernando Gondim, conforme discussão que será retomada neste capítulo.

Não se tem registros de protestos e outras formas de ação direta no período que compreende a desarticulação do GATHO e o surgimento do Movimento Antonio Peixoto, exceto se forem consideradas as intervenções de prevenção ao HIV realizadas junto à comunidade homossexual. É somente no final da segunda metade da década de 1990, quando já existiam organizações como AMHOR, Satyricon e Defensores, que a ação direta volta a ser utilizada pelo então movimento homossexual pernambucano.

Já no final dos anos 1990, os grupos militantes passaram a realizar alguns atos públicos em protesto contra a discriminação e pela reivindicação de direitos. Nesse contexto, merece destaque a mobilização realizada em Recife, no ano de 1999, em apoio ao Projeto de Lei nº 1.151/1995 de autoria da então deputada federal por São Paulo, Marta Suplicy. Inicialmente, o objetivo central da proposta legislativa era disciplinar a regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, buscando conceder uma série de direitos aos casais homossexuais. Como esperado, o projeto enfrentou muitas resistências no Congresso Nacional, sendo alterado diversas vezes e nunca levado para apreciação do Plenário.

Após a apresentação da proposta pela então deputada Marta Suplicy (PT), as organizações que atuavam na militância pelo respeito à diversidade sexual passaram a se mobilizar nas mais diferentes regiões do país com o objetivo de angariar apoio popular e político

para a iniciativa. Os encontros nacionais do Movimento, denominados naquele período de EBGLTs, aprovaram moções de apoio à proposta, além de definirem planos de mobilização para ampliar o número de parlamentares favoráveis ao projeto. Uma dessas mobilizações ocorreu na capital pernambucana:

[...] você lembra que teve o projeto da Marta Suplicy que é de noventa e cinco? Então, uma estratégia que a gente fez para dar mídia, exigir direitos iguais e aparecer para a sociedade saber que a gente existia, a gente pegou três drags e montamos um stand ali nos Correios na Guararapes para coletar assinaturas para o projeto da Marta Suplicy (Participante D, 2021).

A mobilização foi organizada pelo AMHOR, Satirycon e Defensores, sendo liderada por este último Grupo. No local escolhido, a frente do prédio da diretoria regional dos Correios em Pernambuco, circulam diariamente uma grande quantidade de pessoas e veículos por se tratar de uma área central do comércio em Recife. A estratégia de ação direta resultou em notícias e debates sobre o tema na imprensa local, apoio público de setores da direção e lideranças do PT, além da solidariedade de outros atores da política institucional pernambucana.

Apesar das mobilizações realizadas em Pernambuco e em diversos outros estados, o projeto nunca foi à votação no plenário da Câmara Federal. O direito ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil só começou a se tornar realidade no ano de 2011, quase duas décadas após a primeira proposta parlamentar nesse sentido, em virtude de uma decisão da Suprema Corte. Mesmo após a deliberação do STF, inúmeros cartórios localizados em diferentes cidades se negaram ou dificultaram a realização do procedimento. Somente em 2013, com a publicação da Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), obrigando os cartórios de todo o país a celebrarem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, que este direito passou a ser efetivado.

Eventualmente, protestos e outras formas de ação direta dos Grupos homossexuais ocorreram em espaços de sociabilidade como bares e restaurantes da região metropolitana do Recife, tanto na segunda metade da década de 1990, quanto no início dos anos 2000. Estabelecimentos como o tradicional restaurante Mustang, localizado no bairro da Boa Vista, frequentado habitualmente por gays e lésbicas, foi alvo de protestos em virtude de atos de discriminação cometidos por funcionários e proprietários do estabelecimento contra seus clientes.

As grandes manifestações do Movimento LGBT em Pernambuco com impacto sobre o processo de reivindicação de direitos ao Estado, só passam a existir com a organização das

Paradas da Diversidade. A primeira experiência dessa forma de manifestação foi liderada pelos Defensores com apoio de outros grupos e ocorreu logo no início dos anos 2000:

A parada que a gente fez que foi a primeira de Pernambuco que de fato foi uma parada, se concentrou no parque Treze de Maio e ela não saiu. O primeiro evento de visibilidade para essa questão aconteceu no parque Treze de maio. [...] quando Isaltino tomou posse como vereador do Recife, surgiu Leões do Norte, surgiu a primeira parada de Pernambuco que seria a segunda. Parada não é no sentido que ela tem que ter um percurso, parada é quando você faz um marco para a sociedade refletir aquela temática, isso foi feito pela primeira vez, está lá nos jornais, na Folha de Pernambuco, a cobertura e as fotos da parada de Pernambuco (Participante D, 2021).

Com a fundação oficial do Movimento Leões do Norte no final em dezembro de 2001, a Parada da Diversidade de Pernambuco passou a ter outro formato. Se o evento liderado pelos Defensores ficou restrito ao Parque Treze de Maio, agora se tornara uma manifestação que transitava pelas principais ruas da área mais central da capital Pernambucana. Saindo da avenida Conde da Boa Vista, o desfile fulgurante ocupou uma das avenidas mais movimentadas da cidade.

Embora a primeira experiência desse tipo de ação direta tenha sido liderada pelos Defensores, o registro do Fórum LGBT de Pernambuco considera como primeira edição do evento àquela liderada pelo Leões do Norte, no ano de 2002. Isso evidencia como o processo de construção de memórias tem sido atravessado por disputas e pela correlação de forças entre as organizações do Movimento LGBT pernambucano. A partir de 2004, o Fórum LGBT passa a assumir a coordenação do processo de organização e realização da Parada da Diversidade, fortalecendo a mobilização a cada ano.

Entre os anos de 2002 e 2020 foram realizadas dezenove edições da Parada da Diversidade de Pernambuco. As cinco primeiras ocorreram no centro da cidade do Recife, partindo da Avenida Conde da Boa Vista. As demais foram realizadas na Avenida Boa Viagem, no bairro de Boa Viagem, com exceção da edição de 2020 que ocorreu de forma virtual, através de um evento transmitido ao vivo nas redes sociais do Fórum LGBT. A opção pela realização de um evento online se mostrou a mais viável diante da emergência de saúde pública motivada pela pandemia da Covid-19.

Apesar da Parada da Diversidade ser realizada no mês de setembro, sua organização se inicia ainda no primeiro semestre de cada ano. As reuniões de preparação envolvem inicialmente a distribuições de tarefas operacionais entre as organizações que compõe o Fórum. Em seguida, ocorre a oficina de definição do tema da edição mediada pelo Instituto Papai e pelo GEMA, sob coordenação do professor Benedito Medrado e seus colaboradores. Finalmente, os

Grupos de militância recorrem à interlocução com representantes do Governo de Pernambuco e da Prefeitura do Recife para viabilização da estrutura que a realização do evento exige, além de buscarem financiamento junto à iniciativa privada e instituições do terceiro setor.

Organizada pelo Fórum LGBT, a Parada da Diversidade de Pernambuco cresceu progressivamente ao longo dos anos em termos de participantes, número de eventos pré-Parada, participação de autoridades e capacidade de mobilização do poder público. Os temas escolhidos anualmente, relacionados abaixo na Tabela 3, demonstram a orientação do evento para a reivindicação de direitos e a denúncia da discriminação. A Parada também conta com ampla cobertura do jornalismo local. Reportagens com a participação de militantes são realizadas pelas emissoras de TV e de rádio. Matérias são publicadas em sites de notícias e em jornais impressos, estes últimos reservando um espaço considerável para analisar e publicar imagens do evento.

Tabela 3 - Paradas da Diversidade de Pernambuco

Ano	Edição	Tema	Local	Quantidade de Participantes estimada pela organização
2001	0	Vencer obstáculos, preconceitos e ampliar conquistas.	Parque Treze de Maio	1.000
2002	1 ^a	Homossexuais, mulheres e homens: todos com direitos.	Avenida Conde da Boa Vista	5.000
2003	2 ^a	A discriminação agride. Eu não.	Avenida Conde da Boa Vista	10.000
2004	3 ^a	Homossexualidade, um assunto bem familiar.	Avenida Conde da Boa Vista	18.000
2005	4 ^a	Direitos Iguais. Nem+ Nem-. União Civil: Diga Sim!	Avenida Conde da Boa Vista	25.000
2006	5 ^a	Violência contra homossexuais: todos tem a ver com isso.	Avenida Conde da Boa Vista	40.000
2007	6 ^a	Amor entre iguais, eu respeito!	Avenida Boa Viagem	80.000
2008	7 ^a	Pernambuco sem homofobia: criminalização já!	Avenida Boa Viagem	100.000
2009	8 ^a	Homofobia dói, machuca e mata: Pela legalização da PL 122/2006.	Avenida Boa Viagem	150.000
2010	9 ^a	Direitos: queremos inteiro. Não pela metade.	Avenida Boa Viagem	200.000

2011	10 ^a	Pernambuco sem homofobia: a mudança começa em você!	Avenida Boa Viagem	400.000
2012	11 ^a	Democracia em todos os cantos: vamos cantar um Pernambuco sem homofobia!	Avenida Boa Viagem	500.000
2013	12 ^a	Felicidade é coisa séria!	Avenida Boa Viagem	600.000
2014	13 ^a	Onde houver ódio que eu leve amor: Pernambuco sem homofobia!	Avenida Boa Viagem	600.000
2015	14 ^a	#VocêNãoEstáSó em nossa família, liberdade é direito!	Avenida Boa Viagem	400.000
2016	15 ^a	Democracia fora do armário!	Avenida Boa Viagem	500.000
2017	16 ^a	Por cidades diversas, nenhum direito a menos!	Avenida Boa Viagem	400.000
2018	17 ^a	QualASuaPlataforma? – Defenda a Democracia e os direitos LGBT!	Avenida Boa Viagem	500.000
2019	18 ^a	Ontem, hoje e sempre. Resistir para libertar.	Avenida Boa Viagem	500.000
2020	19 ^a	Vai Passar! Nossa luta pela democracia não pode parar.	Youtube	100.000

Fonte: Elaborado pelo autor¹⁴³.

Em Pernambuco, as Paradas da Diversidade têm sido constituídas pela imbricação entre manifestações artístico-culturais e atos políticos de denúncia das discriminações motivadas por intolerância à diversidade sexual e de gênero. A guinada estratégica do Movimento LGBT, cada vez mais institucionalizado e orientado para reivindicação de direitos junto ao Estado, não suplantou ou afastou o reconhecimento da importância de incidência no campo da cultura.

[...] a gente vem utilizando a cultura para trazer as nossas bandeiras e para sensibilizar a sociedade. As paradas devem ser consideradas um ato político importante porque ter essa abordagem cultural é estratégia para dialogar, é uma estratégia para dialogar com a sociedade. A gente sempre traz bandeiras de luta e discursos firmes [...] (Participante G, 2021).

Ao mesmo tempo em que as lideranças do Movimento LGBT em Pernambuco interpretam as Paradas como mobilizações que podem resultar em impactos positivos em termos de visibilidade e combate à violência, esses eventos também são compreendidos como ocasiões singulares para mostrar capacidade de mobilização, evidenciar demandas e pressionar

¹⁴³ As fontes de informação para elaboração da tabela 3 foram: (i) entrevistas realizadas para presente pesquisa; (ii) a exposição virtual “Memórias para o Futuro”, produto de um Projeto de Pesquisa conduzido pelo Professor Benedito Medrado com financiamento do CNPq; (iii) redes sociais do Fórum LGBT de Pernambuco; (iv) matérias publicadas em sites de jornais impressos e reportagens veiculadas em telejornais da imprensa local.

o poder público para abrir, ampliar ou efetivar canais de diálogo. O vigor de um evento massivo cuja participação se estima em centenas de milhares de pessoas, também tem sido utilizado para pressionar o Estado a atender reivindicações do Movimento.

Foi no contexto da 1ª edição da Parada da Diversidade de Pernambuco, cuja organização foi liderada pelo Leões do Norte, que ocorreu a sanção da Lei Municipal 16.780 pelo prefeito João Paulo (PT). Autoria do então vereador Isaltino Nascimento, a legislação foi sancionada pelo chefe do Executivo da capital pernambucana no dia 28 de junho de 2002, momentos antes da realização da Parada. A legislação, ainda em vigência, estabeleceu a proibição de qualquer forma de discriminação ao cidadão, em instituições públicas e privadas, com base em sua orientação sexual.

Figura 25 - Ato de sanção da Lei Municipal 16.780 pelo Prefeito João Paulo (PT).



Fonte: Facebook Leões do Norte.

No discurso das lideranças do Fórum LGBT, o significado da Parada da Diversidade está diretamente associado ao processo de reivindicação de direitos junto ao poder público. A Parada enquanto principal expressão da rotina de protestos e ação direta, fortalece a pressão do Movimento junto ao Estado, além de contribuir para o estabelecimento de outras rotinas de interação socioestatais. É no contexto de organização do evento que as lideranças abrem novos canais de diálogo ou fortalecem os já existentes, consolidando, por exemplo, a política de proximidade junto a prefeitos, secretários municipais e estaduais, parlamentares das três esferas da federação e até mesmo com representantes do Ministério Público e do poder Judiciário.

O principal protesto é a Parada da Diversidade de Pernambuco [...], a construção da parada nos dá argumentos e possibilidades de vários encontros [...]. Com a parada eu conseguia ter reuniões com praticamente todas as secretarias do governo do estado. Eu não me esqueço, foi uma das primeiras reuniões que eu tive com o policiamento,

com a polícia militar com a polícia civil, e eu estive também lá nos bombeiros, lá na João de Barros. A gente promove isso, esse momento de formação para as forças de segurança. A gente promove e tem encontros com as diversas secretarias e uma delas era a Secretaria de Defesa Social [...]. Até na Secretaria de Esportes, quando é que você vai imaginar que a secretaria de esporte do estado vai se envolver com a parada LGBT? Tudo a ver, a gente fez uma corrida no dia da parada (Participante H).

Ao longo de quase vinte edições, a Parada da Diversidade de Pernambuco, realizada em Recife, se consolidou como uma das principais do Brasil. Caravanas de municípios das três regiões do interior do estado se tornaram comuns nas edições do evento. Grupos LGBT sediados na zona da mata, agreste e sertão passaram a organizar excursões de ônibus, quase sempre cedidos por prefeituras locais, com destino à Recife, para participação na manifestação. Além disso, diversas paradas da diversidade surgiram em municípios interioranos por iniciativa de organizações locais ou por incentivo de instituições já consolidadas como o Fórum LGBT de Pernambuco, o Movimento Leões do Norte e a Rede LGBT do Interior. Assim como no plano estadual, Grupos de militância das cidades interioranas também têm lançado mão da Parada para obter conquistas em termos de políticas públicas e abertura de canais de diálogo.

Apesar da Parada da Diversidade de Pernambuco ser o principal ato de ação direta do Movimento LGBT, em virtude da sua periodicidade e capacidade de mobilização, outros protestos significativamente relevantes também foram realizados pela militância com o objetivo de pressionar o poder público a atender suas demandas. Exemplo disso, foi a ação direta que resultou no anúncio da criação de um órgão de promoção do respeito à diversidade sexual na estrutura do governo estadual.

A manifestação realizada em 15 de junho de 2009, semanas antes da celebração do dia do Orgulho, foi o ato de encerramento de um curso de formação de lideranças LGBT promovido pelo Instituto Papai, GEMA/UFPE e Fórum LGBT de Pernambuco. A formação foi financiada com recursos do Ministério da Saúde e da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE, sendo organizada em dois módulos. O conteúdo programático do curso foi composto por temas como conhecimentos básicos sobre os poderes Executivo, Legislativo e judiciário; participação social no SUS; o papel das ONGs no controle social da ação do Estado; o histórico e o funcionamento do Fórum LGBT de Pernambuco; além da realização de oficinas operativas.

Figura 26 - Convite do 2º Curso de Formação de lideranças LGBT em Pernambuco.



Fonte: Acervo pessoal Benedito Medrado.

A formação organizada em 2009 pelo Instituto Papai e GEMA/UFPE ocorreu na Ilha de Itamaracá e foi a segunda iniciativa dessa espécie. A ONG e o grupo de pesquisa liderados pelo professor Benedito Medrado já haviam promovido uma edição do curso de formação de lideranças LGBT. Posteriormente, em 2012, a terceira edição do curso foi realizada na cidade de Gravatá, localizada no agreste do estado.

Figura 27 - Registro do 2º Curso de Formação de lideranças LGBT em Pernambuco.



Fonte: Site do Instituto Papai.

Capacitações como essas têm um rebatimento direto nos processos de reivindicações de direitos pelo Movimento LGBT. Os conhecimentos adquiridos nesses cursos qualificam a incidência da militância sobre o Estado, resultando em maiores ganhos em termos de políticas públicas e legislações. As ações formativas conduzidas pelo GEMA e Instituto Papai, como as oficinas anuais de definição do tema da Parada da Diversidade e os cursos de formação de lideranças, também qualificam as interações socioestatais estabelecidas pelo Movimento LGBT. Após participar de um curso de formação, militantes passam a dispor de um corpo de conhecimentos técnicos que capacitam sua atuação em um espaço de participação institucionalizada como o Conselho Estadual de Saúde, por exemplo. Os cursos contribuem ainda qualificando os currículos de militantes para ocupação de cargos na burocracia.

A reunião de lideranças de movimentos sociais para participação em um processo formativo também possibilita uma ocasião para o fortalecimento do sentimento de unidade, a reafirmação da identidade de grupo e a definição de novas estratégias de incidência. Esses processos ocorreram no II curso de formação de lideranças LGBT, ocasião em que a militância presente decidiu encerrar o evento com uma marcha que teve início na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e seguiu até o Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual. No dia 15 de junho de 2009, o ônibus disponibilizado pela organização fez o traslado dos participantes até o centro da cidade do Recife. Posicionadas em frente a ALEPE, empunhando uma grande bandeira do arco-íris e um cartaz que informava o objetivo da marcha, as lideranças seguiram até o Palácio do Campo das Princesas ansiando serem recebidas pelo então governador Eduardo Campos.

Figura 28 - Marcha de encerramento do II curso de Formação de lideranças LGBT em Pernambuco.



Fonte: Acervo pessoal Benedito Medrado.

Já na frente do Palácio do Campo das Princesas, a marcha se transformou em protesto. Após horas de permanência no local e nenhum indicativo de que a comissão formada por integrantes do Fórum LGBT seria recebida pelo governador, as lideranças presentes se entrelaçaram formando um cordão humano que interditou o trânsito no viaduto localizado nas imediações da sede do governo estadual. Apesar das solicitações da guarda municipal e da polícia militar para liberação da via, a interdição persistiu até uma representação do governador se dirigir aos manifestantes.

A gente tinha vindo de um curso lá em Itamaracá, um curso promovido pelo Instituto Papai, um curso de lideranças LGBT e aí na volta do curso a gente parou na frente da Assembleia legislativa e fomos em passeata até o Palácio do Governo. Chega lá, o Palácio do Governo bota aquelas cercas tudo, e uma comissão nossa foi lá para pedir para falar com alguém. E ninguém queria falar. Isso era quase meio-dia. Aí a gente resolveu “vamos fazer uma coisa...”, deitou-se, todo mundo deitou-se na cabeceira da ponte, depois levantamos e demos os braços, e pronto, foi uma confusão. Num instante, Leitão que era secretário da casa civil desceu do Palácio e foi falar com a gente (Participante A).

Nessa ocasião, a ação direta foi acionada após seguidas tentativas do Movimento LGBT de Pernambuco na direção obter a criação de um órgão de promoção do respeito à diversidade sexual na estrutura do governo estadual. No ano anterior a marcha e ao protesto, em 2008, houve grande emprenho da militância para participar da 1ª Conferência Estadual. Neste espaço de participação institucionalizada, a demanda pela criação de um departamento no governo do estado foi colocada em destaque pelos participantes. Todavia, após um ano da realização da conferência ainda não havia nenhuma sinalização efetiva da criação do órgão.

Figura 29 - Protesto do Fórum LGBT na sede do Governo de Pernambuco em 2009.



Fonte: Acervo pessoal Benedito Medrado.

Outro repertório acionado pelo Movimento LGBT pernambucano para pressionar o governador a criar um departamento de promoção de iniciativas governamentais de combate à discriminação, foi a política de proximidade exercida por lideranças do Fórum LGBT e do Leões do Norte, junto ao deputado estadual Isaltino Nascimento. Na época ainda filiado ao PT, o parlamentar compunha a bancada do governo na ALEPE e contava com acesso direto ao então governador Eduardo Campos. Esse processo será melhor analisado ainda neste capítulo. Por ora, cabe pontuar que fazer uso da política de proximidade não resultou na concretização do objetivo pretendido pela militância. Foi somente com a realização do protesto que as lideranças do Movimento LGBT obtiveram o compromisso do governo estadual em atender à reivindicação apresentada.

Com a interdição do trânsito nos arredores do Palácio do Campo das Princesas, o então secretário da casa civil, Ricardo Leitão, recebeu uma comissão composta por representantes do Fórum LGBT:

[...] nós conseguimos ser atendidos pelo secretário da casa civil do governo do estado. Foi dali onde surgiu a ideia e o compromisso do governo de criar um organismo, aí surge no governo de estado o primeiro organismo de políticas públicas para o segmento LGBT que foi a assessoria LGBT ligada ao gabinete do governador Eduardo Campos. (Participante I).

Mesmo com a existência de espaços de participação institucionalizada, como as conferências, e da política de proximidade junto a parlamentares da base aliada ao governo na ALEPE, foi somente através da ação direta que o Movimento LGBT em Pernambuco conseguiu abrir um canal de diálogo direto com a cúpula do governo estadual para reivindicar a criação de um departamento de políticas públicas. Essa experiência demonstra que os movimentos sociais acionam diferentes rotinas nos processos de reivindicação de direitos em interação com o Estado.

A criação de uma assessoria não foi unanimidade. Parte das lideranças do Fórum LGBT ficaram insatisfeitas com a proposta, passando a defender a realização de novos protestos até que o governador assumisse o compromisso de criar uma coordenadoria, órgão superior à assessoria dentro da estrutura organizacional do governo estadual. Uma das lideranças entrevistadas afirmou: “[..] eu dizia a eles pra não se apressarem e não aceitassem uma assessoria, porque era muito pouco. Tinha que ter uma Coordenadoria” (Participante B).

A criação de um órgão com *status* de assessoria, em detrimento de uma coordenadoria que possui um grau mais elevado na hierarquia estatal, é reflexo da limitada capacidade de incidência da militância e da baixa porosidade do então governo Eduardo Campos as demandas

mais concretas apresentadas pelo Movimento, naquele contexto. Em que pese a realização da 1ª Conferência Estadual LGBT em 2008 e o apoio prestado pelo governo estadual para realização das Paradas da Diversidade, não havia indicativo de disposição do governador em criar, dentro da estrutura de seu governo, um departamento para execução de ações contínuas e mais efetivas para o enfrentamento da discriminação.

Mesmo havendo insatisfações, prevaleceu a concordância com o compromisso firmado pelo Secretário da Casa Civil. O acordo firmou ainda que caberia ao Fórum LGBT indicar o ocupante do cargo de assessor para diversidade sexual do governo de Pernambuco. O debate foi tratado na instituição. Íris de Fátima e Rildo Veras foram apontados como lideranças que poderiam vir a ocupar o cargo. Uma votação foi realizada e por ampla maioria de votos prevaleceu a indicação de Rildo Veras.

As rotinas de protesto e ação direta, acionadas pelo movimento para abertura de canal de diálogo direto com a cúpula do governo do estado acabaram se desdobrando em uma nova rotina: ocupação de cargos na burocracia. Com a pressão exercida, o Movimento obteve dupla conquista. O Secretário da Casa Civil, em nome do governador, assegurou a criação do órgão. No processo de negociação, o governo delegou às lideranças do movimento a indicação do futuro ocupante do cargo. Esse acontecimento será retomado novamente no item 5.4 deste capítulo.

Outra ação direta importante do Movimento LGBT em Pernambuco é a Caminhada da Visibilidade Lésbica. Realizada desde 2008 na capital do estado, o evento é organizado pelo COMLESBI com apoio de diversos Grupos locais e nacionais. A caminhada ocorre anualmente no dia 29 de agosto, data em que é celebrada a Visibilidade Lésbica no Brasil. O percurso circunscrito ao centro do Recife, inclui as ruas onde se localizam as sedes da Câmara Municipal, ALEPE e Palácio do Governo.

Ao longo das suas diversas edições, a Caminhada da Visibilidade Lésbica recebeu apoio do poder público com materiais, faixas, panfletos, camisetas e disponibilidade de carros de som/trios elétricos. A articulação do apoio passa pela atuação de militantes que estão ocupando cargos em comissão na prefeitura da capital ou no governo do estado. O ato de realização da caminhada é acionado por militantes ocupantes de cargos comissionados para obterem apoio dos governos que compõem as ações promovidas pelos seus departamentos. A figura 30, a seguir, foi extraída de uma matéria publicada no site¹⁴⁴ da Prefeitura do Recife. Nela, Rivânia

¹⁴⁴ <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/29/08/2012/caminhada-da-visibilidade-lesbica-percorre-centro-do-recife#:~:text=A%20caminhada%2C%20que%20est%C3%A1%20em,o%20P%C3%A1tio%20de%20S%C3%A3o%20Pedro.>

Rodrigues, então gerente de livre orientação sexual da administração municipal, discorria em apoio à Caminhada.

Figura 30 - 5ª Caminhada da Visibilidade Lésbica em Recife organizada pelo COMLESBI em Recife.



Fonte: Site da Prefeitura do Recife, 2012.

Como já apontaram Abers, Serafim e Tatagiba (2014), repertórios de interação são influenciados não apenas pela relação Estado e sociedade, mas também pelas relações internas de governos heterogêneos como os que tem se constituído ao longo das últimas décadas nas três esferas da federação. Um governo do PT, partido em tese mais permeável às agendas do Movimento LGBT, muitas vezes é apoiado por uma coalizão de partidos ligados a grupos religiosos neopentecostais, cujo posicionamento é abertamente contrário a qualquer iniciativa governamental de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. Nesse contexto, as ações dos departamentos de políticas públicas LGBT podem ser inviabilizadas pelas dinâmicas das forças internas do governo. Protestos e outras formas de ação de direta se configuram, então, como recursos para gestores LGBT ampliarem sua capacidade de negociação em governos heterogêneos.

As manifestações realizadas pelo Fórum LGBT de Pernambuco no dia 17 maio, data que marca simbolicamente o combate à homofobia, também podem ser compreendidas nessa perspectiva. Nos últimos anos, os Grupos organizados têm investido em atos de rua. Em 2019, por exemplo, a Ponte Duarte Coelho localizada no centro da capital do estado foi escolhida como um local para realização de uma ação direta. A militância se concentrou na ponte munida de panfletos, faixas e bandeiras do arco-íris. A mobilização que ocorreu próximo da sede do

Legislativo estadual buscou chamar atenção do poder público para o crescimento dos crimes de morte cometidos por intolerância à diversidade sexual e de gênero no estado.

Protestos e outras formas de ação direta também são acionados quando ocorrem casos de discriminação em órgãos e serviços administrados pelo poder público. Exemplo disso, foram as mobilizações que ocorreram no ano de 2017 na estação central do metrô do Recife. No mesmo ano, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), instituição que administra o serviço de transporte metroviário no estado, lançou o vagão rosa, delimitando um espaço específico para mulheres nos horários de pico. Ocorre que funcionários da companhia passaram a expulsar travestis e transexuais que tentaram entrar no vagão disponibilizado.

As duas principais organizações que congregam travestis e mulheres transexuais de Pernambuco, AMOTRANS e NATRAPE, se mobilizaram diante do fato. A AMOTRANS reuniu um grupo de militantes que se deslocou até a estação central do metrô do Recife e tentou acessar o vagão rosa. Diante da negativa dos funcionários da companhia, se iniciou um protesto com palavras de ordens e gravação de vídeos publicados posteriormente nas redes sociais. Uma das filmagens flagrou um dos representantes do metrô exigindo documento de identificação com foto que atestasse o gênero feminino de uma das militantes. Já a NATRAPE, optou por notificar por escrito a superintendência da CBTU no estado, solicitando explicações e retratação sobre o ocorrido.

As mobilizações repercutiram na imprensa local¹⁴⁵ e a superintendência regional da CBTU publicou uma série de notas afirmando defender o respeito à diversidade, retratando-se publicamente e assegurando o livre acesso de travestis e mulheres trans ao vagão rosa. Poucos meses após a mobilização, a proposta do vagão rosa foi abandonada pela companhia. O fracasso da iniciativa se explica pela ausência de fiscalização decorrente das péssimas condições estruturais do serviço metroviário em Pernambuco.

É possível concluir que uma única rotina de interação socioestatal pode ser utilizada pelo Movimento LGBT com diferentes objetivos. No episódio ocorrido no metrô do Recife, a ação direta emergiu com o objetivo de obter respostas e retratação do poder público diante da violência ocorrida. Por sua vez, protestos e marchas realizados no dia de combate à homofobia ou no dia da visibilidade lésbica, buscam demarcar as demandas do Movimento e fortalecer os órgãos governamentais de combate à discriminação. Estes eventos são acionados por militantes que ocupam as chefias dos departamentos de políticas LGBT nos processos de negociação interna em governos de perfil heterogêneo. Já com as paradas da diversidade, busca-se abrir

¹⁴⁵ <https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/grande-recife/noticia/2017/02/03/trans-e-travestis-denunciam-preconceito-no-vagao-rosa-do-recife-660480.php>

novos canais de diálogo com órgãos governamentais e fortalecer aqueles já existentes, resultando na criação de comissões, comitês e grupos de trabalho para o desenvolvimento de ações de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero em diversas secretarias municipais e estaduais. É justamente a respeito desse processo de participação institucionalizada que a próxima seção irá abordar.

5.2 Participação institucionalizada

A gente também tinha uma luta muito aguerrida pelo controle social para a instalação de conselhos e realização de conferências para que a gente pudesse apresentar as nossas propostas, ações e pudesse monitorar. Então as conferências vinham para um espaço democrático de participação para a gente apresentar as nossas pautas e nossas propostas. O conselho viria para a gente fazer o monitoramento, fiscalização das políticas públicas e essa relação com os poderes do Estado.

Participante G, 2021.

As primeiras participações de militantes homossexuais em canais de diálogo formalmente criados pelo Estado em Pernambuco estão situadas no período da segunda metade da década de 1990. Foi o debate em torno da prevenção ao HIV/AIDS que possibilitou esse processo. No Brasil, a doença se alastrou de forma epidêmica em determinados grupos de indivíduos, dentre eles, homossexuais e travestis. No início da epidemia, uma série de orientações atravessadas por conservadorismos e preconceitos foram disseminadas por profissionais da medicina. Matérias de caráter sensacionalista eram estampadas nas capas de veículos de imprensa com grande alcance popular. Somou-se a isso a discriminação já existente contra sujeitos cuja sexualidades atravessavam as fronteiras da heteronormatividade. O resultado foi o surgimento de um estigma que perdurou por anos: “a peste gay”.

Os altos índices de infecção pelo HIV entre a comunidade de homossexuais e travestis, a letalidade motivada pela AIDS em virtude da ausência de medicações eficazes, e os casos de

discriminação impulsionados pela estigmatização desse público, levaram o então Movimento Homossexual a reivindicar atenção e proteção do Estado. É através das políticas públicas e do controle social no setor de saúde que militantes das dissidências sexuais e de gênero passaram a estabelecer repertórios de interação de forma mais sistemática com o Estado.

[..] a nossa militância começou muito pela área da saúde, que era no tempo da peste gay e o AMHOR foi um dos primeiros grupos a discutir a questão peste gay, tanto que o grupo surge a partir disso, pra desmistificar a questão da peste gay, porque tudo que surgia, a questão da AIDS, a homossexualidade e especialmente os gays eram tomados como um veículo transmissor disso, então a gente começou a discutir. A gente então fazia torneio de futebol e ao mesmo tempo falava um pouco sobre a questão da prevenção. Então com essa coisa da prevenção, a gente teve a oportunidade de ser conselheira municipal de saúde representando o Fórum de Mulheres em Pernambuco. O fórum não tinha CNPJ. O CNPJ era das instituições que faziam parte dele. Então o nome que tá lá na cidade de Recife é o do Grupo AMHOR [...], mas no contexto, o Grupo AMHOR representava o Fórum de mulheres de Pernambuco no conselho municipal de saúde (Participante B, 2021).

O AMHOR é a primeira organização do Movimento Homossexual em Pernambuco a ser eleita para um conselho de controle social, passando a integrar um espaço formalmente instituído pelo poder público de caráter participativo. O ingresso da instituição se deu por meio de um processo de parceria com o movimento feminista, através do Fórum de Mulheres. Na prática, Íris de Fátima, representante do AMHOR no conselho municipal de saúde da capital pernambucana, atuou tanto na defesa das demandas reivindicadas pelo Movimento Feminista nesse campo, quanto daquelas de prevenção ao HIV/AIDS.

Com a ampliação dos espaços de participação social nos anos 2000, o já denominado Movimento LGBT pernambucano passou a investir em outras instituições participativas para além dos conselhos de saúde. Esse processo foi influenciado pela eleição de partidos de esquerda, historicamente defensores da democracia participativa no contexto brasileiro, para as prefeituras das cidades irmãs, Recife e Olinda. Em 2001, o petista João Paulo tomou posse como prefeito da capital pernambucana. No mesmo ano, a comunista Luciana Santos assumiu a chefia do poder Executivo Olindense.

João Paulo (PT) e Luciana Santos (PCdoB) logo instituíram o orçamento participativo nas suas respectivas cidades, ampliando a discussão a respeito da alocação dos recursos municipais e das principais demandas populares em termos de políticas públicas e demais ações governamentais. Diferentes movimentos sociais observaram esse processo como uma oportunidade para apresentar e oficializar suas reivindicações junto ao poder público municipal. A militância passou a ser mobilizada para participar das reuniões plenárias do orçamento participativo, conforme afirmou um participante da pesquisa:

Outro momento importante na cidade do Recife para militância LGBT era o orçamento participativo, a gente fazia uma mobilização porque tudo depende do dinheiro, do orçamento. Então a gente pedia para toda militância ir para o orçamento participativo, onde a gente fazia toda a movimentação pra que a gente colocasse lá as demandas. E assim a gente conseguiu passar alguns encaminhamentos referente a pauta LGBT no orçamento participativo (Participante H, 2021)

Guardadas eventuais singularidades, o modelo mais comum de orçamento participativo prevê a realização de reuniões em diferentes áreas do município, geralmente denominadas de regiões político administrativas ou simplesmente regiões administrativas. Reuniões temáticas por áreas de políticas públicas também são realizadas. Infraestrutura, saúde, educação, meio ambiente, assistência social e direitos humanos são algumas das áreas temáticas submetidas à escuta popular.

As reuniões regionais e temáticas têm como finalidade possibilitar aos cidadãos definir as prioridades do município em termos de aplicação de recursos públicos em políticas e ações governamentais. Outro objetivo dessas reuniões é eleger representantes das comunidades e das áreas temáticas para comporem o conselho do orçamento participativo, órgão cuja responsabilidade é acompanhar a execução das propostas aprovadas ao longo dos momentos de escuta.

Tendo conhecimento desse espaço de participação institucionalizada, militantes LGBT apresentaram suas reivindicações e se mobilizaram para que constassem entre as mais votadas pelos participantes das reuniões do orçamento participativo tanto em Recife, quanto em Olinda. Representantes do Movimento LGBT buscaram ainda ser eleitos para compor os conselhos responsáveis pelo acompanhamento da execução das propostas aprovadas. Esse processo resultou na ampliação de ações governamentais de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero em diferentes setores de políticas públicas.

A participação na dinâmica do orçamento participativo também resultava em novas rotinas de interação em virtude das próprias propostas defendidas pelos militantes. Tomando a experiência do município de Olinda, nas palavras de um participante da pesquisa, havia três reivindicações principais no orçamento participativo: “uma era a criação da coordenadoria LGBT do município. A segunda era a publicização dessa lei de 99 que proibia a discriminação por homofobia em Olinda, [...] e a terceira era a criação do conselho LGBT” (Participante A). O atendimento da primeira demanda poderia resultar na rotina de ocupação de cargos na burocracia. Já no caso da efetivação da terceira demanda, se iniciaria um novo processo da rotina de participação institucionalizada.

Ao longo dos anos 2000, reivindicações por ações de combate à discriminação homofóbica por parte do poder público tornaram-se cada vez mais numerosas e frequentes nos diferentes ciclos do orçamento participativo. A quantidade expressiva de militantes LGBT nas reuniões regionais levou a prefeitura do Recife a organizar reuniões temáticas anuais específicas para receber as reivindicações deste público¹⁴⁶.

Quase uma década após a criação do orçamento participativo enquanto um mecanismo de escuta popular nas cidades de Recife e Olinda, a experiência se expandiu para outras regiões do estado. Repetindo um modelo semelhante ao implantando nos municípios da região metropolitana, a prefeitura de Caruaru inaugurou o primeiro ciclo do orçamento participativo da cidade em 2013. A experiência também contou com a mobilização de militância LGBT local que se articulou para incluir suas reivindicações entre as proposições mais votadas.

Outra rotina de participação institucionalizada relevante nessa discussão foram as conferências de políticas públicas e direitos humanos LGBT. Conferências são espaços participativos convocados através de decretos do chefe do poder Executivo cujo objetivo é definir as prioridades em uma área de políticas públicas. A realização de uma conferência é um processo extenso e integrado que atende, inicialmente, aos princípios da participação e do controle social previstos na Constituição Federal. As conferências devem ser realizadas em três instâncias: municipal/regional, estadual e nacional. Iniciando com as discussões nos municípios, cujas etapas elegem delegados que irão compor a etapa estadual. Das conferências estaduais participa a delegação eleita na etapa anterior. Finalmente, delegados eleitos nas etapas ocorridas nos estados participam da conferência nacional.

Embora não fossem novidade no Brasil, foi nos dois primeiros governos do PT à frente da Presidência da República que o número de conferências realizadas foi consideravelmente ampliado. Em 2008, ocorreu a primeira edição de uma conferência convocada por decreto presidencial especificamente para levantar propostas de combate à discriminação homofóbica e de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. A etapa nacional da 1ª Conferência GBLT¹⁴⁷ foi realizada entre os dias 5 e 8 junho, sendo precedida por dezenas de etapas municipais/regionais e estaduais.

Em Pernambuco, o decreto de convocação da 1ª Conferência Estadual foi publicado no mês de fevereiro de 2008 e o evento ocorreu ao longo dos dias 4, 5 e 6 de abril, em Recife.

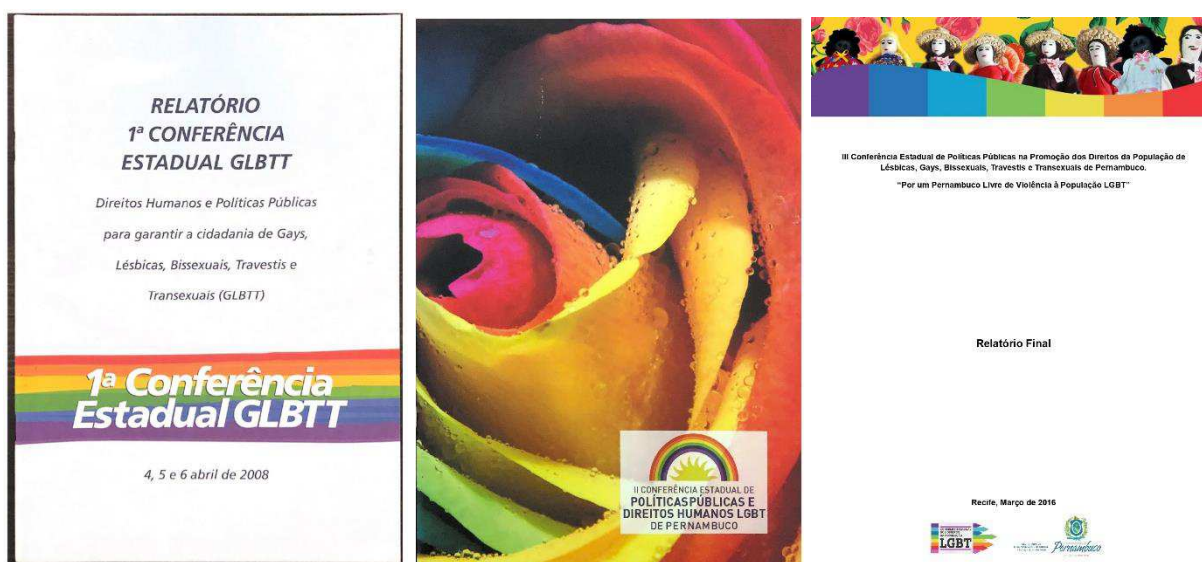
¹⁴⁶ <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/25/08/2012/op-tematico-elege-prioridades-para-o-publico-lgbt>.

¹⁴⁷ Foi no contexto da 1ª conferência nacional que a militância reunida deliberou a favor de uma reivindicação apresentada por lideranças lésbicas para adoção da sigla “LGBT” ao contrário de “GBLT”. Em Pernambuco, a utilização da sigla “LGBT” já ocorria desde o início dos anos 2000.

Diversos militantes participaram como palestrantes do evento, entre eles Rinaldo Almeida, um dos fundadores do GATHO, que foi convidado a proferir uma palestra sobre a “história do Movimento LGBT em Pernambuco”. A etapa estadual deliberou pela aprovação de mais de 200 propostas de ações a serem realizadas pelo governo do estado, dentre elas a criação de um departamento estadual de políticas públicas de combate à homofobia. O órgão só viria a ser criado em 2009 após realização de uma ação direta no Palácio do Campo das Princesas, como evidenciado na seção anterior. A conferência elegeu ainda 17 delegados, representantes do Movimento LGBT e de órgãos governamentais para participar da etapa nacional, em Brasília.

Já durante o primeiro Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff, em 2011, foi convocada a 2ª Conferência Nacional LGBT. Novamente, o governo de Pernambuco realizou a etapa estadual que ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de novembro, em Recife. Desta vez, uma comissão organizadora composta por representantes de órgãos governamentais e de Grupos do Movimento LGBT foi indicada para cuidar da organização da conferência. Ao final do evento foram deliberadas aproximadamente 70 propostas das mais diversas áreas de políticas públicas, dentre elas saúde, educação, cultura, segurança e trabalho. Além disso, 23 delegados foram eleitos para etapa nacional realizada no mês seguinte na capital federal.

Figura 31 - Capas dos Relatórios Finais das Conferências estaduais LGBT.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A 3ª Conferência estadual LGBT foi realizada no tumultuado clima político de 2016, ano do processo de impeachment que veio a destituir Dilma Rousseff da Presidência da República. Pernambuco realizou a sua conferência estadual nos dias 11 e 12 de março, na sede

do Sindsprev/PE, em Recife. Como o estado já contava com Conselho LGBT instituído, coube ao órgão conduzir todo o processo de organização da conferência, promovendo a realização de etapas regionais no sertão, agreste e na zona da mata, além do evento da própria etapa estadual.

Tabela 4 - Conferências estaduais LGBT realizadas em Pernambuco.

Edição	Período	Tema	Nº de propostas aprovadas	Nº de delegados da soc. civil eleitos para etapa nacional	Nº de delegados governamentais eleitos para etapa nacional	Total de delegados eleitos
1ª	4, 5 e 6 de abril de 2008	Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de LGBTs no estado de Pernambuco	213	9	8	17
2ª	18, 19 e 20 de novembro de 2011	Por um Pernambuco livre de pobreza e de discriminação: promovendo a cidadania de LGBTs	68	15	8	23
3ª	11 e 12 de março de 2016	Por um Pernambuco Livre da Violência à População LGBT	40	18	9	27

Fonte: elaborado pelo autor.

As conferências constituíram espaços importantes para o Movimento LGBT em Pernambuco. Nelas, reuniram-se funcionários da burocracia estatal, militantes das diversas regiões do estado, pesquisadores e autoridades para deliberar por demandas de políticas públicas. Todavia, não resultaram necessariamente na ampliação de direitos ou de acesso a políticas públicas. O debate a respeito da falta de efetividade se aplica também a diversas outras conferências temáticas e tem sido objeto de estudo nas ciências sociais, mais especificamente na sociologia e na ciência política. No caso das conferências LGBT, o problema da falta de efetivação das demandas deliberadas possui fatores agravantes. Trata-se de uma área de

políticas públicas que ainda não está consolidada no Estado brasileiro, carecendo de orçamento, departamentos e conselhos de controle social.

A incipiente efetividade das conferências é reconhecida pelas lideranças do Movimento LGBT em Pernambuco:

[...] apesar de nós termos feito várias conferências e ter apresentado as nossas propostas eu não visualizei dentro do governo do estado, por exemplo um PPA, uma LOA que estivesse lá carimbado um orçamento expressivo, específico e significativo para a população LGBTQIA+. Então nós sempre estivemos para o estado num lugar de transversalidade. A gente estava transversal na secretaria da mulher, na secretaria de direitos humanos tinha uma transversalidade lá, entendeu? Mas um lugar nosso como por exemplo, uma secretaria LGBT com orçamento próprio incluso no PPA, incluso no planejamento, nas ferramentas de planejamento do estado e com o orçamento carimbado, nós não tivemos. Acho que a gente precisa avançar mais nesse campo, mas considerando que as conferências do ponto de vista dos debates, das propostas apresentadas e do acúmulo, influenciaram na criação de leis e na criação de políticas públicas voltadas para a população LGBT, com essas considerações que eu fiz sobre um lugar próprio, um orçamento próprio (Participante G, 2021).

O relativo insucesso das conferências LGBT do ponto de vista da transformação de suas proposições em iniciativas governamentais não resultou, contudo, no abandono desse repertório de interação com o estado. A participação institucionalizada via conferências se manteve frequente entre 2000 e 2020. Militantes do Movimento LGBT pernambucano participaram, no período citado, das mais diversas conferências de políticas públicas¹⁴⁸.

Não foi apenas a participação nas conferências que se diversificou. O mesmo ocorreu com os conselhos de controle social. Antes restrita aos conselhos de saúde, tornou-se frequente a presença de representantes do Movimento LGBT em conselhos municipais e estaduais de educação, assistência social, juventude e direitos humanos. Até mesmo a criação de um conselho específico para discutir as questões de interesse da população LGBT não afastou a militância dos órgãos de controle social das demais áreas de políticas públicas. Isso reflete a importância atribuída pelos Grupos organizados a esses espaços de participação institucionalizada.

Atendendo a uma reivindicação expressa nas conferências, o governador Eduardo Campos criou o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco (CEDP/LGBT), através do Decreto Estadual nº 40.189/2013¹⁴⁹. O órgão de carácter consultivo e deliberativo está atualmente vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e

¹⁴⁸ Há registros da participação de lideranças do Movimento LGBT pernambucano em etapas municipais, estaduais e nacionais das conferências de saúde, educação, direitos humanos, assistência social, esportes, cultura, igualdade racial, mulher, idoso e pessoa com deficiência.

¹⁴⁹ Alterado pelos decretos nº 41.912/2015 e nº 47.779/2019.

Juventude (SDSCJ), por meio da Secretaria Executiva de Segmentos Sociais e da Coordenadoria de Políticas para a população LGBT. Sua missão é propor, acompanhar e recomendar a implementação de políticas públicas de interesse da população LGBT em Pernambuco. A criação do conselho por meio de Decreto e não por projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa demonstra os entraves enfrentados nesse debate.

Nosso desejo na época era pra que fosse um conselho criado por lei, aprovado na assembleia legislativa. Foi aí que vieram as resistências, quando começou a se articular lá na assembleia legislativa, vários deputados avisaram que não passava. Os deputados que eram da própria bancada do governo disseram não passava. Na época já tinha Cleiton Collins e companhia limitada. A ideia era de que o conselho fosse criado por decreto do governador e depois a gente vê se transformava em lei. Assim foi feito, o governador criou por decreto o conselho e ainda hoje é por decreto, não passou naquela época. A gente tem insistido a cada legislatura pra ver se ele passa e no início dessa legislatura também nos decepcionamos. Ele também não passa até porque não há resistência só entre os conservadores, existe gente do PT e gente do PSB resistente (Participante I).

A composição do conselho é paritária entre representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais, somando 22 membros titulares e 22 membros suplentes. A duração total do mandato é de 2 anos. Os representantes da sociedade civil são eleitos através de assembleia geral composta pelas organizações devidamente inscritas em edital público. Já a representação dos órgãos governamentais é indicada pelos titulares das secretarias do governo estadual que compõem o órgão.

Figura 32 - Participantes da Assembleia de eleição para 1ª composição do CEDP/LGBT em 2015.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Apesar da criação do Conselho ter ocorrido em dezembro de 2013, a eleição dos conselheiros da primeira composição só foi realizada em abril de 2014 e a cerimônia de posse

só veio a ocorrer em 30 de junho de 2015, data que o conselho entrou em funcionamento. Entre 2015 e 2020, o CEDP/LGBT realizou três eleições para deliberação das organizações da sociedade civil interessadas em compor o órgão. Nesse período, já foram eleitas instituições representantes de todas as regiões do estado. Os resultados dos processos eleitorais têm refletido as coalizões e disputas estabelecidas entre os Grupos que compõe o Movimento LGBT em Pernambuco.

Tabela 5 - Instituições eleitas para o CEDP/LGBT entre 2015 e 2020.

Composição 2015-2017¹⁵⁰	Composição 2017-2019	Composição 2020-2022
AMHOR	AHTM/IBRAT	AMHOR
AMOTRANS	AMOTRANS	AMOTRANS
APPS	ARTGAY Jovem	ArtJovem LGBT
ARTGAY	Coletivo Feminista Entrelaçadas	CANDACES
Articulação AIDS de Pernambuco	Diversa	Fórum LGBT de Pernambuco
ASPRONUNP	Fórum LGBT de Pernambuco	Grupo Gaymado
ASSERCO	Gestos	GHC
ASSERCO	Grupo Gaymado	Gestos
Bloco da Diversidade	Leões do Norte	Instituto Transviver
Coletivo LGBT da CTB	Lutas e Cores	Leões do Norte
Fórum LGBT de Pernambuco	RUA - Juventude Anticapitalista	Rede LGBT do Interior
Grupo Arco-íris Belemita		
Grupo Liberdade		
Grupo Sete Cores		
Leões do Norte		
Movimento Integrar		
Movimento Mães pela Igualdade		
NATRAPE		
Rede LGBT do Interior		
UEP		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao longo dos últimos anos, o CEDP/LGBT vem enfrentando uma série de problemas para o pleno exercício de suas funções. Espaços precários para realização de reuniões, equipe

¹⁵⁰ Na primeira composição foram eleitas organizações para ocupar as vagas titulares de forma separada das vagas suplentes. Esse processo não se repetiu nas demais composições, sendo eleitas apenas 11 organizações nos processos eleitorais seguintes. Assim, cada organização passou a indicar um representante titular e um suplente.

técnica insuficiente, ausência de orçamento para custear transporte e alimentação para participação de conselheiros nas reuniões e baixa penetração das deliberações do órgão nas ações do Governo de Pernambuco, são alguns dos principais problemas enfrentados. Essas dificuldades são alvo de recorrentes queixas de lideranças do Movimento.

[...] tem o Conselho estadual LGBT que não tem orçamento. Estamos na terceira gestão e continua os problemas da primeira gestão. Então isso é bom pra gente? Não, não é. Porque é um conselho frágil, só para o Governador dizer por aí que tem esse Conselho que respeita os LGBTs e etcétera (Participante L).

O Conselho LGBT do estado é uma outra ferramenta, é um outro lugar, outra instância que é importantíssima ter. Foi uma conquista enorme a gente ter, e vamos lutar pra que continue tendo, mas na avaliação que a gente vai fazer é que sempre o Governo não faz a valorização desses lugares. A instância foi criada, mas tá lá sem recursos e sem suporte de encaminhamento [...] (Participante H)

Nós temos a representante do interior, representando a rede LGBT do interior no conselho, ela é lá de Petrolina e quando as reuniões são presenciais ela não participa porque não tem o dinheiro da passagem, não tem o mínimo para que ele possa se deslocar do interior e vir aqui fazer essa reunião (Participante I).

O reconhecimento da importância dos processos de mobilização que resultaram na criação do CEDP/LGBT e da própria relevância do órgão não impede a militância de apontar suas lacunas, fragilidades e baixa efetividade. Os trechos acima, extraídos das entrevistas, evidenciam isso. Também há por parte das lideranças a percepção de que a existência do conselho de controle social é acionada discursivamente pelo governo de Pernambuco apenas se defender das críticas tecidas pelo Movimento.

A compreensão da militância não é desprovida de sentido. A falta de estrutura e os demais problemas que fragilizam o funcionamento do CEDP/LGBT refletem a sua precariedade institucional. Isso ocorre porque a criação do Conselho por si só não garante o seu pleno funcionamento. É necessário disputar orçamento para manutenção das atividades do órgão, dotá-lo de *status* significativamente relevante na estrutura estatal e manter interlocução direta com tomadores de decisão que podem viabilizar a concretização das deliberações tomadas no processo de controle social.

O CEDP/LGBT não foi o primeiro órgão de combate à LGBTfobia criado pelo governo estadual a enfrentar dificuldades de efetividade. A partir de reivindicações apresentadas por lideranças lésbicas, o governo estadual instituiu em 2013 o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco vinculado à Secretaria da Mulher. O órgão de caráter paritário é composto por organizações da sociedade civil e representantes de

secretarias estaduais. Sua missão é propor e monitorar políticas públicas para lésbicas e mulheres bissexuais no estado.

Embora tenha sido oficializado em 2013, o Comitê foi criado informalmente em 2009 sendo resultado de uma visita de lideranças lésbicas do Movimento LGBT para apresentar suas demandas à então Secretária da Mulher do governo estadual, Cristina Buarque. O órgão acabou funcionando informalmente e sua oficialização ocorreu através da publicação de uma portaria:

[...] na minha memória é dois mil e nove, a gente funda esse comitê que não teve portaria. Então a gente passou de dois mil e nove que foi quando começou a ala das mulheres na parada, dois mil e nove, dois mil e dez, dois mil e onze e dois mil e doze a gente pressionando para que saísse a portaria, só em dois mil e treze saiu a portaria. [...] o comitê só é institucionalizado em dois mil e treze quando sai a portaria, uma portaria toda errada e foram vários conflitos por conta disso, mas a gente conseguia reunir as secretarias de governo e as organizações de lésbicas e de pessoas que militam nessas pautas. E assim, o comitê é um espaço muito importante para pensar as políticas para as mulheres [...]. De todo esse tempo de atuação eu posso dizer que a gente conseguiu de fato tirar do papel, primeiro foi a institucionalização que é uma coisa que vai ficar registrado. A gente organizou esses anos todos as alas das mulheres na parada, a gente fez a cartilha se você é lésbica a profissional de saúde precisa saber, foi uma cartilha muito importante [...] (Participante M).

Ao final de 2020 o Comitê já possuía mais de uma década de funcionamento, contabilizando o período desde o ano de 2009 quando ocorreu seu surgimento de modo informal. Em que pese o esforço das lideranças lésbicas que organizaram um processo de cobrança permanente ao governo estadual, poucas ações efetivas foram realizadas. Além da oficialização do órgão através da publicação de portaria no diário oficial do estado, apoio da Secretaria da Mulher para viabilização da ala das mulheres na Parada da Diversidade de Pernambuco e da cartilha “atenção à saúde integral das lésbicas”¹⁵¹, nenhuma outra ação de destaque pode ser citada.

A baixa efetividade do CEDP/LGBT e do Comitê Institucional pró Lésbicas e Mulheres Bissexuais não se repete em outros espaços de controle social que contam com a participação de militantes LGBT. O Conselho Estadual de Saúde é um bom exemplo disso. Em 15 de fevereiro de 2015 o órgão aprovou a “Política Estadual de Saúde Integral para População LGBT de Pernambuco”, oficializada logo em seguida através da publicação da Portaria 060/2015 da Secretaria Estadual de Saúde (SES).

¹⁵¹ A ativista e pesquisadora Ana Carla Lemos foi contratada como consultora pela Secretaria da Mulher de Pernambuco para elaboração da cartilha. Mais informações sobre o documento estão disponíveis em: <http://www.obmidia.org/noticias/secretarias-estaduais-da-mulher-e-de-saude-lancam-cartilha-sobre-atencao-a-saude-da-mulher-lesbica/381>

A reivindicação pela criação de uma política pública para atenção à saúde da população LGBT numa perspectiva integral, para além das demandas de prevenção ao HIV/AIDS e outras ISTs, remonta aos anos 2000 com a participação de Íris de Fátima, liderança do AMHOR, no Conselho Estadual de Saúde. Recorrentemente, a cada composição do órgão, essa demanda foi sendo fortalecida e articulada. Um passo significativo para sua efetivação foi a criação do Comitê Técnico de Saúde Integral da População de LGBT Pernambuco, instituído pela portaria nº 445/2012. O Comitê realizou uma série de ações na construção de uma proposta da Política até finalmente submetê-la à votação no Conselho. Destaca-se, nesse processo, a participação do ativista LGBT Jair Brandão, então conselheiro estadual de saúde enquanto representante da ONG Gestos.

Figura 33 – Reunião do Conselho Estadual de Saúde que aprovou a criação da Política Estadual de Saúde integral da População LGBT em Pernambuco, realizada em 11/02/2015.



Fonte: Facebook Jair Brandão.

Pernambuco foi o primeiro estado do país a instituir uma política específica estabelecendo uma série de ações de cuidado à saúde da população LGBT¹⁵². Além da atuação das lideranças do Movimento no Conselho Estadual, a iniciativa também foi impulsionada pela criação da Política Nacional de Saúde da População LGBT pelo Ministério da Saúde, no ano de 2011. A militância pernambucana soube fazer uso da existência de uma política nacional para fortalecer a reivindicação da criação de uma política local. Além disso, um conjunto de dados foi reunido através da realização de seminários de saúde LGBT em todas as regiões do

¹⁵² <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/03/pernambuco-e-primeiro-estado-a-ter-politica-de-saude-para-publico-lgbt.html>

estado, munindo as lideranças de informações que atestaram a necessidade de criação de uma política de saúde específica no âmbito estadual¹⁵³.

A lançamento da Política Estadual de Saúde Integral resultou, logo em seguida, na criação de um novo cargo no âmbito da SES, a Coordenação de Saúde Integral da População LGBT. Jair Brandão, então membro do Conselho Estadual de Saúde, foi nomeado para ocupar o posto. Nesse caso, fica novamente evidente como diferentes rotinas dos repertórios de interação socioestatais podem ser combinadas, ou ainda, provocar a emergência de outras. A participação institucionalizada de um militante LGBT em um conselho de controle social acabou resultando na ocupação de um cargo na burocracia.

Um processo semelhante ocorreu com a participação de militantes da AHTM no comitê gestor do CISAM. Unidade de saúde vinculada à UPE, o CISAM passou a atender homens trans no processo de transição de gênero a partir do ano de 2017. Com isso, o comitê gestor do hospital passou a contar com a participação de Val Souza, militante da AHMT, organização representativa dos homens trans no estado de Pernambuco. A participação no órgão gestor do hospital tinha como objetivo reivindicar melhores condições de atendimento, tendo em vista as fragilidades existentes. A presença no comitê gestor possibilitou ao militante estabelecer diálogos recorrentes com o Secretário de Saúde e sensibilizá-lo para atendimento da principal demanda reivindicada pelos homens trans naquele contexto: o fornecimento pela SES das medicações necessárias no processo de hormonioterapia.

[...] conversei com o secretário de saúde da época e ele fez o comunicado dessa distribuição dentro de uma reunião clínica. Os médicos estavam lá na reunião clínica e a gente estava fazendo o estudo. Eu já tinha falado várias vezes sobre isso na reunião do comitê e falado com o secretário. Nesse dia chegou o secretário de saúde eu fui lá e falei, aí ele falou pra todo mundo escutar, tinha várias testemunhas de que ele ia fazer e ficou gravado isso, depois ele não tinha como voltar atrás e até hoje a gente recebe sem transtorno essa medicação (Participante O, 2021).

A participação institucionalizada via comitê gestor contribuiu para o estabelecimento de uma política de proximidade. A aposta em ambas as rotinas resultou na conquista do direito ao recebimento de medicações utilizadas por homens trans no processo de transição de gênero, principal demanda reivindicada pela AHTM junto à SES. Como vem sendo possível identificar, a participação institucionalizada possibilita aos militantes estabelecerem a rotina da política de

¹⁵³ Uma linha do tempo da criação da Política Estadual de Saúde Integral da População LGBT de Pernambuco pode ser acessada em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/03/pernambuco-e-primeiro-estado-a-ter-politica-de-saude-para-publico-lgbt.html>.

proximidade com gestores públicos, secretários de governo e outros burocratas que detêm poder de decisão em termos de políticas públicas e ações governamentais.

Ao final de 2020, pôde ser contabilizada a existência de dez órgãos de controle social específicos para tratar de questões de interesse da população LGBT em Pernambuco, conforme disposto na Tabela a seguir.

Tabela 6. Órgãos de controle social das políticas de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero em Pernambuco.

Governo estadual / Prefeitura	Região sede	Nome
Governo estadual	RMR	Comitê Pró-Lésbicas e Mulheres Bissexuais
Governo estadual	RMR	Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT
Governo estadual	RMR	Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT
Prefeitura de Belém do São Francisco	Sertão	Conselho Municipal dos Direitos da População LGBTQIA+
Prefeitura de Caruaru	Agreste	Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT
Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes	RMR	Conselho Municipal LGBT
Prefeitura de Paudalho	Zona da Mata	Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT
Prefeitura de Ouricuri	Sertão	Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT
Prefeitura de Serra Talhada	Sertão	Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT
Prefeitura de São Lourenço da Mata	RMR	Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT

Fonte: elaborado pelo autor.

As potencialidades da participação institucionalizada, como a possibilidade de estabelecer interlocuções diretas com tomadores de decisão, parece ser uma das motivações para que militantes se engajem em conselhos de controle social nas três esferas da federação. Entre 2000 e 2020, diversos militantes oriundos do Movimento LGBT pernambucano participaram de conselhos nacionais de controle social, tais como o CNCD/LGBT, Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

Tabela 7 - Participação de Militantes do Movimento LGBT de Pernambuco em conselhos nacionais de controle social entre 2000 e 2020.

Militante	Conselhos que compôs	Organizações que representou
Alexandre Magno	CNS	Articulação Nacional de AIDS (ANAIDS)
Chopelly Santos	CNCD/LGBT e CNDM	ANTRA
Cleyton Feitosa	CNCD/LGBT	ArtGay Jovem
Edvaldo Souza	CNS	ABGLT
Émerson Santos	CNCD/LGBT	ArtJovem LGBT
Jair Brandão	CNS	Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+)
Marylúcia Mesquita	CNCD/LGBT	CFESS
Sandro Cipriano	CONJUVE	SERTA

Fonte: elaborado pelo autor.

A presença de militantes do Movimento LGBT pernambucano em conselhos nacionais de controle social foi afetada pelos acontecimentos decorrentes da deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República. Seu sucessor, Michel Temer, impôs uma série de limitações orçamentárias aos órgãos de controle social, dificultando o seu funcionamento. A partir de 2018, com a posse de Jair Bolsonaro no cargo, o princípio da participação popular na administração pública expresso na Constituição Federal foi amplamente desrespeitado. Ocupando o principal cargo político do país, Bolsonaro editou um decreto¹⁵⁴ extinguindo dezenas de órgãos de controle social criados em governos anteriores, dentre eles o CNCD/LGBT.

O processo de extinção do principal espaço de participação social para acompanhamento e proposição de ações de combate à homotransfobia no Brasil teve grande impacto nas interações socioestatais. Lideranças do Movimento LGBT tiveram seus mandatos sustados nos conselhos de controle social recém extintos, impondo a construção de novas estratégias para obtenção dos seus objetivos junto ao Estado.

Além dos conselhos de controle social, comitês e do orçamento participativo, outra rotina de participação institucionalizada com considerável engajamento do Movimento LGBT em Pernambuco são as audiências públicas. Merecem destaque, especialmente, aquelas convocadas pela ALEPE e pelo MPPE. Embora as primeiras audiências públicas para discutir

¹⁵⁴ Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019.

o problema da homofobia tenham ocorrido ainda no início dos anos 2000, foi a partir da década de 2010 que esta rotina se tornou mais frequente.

As audiências públicas convocadas pelas casas do poder Legislativo, como é o caso da ALEPE, são reuniões abertas promovidas por comissões do órgão que contam com a participação de cidadãos, ONGs, especialistas no tema debatido e demais interessados para discutir questões relacionadas às matérias legislativas em tramitação ou ainda para tratar questões de interesse público. Já as audiências públicas convocadas pelo MPPE são caracterizadas como instrumentos de caráter extrajudicial que objetivam colher informações necessárias para o prosseguimento de inquéritos abertos pelo órgão.

Há perspectivas distintas em relação à efetividade das audiências públicas enquanto instrumentos de caráter extrajudicial. Uma das lideranças entrevistadas, membro da AHMT, afirmou que através dessa rotina de participação institucionalizada foi possível obter avanços: “muitas vezes a gente tentava informar o órgão com diálogo só enquanto instituição direto com a instituição de saúde e nós não conseguíamos avançar. A gente levava essas pautas para o ministério público, discutia e conseguia construir, era esse o processo” (Participante O). Ele se refere aos entraves encontrados por homens trans ao tentar acessar unidades de saúde. Nessas circunstâncias, as audiências convocadas pelo MPPE eram suficientes para destravar os processos.

Por outro lado, também foi possível identificar uma perspectiva bastante crítica em relação à efetividade da atuação do MPPE através da convocação de audiências públicas.:

Infelizmente são audiências que levam o tempo imenso e que não tem resultado, onde eu, enquanto gestor chego lá e eu posso enrolar o Ministério Público e fica por isso mesmo, era muito cansativo essas audiências com o Ministério Público. O Ministério Público ele é um órgão importantíssimo pra gente, que a gente ainda acredita nele, mas, olhe, eu desanimei, viu? Tanto que ultimamente eu não vou mais em audiência do Ministério Público, porque é um processo longo, você vai pro processo pra discutir uma questão, o gestor vai lá, diz que faltou isso, faltou aquilo, ponto, marcamos outra audiência e isso não chega no fim, você desacredita também nesses processos, entendeu? Então é uma coisa muito mais na teoria do que na prática (Participante L).

Boa parte das audiências públicas realizadas pelo MPPE ocorrem para subsidiar inquéritos abertos pelo 8º Promotor de Direitos Humanos da Capital, Maxwell Vignoli. O promotor é reconhecido entre as lideranças do Movimento LGBT pernambucano como importante aliado diante de situações de violação de direitos. A atuação do promotor na abertura de novos inquéritos ou no andamento daqueles já existentes também passa pela rotina da política de proximidade estabelecida entre os Grupos organizados e a sua promotoria.

Figura 34 – Audiência em alusão ao dia de combate à homofobia, realizada em 05 de maio de 2015 na ALEPE.



Fonte: site da ALEPE.

As inúmeras audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa têm conferido visibilidade ao problema da homofobia em Pernambuco. Geralmente realizadas em alusão a datas que compõem o calendário de mobilização do Movimento LGBT, as audiências públicas contam com massiva participação da militância. Embora pouco efetivas em termos de resultados por parte do poder Legislativo, são importantes para a manutenção das interlocuções estabelecidas por lideranças LGBT junto à parlamentares. Em muitos casos, a realização das audiências é provocada pelas interações estabelecidas pelo Movimento com setores do poder Legislativo. Novamente é possível identificar a combinação de diferentes rotinas. Nesse caso, a participação institucionalizada com a política de proximidade. É justamente esta última que será examinada em detalhes a seguir.

5.3 Política de proximidade

[...] conversar com parlamentares e com chefes do Executivo a gente conversa, eu não tenho problema se é direita, esquerda, se é dá banda de lá ou de cá, o que importa é estar lá pra verem que a gente existe [...].

Participante J, 2021.

Conforme definição de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), nas interações Estado-sociedade a política de proximidade se fundamenta nos contatos pessoais estabelecidos por

integrantes da sociedade civil com aqueles que ocupam posições no Estado. Esse processo envolve negociações diretas com tomadores de decisão que podem resultar na conquista de novos direitos ou destravar o acesso a direitos já formalmente existentes. As razões pelas quais representantes de Movimentos Sociais são reconhecidos como interlocutores legítimos podem variar substancialmente. Entretanto, uma característica imprescindível dessa rotina é a possibilidade de “falar diretamente” com tomadores de decisão.

Entre 1980 e 2020, os Grupos do Movimento LGBT pernambucano adotaram diferentes estratégias de aproximação com representantes dos poderes estatais. Retomando rapidamente a experiência do GATHO, já explorada a contento ao longo desta tese, a política de proximidade estabelecida junto ao vereador Fernando Gondim da cidade de Olinda se iniciou ainda no período pré-eleitoral. Em meados de 1982, apenas dois anos após sua fundação, o GATHO já tinha obtido o reconhecimento por parte de diversos setores da sociedade enquanto uma organização que representava o então Movimento Homossexual em Pernambuco.

Dentro desse contexto, Fernando Gondim, à época promotor público, recorreu aos militantes do GATHO após uma tentativa de suicídio cometida por seu filho no início da década de 1980, fato que o marcou profundamente. Se iniciara assim uma relação que perdurou ao longo de todo período de existência do GATHO. No ano de 1982, quando Fernando Gondim lançou sua candidatura à câmara municipal de Olinda pelo MDB, os militantes homossexuais atuaram na coordenação e obtiveram espaço para apresentação de suas demandas.

[...] a gente fez a campanha mesmo dele, eu, Reinaldo e Zé Popó, a gente fez a campanha de Fernando Gondim junto a população gay de Olinda, os homossexuais de Olinda. E a quem a gente conhecia a gente pedia voto. E naquelas festas, passeatas que se faz, vereador e não sei o quê, a gente ia na frente, de comissão de frente, a gente dizia que éramos as franquetes e gondizetes, tudo dando pintas na frente e chamando o povo pra votar em Fernando Gondim. E quando ele foi eleito, ele foi o mais votado naquele ano de 82, ele não nos abandonou de jeito nenhum, pelo contrário, chamaram a gente para conversar (Participante A, 2021).

Apesar do primeiro contato entre o GATHO e Fernando Gondim ter ocorrido por iniciativa deste último, os militantes souberam identificar a possibilidade de estabelecer uma relação de proximidade com um agente público imbuído de ambições políticas. Conforme o relato acima, a participação na campanha se deu de forma ampla e visível, num esforço que aponta para uma demarcação de espaço por parte da militância. Obtendo expressiva votação, Fernando Gondim foi eleito o vereador mais votado do pleito. Tal posição lhe possibilitou apresentar e aprovar por unanimidade na câmara municipal matérias legislativas construídas em articulação com o GATHO.

Em 1983, no seu primeiro mandato, Fernando Gondim apresentou uma Moção de Repúdio ao código 302.0 da CID/OMS na Câmara Municipal de Olinda. Aprovada com votação favorável de todos os vereadores, a matéria se tratava da principal reivindicação do então Movimento Homossexual naquele contexto. Reeleito em 1986, o vereador atuou para incluir na Lei Orgânica do município a proibição de discriminação por orientação sexual, novamente provocado por militantes remanescentes do GATHO. Com a aprovação da matéria e promulgação da Lei em 1990, Olinda compôs a lista do reduzido número de municípios brasileiros a dispor de tal proibição expressa na legislação.

A relação estabelecida entre o GATHO e o vereador Fernando Gondim que se iniciou ainda no período pré-eleitoral de 1982, avançou para uma política de proximidade que resultou em importantes conquistas. Isso colocou o Grupo em destaque entre as demais organizações do então Movimento Homossexual do país e, no contexto pernambucano, ampliou o debate na sociedade a respeito do tema da homossexualidade.

Esse processo ganha ainda mais importância se forem consideradas as barreiras políticas existentes para a pauta do combate à discriminação sexual no contexto dos anos 1980. As agendas de reivindicação do Movimento Homossexual não eram rechaçadas apenas pela ditadura civil-militar e o campo político de direita que lhe dava sustentação. Em expressivos setores da esquerda também imperava uma intensa rejeição a essa discussão. Um exemplo emblemático da homofobia que imperava na esquerda partidária durante o período da ditadura civil-militar foi relatado por um dos participantes da pesquisa:

E a gente sabe que a esquerda também tinha o mesmo ranço que a direita conosco. Enquanto que a esquerda dizia que a gente era a resultado da derrocada do capitalismo e desvio burguês, a direita e os outros capitalistas diziam que a gente era comunista. Então, a gente ficava no meio desses tiros dos dois. E aí ainda me lembro, teve uma vez que em uma reunião do PCB lá na minha casa do um cara chegou e falou, “esses frangos não sei o quê, tem que morrer”. Me levantei e disse, “pois não, a porta da rua é serventia da casa, porque esse partido que não tem nem sede e está se reunindo na casa de um frango, e só se reúne porque o frango abriu a porta da casa deles para se reunirem, portanto, você não fica na minha casa não. Porque uma pessoa que diz que o dono da casa onde o Partido faz reunião devia morrer por ser frango, eu sou frango, então você vai ter que sair. Tchou”. “Deixa disso”. “Deixo não, mas não deixo mesmo porque isso aqui é uma questão de dignidade. Se eu deixar vai querer me matar” (Participante A, 2021)

Mesmo no PT, partido historicamente mais permeável às agendas de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero, não era possível identificar um posicionamento institucional de combate à discriminação sexual na década de 1980. Apesar disso, já existiam setores influentes no partido que defendiam o apoio ao então Movimento Homossexual. Isso levou organizações como GATHO a se aproximar da agremiação partidária, como ocorreu com

a participação de militantes do Grupo na convenção regional do PT estadual realizada em Recife no ano de 1980.

Com a desarticulação do GATHO, a política de proximidade só volta a ser acionada por militantes homossexuais no final da década de 1990, já no contexto da primeira gestão de Jarbas Vasconcelos à frente do governo estadual. Grupos como AMHOR, Defensores e Satyricon estabeleceram interlocução com Claudia Molina, então delegada da polícia civil de Pernambuco. Essa aproximação foi possível a partir do fortalecimento dos Grupos e da maior visibilidade das denúncias de violência homofóbica. Nesse processo, a delegada passou a atuar informalmente como porta voz e representante da secretaria de segurança pública para acolher e dar encaminhamento as denúncias apresentadas pelos Grupos. Apesar dos esforços realizados pela militância e da atenção da delegada para com a pauta, poucos resultados foram obtidos em termos de avanços nas investigações ou de ações de combate à discriminação por parte da então secretaria de segurança pública.

Resultados mais tangíveis da rotina política de proximidade começam a surgir no final dos anos 1990 a partir da atuação da militância dos Defensores junto ao Legislativo em Recife e Olinda. Alessandro Monte, principal liderança do Grupo, já atuava nesse período em diálogo com o vereador de Recife, Dilson Peixoto, e com o vereador de Olinda, Marcelo Santa Cruz. Ambos filiados ao PT, apresentaram nas respectivas casas legislativas projetos de lei determinando sanções a estabelecimentos comerciais que praticassem atos de discriminação por orientação sexual.

Em Recife, o projeto de lei de autoria do vereador Dilson Peixoto foi aprovado pela Câmara Municipal e a legislação de número 16.325 foi sancionada sem grandes impasses pelo então prefeito, Roberto Magalhães, no ano de 1997. Já na cidade de Olinda, a propositura do vereador Marcelo Santa Cruz enfrentou algumas resistências. Mesmo após ser aprovado pela Câmara Municipal, o projeto de lei não foi sancionado por Jacilda Urquiza, então prefeita do município, que optou pelo veto integral da matéria. Com isso, coube ao poder Legislativo municipal derrubar o veto e promulgar a lei 5.168 em 22 de abril de 1999.

Observando os bons resultados da aproximação com membros do Legislativo, a militância dos Defensores optou por ampliar as relações. O Grupo articulou a realização de um debate entre os prefeituráveis da capital pernambucana nas eleições municipais do ano 2000. A iniciativa, realizada conjuntamente com a militância do MNU, contou com a presença de quase todos os candidatos, com exceção do prefeito Roberto Magalhães que buscava reeleição. Na ocasião, os candidatos foram questionados a respeito de suas propostas para combater o racismo e a homofobia.

Foi na câmara municipal de vereadores do Recife e até para os que se diziam apoiadores da causa, não tinham praticamente as propostas mensuráveis. Então o debate fluiu mais no sentido de a gente provocar eles e eles apresentarem no plano de governo que eles não tinham, qual era a linha de atuação que seria pautada para esses dois segmentos da sociedade, tanto para a população negra quanto para a população LGBT. No final das contas nenhum dos candidatos tinham uma proposta, tinha o discurso que apoia e vai apoiar, aquele discurso que a gente já conhece, mas palpável mesmo não tinham um plano de governo com essa pauta dos direitos humanos, ninguém tinha, tinha o discurso de João Paulo que iria apoiar e apoiou, fez inúmeras iniciativas durante o processo do mandato dele (Participante D).

Conforme o relato da liderança entrevistada disposto acima, mesmo os candidatos que se apresentaram como apoiadores das pautas, não dispunham de propostas de combate à discriminação racial e homofóbica nos seus programas de governo. Diante disso, é possível verificar a importância da realização do debate não só como uma estratégia de aproximação, mas também como meio para inserir as agendas de reivindicação dos Movimentos Negro e LGBT nos programas de propostas das candidaturas. A iniciativa dos Defensores também obteve bons resultados e o Grupo conseguiu manter interlocução com João Paulo, eleito prefeito do Recife nas eleições realizadas em 2000. No seu primeiro mandato foram implementadas diversas iniciativas de promoção do respeito à diversidade sexual.

A desarticulação dos Defensores nos anos seguintes não encerrou a realização dos debates temáticos organizados pelo Movimento LGBT em Pernambuco. Pouco tempo após a sua fundação, o Leões do Norte passou a promover esses momentos de apresentação de propostas com candidatos à prefeitura do Recife e ao governo de Pernambuco. O primeiro debate promovido pela militância do Leões ocorreu nas eleições municipais de 2004 e foi realizado no Clube Metrópole, um dos principais espaços de sociabilidade da comunidade LGBT em Recife.

Figura 35. Debate promovido pelo Leões do Norte nas eleições de 2018.



Fonte: site Marco Zero.

A realização de debates se mostrou uma profícua oportunidade não só por possibilitar o estabelecimento de novas relações com diferentes agentes políticos, mas também porque permitiu o fortalecimento das relações já existentes. Os debates promovidos pelo Leões passaram a contar com amplo apoio dos demais Grupos do Movimento LGBT pernambucano, tanto na mobilização de candidatos, quanto de público para participar do evento. A parceria estabelecida com o Clube Metrópole perdurou e o único debate que não foi realizado no local ocorreu nas eleições municipais de 2020. Na ocasião, devido à pandemia de covid-19 e as medidas sanitárias vigentes, optou-se pela realização do debate no formato *online*.

O Movimento Leões do Norte também fez uso da rotina de política de proximidade com representantes do poder Legislativo, especialmente com Isaltino Nascimento, ex-líder sindical e principal incentivador da fundação da organização. Como já se sabe, a relação estabelecida entre ambos teve início ainda no processo de surgimento do Grupo, mas seguiu sendo fortalecida com o passar dos anos. Eleito vereador do Recife nas eleições municipais de 2000, tornou-se deputado estadual já no processo eleitoral seguinte, realizado em 2002.

Militantes do Leões do Norte e das demais organizações do Movimento LGBT pernambucano recorreram a relação de proximidade com Isaltino Nascimento em inúmeras ocasiões. Uma delas foi na realização da 1ª Parada da Diversidade. Sem recursos para viabilizar a estrutura do evento, buscaram o apoio do então vereador para custear o trio elétrico necessário para a manifestação. Isaltino Nascimento também foi acionado diversas vezes para facilitar o acesso dos Grupos a secretários, prefeitos, governadores e até mesmo aos membros do poder Judiciário. Os projetos de lei apresentados pelo parlamentar na Câmara Municipal do Recife e na ALEPE, também foram resultado da presença constante de militantes em seu gabinete. Certamente a relação que se estabeleceu entre o Movimento e o parlamentar foi de ganho mútuo. Se por um lado o deputado tem atuado para viabilizar o andamento das reivindicações dos Grupos organizados, por outro, conta com apoio de setores expressivos na militância LGBT nas suas campanhas eleitorais.

A política de proximidade desenvolvida pelo Leões do Norte não ficou restrita ao deputado Isaltino Nascimento. O trânsito de lideranças do Grupo com diferentes parlamentares e gestores dos governos estadual e federal foi fundamental para execução do principal projeto executado pela organização: o Centro de Referência LGBT.

Financiado com recursos do Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004, no primeiro Governo Lula, os centros de referência LGBT eram projetos que ofereciam atendimento às vítimas de homofobia em parceria com organizações da sociedade civil. Grupos do Movimento LGBT recebiam recursos federais suficientes para custear as despesas do aluguel

de um espaço físico e do pagamento de salários para contratação de uma equipe profissional multidisciplinar, geralmente composta por profissionais das áreas de psicologia, assistência social, pedagogia e direito.

O trânsito de lideranças do Leões do Norte com tomadores de decisão do Executivo era construído, em muitos casos, em meio a outras rotinas de interação socioestatal. Conforme relato abaixo de uma das lideranças entrevistadas, o convite para o Grupo executar o projeto foi resultado das aproximações estabelecidas com ocupantes de cargos na burocracia federal durante a 1ª Conferência Nacional LGBT e da participação em reuniões com a equipe do Programa Brasil Sem Homofobia:

Nós tínhamos participado da primeira conferência e nós já tínhamos algumas reuniões com o Brasil Sem Homofobia, já tinha uma articulação. Nós fomos convidados e mesmo com essa insegurança nós decidimos ir, [...] durante três ou quatro anos nós coordenamos o projeto, depois que a gente viu que ele estava consolidado entendemos que o projeto deveria ser uma política pública, não apenas um projeto. Nós sempre entendemos qual é o papel do movimento social e qual é o papel do governo. O Papel do movimento social não é realizar a política pública, isso cabe ao poder público, nesse sentido nós fizemos uma transição tranquila, respeitosa e honesta com os outros grupos do movimento social. Responsável, principalmente, nós não pegamos a banheira com o menino dentro e jogamos pro estado, tipo toma que é teu, nós procuramos a secretaria de justiça de direitos humanos da época, iniciamos esse diálogo e dissemos olha, a gente entende que isso é uma política pública e o estado de Pernambuco teve que assumir. Então fizemos uma transição bem legal e bem bacana.

Coordenado pelo Leões do Norte entre 2008 e 2011, o Centro de Referência LGBT realizou centenas de atendimento no período. Posteriormente, o Grupo decidiu procurar o governo do estado, fazendo uso da política de proximidade também construída no plano local, para tornar o Centro uma política pública estadual. Um processo de transição foi iniciado e o governo de Pernambuco inaugurou o Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH)¹⁵⁵, no ano de 2012. A partir de então, o estado passou a dispor de uma política pública de acolhimento e atendimento de vítimas da violência LGBTfóbica.

Para além do Leões do Norte, outros Grupos do Movimento LGBT de Pernambuco lançaram mão da rotina política de proximidade. Um exemplo disso se traduz no esforço coletivo que as organizações fizeram no ano de 2009 para instalação da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT na ALEPE. Em grande medida, a propositura formalizada pelo deputado Isaltino Nascimento recebeu o número necessários de assinaturas para sua instalação em virtude da atuação da militância. Uma série de visitas aos gabinetes dos parlamentares foram realizadas

¹⁵⁵ Já sob responsabilidade do governo estadual, o CECH apresentou diversas fragilidades. A dissertação de Cleyton Feitosa (2016) evidencia bem isso.

por articulação do Fórum LGBT. Cristiano Oliveira, então membro do Satyricon, atuou como coordenador de todo o processo, reunindo lideranças do Movimento, visitando gabinetes e recolhendo assinaturas.

A solenidade de instalação da primeira edição da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT ocorreu em 18 de setembro de 2009¹⁵⁶. Sob a presidência do deputado Isaltino Nascimento, suas atividades incluíram discussões de projetos, realização de audiências públicas, indicações ao Executivo e o acolhimento de demandas trazidas pelo Movimento. Conforme disposto pelo regimento da ALEPE, as frentes parlamentares precisam ser reinstaladas a cada legislatura. Isso foi feito em 2011, quando a Frente LGBT recebeu novamente o número de adesões necessárias e seguiu em atividade, desta vez sob a presidência do deputado estadual Daniel Coelho¹⁵⁷.

Na nova legislatura que se iniciou em 2015, a Frente não entrou em funcionamento em virtude da ausência da quantidade mínima de votos necessários para sua instalação¹⁵⁸. Isso ocorreu por articulação da bancada de deputados ligada às igrejas neopentecostais, sob liderança do deputado estadual pastor Cleiton Collins. Diversos parlamentares da base aliada ao governador Paulo Câmara não atenderam à orientação do governo, votando contra a instalação da Frente ou apenas não comparecendo no dia da votação.

Os entraves comuns nas agendas legislativas de combate à LGBTfobia se intensificaram consideravelmente na década de 2010. Esse episódio da não instalação da Frente Parlamentar na ALEPE evidencia de forma bastante nítida as dificuldades enfrentadas pelo Movimento LGBT no poder Legislativo. Apesar do considerável esforço da militância ao buscar estabelecer conexões com diferentes parlamentares, a derrocada das matérias legislativas de enfrentamento à discriminação tornou-se fato comum no período.

O uso da rotina política de proximidade pelo Movimento LGBT pernambucano, via de regra, não se pauta pelo perfil ideológico dos detentores de mandato eletivo. O pragmatismo nas estratégias adotadas pelos Grupos organizados é frequente, sobretudo na relação com membros do Legislativo. Ao indagar uma liderança sobre as relações estabelecidas com diferentes vereadores e deputados, a resposta obtida foi: “a gente dialoga bem com eles, a gente quer buscar soluções pra resolver a pauta LGBT, não importa o partido que esteja [...] (Participante K, 2021)”.

¹⁵⁶ <https://www.alepe.pe.gov.br/2009/09/19/pernambuco-instala-frente-parlamentar-pela-cidadania-lgbt/>

¹⁵⁷ É época filiado ao PV.

¹⁵⁸ <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/assembleia-legislativa-rejeita-criacao-da-frente-pela-cidadania-lgbt-em-pe.html>

Alinhamentos ideológicos dos parlamentares e de seus respectivos partidos podem não ser levados em consideração diante de demandas consideradas mais urgentes pela militância. Nos últimos anos, foi possível assistir interlocuções do Movimento LGBT em Pernambuco com parlamentares filiados a partidos situados no espectro político da esquerda e centro-esquerda, tais como PSOL, PT, PSB e PCdoB; do centro, a exemplo do PV e do Cidadania; bem como da centro-direita como PTB, PSDB e DEM¹⁵⁹.

Por outro lado, também está presente a percepção de que os governos liderados por partidos de centro-esquerda se mostraram mais abertos às agendas de reivindicação do Movimento LGBT:

Quando o Fórum [LGBT] surgiu, o contexto político era muito favorável no estado de Pernambuco e Recife, a gente tinha governos de centro e esquerda, eram governos que a gente tinha a possibilidade de estabelecer diálogos e apresentar as nossas pautas [...]. A gente estava dialogando com os governos, com as secretarias de desenvolvimento social e direitos humanos e com os parlamentares mais progressistas apresentando as nossas pautas. Foi assim que a gente conseguiu avançar, inclusive o estado de Pernambuco hoje se não for o estado, é um dos estados onde existe mais políticas públicas voltadas a população LGBT no Brasil (Participante G, 2021).

A entrevistada se refere às experiências das gestões petistas à frente da Prefeitura do Recife entre 2001 e 2012, bem como às gestões do PSB no governo estadual a partir de 2007. De fato, foram nestes períodos em que surgiram o maior número de políticas públicas e outras iniciativas governamentais de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero em Pernambuco. Cabe acrescentar outras duas experiências de governos de centro-esquerda nesta lista: as gestões do PCdoB na Prefeitura de Olinda entre 2001 e 2016, e do PDT na Prefeitura de Caruaru entre 2009 e 2016.

Todavia, não pode ser desconsiderado o atendimento de demandas apresentadas pelo Movimento LGBT em governos de partidos que estão fora do espectro político da centro-esquerda. Exemplo disso, foram as gestões do PSDB na cidade de Jaboatão dos Guararapes, entre 2009 e 2016. O então prefeito Elias Gomes criou um departamento de políticas de combate à homofobia, um conselho municipal LGBT e ofereceu amplo apoio para promoção de inúmeras iniciativas governamentais de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero.

¹⁵⁹ Diversas lideranças políticas de Pernambuco que possuem experiência parlamentar foram apontadas como próximas dos Grupos LGBT pelos participantes da pesquisa. Entre parlamentares e ex-parlamentares mais citados estão: Creuza Pereira, Daniel Coelho, Dilson Peixoto, Humberto Costa, Isaltino Nascimento, Laura Gomes, Luciana Santos, Marília Arraes, Maurício Rands, Paulo Rubem Santiago, Priscila Krause, Raul Jungmann e Teresa Leitão.

Figura 36. Capa da 257ª edição do Diário Oficial do município de Caruaru.



Fonte: Facebook Lutas e Cores.

Com a criação dos departamentos de políticas públicas LGBT em diversos municípios e no governo estadual, houve um processo de trânsito de lideranças para o campo estatal. Diversos militantes foram nomeados para ocupar cargos em comissão nos órgãos recém-criados, levando consigo as experiências, expertises e articulações adquiridas no âmbito dos Movimentos Sociais. Esse processo será melhor analisado na próxima e última seção deste capítulo.

Antes de seguir adiante, entretanto, é pertinente destacar que a política de proximidade exercida pelo Movimento LGBT em Pernambuco não se restringe às chefias do Executivo ou aos membros do Legislativo. Há, também, aproximações com integrantes de órgãos que estão fora da estrutura desses poderes. A relação do Movimento com o MPPE é singular para evidenciar isso.

As interações estabelecidas por militantes com promotores públicos e outros integrantes do MPPE resultaram em importantes iniciativas. Em 2012, o órgão foi pioneiro no país ao instituir uma Comissão de Direitos Homoafetivos¹⁶⁰ na sua estrutura interna. O ato de criação de um organismo específico para atender demandas da população LGBT pelo MPPE chamou atenção de outros estados. Esse movimento fez com que em maio de 2013, o Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPGE), aprovasse a criação de uma Comissão de Direito à Diversidade Sexual no âmbito de cada Ministério Público Estadual.

¹⁶⁰ Criada pela Portaria PGJ nº1.769/2012, datada de 31 de outubro de 2012.

Entre os anos de 2013 e 2014, as Circunscrições do MPPE localizadas em diversos municípios do estado receberam os "Encontros de Direito Homoafetivo", sob o tema "Promoção da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero"¹⁶¹. Os eventos reuniram gestores públicos, militantes e pesquisadores para subsidiar a atuação do MPPE no enfrentamento da discriminação e na promoção dos direitos da população LGBT pernambucana.

A então Comissão de Direitos Homoafetivos passou a ser denominada de Núcleo de Diversidade Sexual e de Gênero do MPPE. Em 2014, o Núcleo lançou uma cartilha construída a partir da colaboração de diversas organizações do Movimento LGBT. O documento elaborado numa linguagem simples e acessível, apresenta informações sobre orientação sexual e identidade de gênero, além de informar a localização dos órgãos responsáveis pelo atendimento de vítimas da LGBTfobia em Pernambuco.

Figura 37. Capa e contracapa da Cartilha de Direitos da População LGBT publicada pelo MPPE.



Fonte: site do MPPE.

Embora o Núcleo de Diversidade Sexual e de Gênero do MPPE seja composto por mais de uma dezena de promotores titulares das entrâncias instaladas nas diversas regiões do estado, as interações do Movimento LGBT com o órgão privilegiam a 8ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de Recife, cuja titularidade é ocupada por Maxwell Vignoli. O promotor é considerado um colaborador das reivindicações apresentadas pela militância. Ao longo de sua atuação, foram instalados diversos inquéritos e emitido uma quantidade significativamente considerável de recomendações ao governo estadual no que diz respeito ao combate à discriminação e garantia de direitos da população LGBT.

¹⁶¹ Os Encontros ocorreram em Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Caruaru, Garanhuns, Nazaré da Mata, Palmares, Petrolina, Recife, Salgueiro e Serra Talhada.

Além de visitar gabinetes parlamentares, construir relações amigáveis com tomadores de decisão e estabelecer alianças eleitorais, a política de proximidade do Movimento LGBT em Pernambuco envolve também a distribuição de prêmios e honrarias como parte do processo de interação com autoridades. Em 2016, no âmbito das comemorações da 3ª Semana Nordestina da Visibilidade Trans, a AMOTRANS concedeu o Troféu Monique Rodrigues, principal honraria da organização, ao promotor Maxwell Vignoli.

A entrega de premiações não é exclusividade da AMOTRANS. Outros Grupos também mantêm prática semelhante. Em 2017, o Coletivo Lutas e Cores concedeu sua premiação ao então Coordenador de Saúde LGBT da SES, Luiz Valério, na categoria gestor público. O Coletivo vinha construindo uma série de articulações para implementação da Política de Saúde LGBT no município de Caruaru. Ao encontrar barreiras na secretaria municipal de saúde, articulou-se com a SES, via coordenação estadual de saúde LGBT, na tentativa de destravar o processo.

Figura 38. Entrega do Troféu Monique Rodrigues ao Promotor Maxwell Vignoli.



Fonte: Facebook Amotrans.

Tendo um histórico de atuação em Movimentos Sociais, Luiz Valério é acionado frequentemente por lideranças do Movimento LGBT pernambucano para mediar interlocuções com secretarias municipais de saúde. A presença de militantes ocupando cargos na burocracia do poder Executivo se tornou bastante frequente em Pernambuco e tem sido uma das estratégias utilizadas para avançar nas agendas de reivindicação junto ao Estado. A próxima seção deste capítulo examinará essa rotina de interação socioestatal.

5.4 Ocupação de cargos na burocracia

Eu aconselho a maioria dos militantes a ocuparem esses cargos porque isso nos enriquece, uma coisa é você está militando do lado de cá e outra coisa é você estar lá sentido na pele como é que as coisas funcionam mesmo sendo um partido de esquerda e mesmo sendo um partido que historicamente sempre apoiou a luta, mas as coisas não são fáceis de acontecer e há resistências.

Participante I, 2021.

Conforme apontam Abers, Serafim e Tatagiba (2014), para alguns movimentos sociais brasileiros, ocupar cargos na burocracia para alcançar seus objetivos tornou-se uma estratégia comum. No caso do Movimento LGBT em Pernambuco, esse processo teve início no ano de 2005, com a criação de uma Gerência de promoção do respeito à diversidade sexual no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife. A criação do órgão ocorreu no segundo governo do prefeito João Paulo que havia sido reeleito nas eleições do ano anterior. Recife foi uma das primeiras capitais do país a contar com um departamento específico para elaboração e execução de políticas de combate à homofobia.

A criação da GLOS, Gerência de Livre Orientação Sexual, na Prefeitura do Recife foi resultado das diferentes rotinas de interações estabelecidas entre os diversos Grupos que compunham o Fórum LGBT de Pernambuco e o Executivo municipal. A política de proximidade com o prefeito João Paulo, por exemplo, remonta ao período pré-eleitoral das eleições do ano 2000, com a participação de lideranças do Movimento na sua campanha e a organização de debates por parte de Grupos de militância. A proximidade junto a outros atores da política institucional, como o parlamentar Isaltino Nascimento, também contribuiu para vocalizar as reivindicações do Movimento. Além disso, os Grupos optaram por aproximar-se de Amparo Araújo, então secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife. A gestora passou a colaborar com as ações do Movimento, cedendo salas para reuniões, materiais solicitados pelas lideranças e apoio às reivindicações apresentadas. Não por acaso, a GLOS foi criada no âmbito da secretaria na qual Amparo Araújo era titular.

Além da política de proximidade, a partir de 2001, com a posse do prefeito eleito, outras rotinas foram acionadas como a participação institucionalizada e a ação direta. A primeira ocorria via plenárias do orçamento participativo, ocasiões em que lideranças LGBT se

mobilizaram para aprovar diferentes propostas de seus interesses, dentre elas a criação de um departamento de políticas públicas na gestão municipal. Já a segunda se materializou com a realização das Paradas da Diversidade, iniciadas no contexto do primeiro governo João Paulo, pressionando à gestão a responder as demandas apresentadas pelo Movimento.

A GLOS contou inicialmente com uma equipe formada por três cargos, sendo um gerente e dois assessores. Cleiton Bessoni, membro orgânico do PT do Recife, foi nomeado como gerente do órgão. Rivânia Rodrigues e Adrian Passos que possuíam histórico de atuação em Movimentos Sociais e tinham filiação no partido, foram nomeados assessores. A nomeação do gerente despertou certo incômodo nas lideranças do Fórum LGBT, conforme relato da participante abaixo. As sucessivas críticas à atuação do gestor resultaram na sua exoneração.

Se cria o organismo da gerência através do movimento social, mas o movimento social não é escutado naquele momento que teve o primeiro gestor lá que foi Cleiton Bessoni, é uma pessoa maravilhosa, um companheiro maravilhoso, ele é muito bom de marketing gráfico, mas nada dessa questão LGBT e foi muito ruim, enquanto ele tava lá, teve vários problemas (Participante J, 2021)

A vacância do cargo abriu espaço para novas articulações. A proximidade do Leões do Norte com o deputado estadual Isaltino Nascimento, aliado de primeira hora do prefeito João Paulo, foi determinante para decisão tomada nos dias seguintes à exoneração de Cleiton Bessoni. O cargo de gerente da GLOS passou a ser ocupado por Rildo Veras, militante dos Leões, permanecendo Rivânia Rodrigues e Adrian Passos como assessores. Contando com amplo apoio dos Grupos membros do Fórum LGBT, a equipe realizou uma série de iniciativas como a organização de eventos culturais, articulação interna para publicação de decretos e envios de projetos de lei à Câmara Municipal, e a realização da 1ª Conferência municipal para receber demandas de políticas públicas de diversidade sexual e gênero, ocorrida no ano de 2007.

Com a aprovação e a visibilidade do trabalho realizado, a GLOS passou a ocupar um lugar de destaque dentre os departamentos dessa natureza no país. Sua experiência, contudo, demonstra que a ocupação de cargos na burocracia em departamentos de políticas públicas de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero é, em geral, permeada por conflitos entre lideranças, mediada pela atuação em partidos políticos, atravessada por hierarquias existentes no âmbito Movimento LGBT e pelas desigualdades vigentes na sociedade.

Eram muitos conflitos com relação a ocupação de cargos públicos. Quando surgiam os cargos públicos, eram muitos os conflitos entre as mulheres lésbicas e os homens gays para ocupar esses espaços. A nossa capacidade de afirmar uma mulher lésbica nesse espaço passava necessariamente pela relação política partidária. Nós não tivemos muito espaço na hora de indicar os nomes, nós validávamos ou não os nomes.

As pessoas que ocuparam esses espaços felizmente são pessoas comprometidas com o movimento e com as bandeiras de luta, mas elas não foram indicadas pelo Fórum, elas foram indicadas pelos partidos e trouxeram os seus nomes para serem validados no Fórum, essa ocupação dos cargos públicos se dava de um modo geral nesse nível (Participante G, 2021).

A primeira liderança do gênero feminino a assumir o cargo de gerente da GLOS foi Rivânia Rodrigues, em 2008, após pedido de exoneração de Rildo Veras que voltou ao Leões do Norte para atuar como coordenador do Grupo. A nova gerente permaneceu no cargo até o final de 2012, sendo exonerada no início do ano seguinte em virtude da nova configuração política na Prefeitura do Recife, agora liderada pelo prefeito Geraldo Júlio, filiado ao PSB. Por sua vez, Rildo Veras atuou na coordenação de importantes projetos executados pelo Leões do Norte, dentre eles o Centro de Referência LGBT, até ser nomeado no ano de 2009 para ocupar a recém criada Assessoria Especial para Diversidade Sexual no âmbito do gabinete do governador de Pernambuco.

As interações socioestatais estabelecidas pelo Fórum LGBT foram decisivas para que lideranças do Movimento passassem a ocupar cargos na burocracia da prefeitura do Recife e no governo estadual:

Nós começamos a dialogar com a prefeitura do Recife, com João Paulo para a criação de equipamentos e desenvolvimento de políticas públicas que atendesse a população LGBT, através desse diálogo com o prefeito João Paulo para criar a gerência de livre orientação sexual, a gente conseguiu criar junto com Isaltino aquela lei que proíbe a discriminação e locais públicos e privados [...]. Depois a gente conseguiu no governo de Eduardo Campos criar uma assessoria especial LGBT que foi ocupada pelo companheiro Rildo e a gerência foi ocupada pela companheira Rivânia. Eu entendo que essa relação nossa com o Estado e com os poderes públicos a partir da criação do Fórum foi uma relação muito profícua, tanto do ponto de vista de trazer o debate para a população de modo geral, com alguns avanços que a gente teve na construção de leis, políticas públicas e de equipamentos públicos para atender a população LGBT de Pernambuco (Participante G).

Conforme já exposto neste capítulo, a criação do departamento de políticas LGBT no âmbito do governo estadual foi resultado do protesto realizado por lideranças do Fórum LGBT no Palácio do Campo das Princesas. O acordo que envolveu a criação do cargo também previa que caberia às lideranças do Movimento apresentar o nome de quem passaria a ocupá-lo. Essa decisão envolveu uma ampla mobilização no interior do Fórum, tendo Íris de Fátima e Rildo Veras, ambos então filiados ao PT, se apresentado para assumir o posto.

A ampla maioria dos Grupos que compunham o Fórum LGBT optou, na ocasião, pela indicação de apoio a Rildo Veras. Esse processo contou com a mobilização da militância do Leões: “eles [lideranças do Leões do Norte] passaram a noite toda ligando pros Grupos pra

votar porque eles queriam botar Rildo, porque eles iam fortalecer a interiorização da política [eleitoral] do companheiro Isaltino para deputado estadual” (Participante B, 2021). Novamente fica evidente que o apoio permanente do deputado Isaltino Nascimento ao Movimento LGBT pernambucano pode ser convertido, em diferentes ocasiões, em termos de ganhos eleitorais.

A atuação da Assessoria Especial do governo estadual fomentou a criação de diversos departamentos de políticas de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero em Pernambuco. Boa parte desses departamentos, listados abaixo na Tabela 8, ficaram vinculados às secretarias municipais de direitos humanos, assistência social e de políticas para mulheres. A criação da Coordenação de Saúde Integral da População LGBT no âmbito da SES, no ano de 2015, fomentou, nos anos seguintes, a criação de órgãos semelhantes em diferentes municípios. Inicialmente ocupada por Jair Brandão e posteriormente por Luiz Valério, a Coordenação estadual de saúde LGBT levou a discussão acerca das políticas públicas de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero, via estrutura do SUS, para todas as regiões do estado.

Tabela 8. Departamentos de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero em Pernambuco¹⁶².

Prefeitura / Governo estadual	Região Sede	Nome do Departamento
Prefeitura Araripina	Sertão	Departamento de Defesa dos Direitos Humanos e Diversidade Sexual
Prefeitura de Belém do São Francisco	Sertão	Coordenadoria de Promoção dos Direitos LGBT
Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho	RMR	Coordenação LGBTI
Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho	RMR	Coordenação da Política de Atenção à Saúde Integral LGBT
Prefeitura de Camaragibe	RMR	Coordenação de Saúde LGBT
Prefeitura de Caruaru	Agreste	Coordenação Municipal de Políticas LGBT
Prefeitura de Caruaru	Agreste	Coordenação de Política Estratégica na Saúde LGBT
Prefeitura de Igarassu	RMR	Núcleo de Apoio à População LGBT
Prefeitura de Ipojuca	RMR	Coordenação de Atenção à Saúde Integral da População LGBT
Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes	RMR	Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial
Prefeitura de Moreno	RMR	Assessoria técnica da Política de Igualdade Racial e LGBT

¹⁶² Departamentos estão sendo compreendidos aqui como órgãos formuladores de políticas públicas e ações governamentais de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero, seja em âmbito municipal ou estadual.

Prefeitura de Olinda	RMR	Coordenação Municipal de Políticas LGBTs
Prefeitura de Palmares	Zona da Mata	Assessoria Técnica LGBT
Prefeitura de Parnamirim	Sertão	Coordenadoria LGBT
Prefeitura de Passira	Agreste	Coordenação Municipal de Políticas LGBT
Prefeitura de Pesqueira	Agreste	Coordenadoria de Políticas LGBTQIA+
Prefeitura do Recife	RMR	Gerência de Livre Orientação Sexual
Prefeitura de São Lourenço da Mata	RMR	Coordenadoria LGBT e Igualdade Racial
Governo estadual	RMR	Coordenadoria de Promoção dos Direitos da População LGBT
Governo estadual	RMR	Coordenação de Saúde Integral da População LGBT
Governo estadual	RMR	Núcleo de Atenção à População LGBT Privada de Liberdade da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
Governo estadual	RMR	Unidade de Gênero e Sexualidades da Secretaria de Educação de Pernambuco

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados da Tabela acima evidenciam a diversidade de formatos organizacionais dos departamentos de políticas públicas de diversidade sexual e gênero em Pernambuco. Na década de 2010, foram criadas diversas assessorias, núcleos, coordenações e gerências para conduzir as ações governamentais de atendimento da população LGBT. Em alguns casos, os órgãos nasceram com a missão de tratar também das políticas de promoção da igualdade racial. A diversidade desses formatos organizacionais também revela o lugar de importância desses órgãos na estrutura da administração pública. Se a gerência conta, em geral, com uma equipe, a assessoria é simplesmente a criação de um cargo específico.

O *status* reservado aos departamentos de políticas LGBT na hierarquia da administração pública é um importante indicador do lugar marginal que esses órgãos têm habitado na estrutura do poder Executivo. Mesmo as coordenadorias e gerências, a princípio hierarquicamente superiores as assessorias, em geral carecem de estrutura e de orçamento para o seu adequado funcionamento. Apesar dessas limitações, a criação de novas assessorias, coordenadorias e gerências de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero não deixa de ser relevante considerando os objetivos perseguidos pela militância.

Figura 39. Encerramento do 2º Encontro Nordeste do FONGES LGBT.



Fonte: site da Prefeitura do Recife

O grande número de departamentos de políticas LGBT existentes em Pernambuco levou o estado a sediar o 2º encontro nordeste do FONGES, em 2014, conforme registro disposto acima na Figura 39. O evento ocorreu nos dias 10 e 11 de abril em Recife, promovendo o debate a respeito da gestão compartilhada das políticas públicas LGBT entre os três entes da federação. A programação do encontro contou ainda com uma palestra ministrada pelo professor Paulo Valfredo da UFPE.

Um mês após a realização do Encontro Nordeste do FONGES, a Assessoria Especial para Diversidade Sexual do governo estadual organizou, em parceria com a prefeitura de Caruaru, o Encontro de Gestores e Gestoras LGBT de Pernambuco. Realizado na capital do agreste nos dias 27 e 28 de 2014, o evento recebeu militantes das diferentes regiões do estado que estavam ocupando cargos em comissão em departamentos de políticas LGBT. Além dos momentos de debates e compartilhamento de experiências, o Encontro pernambucano contou com palestras ministradas pelos professores Gustavo Gomes e Allene Lage, ambos à época vinculados ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UFPE.

Um dos elementos em comum nestes dois eventos que reuniram gestores de departamentos de políticas públicas LGBT é a busca por formação. A lista de palestrantes dos Encontros evidencia isso. Fato que é completamente compreensível quando se observa que boa parte desses gestores são militantes egressos de Grupos LGBT com pouca ou nenhuma experiência na gestão pública, ambiente que pode ser bastante complexo dado o volume de legislações, decretos, portarias e demais normas regulamentadoras da burocracia estatal.

A presença de militantes do Movimento LGBT em cargos de livre nomeação não se restringiu às assessorias, gerências e coordenadorias de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. No primeiro mandato do governador Paulo Câmara, um dos fundadores do Leões do Norte, Sérgio Moura, ocupou o posto de secretário executivo de Segmentos Sociais

da SDSCJ. Com a relativa autonomia que o cargo lhe permitia, o secretário atuou para implementar algumas das reivindicações da militância.

Também foi no contexto do primeiro governo Paulo Câmara que a Assessoria Especial para Diversidade Sexual foi convertida em Coordenadoria LGBT, vinculada à Secretaria Executiva de Segmentos Sociais da SDSCJ. O novo órgão de implementação das políticas de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero passou a contar com uma equipe e abrigar o Conselho Estadual LGBT na sua estrutura.

Marcone Costa, militante do Leões do Norte, foi nomeado em 2015 para o cargo de Coordenador LGBT do governo estadual. Com uma gestão marcada por intensas críticas dos Grupos de militância, o coordenador foi apontado como um gestor sem habilidade para implementar as ações necessárias para o combate da violência LGBTfóbica em Pernambuco. Apesar das críticas, foi na sua gestão à frente da Coordenadoria que ocorreu a realização da 3ª Conferência Estadual LGBT e que houve o lançamento do Plano Estadual de Políticas de Promoção dos Direitos da População LGBT, “Pernambuco da Diversidade”. Criado pelo Decreto Nº 46.025/2018, o Plano também foi alvo de críticas das lideranças do Movimento e teve baixa efetividade.

Em 2019, Poliny Aguiar assumiu a Coordenadoria LGBT após a exoneração de Marcone Costa. Dirigente partidária do PSB, partido do governador do estado, Poliny Aguiar havia ocupado nos anos anteriores o cargo de Coordenadora do Centro de Referência LGBT da Prefeitura do Recife. O equipamento foi criado pelo Prefeito Geraldo Júlio, também do PSB, com o objetivo de atender vítimas de discriminação na capital pernambucana.

Ao contrário dos seus antecessores no departamento de políticas LGBT do governo do estado, Poliny Aguiar não possuía um histórico de atuação no Leões do Norte ou em outros Grupos do Movimento LGBT. Sua atuação nas agendas de diversidade sexual e de gênero se deu enquanto secretária LGBT do diretório do PSB em Pernambuco, espaço partidário que continuou ocupando após ser nomeada para Coordenadoria LGBT do governo estadual. A gestão de Poliny Aguiar proporcionou certa dinamizada nas políticas públicas de enfrentamento à discriminação. A nova coordenadora evitou conflitos com lideranças do Movimento. Também optou por manter Íris de Fátima na sua equipe, nomeada desde 2015 por intermédio do deputado Isaltino Nascimento para compor os quadros da Coordenadoria.

Foi na gestão de Poliny Aguiar que as reivindicações do Movimento LGBT adquiriram maior espaço em termos de visibilidade nas ações do governo estadual. No início de 2020, a Coordenadoria lançou a campanha “Folia sem LGBTfobia”, direcionada aos festejos do carnaval pernambucano. A equipe da Coordenadoria LGBT percorreu municípios das

diferentes regiões do estado para capacitar gestores, distribuir o material da campanha e dialogar com lideranças do Movimento. As peças da campanha também foram amplamente veiculadas nos portais eletrônicos e nas redes sociais do governo estadual.

Figura 40. Material Digital da Campanha Folia sem LGBTfobia.



Fonte: Facebook Governo de Pernambuco.

Militantes também passaram a ser nomeados para ocupar cargos em comissão em equipamentos especializados no atendimento da população LGBT em Pernambuco. Mantidos pelos três entes da federação, tais equipamentos compreendem centros de referência que acolhem vítimas da LGBTfobia, bem como unidades de saúde especializadas no acompanhamento de pessoas trans em transição de gênero ou em agravos de saúde específicos. A tabela 9 apresenta os equipamentos dessa natureza existentes em Pernambuco.

Tabela 9. Equipamentos Especializados no Atendimento da População LGBT em Pernambuco¹⁶³.

Prefeitura / Governo estadual / União	Região Sede	Nome do equipamento
Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho	RMR	Policlínica Vicente Mendes - Serviço Ambulatorial LGBT
Prefeitura de Camaragibe	RMR	Ambulatório LGBT Darlem Gasparelly
Prefeitura de Caruaru	Agreste	Centro Integrado de Direitos Humanos
Prefeitura de Ipojuca	RMR	Policlínica Maria das Graças – Ambulatório LGBT de Ipojuca
Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes	RMR	Ambulatório LGBT

¹⁶³ Equipamentos especializados podem ser compreendidos como órgãos que executam políticas públicas e ações governamentais e/ou realizam atendimento direto das demandas da população LGBT.

Prefeitura de Olinda	RMR	Ambulatório de Saúde Integral da população LGBT - Rafaella Cicarely
Prefeitura de Passira	Agreste	Núcleo de Atendimento à Saúde da População LGBT de Passira
Prefeitura do Recife	RMR	Centro Municipal de Referência LGBT
Prefeitura do Recife	RMR	Ambulatório LGBT Patrícia Gomes
Prefeitura do Recife	RMR	Ambulatório LBT do Hospital da Mulher do Recife
Prefeitura de Serra Talhada	Sertão	Ambulatório LGBT
Prefeitura de Vitória de Santo Antão	Zona da Mata	Ambulatório LGBTQIA+ Dani Almeida
Governo estadual	RMR	Centro Estadual de Combate à Homofobia
Governo estadual	RMR	Espaço de Acolhimento e Cuidado às Pessoas Trans e Travestis do CISAM/UPE
União	RMR	Espaço de Acolhimento e Cuidado Trans e Travestis do Hospital das Clínicas (HC/UFPE)

Fonte: elaborado pelo autor.

A articulação entre militantes ocupantes de cargos na burocracia em departamentos de políticas públicas e equipamentos especializados resultou na criação do Fórum Estadual de Gestores(as) da Política LGBT em Pernambuco (FOGLGBT/PE). Instituído em 2018 através de decreto do governador Paulo Câmara¹⁶⁴, o Fórum de Gestores é uma instância pertencente ao âmbito do governo estadual, responsável pela articulação, fortalecimento e diálogo para implementação de políticas públicas.

Embora represente uma oportunidade para implementação de demandas reivindicadas pelo Movimento LGBT, a ocupação de cargos na burocracia também impõe alguns desafios. Um estudo realizado por Gomes e Feitosa (2017) evidenciou o lugar secundário ocupado por departamentos de políticas LGBT na administração pública: a ausência de recursos humanos e financeiros, a homofobia institucional, a fragilidade institucional das políticas LGBT e as tensões com a sociedade civil organizada neste campo são alguns dos principais desafios enfrentadas por gestores desses órgãos.

Em um cenário de escassez de recursos e de inúmeras barreiras, ex-membros de Grupos do Movimento LGBT ocupando cargos na burocracia estatal, em boa parte dos casos, atuam a partir da perspectiva do ativismo institucional no interior da estrutura da administração pública para destravar ações, obter recursos, denunciar violências resultantes do desempenho do cargo

¹⁶⁴ Decreto Nº 46.027, de 17 de maio de 2018.

e avançar em direção às reivindicações das organizações que outrora compunham (SANTOS, 2019).

A ocupação de cargos na burocracia também impõe mudanças nas estratégias e nos modos de atuação. Os depoimentos a seguir demonstram isso:

[...] quando você está no lugar de gestão, você muda seu discurso, você muda às vezes a postura, você tem vontade de falar coisas que você sabe que não dá pra falar ali, você sabe que pra ter respostas lá dentro, eles têm um fluxo pra isso. Porque quando você tá no conselho enquanto sociedade civil você diz, olha, eu quero isso, o Estado tem que ter e tem que devolver isso trinta dias antes dele até estar lá no conselho, mas quando você é gestão e lá dentro, você tem um sistema interno que você tem que mandar papel pra um, esse papel vai pro canto, vai pro outro até retornar a você pra você ter uma resposta (Participante L, 2021).

[...] a gente quando tá no movimento a gente se depara com inúmeras situações que a gente tem a força política da militância de gritar, de questionar de falar o que está certo e o que está errado. Nesse outro papel eu já me encontro em metade, metade porque eu estou ali enquanto avaliadora de algo que já existe, eu não deixo de dar minha opinião pra dizer o que está certo ou o que tá errado, o que de fato a população quer, porque não adianta oferecer algo, mas sem entender se aquilo é necessário para a população (Participante N, 2021).

As estruturas de órgão complexos, a exemplo de uma secretaria estadual de direitos humanos que envolve diversas subsecretarias, departamentos, gerências e assessorias necessitam do estabelecimento de um fluxo próprio para cada atividade a ser realizada. Conforme os relatos acima, as dinâmicas da burocracia estatal, muitas vezes desconhecidas pelos ocupantes dos cargos, impõem novos modos de atuação e exigem rearranjos das estratégias previamente estabelecidas.

Lideranças do Movimento LGBT ocupando cargos de livre nomeação também podem vivenciar situações de violência simbólica, psicológica, verbal e física no exercício de seus cargos. Conforme relatado nas entrevistas, tais violências são oriundas de superiores hierárquicos, opositores internos às agendas de diversidade sexual e de gênero, colegas de trabalho e até mesmo de parlamentares.

Apesar desse contexto, militantes nomeados para ocupar cargos comissionados em departamentos de políticas LGBT têm procurado se utilizar deste espaço para fomentar outros repertórios de interação do Movimento com o Estado. As atividades desses órgãos, em geral, envolvem apoio institucional para realização de Paradas da Diversidade, organização de encontros entre representantes dos Grupos com titulares de diferentes secretarias governamentais, além de fomentar à criação de órgãos de controle social promovendo a ampliação da participação institucionalizada. A partir desses elementos, é possível entender que as rotinas dos repertórios de interação socioestatais são articuladas de diferentes formas para

ampliar as capacidades do Movimento LGBT nos processos de reivindicação de direitos. Esta e outras conclusões do estudo serão explicitadas na próxima e última seção da presente tese.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] se Pernambuco é o estado que mais tem políticas públicas voltadas a população LGBT, ou um dos estados que mais tem, é resultado da nossa luta que o Estado reconheceu e atendeu. Agora se estamos satisfeitos até aqui, não. Não estamos, nós precisamos avançar mais [...]

Participante G, 2021.

No início deste estudo me propus a responder a seguinte questão: “Como se constituíram os processos de reivindicação de direitos pelos Movimentos Sociais LGBT a partir dos repertórios de interação estabelecidos com o Estado?”. Agora, finalizando este percurso, é possível afirmar que tais processos foram constituídos por momentos de tensão e cooperação. Tensionamentos se fizeram presentes em contextos de resistência estatal às demandas apresentadas pelas organizações do Movimento. Nessas ocasiões, foi necessário fazer uso de táticas de ação direta para pressionar o poder público a abrir canais de diálogo. Por outro lado, momentos de cooperação se mostraram viáveis quando o aparato estatal se mostrou relativamente aberto às reivindicações dos Grupos organizados.

Buscando equacionar tensões ou superar barreiras surgidas nos processos de reivindicação de direitos, o Movimento LGBT em Pernambuco recorreu, em geral, à própria estrutura estatal. Nas ocasiões em que o poder Executivo se mostrou menos permeável, a aproximação com integrantes do Legislativo foi uma alternativa profícua, resultando na aprovação de legislações ou na instauração de debates públicos decorrentes da apresentação de proposições legislativas. Por sua vez, o poder Judiciário e outras instituições estatais, como o Ministério Público, foram acionados nas ocasiões em que houve dificuldades para o acesso a direitos estabelecidos por atos de outros poderes.

Conflitos internos entre as organizações da sociedade civil que atuam na defesa do respeito à diversidade sexual e de gênero também constituíram esses processos de reivindicação de direitos. Disputando espaço para se estabelecerem como interlocutores reconhecidos pelo Estado, Grupos LGBT lançaram mão de diversas estratégias que vão desde realização de ações de aparição pública até construção de redes e coalizões. Não por acaso, o número de articulações compostas pela reunião de diferentes Grupos cresceu expressivamente nas últimas décadas.

Para chegar até essas considerações, deixei-me guiar pelos objetivos geral e específicos do estudo que funcionaram como a bússola, ou para ser mais moderno, como o *GPS* desta jornada. Todavia, antes de posicionar a bússola ou ligar o *GPS*, foi necessário realizar uma discussão a respeito das principais perspectivas teóricas para análise de Movimentos Sociais e fazer a escolha mais pertinente considerando os objetivos da pesquisa, o espaço para novas reflexões no campo do estudo do objeto analisado e minhas convicções pessoais.

A opção em estudar o Movimento LGBT em Pernambuco, via repertórios de interação estabelecidos com o Estado, logo me posicionou dentro do complexo debate a respeito da ação coletiva nas ciências sociais. Isso porque, o próprio conceito de “repertórios de interação Sociedade-Estado” é um desdobramento da formulação original do sociólogo político Charles Tilly. Denominado inicialmente “repertórios de ação coletiva”, o conceito passou por diversos rearranjos na obra tillyana e, dada a sua qualidade, segue sendo objeto de novas reflexões. A adaptação conceitual proposta por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) via “repertórios de interação” está situada nesse contexto.

A opção teórica adotada contribuiu para iluminar a compreensão da constituição e das reconfigurações que tem atravessado os processos de reivindicação de direitos das lutas por respeito à diversidade sexual e de gênero. Estudar essa forma de ação coletiva via os repertórios de interação estabelecidos com o Estado, também possibilitou apresentar novas contribuições e introduzir outras questões ainda não amplamente discutidas na literatura que se consolidou nesse debate.

No campo metodológico, cabe destacar a diversidade de fontes primárias que constituíram o *corpus* da pesquisa. Foram acessadas matérias de jornais impressos publicadas na década de 1980, relatórios de conferências de políticas públicas e outros documentos construídos em espaços formais de participação social, cartilhas e diversos materiais elaborados por instituições estatais, materiais produzidos pelos Grupos de militância e imagens disponíveis em diferentes acervos físicos ou virtuais. Além do material citado, as fontes primárias da pesquisa também foram constituídas por entrevistas realizadas com dezessete lideranças do Movimento LGBT em Pernambuco que resultaram em mais de duzentas páginas de transcrição de áudio. O *corpus* da pesquisa foi completado com fontes secundárias de qualidade singular, mais especificamente de dissertações de mestrado, sendo boa parte delas produzidas por integrantes do GEMA/UFPE.

Munido da perspectiva teórica escolhida e dos dados levantados, segui na trilha da pesquisa guiando-me por seus objetivos. Na seção 3, tratei de apresentar o surgimento institucional do Movimento LGBT pernambucano. A fundação do GATHO, em maio de 1980,

foi considerada o marco inicial desse processo. Todavia, recorri a diversos acontecimentos culturais, sociais e políticos do final da década de 1970 para evidenciar que naquele período o debate em torno da homossexualidade já estava presente em Pernambuco. Matérias e colunas publicadas em jornais impressos com circulação na região metropolitana do Recife, candidaturas ao legislativo defendendo abertamente o apoio ao então Movimento Homossexual e a existência de espaços de sociabilidade frequentados por gays e lésbicas, foram algumas das evidências empíricas mobilizadas.

O tratamento do material coletado para o estudo possibilitou identificar interlocuções da militância com a política institucional já nas eleições de 1978. Nesta eleição, a candidatura de Baiardo Lima (MDB) a deputado federal por Pernambuco, chamou atenção pela defesa do então Movimento Homossexual. Com a fundação do GATHO, no ano de 1980, houve um processo de ampliação das interações com partidos políticos e com o Estado, através do poder Legislativo, resultando na aprovação de agendas de reivindicação do Movimento na Câmara Municipal de Olinda. O GATHO atuou ainda para fortalecer o processo de emergência de Grupos de militância no Nordeste ao realizar o 1º EGHON, no ano de 1981. Os militantes da época também promoveram bailes e blocos carnavalescos. Combinando interações socioestatais e ações no campo da cultura, a experiência do GATHO se relevou ímpar para uma compreensão mais plural a respeito do surgimento do Movimento LGBT no Brasil.

As pistas obtidas no caminho que trilhei guiado pelo primeiro objetivo específico já me possibilitaram avistar, ainda que de longe, algumas possibilidades de respostas ao objetivo geral. Isso porque ainda na década de 1980, os processos de reivindicação de direitos passaram pelo uso de dinâmicas colaborativas o Estado. Mesmo em um contexto de pouca abertura política no poder Executivo, dada a vigência da ditadura civil-militar, militantes do então Movimento Homossexual souberam ser criativos na luta contra a discriminação recorrendo ao poder Legislativo local para concretizar os objetivos que pretendiam.

Os próximos passos dessa jornada foram orientados pelo segundo objetivo específico. Na seção 4 foi realizado um mapeamento das principais organizações do Movimento LGBT em Pernambuco, no período delimitado pelo estudo, entre 1980 e 2020. Na primeira década prevaleceu a experiência solitária do GATHO. Já a partir de 1990, ocorreu a ampliação do número de Grupos organizados. Satyricon, AMHOR e Os Defensores são algumas das organizações de militância que se destacaram na segunda metade da década de 1990 nos processos de reivindicação de direitos junto ao poder público.

Com o surgimento do Leões do Norte no início dos anos 2000, emerge uma nova perspectiva de atuação das lutas por respeito à diversidade sexual e de gênero. A orientação dos

Grupos para incidência nos poderes estatais se consolidou. O Leões do Norte passou a liderar o Movimento tanto internamente, quanto em projeção pública. Esse processo resultou na desarticulação de algumas organizações e no surgimento de outras. Do conjunto de ações lideradas pelo Leões destacam-se a consolidação da Parada da Diversidade e o surgimento do Fórum LGBT de Pernambuco.

Na década de 2010, emerge com maior visibilidade o processo de articulação política das pessoas trans, tendo os Grupos liderados por travestis e mulheres transexuais se consolidado no contexto da militância, ao passo que as organizações lideradas por homens trans e pessoas transmasculinas não conseguiram se estabelecer para além de curtas experiências. É, também, na década de 2010 que surgem diversos Grupos nos municípios das regiões interioranas do estado, muitos deles articulados através da experiência da Rede LGBT do Interior de Pernambuco.

Em alguns casos, as experiências dos Grupos situados em municípios localizados fora do eixo metropolitano trouxeram novas perspectivas de organização e de estratégias de atuação para o Movimento. Exemplo disso é o caso do Coletivo Lutas e Cores do município de Caruaru que inovou apresentando um formato de organização horizontal, priorizou os processos de reivindicação de direitos junto aos poderes públicos e construiu uma rede de parceiros na imprensa e nas universidades locais, sem prescindir do uso de táticas de ação direta mais disruptivas e menos institucionalizadas. A experiência do Lutas e Cores desafia a literatura que apostou numa separação rígida entre a militância institucional e o ativismo de caráter disruptivo.

Ao possibilitar a construção de um panorama histórico das organizações que compõem o Movimento LGBT em Pernambuco, o segundo objetivo específico me permitiu visualizar novos elementos presentes no percurso rumo ao objetivo geral do trabalho. O mapeamento realizado na seção 4 também contribuiu para construção de memórias das lutas de enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no contexto pernambucano. Dada a diversidade de experiências que ocorreram entre 1980 e 2020, é possível que acontecimentos relevantes protagonizados por diferentes Grupos de militância não tenham sido registrados no texto. Além do desafio do grande volume de informações a serem analisadas, outra motivação que ajuda a compreender essas ausências consiste nas dificuldades enfrentadas na coleta de dados em virtude dos obstáculos impostos pela pandemia da Covid-19.

Na seção 5, aproximando-me do final do caminho percorrido, fui em busca das pistas oferecidas pelo terceiro e último objetivo específico para identificar os repertórios de interação socioestatais acionados pelo Movimento LGBT em Pernambuco. Foi possível constatar que as

interações com o Estado foram iniciadas no contexto de surgimento institucional do então Movimento Homossexual pernambucano, na década de 1980, e se intensificaram nas décadas seguintes. Foram identificadas as quatro rotinas dos repertórios de interação: política de proximidade, protestos e ação direta, participação institucionalizada e ocupação de cargos na burocracia.

As rotinas de política de proximidade e de protestos e ação direta tiveram início ainda na década de 1980. Naquele período, militantes do GATHO construíram uma relação de proximidade com o vereador Fernando Gondim (MDB) na cidade de Olinda. Também foram estes mesmos militantes que protagonizaram o primeiro protesto do Movimento LGBT em Pernambuco. Trata-se de uma marcha realizada nas ruas do sítio histórico de Olinda, em 1981, no contexto do 1º EGHON.

Os repertórios de interação via participação institucionalizada surgem na década de 1990 por meio da atuação do AMHOR no conselho municipal de saúde da Prefeitura do Recife. Com a abertura de novos espaços de participação social nas experiências de governos de centro-esquerda nas Prefeituras do Recife e da cidade de Olinda na década de 2000, o Movimento LGBT investiu ainda mais nessa rotina, se fazendo presente em reuniões plenárias do orçamento participativo, atuando em conselhos de controle social e participando de conferências de políticas públicas.

A ocupação de cargos na burocracia, última rotina dos repertórios de interação analisada, teve início com a criação da Gerência de Livre Orientação Sexual na prefeitura do Recife. A partir de então, inúmeros departamentos de políticas públicas para população LGBT foram criados na estrutura do governo estadual e de municípios localizados nas diferentes regiões geográficas do estado. Outros cargos em comissão que passaram a ser ocupados por militantes de Grupos organizados foram as coordenações de equipamentos especializados no atendimento da população LGBT, tais como os centros de referência para vítimas de violência e os serviços ambulatoriais de saúde.

Chegando agora ao final do percurso percorrido e respondendo ao objetivo geral da pesquisa, é possível afirmar que os processos de reivindicação de direitos a partir das interações entre Movimento LGBT e Estado em Pernambuco foram constituídos por momentos de tensão e cooperação com os poderes estatais. Desses processos, surgiram novas configurações tanto no Movimento quanto no Estado. A apresentação de reivindicações ao poder público exigiu progressiva institucionalização das organizações da sociedade civil que atuam no enfrentamento da discriminação motivada por intolerância à diversidade sexual e de gênero.

Nesse contexto, alguns rearranjos na estrutura do Movimento foram implementados. A criação do Fórum LGBT de Pernambuco é um exemplo emblemático disso.

A estrutura do aparato estatal também se modificou. No interior do poder Executivo foram criados diversos departamentos de políticas de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero, equipamentos especializados no atendimento da população LGBT e espaços exclusivos de participação social para acolhimento das reivindicações do Movimento. Já no Legislativo, houve a instalação de uma frente parlamentar pela cidadania da comunidade LGBT na ALEPE, foram realizadas inúmeras audiências públicas para tratar dos problemas da violência e da discriminação, além de serem apresentadas diversas propostas legislativas que buscaram atender os anseios da militância.

Outros órgãos estatais também passaram por modificações internas em virtude das interações estabelecidas com o Movimento LGBT. Caso exemplar disso é o do Ministério Público estadual que criou na sua estrutura um Núcleo de Diversidade Sexual e de Gênero com promotores especializados na área. Além de atuar na fiscalização de possíveis situações de discriminação, o MPPE passou a desempenhar um papel ativo na promoção da cidadania da população LGBT. O órgão publicou uma cartilha com informações úteis às vítimas de violência descrevendo os serviços públicos para acolhimento e realização de denúncias. Todo processo de elaboração do material contou com a presença da militância. Entre as demais ações do MPPE, também merecem destaque a abertura de inquéritos e realização de audiências públicas para apurar casos de discriminação e de negação de direitos.

Apresentados os principais achados do estudo, me ocuparei a partir de agora de outros elementos que julgo relevantes para compor estas considerações finais. A emergência mundial de saúde causada pela Covid-19 teve impacto considerável na realização da presente tese. Foram impostas barreiras intransponíveis dada a exigência de distanciamento social e aos longos e necessários períodos de confinamento. Assim, foi preciso redesenhar o estudo em mais de uma ocasião e abandonar a coleta dados em fontes que só poderiam ser acessadas de maneira presencial.

Apesar destas e de outras barreiras, a pesquisa foi conduzida com total responsabilidade, seriedade e atenção. Todas as fontes de informação foram checadas e recheçadas com vistas a evitar o cometimento de imprecisões. Para além de objeto de pesquisa, guardo uma relação muito singular com o Movimento LGBT, especialmente no contexto pernambucano, conforme deixei evidente com o relato da minha trajetória militante já na introdução do trabalho. Considero importante reafirmar o lugar de onde produzo ciência para deixar nítido que me sinto

totalmente desobrigado de uma escrita pretensamente neutra. Meu ponto de partida é de que todo conhecimento também é autoconhecimento.

No processo de realização da investigação, novas questões se apresentaram. Boa parte delas não foram respondidas considerando os objetivos, a delimitação e os obstáculos encontrados na construção do estudo. Sendo assim, aponto a seguir algumas questões que poderão ser convertidas em futuras agendas de pesquisa.

A relação entre Movimento LGBT e Movimento Sindical merece ser explorada e aprofundada em um estudo específico. Tratando os dados coletados, foi possível identificar forte apoio de diferentes sindicatos às lutas de enfrentamento da LGBTfobia. Organizações sindicais como SindSaúde-PE, Sindsprev/PE, SINTEPE e o Sindicato dos Bancários de Pernambuco apoiaram a fundação de Grupos de militância LGBT, financiaram ações e ofereceram suas sedes para realização de reuniões e outras atividades. Além disso, muitas lideranças do Movimento LGBT pernambucano possuem atuação pregressa em sindicatos de diferentes categorias.

As aproximações e distanciamentos entre Movimento LGBT e outras formas de ação coletiva, a exemplo do Movimento Negro e do Movimento Feminista, se mostrou uma agenda de pesquisa relevante. Ao longo da presente investigação, foi possível identificar aproximações da militância LGBT junto à militantes feministas em diferentes ocasiões. Por outro lado, ficou notável certo distanciamento com as agendas de combate ao racismo e de luta pela igualdade racial.

Também merecem ser exploradas as interações entre o Movimento LGBT e partidos políticos em Pernambuco. Boa parte das lideranças entrevistadas possuem filiação ativa, atuaram como dirigentes de partidos políticos ou possuem relação próxima a alguma agremiação partidária no estado. A construção de alianças entre os Grupos de militância e a ocupação de cargos na burocracia passaram, na maioria dos casos, pela relação com os partidos políticos.

A dimensão dos cuidados em saúde mental é outra questão para ser investigada posteriormente. Lideranças do Movimento relataram casos de depressão, transtorno de ansiedade generalizada e até mesmo de síndrome de *burnout*. O número de tentativas e de concretização de suicídios cometidos por lideranças de diferentes Grupos não é, lamentavelmente, incipiente. Esses dados carecem de maior compreensão e poderão ser explorados em estudos da psicologia social.

Analisar os processos formativos do Movimento LGBT também pode trazer novos elementos para compreender a experiência dessa forma de ação coletiva em Pernambuco. Os

cursos de formação de lideranças LGBT realizados conjuntamente pelo GEMA/UFPE, Instituto Papai e Fórum LGBT podem ser um ponto de partida interessante. Outros passos podem ser dados observando as atividades de formação realizadas pela Rede LGBT do Interior e os eventos formativos dos próprios Grupos, a exemplo dos seminários e palestras promovidos pelo Coletivo Lutas e Cores.

A construção de identidades coletivas no interior do Movimento LGBT em Pernambuco é outra instigante agenda de investigação. Isso porque a militância pernambucana tem, ao longo dos últimos anos, mantido o uso da sigla “LGBT” para se referir ao conjunto de identidades sexuais e de gênero dissidentes da heteronormatividade. Foi possível identificar relativa resistência a assimilação acrítica de siglas utilizadas em outros países, a exemplo de LGBTI+, LGBTQ, LGBTQIAP+ e outras variações. Esse processo vai na contramão do que tem ocorrido no interior da militância organizada em outros estados do país.

Encerrando as proposições para futuras pesquisas, cabe sugerir a realização de investigações a respeito dos entraves na chamada interiorização das políticas públicas LGBT. Mais de uma década após a criação da então Assessoria Especial para Diversidade Sexual no governo do estado, todos os departamentos e equipamentos de atendimento especializado à população LGBT financiados com recursos do governo estadual estão situados na região metropolitana do Recife. Embora existam iniciativas governamentais em municípios situados nas regiões interioranas, estas são financiadas pelas administrações municipais. É necessário compreender as motivações desse contexto de ausência do governo estadual.

Ao longo dos últimos anos me dediquei a compreender a experiência do Movimento LGBT em Pernambuco, no período entre 1980 e 2020, a partir dos repertórios de interação estabelecidos com o Estado. Conforme frisado pelas lideranças entrevistadas, Pernambuco é líder em termos de iniciativas governamentais, equipamentos de atendimento especializado e de departamento de políticas LGBT no Brasil. Tal conquista é fruto das estratégias adotadas e dos repertórios acionados pelos Grupos organizados. Mesmo nas experiências de governos não tão alinhados ideologicamente à uma concepção mais progressista no espectro cultural, o Movimento LGBT pernambucano soube ser criativo para cavar espaços, apresentar demandas ao poder público e obter êxito nas suas reivindicações.

Do sertão ao litoral, passando por municípios de pequeno, médio e grande porte, foram realizadas, nas últimas décadas, inúmeras ações coordenadas pelo Estado para o enfrentamento da LGBTfobia. Seja por iniciativa de governos municipais, da administração estadual ou da União, tais ações têm contribuído para efetivar direitos e garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal. Apesar de numerosas, essas iniciativas não são totalmente suficientes.

Esta é uma compreensão que possui grande adesão entre lideranças e organizações do Movimento LGBT em Pernambuco, também partilhada por mim.

Em que pese os entraves e percalços ainda existentes, as lutas para o pleno exercício da cidadania, do desejo e do direito de amar representam esperança para aqueles que ainda estão sujeitos à violência, ao preconceito e à discriminação. Ao final do estudo, a convicção mais firme é que a beleza do arco-íris, símbolo das lutas por respeito à diversidade e coincidentemente também estampada na bandeira de Pernambuco, seguirá colorindo e abrilhantando o horizonte.

REFERÊNCIAS

- 5º EBHO – V Encontro Brasileiro de Homossexuais. **Relatório e Anexos**. Recife: Movimento Antonio Peixoto, 1991; Londres: Toni & David, 1991.
- 6º EBHO – VI Encontro Brasileiro de Homossexuais. **Convocação, Relatório**. Rio de Janeiro: Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual, 1992; Curitiba: Grupo Dignidade, 1992.
- 7º EBLHO – VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. **Registro e Memória**. São Paulo: Deusa Terra, Etcetera e Tal, Grupo de Homossexuais do PT, Rede de Informação Lésbica um Outro Olhar, 1993.
- 8º EBGL – I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids. VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Curitiba: Grupo Dignidade, 1995.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Liza; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 5-31, 1998.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latino-americanos. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 6, n.2, p. 265-284, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS – ABGLT. Ata da 6º **Assembleia Geral**. 2001. Jaboaão dos Guararapes.
- BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. **Será que ele é?** Sobre quando Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.
- BUTLER, Judith. Precisamos parar o ataque à “Ideologia de Gênero”. **Sexuality Policy Watch**, 2019. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>. Acesso em: 15. Jan. 2021. Tradução: Sonia Corrêa e Carla Rodrigues.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, p. 611-614, 2004.

CARRARA, Sérgio et al. **Política, direitos, violência e homossexualidade**: Pesquisa 5ª Parada da Diversidade - Pernambuco 2006. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**: volume 2. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **The City and Grassroots**: A Cross Cultural Theory of Urban Social Movements. Berkley: University of California Press, 1983.

CAVALCANTI JÚNIOR, Jackson. Discurso de Jackson Cavalcanti Junior em homenagem ao GATHO, 23 de julho de 2010 - Câmara de Olinda. Disponível em: <http://flgbtpe.blogspot.com/2010/07/discurso-de-jackson-cavalcanti-junior.html>. Acesso em: 01/03/2021.

COHEN, Jean L. Strategy or identity: New theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social research**, p. 663-716, 1985.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. London: The MIT, 1994.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: Tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLING, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). **Transposições**: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: Eitora da UFES, 2014. cap. 8. p. 171-183.

COLLING, Leandro. (Org.). **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2019.

COLLING, Leandro. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. **Coluna do meio**. Diário de Pernambuco, Recife, ano 160, n. 120, 03 mai. 1985. Opinião, p. A-7. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=gatho&pagfis=88773. Acesso em: 12/03/2021.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. **GATHO**. Diário de Pernambuco, Recife, ano 160, n. 157, 09 jun. 1985, Opinião, p. A-11. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22grupo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20homossexual%22&pasta=ano%20198&pagfis=91319. Acesso em: 10/04/2021.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. **Ativismo Gay**. Diário de Pernambuco, Recife, ano 160, n. 191, 13 jul. 1985, Opinião, p. A-7. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22grupo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20homossexual%22&pasta=ano%20198&pagfis=91319. Acesso em: 10/04/2021.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. **São 10% do mundo**. Diário de Pernambuco, Recife, ano 161, n. 253, 13 set. 1986. Opinião, p. A-7. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22grupo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20homossexual%22&pasta=ano%20198&pagfis=107143. Acesso em: 12/03/2021.

CROSSLEY, Nick. **Alain Touraine**. In: SCOTT, John (org). 50 Grandes sociólogos contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2009.

CRUZ, Rodrigo Rodrigues. **Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, São Paulo.

CRUZ, João Lúcio. **Qual é a tua, oh Lampião?** Tensionamentos em um jornal editado na e pela Esquina. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

DAGNINO, Evelina (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A Disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (Orgs.). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó, SC: Editora Argos, 2007.

DE LA DEHESA, Rafael. **Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil: Sexual rights movements in emergence democracies**. NC: Duke University Press, 2010.

Diário de Pernambuco. **Morte de Homossexual é apurada**. Recife, ano 153, n. 33, 03 de fev. de 1978, Polícia, p. A-15. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=MORTE%20DE%20HOMOSSEXUAL%20%C3%89%20APURADA&pagfis=112662. Acesso em 02/03/2021.

Diário de Pernambuco. **Olinda entra no oitavo dia de carnaval**. Recife, ano 156, n. 58, 28 fev. Carnaval, p. A-11. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=gatho&pagfis=23064. Acesso em 05/04/2021.

Diário de Pernambuco. **Gay internacional vem para debate hoje no Varadouro**. Recife, ano 156, n. 147, 12 set. 1981, Geral, p. A-7. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22grupo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20homossexual%22&pasta=ano%20198&pagfis=33112. Acesso: 06/04/2021.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. Ativismo Gay. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 191, 13 jul. 1985, Opinião, p. A-7. Recuperado de: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22grupo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20homossexual%22&pasta=ano%20198&pagfis=91319. Acesso em: 10/04/2021.

DOURADO, Rodrigo. **Vivencial Diversiones**: por uma cena transgressora. 2003. 120f. Monografia (Graduação em Comunicação Social. Habilitação: Jornalismo). Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ELLE, Jota. Roteiro Gay. **Diário da Noite**, Recife-PE, Sábado, 20/10/1979, seção Mundo Guei, p. 4.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, p. 81-123, 2003.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; BRAZ, Camilo. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 99-140, 2014.

FEITOSA, Cleyton. **Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Pernambuco**: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia. 260 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016a.

FEITOSA, Cleyton. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 4, pp. 1-12, out-dez, 2017a.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2017b.

FEITOSA, Cleyton; SANTOS, Émerson Silva. Estratégias Educativas do Movimento LGBT em Caruaru: um relato de experiência das ações do Coletivo Lutas e Cores. In: Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina: educação, gênero e sexualidade na América Latina, 2, 2015, Caruaru/PE. **Anais...** 2016a. v.1 p. 192-2010. Disponível em: <https://goo.gl/0Rv5H0>. Acesso em: 09/02/2020.

FEITOSA, Cleyton; SANTOS, Émerson Silva. Participação Social da População LGBT: o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 175-205, 2016b.

FERNANDES, Estevão R. “**Existe índio gay?**”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France, 1973–1974. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRY, Peter. Da Hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para Inglês Ver**: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982. cap. 4, p. 87-115.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Campinas: Autores Associados, 2020.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. DENZIN, Norman K. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 12, p. 345-362.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **La Política y lo Estado Moderno**. Barcelona: Edición Península, 1971.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan Honório (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora da UFSCar, 2014.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2019 [2000].

GREEN, James. Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, n. 8, p. 58-93, 2012.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. cap. 3, p. 63-78.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. Introdução. In: **Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014.

GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 1, out., 1980a, Olinda. ok

GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 3, dez., 1980b, Olinda.

GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 2, nov., 1980c, Olinda.

GATHO - GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do NE**. GATHO: Olinda, 1981a.

GONTIJO, Fabiano. **O rei momo e o arco-íris: carnaval e homossexualidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GRUPO DE ATUAÇÃO HOMOSSEXUAL. **Boletim Informativo do GATHO**. N. 4, jan., 1981b, Olinda.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos estudos CEBRAP**, v. 18, p. 103-14, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWM, E. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LACLAU, E. **Política e Ideologia na Teoria Marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXIERA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, v. 2: a sociedade civil se organiza pela luta contra a aids**. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (Orgs). **Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

LEMOS, Ana Carla da Silva. **Movimentos de lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista**. 2019. 611 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, Fabio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: apontamentos de uma pesquisa. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 145-167, set. 2016, p. 145-167.

LUKÁCS, György. **Histoire et Conscience de Classe**. Paris: Arguments, 1960.

LUXEMBURG, Rosa. **Greve de Massas, Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ed. Sociais Textos, 1976.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “Abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018 [1990].

MACRAE, Edward. Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas. In: EULÁLIO, A. et al. (orgs.). **Caminhos Cruzados**. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp.99-111.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina**: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **American journal of sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

MEDEIROS, Fátima. **Vivencial**: Vida e morte de uma vanguarda. 1986. 67 f. Monografia (Curso de especialização em Artes Cênicas). Departamento de Teoria da Arte e Expressão Artística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MEDRADO, Benedito. **Produções culturais em gênero, sexualidade e direito**: agenciamentos possíveis em tempos adversos. 2020. 23 f. Projeto de pesquisa – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MEDRADO, Benedito et al. Conexões e Alianças do Movimento LGBT em Pernambuco na Década de 1980: memórias do GATHO. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 3, p. 935-957, 2022.

MEDRADO, Benedito et al. [no prelo-A]. Sindicato das bichas?! O Gatho entre memórias e invisibilidades em produções jornalísticas na redemocratização. **Revista De Psicologia Política**.

MEDRADO, Benedito et al. [no prelo-B]. Dimensão da Política na Institucionalização do Movimento LGBT em Pernambuco – Brasil. **Athenea Digital**: Revista de Pensamiento e Investigación Social.

MELUCCI, Alberto. The New Social Movements: a theoretical approach. **Information** (International Social Science Council), v. 19, n. 2, p. 199-226, 1980.

MELUCCI, Alberto. Getting Involved: identity and mobilization in social movements. **International Social Movement Research**, v. 1, n. 26, p. 329-348, 1988.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**: revista de Cultura e política, n. 17, p. 49-66, 1989.

MELUCCI, Alberto. Liberation or Meaning? Social movements, culture and democracy. **Development and Change**, v. 23, n. 3, p. 43-77, 1992.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes: Collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDES, Leo. 2010. História do Movimento LGBT Brasileiro. Disponível em: <http://lgbtt.blogspot.com.br/2010/04/historia-do-movimento-lgbt-brasileiro.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MESQUITA, Marylúcia (Org). **Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): um breve resgate histórico**. Recife: DIVAS, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Aquele não mais obscuro negócio do desejo. In: PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do Michê: A prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 9-32.

MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil colonial. **Revista de Antropologia**, v. 35, p. 169-189, 1992.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. cap. 11, p. 211-226.

OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid: Sistema, 1988.

PERLONGHER, Néstor. **O Negócio do Michê: A prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008 [1987].

PICHARDO, Nelson A. New social movements: A critical review. **Annual review of sociology**, v. 23, n. 1, p. 411-430, 1997.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. **WebMosaica**, v. 2, n. 1, p. 9-49, 2010.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. cap. 1, p. 15-38.

REIS, Eurico. Homossexualismo (I). **Diário da Noite**, Recife-PE, quarta-feira, 14/01/1976, seção 1º Caderno, p. 06.

REIS, Toni. HARRAD, David (Orgs.). **Projeto Somos, Desenvolvimento organizacional, Advocacy e intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH**. Série Manuais no. 65. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

REIS, Toni. OS EBGLTs. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen (Orgs.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)**. Rio Grande: FURG, 2018. cap. 14, p. 83-91.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (Orgs.). **Manual de advocacy, litigância estratégica, controle social e accountability LGBTI+**. Curitiba, PR: IBDSEX, 2021.

RIBEIRO, José Adalberto. **Festiva**. Diário de Pernambuco, Recife, ano 157, n. 351, 29 dez. 1981. Política, p. A-2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22grupo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20homossexual%22&pasta=ano%20198&pagfis=38695. Acesso em: 10/03/2021.

RODRIGUES, Jorge C. **Impressões de identidade - um olhar sobre a imprensa gay no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2010.

RODRIGUES, Aida Carneiro Barbosa. **“Mundo Guei”**: produção caleidoscópica de homossexualidades em um dispositivo jornalístico. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RUDÉ, George. **Ideologia e Protesto Popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RUZZA, Carlos. Charles Tilly. In: SCOTT, John (org). **50 Grandes sociólogos contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v., n. 1, pp. 179-212, jan-jun, 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa; FEITOSA; Cleyton. Políticas Públicas de Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil: uma análise das percepções dos gestores da política LGBT em Pernambuco. **Estudos de Sociologia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 2, n. 23, p. 279-312, 2017.

SANTOS, Émerson. A Agenda LGBTI no Congresso Nacional. De João A. Mascarenhas à Jean Wyllys. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen (Orgs.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)**. Rio Grande: FURG, 2018. cap. 28, p. 163-169.

SANTOS, Émerson. Movimento LGBT e Ativismo Institucional no Brasil. In: IX Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH - CINABEH, IX, 2019, Fortaleza-CE. **Anais...** Editora da ABEH, 2019, v. 1. p. 510-517.

SANTOS, Émerson; FEITOSA, Cleyton; VIEIRA, Rafael. Concepções Políticas do Coletivo Lutas e Cores: Movimento LGBT ou Ativismos Queer?. In: CARNEIRO, Jussara Costa

(org.). **Com a diferença tecer a resistência**: 3º seminário desfazendo gênero. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

SANTOS, Émerson; LAGE, Allene. Educação como estratégia de resistência: Coletivo LGBT Lutas e Cores e os enfrentamentos da LGBTfobia no Interior do Nordeste. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero**: atualidades, temas, objetos. Curitiba-PR: IBDSEX, 2020. p. 235-238.

SANTOS, Douglas Henrique Ostruca dos; ROSA, Guilherme Carvalho da. **PRÁTICAS DE Resistência Queer no Filme Tatuagem**. Revista Veredas da História, v. 10, n. 1, p. 357-384, julho, 2017.

SANTOS, Mateus Melo dos. **Bocas que beijam, bocas que falam**: Grupo de Teatro Vivencial e masculinidades em Recife e Olinda (1974-1983). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVA, Sandro José da. **Quando Ser Gay Era Uma Novidade**: Aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas revista eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.

SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. **Festa no gueto? Memórias e discursos em torno do “mercado GLS” em Recife/PE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SPINK, Peter et al. Documentos de domínio público e a produção de informações. In: SPINK, Mary Jane et al (Orgs). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. cap. 10, p. 207-228.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TANGANELLI, Larissa de Rezende. **Há perigo na esquina**: discursos dissidentes no jornal Lampião (1978-1981). 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

TARROW, Sidney. **Power in Movement**: social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TARROW, Sidney. 2005. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. **Social science history**, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.

TILLY, Charles. **Popular contention in Great Britain, 1758-1834**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Illinois, Chicago: University of Chicago Press, 2010.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Newberry Award Records, 1978.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor**: ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 17, p. 05-18, 1989.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018 [1986].

TREVISAN, João Silvério. Vivencial Diversões apresenta: frangos falando para o mundo. **Lampião da Esquina** (18), Rio de Janeiro, p. 15, 1979.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Entrevista

Público-Alvo:

- Lideranças do Movimento LGBT (Presidentes/as e Coordenadores/as, Vice-Presidentes ou Secretários/as de Grupos, Fóruns e Redes).

- Identificação do participante:

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Com relação a sua orientação sexual, como se identifica?
4. Com relação a sua identidade de gênero, como se identifica?
5. Com relação a sua cor/raça, como se identifica?
6. Qual a sua profissão/ocupação?
7. Onde reside atualmente?
8. Você é filiado/a a algum partido político? Se sim, qual?

- Objetivo geral:

9. Há quanto tempo atua e como se deu o seu ingresso no Movimento LGBT?
10. De qual(uais) organização(ões) você participou/participa e quais funções/cargos você ocupou/ocupa?
11. Poderia falar brevemente sobre o histórico da(s) organização(ões) que participou/participa?
12. Quais os principais objetivos da(s) organização(ões) que você participou/participa?

- Objetivo Específico II

Observando os processos de reivindicação de direitos do Movimento LGBT e Pernambuco junto ao Poder Público:

13. Você ou a organização da qual você faz(fez) parte já se envolveu em conflitos e disputas com outras organizações do Movimento LGBT? Se sim, com quais e por quê?

- Objetivo Específico III

Considerando sua trajetória no Movimento LGBT em Pernambuco:

14. Quais as principais demandas da militância ao poder público na atualidade? Houve alterações ao longo do tempo?

- Objetivo específico IV

Considerando sua trajetória no Movimento LGBT em Pernambuco:

15. Quais estratégias foram utilizadas por você e pelas organizações que você participou/participa para obter conquistas junto a Poder Público?

16. Você já participou ou tem conhecimento de algum protesto realizado pelo Movimento LGBT de Pernambuco com objetivo de conquistar políticas públicas em âmbito estadual e/ou municipal? Se sim, poderia falar mais sobre essa experiência?

17. Você ou a organização da qual faz(fez) parte já teve alguma experiência em espaços de participação social (Conselho, Comitê, Grupo de Trabalho, Conferência etc.) representando o Movimento LGBT de Pernambuco? Se sim, poderia falar mais sobre essa experiência?

18. A(s) organização(ões) que você faz(fez) parte mantém ou já manteve interlocução direta com parlamentares (vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores) ou gestores do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos, Secretários Municipais e estaduais, Diretores de Departamento, Gerentes, Coordenadores)? Se sim, com quais? E como essa relação foi estabelecida?

19. Você ou algum membro da organização da qual você faz(fez) parte já ocupou algum cargo em organismos de políticas públicas LGBT em âmbito municipal e/ou estadual? Se sim, poderia falar mais sobre essa experiência?

20. Você ou algum membro da organização da qual você faz(fez) parte já ocupou algum cargo de assessoria parlamentar? Se sim, poderia falar mais sobre essa experiência?

- Objetivo específico V

Considerando o bloco de perguntas anterior:

21. Na sua avaliação, quais os resultados desses processos de interlocução com o Poder Público? As expectativas foram atendidas? Por quê?